

RBED

Revista Brasileira de Estudos de Defesa

Vol. 5, n. 1, janeiro/junho, 2018

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018



ISSN: 2358-3932

Associação Brasileira de Estudos de Defesa
CNPJ 08.743.954/0001-04

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA

Niterói, v. 5, n° 1, Jan./Jun. 2018

Editor-Chefe

Eduardo Munhoz Svartman (UFRGS, Brasil)

Comitê Editorial

Alcides Costa Vaz (*ex officio* - UNB/Brasil)

Kai Michael Kenkel (PUC-Rio, Brasil)

Paulo Visentini (UFRGS, Brasil)

Conselho Editorial

Alexandre Fuccille (UNESP, Brasil)

Antonio Jorge Ramalho da Rocha (UnB/Brasil)

Celso Castro (FGV, Brasil)

Daniel Zirker (University of Waikato, Nova Zelândia)

Eliézer Rizzo de Oliveira (Unicamp, Brasil)

Ernesto Justo López (Universidad Nacional de Quilmes, Argentina)

Eurico de Lima Figueiredo (UFF, Brasil)

Graciela de Conti Pagliari (UFSC, Brasil)

Hal Klepac (McGill University, Canadá)

Héctor Luis Saint-Pierre (UNESP, Brasil)

João Roberto Martins Filho (UFSCar, Brasil)

Julián González Guyer (UDELAR, Uruguai)

Luis Eduardo Tibiletti (USAL, Argentina)

Manuel Domingos Neto (UFF, Brasil)

Marcela Donadio (RESDAL, Argentina)

Marco Cepik (UFRGS, Brasil)

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira (UFPE, Brasil)

Maria Celina D'Araujo (PUC-Rio, Brasil)

Mônica Dias Martins (UECE, Brasil)

Patrice Franko (Colby College, Estados Unidos da América)

Samuel Alves Soares (UNESP, Brasil)

Shiguenoli Miyamoto (UNICAMP, Brasil)

Waldimir Pirró e Longo (UFF, Brasil)

Wanderley Messias da Costa (USP, Brasil)

Assistentes de Edição

João Paulo Cavazzani Bosso (capa e logo), Carlos Batanoli Hallberg (revisão),

Fernando Piccinini Schmitt (editoração eletrônica)

Secretaria Administrativa

Jéfferson Felipe Alves do Nascimento

Indexadores

academia.edu

latindex

SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos de Defesa (RBED) é um periódico acadêmico semestral editado pela Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED), segundo normas internacionais de editoração científica.

A RBED foi criada em 2014 com o objetivo de promover o desenvolvimento das áreas de defesa e segurança, incentivando o intercâmbio de ideias, o debate de problemas pertinentes a esses temas e o diálogo acadêmico multidisciplinar que aborde, a partir de diferentes áreas do conhecimento, os campos de interesse da publicação.

A Revista publica artigos, ensaios e resenhas inéditas, aprovados pelo sistema de avaliação pelos pares. É voltada a trabalhos que tratem de temas relacionados à defesa nacional, segurança internacional, e seus temas afins, tais como: segurança nacional, guerra e paz, relações entre forças armadas e sociedade, ciência e tecnologia no âmbito da defesa nacional, estudos militares, estudos estratégicos, políticas públicas de segurança e defesa, relações internacionais, ciência política, engenharia de produção, dentre outros.

R454 Revista Brasileira de Estudos de Defesa / Associação Brasileira de Estudos de Defesa. v. 1, n. 1 (2014-). Niterói : Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2014-.

ISSN 2358-3932 - versão online

1. Defesa nacional – Periódicos. I. Associação Brasileira de Estudos de Defesa.

CDU 355.45(81)

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA
(ABED)**

Diretoria ABED (2018-2020)

Presidência: Alcides Costa Vaz (UnB)

Vice-Presidência: Wanderley Messias da Costa (USP)

Secretaria Executiva: Sabrina Evangelista Medeiros (EGN)

Secretaria Adjunta: Danielle Jacon Ayres Pinto (UFSC)

Diretoria de Relações Institucionais:

Thiago Moreira de Souza Rodrigues (UFF)

Diretoria Financeira: Paulo Gustavo Pellegrino Correa (UNIFAP)

Diretoria Financeira Adjunta: Juliana de Paula Bigatão (USP)

Diretoria de Publicações: Eduardo Munhoz Svartman

Conselho Fiscal

Erica Cristina Alexandre Winand (UFS)

Leonardo Dal Evedove (UFR)

Sumário

Apresentação.....	9
<i>Eduardo Munhoz Svartman</i>	

Editorial – Geopolítica, Defesa e Estratégia: o Resgate dos Estudos Geopolíticos na Contemporaneidade.....	11
<i>Wanderley Messias da Costa, Oscar Medeiros Filho, Selma Lúcia de Moura Gonzales e Augusto W. M. Teixeira Júnior</i>	

Seção 1 –

Questões Conceituais e Epistemológicas da Geopolítica

A gênese da geopolítica e sua difusão na história mundial.....	19
<i>Érika Laurinda Amusquivar e Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos</i>	

Delimiting Geopolitics: a formal approach to define the geopolitical subject.....	41
<i>De Leon Petta Gomes da Costa</i>	

Do interesse nacional à estratégia de segurança energética: um diálogo epistemológico.....	63
<i>Tiago Gabriel Tasca</i>	

Seção 2 – O Pensamento Geopolítico Brasileiro Revisitado

A Geopolítica da Amazônia no século XXI: o pensamento de Mário Travassos revisitado.....	87
<i>André Luiz Varella Neves</i>	

Grande, só o Brasil: As regiões platina e amazônica no centro do pensamento geoestratégico do Estado.....	115
<i>Adriano Moura Oliveira</i>	

Seção 3 –

Novos Desafios Geopolíticos no Contexto da Globalização

Geopolítica do espaço cibernético e o poder: o exercício da soberania por meio do controle.....	141
<i>Lucas Soares Portela</i>	

O geoprocessamento como meio operacional e estratégico para defesa fronteiriça	167
<i>Silmara Cosme Cravo e Pedro Henrique Freire Janzantti</i>	
Geopolítica e o domínio aeroespacial: da supremacia da aviação militar à exploração espacial por fusão nuclear	193
<i>Fernanda das Graças Corrêa, Alcides Eduardo dos Reis Peron e Luiz Fabricio Thaumaturgo Vergueiro</i>	
Resenha de: Oliveira, Marcos Aurélio Guedes de; Gama Neto, Ricardo Borges; Lopes, Gills Vilar. 2016. Relações internacionais cibernéticas (CiberRI): oportunidades e desafios para os estudos estratégicos e de segurança internacional. Recife: Ed. da UFPE. (Coleção Defesa e Fronteiras Virtuais; 3).....	219
<i>Alusio Athayde</i>	

Seção 4 – A Reconfiguração do Tabuleiro Internacional

Fundamentos da geopolítica neo-eurasianista na inserção russa no caso sírio	227
<i>Thainá Penha Baima Viana Nunes e Mayane Bento Silva</i>	
Geopolítica e energia na região do Cáspio.....	251
<i>Bruna Bosi Moreira</i>	
Segurança alimentar russa: estratégia de autonomia para uma estrutura internacional de incertezas.....	273
<i>Thiago Lima e Atos Dias</i>	
Resenha de: Stavridis, James. 2017. <i>Sea Power. The History and Geopolitics of the World's Oceans</i> . New York: Penguin Press.....	295
<i>Flávio Rocha Oliveira</i>	

Seção 5 – O Contexto Geopolítico Sul-Americano

A Institucionalização no Complexo Regional de Segurança Sul-Americano: uma comparação entre quatro períodos históricos	303
<i>Thales Leonardo de Carvalho e Andréa Luiza Fontes Resende de Souza</i>	
América do Sul: infraestruturas em regiões periféricas e tendências atuais ...	329
<i>Aldomar Arnaldo Rückert e Camilo Pereira Carneiro</i>	
Diretrizes para Autores	363

APRESENTAÇÃO

É com muito orgulho que a *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* (RBED) entra em seu quinto ano de existência, mostrando, cada vez mais, o amadurecimento dos Estudos de Defesa no Brasil. O resultado que aqui se apresenta é fruto de avaliações atentas e detalhadas de nossos pareceristas, além, é claro, da qualidade dos trabalhos recebidos. O volume 5, número 1, 2018 da RBED, traz o **Dossiê de Geopolítica, Defesa e Estratégia: o Resgate dos Estudos Geopolíticos na Contemporaneidade**, organizado por Wanderley Messias da Costa, Oscar Medeiros Filho, Selma Lúcia de Moura Gonzales e Augusto W. M. Teixeira Júnior. Nesta edição, é importante destacar, as seções *Ensaio* e *Resenhas* estão distribuídas no *Dossiê Temático*, uma vez que os tópicos e obras ali tratados convergem com o dossiê.

Em nome da Associação Brasileira de Estudos de Defesa e dos organizadores, agradeço aos autores e autoras, pareceristas, conselheiros e conselheiras editoriais e auxiliares de edição que tornaram este número da *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* possível. A qualidade dos trabalhos aqui apresentados demonstra a importância de um esforço conjunto e combinado de todos. Convido leitoras e leitores a apreciar os artigos aqui apresentados e desejo uma boa leitura a todas e todos.

Eduardo Munhoz Svartman

Editor-Chefe da Revista Brasileira de Estudos de Defesa

EDITORIAL

GEOPOLÍTICA, DEFESA E ESTRATÉGIA: O RESGATE DOS ESTUDOS GEOPOLÍTICOS NA CONTEMPORANEIDADE

Vivemos tempos de incertezas em um mundo em constante transformação. Tamanha velocidade de mudanças nos dá a sensação de que perdemos o fio da meada da história. Imersos nessa realidade, podemos dizer que as últimas décadas têm desenhado uma nova geopolítica, baseada na fluidez dos espaços. “A tecnologia é uma fábrica de contração do tempo e do espaço”, afirmava a Professora Bertha Becker. O desenvolvimento tecnológico dos transportes e das comunicações criaram as infovias, encurtaram os espaços, tornando-os fluídos. E então, o mundo diminuiu.

Mas esse mundo aparentemente diminuto e dominado por forças globalizantes, que parecem integrar o mundo em uma grande aldeia, carrega consigo forças de resistência, dos lugares e das nações. Nesse sentido, é interessante relembrar a observação de Henry Kissinger em meados da década de 1970: “O mundo diminuiu, mas as nações não se aproximaram”. Entre a percepção globalizante de Bertha Becker e a leitura da prevalência das lógicas nacionais de Kissinger, as primeiras décadas deste século são marcadas pelo que Robert Kaplan denomina de “vingança da geopolítica”. No cenário hodierno a geopolítica pragmática impõe-se de forma incontornável nas relações internacionais, com claros reflexos para a segurança, defesa e estratégia.

A Geopolítica é um campo controverso do conhecimento. Ela surge no final do século XIX como uma simbiose entre estudos da Geografia, da História e da Política, sob uma abordagem notadamente organicista. Utilizando-se de um ferramental analítico das Ciências Naturais, ela interessava-se, sobretudo, em desvendar as leis que regem a disputa de poder entre Estados numa luta de vida ou morte pela conquista de seu “espaço vital” e pelo controle do “coração” desses “organismos” territoriais.

Fortemente apoiado nas concepções de Ratzel, era assim que os Estados eram vistos: como “organismos territoriais”. Como “seres vivos” que nascem, crescem e morrem. Há, entretanto, que se considerar uma diferença fundamental entre os seres vivos de fato e esses “organismos territoriais”. Diferentemente do que ocorre com aqueles, esses “organismos territoriais” são desprovidos de capacidade migratória. Os Estados Nacionais estão to-

dos condenados a viverem eternamente confinados em seus próprios territórios. Daí o imperativo geopolítico da localização: aos Estados não é dado (ou seria muito custoso) a opção estratégica de “mudança domiciliar”. Os Estados são fixados aos seus territórios. Entretanto, a restrição da localização pode ser superada por um atributo do Estado “organismo”: a sua constante tendência à projeção externa e, no limite, à expansão.

Para a Geopolítica clássica, “espaço é poder”. Como área do conhecimento, ela surge em um contexto histórico único: vivia-se o auge do imperialismo e do processo de mundialização, quando o conhecimento físico e cartográfico do planeta se completou. Halford Mackinder em sua famosa conferência intitulada “O Pivô Geográfico da História”, proferida em 25 de janeiro de 1904, na Real Sociedade Geográfica de Londres, denominou aquele período de idade “pós-Colombiana”, pois, para ele, pela primeira vez na História a humanidade se percebia vivendo em um sistema mundial fechado. O contorno do *mapa mundi* estava completo. Não restavam mais áreas a serem descobertas. Não havia mais espaço para reivindicação de propriedade. É nesse contexto que se observa a intensa corrida das potências europeias em busca de mais colônias na África e na Ásia – em parte pelo lucro, em outra parte, como diz Paul Kennedy, pelo medo dessas potências de serem eclipsadas. O fato é que, naquele contexto, estavam dadas todas as peças do grande tabuleiro de xadrez mundial.

Embora fosse dotada de um potencial descritivo e analítico ímpar, a Geopolítica nascia como instrumento prescritivo para a ação política das potências. Assim, a tensão inerente entre ciência e instrumento político afetou negativamente como ela cruzou o século XX: afastada dos meios acadêmicos, que a consideravam uma pseudociência, condenada pelos momentos obscuros resultantes de sua apropriação por governos totalitários; mas, por outro lado, praticada e apreciada pelos governos, ainda que sob o rótulo de “Grande Estratégia”, como uma ferramenta prospectiva necessária ao planejamento estatal.

O século XX se encerra marcado pela ampliação da interdependência global, onde a ideia de fronteiras impermeáveis que continham os Estados como unidades soberanas, hermeticamente fechadas, passa a ser gradual e sistematicamente dissolvida. Sob uma narrativa globalista, a Geopolítica clássica parecia fadada ao desuso, sendo substituída por uma geoeconomia, supostamente dominada por novos atores globais – as empresas transnacionais ou agentes do mercado financeiro internacional. O mundo parecia finalmente dominado pelos fluxos. Falava-se no fim dos territórios ou na desterritorialização. E nesse novo ambiente a Geopolítica parecia agonizante.

Entretanto, no contexto da crise financeira mundial observada a partir de 2007, a preocupação crescente com o esgotamento dos recursos na-

turais, a emergência e a re-emergência de grandes potências na Europa e na Ásia e de novos poderes regionais, a multiplicação dos conflitos, guerras civis e ataques terroristas e a intensificação das migrações internacionais, compõem um novo cenário mundial que favorece a revalorização da Geopolítica como espécie de “vingança”. Cenário que também contraria o prognóstico de Francis Fukuyama no início dos anos 1990 sobre o fim da história. A história parece não apenas ter voltado como de fato sempre esteve presente, eclipsada pelo triunfalismo ocidental do pós-guerra fria.

Descobre-se hoje que premissas da Geopolítica clássica – que pareciam enterrados pela poeira do tempo – ressurgem, dando sinais de que as relações entre os Estados não se pautam unicamente pela razão e pela construção da legitimidade, como parece sugerir a narrativa diplomática predominante nas últimas décadas, baseada em instrumentos de *softpower*, mas também pela força, em que instrumentos de *hardpower* são utilizados sem o constrangimento de outrora. Em outros termos, o uso da dissuasão e da coerção como fontes de poder. A ideia de Clausewitz de que “a guerra é a continuação da política por outros meios” parece retomar seu significado pleno, outrora perdido numa arena internacional calcada na prevalência do multilateralismo e do direito. Temas como política de poder, interesse nacional e segurança nacional, voltam com força aos debates acadêmicos e às agendas de governo.

Em termos conjunturais, desenha-se uma nova configuração de poder na arena mundial. Depois de um mundo entrecortado por acordos multilaterais, constituído por blocos regionais e coalizões de geometria variável, estamos hoje diante da tendência à revalorização das soberanias nacionais, ou do individualismo estratégico das Nações, fenômeno que alguns tem chamado de “desglobalização” ou “re-nacionalismo”. Sob esse aspecto, é irônico imaginar que a potência que liderou o processo de globalização nas duas últimas décadas apresenta-se agora como defensora da ideia de fronteira rígida com a construção de muros, ao mesmo tempo em que a sua principal rival, uma potência não democrática, adota discurso globalista, como quem assume a condição de líder emergente de um mundo em transe.

Essa, portanto, é a geopolítica que deve predominar nas próximas décadas, qual seja, com os olhos no futuro, mas fiel à sua tradição e atenta aos fixos, mas também aos fluxos. É do entrelaço entre movimentos globalistas e de desglobalização que se construirá o mundo do século XXI. O sistema internacional resulta da coexistência de forças de abertura (movimentos que tendem a tornar o mundo cada vez menor e mais globalizado) e forças de fechamento (movimentos de resistência dos lugares – das nações – e que contribuem para a fragmentação mundial).

É nesse contexto de transformações globais e nacionais que consideramos oportuno o lançamento do Dossiê Especial intitulado “Geopolítica, Defesa e Estratégia: O Resgate dos Estudos Geopolíticos na Contemporaneidade” da *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* (RBED). Nele, propõe-se discutir o ressurgimento da geopolítica em abordagens com ênfase em Política, Estratégia, Defesa e Segurança Internacional.

Na primeira seção são discutidas questões conceituais e epistemológicas em Geopolítica. Inicialmente, Érika Amusquivar e Rodrigo Passos apresentam, em “A gênese da Geopolítica e sua difusão na história mundial” um rico panorama sobre o início da disciplina entre os séculos XIX e XX com um resgate do pensamento de autores como Haushofer. Em “Delimiting Geopolitics: a formal approach to define the Geopolitical Subject”, De Leon da Costa discute a necessidade de se estabelecer um limite ao escopo da Geopolítica. Para o autor, atualmente o termo “geopolítica” tem sido utilizado de forma ampla, mas muitas vezes desprovido de elementos fundamentais de uma análise de fato geopolítica no sentido de relações entre atores políticos, territorialmente definidos, envolvendo aspectos políticos, econômicos e militares. Tiago Tasca encerra a seção com o artigo “Do Interesse Nacional à Estratégia de Segurança Energética: Um Diálogo Epistemológico”. Nele o autor apresenta o debate epistemológico sobre o conceito de interesse nacional. O trabalho analisa as aproximações entre o interesse nacional, geopolítica e segurança energética como elementos fundamentais para a compreensão da estratégia de diversificação na arena energética.

A segunda seção revisita o pensamento geopolítico brasileiro por meio de dois artigos. No primeiro, André Luiz Varela, em “A Geopolítica da Amazônia no século XXI: o pensamento de Mário Travassos revisitado”, propõe-se a demonstrar a atualidade das ideias geopolíticas de Mário Travassos, especialmente no que diz respeito à influência norte-americana na região, especialmente na Amazônia. Em “Grande, só o Brasil: As regiões platina e amazônica no centro do pensamento geoestratégico do Estado”, Adriano Oliveira apresenta um panorama da geopolítica do Brasil produzido por militares na primeira metade do século XX. Trata-se de uma interessante síntese sobre a geopolítica produzida por esses militares, notadamente Travassos, Lysias Rodrigues e Golbery.

A terceira seção discute os novos desafios geopolíticos no contexto da globalização. Em “Geopolítica do espaço cibernético e o poder: o exercício da soberania por meio do controle”, Lucas Portela recorre a autores da chamada nova geopolítica para discutir o controle estratégico-territorial do espaço cibernético como mais um elemento de disputa de poder no tabuleiro internacional. Em “Geoprocessamento como meio operacional e estratégico para defesa fronteiriça”, Silmara Cravo e Pedro Janzantti dis-

cutem as diferentes possibilidades de uso das Tecnologias da Informação Geográfica para o monitoramento fronteiro. Fernanda Corrêa, Alcides Peron e Luiz Vergueiro contribuem para o dossiê com o artigo “Geopolítica e o Domínio Aeroespacial: da Supremacia da Aviação Militar à Exploração Espacial por Fusão Nuclear”. A partir de dois estudos de caso – aviação a *laser* e propulsão nuclear espacial – o texto discute como mudanças e inovações tecnológicas desde a guerra fria à atualidade transformam os estudos aeroespaciais, com sérios rebatimentos para a Geopolítica. Em “Uma Geopolítica sem território: o ciberespaço e as novas fronteiras da guerra”, Aluysio Athayde apresenta a resenha do livro *Relações internacionais cibernéticas (CiberRI): oportunidades e desafios para os estudos estratégicos e de segurança internacional*, organizado por Marcos Guedes, Ricardo Borges e Gills Lopes. O livro se propõe a discutir o espaço cibernético sobre a perspectiva teórica das Relações Internacionais, entendendo o ciberespaço como um novo desafio à geopolítica, impactando sobremaneira no processo de transformação das operações militares.

A quarta seção se dispõe a tratar da reconfiguração do tabuleiro internacional, discutindo o comportamento de duas grandes potências: EUA e Rússia. Em “Fundamentos da Geopolítica Neo-Eurasianista na Inserção Russa no Caso Sírio”, Thainá Nunes e Mayane Silva articulam teorias geopolíticas e a teoria de equilíbrio de poder de forma a interpretar a racionalidade do envolvimento russo na guerra da Síria. Destaca-se no texto a explicação sobre a vertente geopolítica do neo-eurasianismo e de sua relevância para compreender os movimentos de Moscou em seus esforços de reposicionar a Rússia como grande potência na Eurásia. Bruna Moreira, em “Geopolítica e Energia na Região do Cáspio” posiciona sua lente analítica no papel basilar que a região possui para a geopolítica energética contemporânea. A geopolítica do Cáspio é apresentada como um vetor explicativo do *framework* da ação política e geopolítica das grandes potências que competem naquela região. Em “Segurança Alimentar Russa: Estratégia de Autonomia para uma Geopolítica de Incertezas” Thiago Lima discute o papel estratégico do setor agroindustrial para a Rússia numa perspectiva geopolítica. O texto se destaca pela originalidade, trazendo o enfoque geopolítico para o mercado internacional de *commodities*. Por fim, Flávio Rocha Oliveira apresenta a resenha do livro. *Sea Power. The History and Geopolitics of the World's Oceans*, onde atesta a atualidade da geopolítica marítima de Alfred T. Mahan, abordada por Stavridis como subsídio para uma estratégia americana em relação aos seus desafios de segurança advindos de atividades navais de países como Rússia e China. Rica em sua avaliação crítica da obra de Stavridis, a resenha se apoia, em sua reflexão, numa literatura consistente e atual sobre o tema em apreço.

Na última seção discute-se o atual contexto geopolítico sul-americano por meio de dois artigos. No primeiro, partindo das mudanças observadas nas dinâmicas regionais de segurança na América do Sul, Thales de Carvalho e Andréa de Souza, em “O Complexo Regional de Segurança Sul-Americano e a institucionalização regional ao longo do tempo”, buscam discutir o papel das mudanças geopolíticas observadas na região nas últimas décadas e seu impacto no processo de institucionalização de uma arquitetura regional de segurança. Encerrando, Aldomar Rückert, em “América do Sul: Infraestruturas em Regiões Periféricas e Tendências Atuais”, analisa, no contexto da Unasul, o impacto de políticas territoriais direcionadas a infraestruturas nos processos de integração sul-americana.

Assim, num contexto contemporâneo onde coexistem a perspectiva da geopolítica dos fluxos e o resgate das premissas da geopolítica dos fixos é que a iniciativa para a elaboração desse dossiê foi pensada. A proposta se insere no objetivo macro de identificar os estudos geopolíticos gestados no Brasil, bem como o fortalecimento desse campo de conhecimento no país, além de pôr em relevo as perspectivas geopolíticas de análise da reconfiguração do poder no tabuleiro internacional. Convidamos os leitores a uma leitura atenta dos artigos aqui apresentados e desejamos fecundas reflexões geopolíticas.

Wanderley Messias da Costa (USP)

Oscar Medeiros Filho (CEEEEx/EB)

Selma Lúcia de Moura Gonzales (ESG/Brasília)

Augusto W. M. Teixeira Júnior (UFPB/ECEME)

Editores Convidados

Seção 1

Questões Conceituais e Epistemológicas da Geopolítica

A gênese da geopolítica e sua difusão na história mundial

The genesis of geopolitics and its diffusion in world history

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 19-40

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75055

ISSN 2358-3932

ÉRIKA LAURINDA AMUSQUIVAR
RODRIGO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a geopolítica começou a ser difundida exponencialmente no mundo contemporâneo sobretudo a partir das Grandes Guerras Mundiais. As transformações das estratégias políticas nessa época foram fundamentais para redesenhar o quadro de forças entre as potências, sobretudo na Europa. No entanto, a compreensão da geopolítica não está associada apenas a uma dimensão espacial, mas a uma conjugação do território com a disputa de poder. Para se alcançar a diretriz geopolítica de um Estado é necessário identificar os componentes políticos que o compõem, levando em consideração as especificidades de tempo e espaço, ou seja, *quando* se produz tal política e qual o seu *lugar*.

A origem da palavra geopolítica está associada ao desenvolvimento de um pensamento político escandinavo datado da virada do século XIX para o século XX pelo cientista político, sociólogo e jurista sueco Johan Rudolf Kjellén. O termo nasce na Suécia, porém a discussão ganha peso em outros países, a partir de um contexto histórico de disputas territoriais não só na região escandinava, mas também em escala mundial, momento em que a história era marcada por grandes transformações políticas, econômicas e culturais. O termo “geopolítica” ganhou plena notoriedade a partir dos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, pautando as estratégias dos Estados na reformulação de suas políticas a partir de definições espaciais, sobretudo das grandes potências. Dois dos grandes países que passaram a

Érika Laurinda Amusquivar – Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp.

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos – Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.

utilizar amplamente o conceito foram a Alemanha e a Itália – e pautaram suas políticas no nazismo e fascismo, respectivamente.

Desta maneira, a geopolítica – enquanto definição conceitual – passou a ser utilizada pelos acadêmicos de modo a compreender a relação entre a lógica de poder dos Estados a partir da demarcação dos territórios e as características geográficas aos quais esses atores dispunham; e pelos estadistas, uma vez que lhes assegurou uma primazia política, econômica e militar por meio da expansão da estratégia do poder territorial. O conceito, portanto, passou a chamar a atenção, pois sua aplicabilidade tornou-se fundamental para a história, uma vez que sua inserção às vésperas das Guerras Mundiais permitiu inovar as estratégias políticas dos Estados e, portanto, a lógica de poder implementada nesse novo contexto do século XX.

Nesse artigo, portanto, iremos analisar a origem do conceito de geopolítica de acordo com a formulação kjelliana em um primeiro momento e como esse ganhou destaque na formulação da estratégia dos países, sobretudo os adeptos à tradição germanófila, no período do nazismo alemão. O objetivo desse texto é observar a trajetória do conceito e apontar como o mesmo expressa um conteúdo *histórico* e, sobretudo, *político*. Para tanto, será resgatado o momento histórico em que a geopolítica emerge até os momentos decisivos da expansão nazista na Alemanha – lugar em que a geopolítica ganha força e se expande até a Segunda Guerra Mundial. O artigo buscará compreender como a geopolítica ganha notoriedade em dois pensadores geopolíticos: Rudolf Kjellén e Karl Haushofer, na medida em que suas respectivas trajetórias estão ligadas à expansão da doutrina geopolítica na Europa do começo do século XX.

A ORIGEM DO CONCEITO DE GEOPOLÍTICA EM KJELLÉN

O termo *geopolítica* aparece pela primeira vez em um artigo de 1899 na revista sueca de tradição conservadora *Ymer*. O artigo sobre as fronteiras da Suécia, intitulado *Studier öfver Sveriges politiska Gränser*¹ (*Estudos sobre os limites políticos da Suécia*, em tradução livre), foi escrito pelo cientista político, jurista e sociólogo Johan Rudolf Kjellén, que buscou lapidar uma nova área do conhecimento no campo da Geografia. No entanto, apesar de Kjellén ter apresentado o conceito no final do século XIX, ele o discutirá melhor em 1916 no seu livro *Staten som livsform* (*Estado como forma de vida*, em tradução livre). Nesse livro, Kjellén denomina a geopolítica como

o estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço da Terra – logo, do Estado como país, como território, como região ou, mais caracteristicamente, como domínio político (*reich*) (Kjellén 1924 *apud* Couto e Silva 1967, 160).

A geopolítica por definição compreende, portanto, o Estado como fenômeno do espaço. Também é definida enquanto um novo subcampo da disciplina de Geografia responsável pelo estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como um fenômeno localizado em um certo território (Couto e Silva 1967). Seu objeto não é o estudo geográfico do país no que se refere à geografia física ou à geografia humana, mas exclusivamente ao território como organização política, isto é o *reich* (Backheuser 1952).

Para se compreender mais detalhadamente o conceito da geopolítica, é preciso estabelecer uma análise do momento histórico em que o mesmo foi cunhado. Para tanto, a trajetória do autor é crucial para o entendimento de suas posições políticas e ideológicas. Concomitantemente, o momento histórico que passava a Suécia também é fundamental, visto que, em princípio, a análise geopolítica de Kjellén se refere ao país de origem. O pensador sueco também se preocupava com a política internacional, o que ajuda a compreender o conceito a partir das transformações políticas dos Estados na virada do século XIX para o XX.

Johan Rudolf Kjellén nasce em 1864 na Suécia, com uma formação luterana advinda de seu pai, um pároco na cidade de Torsö. Tendo nascido e crescido em um contexto de modernização sueca, fruto da Revolução Industrial e sob o Regime do Reino da Suécia e Noruega, Kjellén ingressou em 1880 na Universidade de Uppsala, e sua formação em Ciência Política fora determinante para a sua posição política mais conservadora, uma vez que seus estudos seguiam a linha da interpretação do caráter jurídico-constitucional do Estado (Holdar 1992). Durante onze anos em Uppsala se tornou PhD em Ciência Política em 1891. Ao se formar, foi contratado pela mesma Universidade como professor assistente na área de Ciência Política e Geografia entre 1890-1893. Posteriormente foi catedrático de Teoria do Estado na Universidade de Gotemburgo de 1901 a 1916 (Mello 1997). Como tinha pouca experiência na área da geografia, Kjellén buscou intensificar seus estudos e, dessa maneira, começou a ministrar palestras sobre questões contemporâneas as quais incitavam à pesquisa na área da geografia. Como também foi colunista e comentarista em um jornal conservador sueco intitulado *Svenska Dagbladet* (*Diário Sueco*, em tradução livre), as análises que publicava o ajudaram a pesquisar sobre a política conjuntural nacional e internacional. Assim, a aproximação dessas duas áreas do conhecimento – política e geografia –, juntamente com o acompanhamento das notícias políticas conjunturais de seu país, foi crucial para marcar seus estudos tanto na dimensão geográfica quanto na política, daí o termo cunhado mais tarde de *geopolítica* (Lewin 2008). Não se tratava, no entanto, de juntar política com geografia, mas de dar um novo olhar para a política, de modo a concebê-la em decorrência das condições geográficas (Couto e Silva 1967, 161).

Além de sua atuação no campo acadêmico, Kjellén também se tornou um importante político e jurista. Sua trajetória política também ajudou a disseminar o conceito de geopolítica. Durante 1905 a 1908, e depois entre 1911 a 1917, cumpriu dois mandatos como membro da Câmara do Parlamento Sueco (Almagià 1933) com ideias conservadoras, sobretudo em relação à política nacional sueca. A aproximação com questões da política da Suécia o influenciou de modo a posicionar suas ideias a partir de um prisma nacionalista (Holdar 1992). Em meados do século XIX, a Suécia travou uma disputa com a Noruega, de modo que a união política entre Noruega e Suécia estabelecida fosse contestada pela primeira (Lees-Smith 1923). Kjellén defendia a primazia da Suécia, e sua preocupação excessivamente nacionalista fez com o que jurista sueco escrevesse diversos livros que discutiam a estratégia sueca frente às de outros países.

Kjellén funda nos estudos interdisciplinares entre Ciência Política e Geografia uma análise mais profunda sobre a região escandinava, sobretudo na interpretação do papel da Suécia nas articulações e reformulações políticas da região. Em muitos de seus escritos, o autor menciona a Suécia como um país estratégico na região nórdica, uma vez que seus atributos geográficos permitiam se proteger contra as ameaças provenientes de outros países, especialmente a Rússia, considerada como uma grande potência rival, seja por sua extensão territorial considerável, seja por suas posições políticas expansionistas² (Kjellén 1912, 1913, 1915). É nesse contexto que Kjellén desenvolverá uma leitura favorável quanto à aproximação estratégica com a Alemanha, que mais tarde seria o caminho aberto para que suas ideias pudessem ser disseminadas em âmbito mundial. Tanto que seus escritos remetem à importância da Alemanha para a redefinição de uma política mais assertiva também na região escandinava. Sem o papel alemão, a Europa seria dominada pelo *perigo russo*, segundo sua interpretação (Kjellén 1905, 15). Inclusive no livro *Världskrigets politiska problem* (1915) Kjellén chega a citar o seu artigo *Den ryska faran* de 1913 (*O Perigo Russo*, em tradução livre) para reforçar as configurações espaciais da Rússia, bem como sua estratégia nacionalista.

Diante da constatação de que a Alemanha era um país estratégico, seus escritos não tiveram grande repercussão na Suécia. Apesar de ter lecionado em duas universidades importantes – Uppsala e Gotemburgo – devido a sua conduta nacionalista durante a construção de seu pensamento enquanto geopolítico, Kjellén durante muito tempo foi rejeitado pela comunidade acadêmica e política escandinava. Isso porque muito da construção de suas obras manifestava uma forte influência alemã, a qual mais tarde foi um dos principais pilares para a estratégia da Alemanha para a definição da política estratégica das duas Guerras Mundiais, enquanto que a Suécia

tentava permanecer neutra durante os conflitos. Desse modo, a notoriedade do pensamento de Kjellén aparecerá de forma mais contundente fora do território sueco, apesar de boa parte de seus estudos enaltecereem a autonomia de seu país de origem.

A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO KJELLIANO PARA A HISTÓRIA DA GEOPOLÍTICA

Para Rudolf Kjellén, a necessidade de se criar uma Ciência Política sistematizada baseada na visão estadocêntrica permitiu ao jurista sueco uma inovação nos estudos tanto da ciência política quanto da geografia. A busca pela interpretação dos rumos da política mundial, tendo as grandes potências como principais atores do rearranjo político foi uma das forças motrizes para que seu pensamento sobre a geopolítica pudesse se desenvolver. O conceito de geopolítica, apesar de ter aparecido pela primeira vez em 1899, será plenamente desenvolvido em dois livros que se destacaram. O primeiro, intitulado *Stormakterna (As Grandes Potências)*, em tradução livre) foi publicado pela primeira vez em sueco em 1900, desdobrando-se em três publicações revisadas. A primeira edição revisada data de 1911 a 1913 (*Stormakterna I-V; As grandes potências I-V*, em tradução livre); a segunda data de 1914 (*Samtidens Stormakter; As grandes potências contemporâneas*, em tradução livre) e a última em 1920, *Stormakterna och Världskrisen; As grandes potências e a crise mundial*, em tradução livre (Holdar 1992, 308).

Suas obras também ganharam notoriedade na Alemanha. A tradução nesse país rendeu 22 edições entre 1914 e 1930, prefaciadas pelo alemão Karl Haushofer. O segundo livro, *Staten som livsform (Estado como uma forma de vida)*, em tradução livre) (1916), ganhou destaque quando fora publicado também para a língua germânica (*Der Staat als Lebensform* ou *Estado como forma de vida*, em tradução livre) em 1917 (Holdar 1992, 310) cujo trecho evidenciava: “Sua ala esquerda não é a geografia, mas a geopolítica; seu assunto não é do país, mas sempre e exclusivamente da organização política penetrada pela terra, ou seja, o território” (Kjellén 1924, 42, tradução livre). Ambas as obras tinham como convergência o estudo do Estado, mais especificamente as grandes potências. O conceito de geopolítica ganhou espaço, dessa maneira, a partir das análises que Kjellén propunha sobre o Estado.

Uma das importantes premissas que Kjellén defende é compreender o Estado como um *organismo vivo* ou, conforme o título de seu livro menciona, como uma forma de vida – seja enquanto uma *forma* orgânica ou como uma *analogia* a um organismo (Holdar 1992, 310). Para que Kjellén pudesse sustentar essa ideia, a leitura de obras de alguns pensadores teve suas

respectivas contribuições para a construção do seu conceito de geopolítica, bem como sua concepção de Estado. O sociólogo sueco tinha muitos estudos sobre outras áreas do conhecimento e, em boa parte, dedicava-se à leitura do pensamento filosófico idealista alemão de Georg Friedrich Hegel e Johann Gottich. No campo dos estudos historiográficos, Kjellén também lia escritores alemães como Leopold Von Ranke. Outra área importante sobre a qual Kjellén se debruçou era a biologia, sobretudo do naturalista britânico Charles Darwin na sua obra *A Origem das Espécies*, de 1859 (Darwin 2002), que ocasionou uma série de desdobramentos, sobretudo o *darwinismo social*. Na virada do século XIX para o século XX já se encontravam nas análises das ciências humanas e sociais, e não apenas ao campo das ciências biológicas a ideia positiva de uma competição na qual os indivíduos mais fortes deveriam prevalecer em detrimento dos mais fracos. Essa ideia também fora aplicada aos Estados, visto sua analogia orgânica. Mais tarde, essa interpretação seria utilizada como discurso para ratificar a condução dos Estados no processo nacionalista, imperialista e nas Grandes Guerras Mundiais.

Por fim, uma quarta linha de estudos, fruto de seu trabalho acadêmico, foi no campo da geografia, que tinha entre seus principais expoentes os geógrafos alemães Karl Ritter e Friedrich Ratzel (Holdar 1992, 310) e o francês Vidal de La Blache. Foi a partir dos estudos de Friedrich Ratzel que se desenvolveram as doutrinas geopolíticas do geógrafo inglês Halford Mackinder, o geopolítico sueco Rudolf Kjellén e o general alemão Karl Haushofer (Moraes, 1990). Ratzel apresenta uma divisão da geografia em três vertentes: geografia física, biogeografia e antropogeografia. Essa última foi determinante para que esses autores se baseassem nos estudos da relação entre terra e homem. Segundo Ratzel, “as mútuas relações existentes entre a Terra e a vida, que sobre aquela se produz e se desenvolve, constituem precisamente o nexos entre uma e outra e, portanto, devem ser particularmente examinadas” (Ratzel 1990). A ideia de organicidade, portanto, permeará os estudos dos geógrafos posteriores a seu pensamento. Especialmente para Kjellén, embora o autor tenha se baseado na geografia política de Ratzel, o sociólogo sueco trará uma inovação entre essa última e a geopolítica ao incorporar o componente da política à relação “Terra e vida”: “Como ciência política, ela (a geopolítica) tem sempre em vista o Estado como uma unidade e contribui para o entendimento de sua natureza; enquanto a geografia política estuda a terra como sede de comunidades humanas, em relação a seus outros atributos” (*apud* Couto e Silva 1967, 161).

Como observado, a pluralidade disciplinar em que Kjellén baseou seus estudos lhe proporcionou uma abrangência analítica. A confluência entre filosofia, história, biologia e geografia permitiu ao autor encontrar bases

para a organicidade de sua definição do Estado, em que o mesmo aparece quase como uma unidade possuidora de um *corpo* (*território*) e uma *alma* (*nação*) (Holdar 1992, 312; Lundén 1986). Kjellén, ao trabalhar com esse conceito de Estado, buscou reconstruir os fatores que o compõe, tal como grupos sociais, territórios e recursos naturais. E tal como um organismo, também possui suas necessidades, expressadas por meio de seu caráter expansionista. Assim, um Estado não possui uma política expansionista porque deseja, mas porque *necessita*. Trata-se, portanto, de uma *condição determinística*, ao passo que o Estado para se tornar forte é *obrigado*, por sua natureza, a ser expansivo (Lundén 1986). O Estado se torna *escravo* de seu território e torna-se um ser vital, assim como outros organismos biológicos, dotado de vida própria e necessidades relativas à sua condição orgânica (Mello 1997).

Uma vez que o conceito de Estado passa a ser denominado pelas suas características determinísticas, isto é, pelo que está fadado a acontecer, Kjellén direciona o campo da geopolítica mais para perto da Ciência Política ao invés da Geografia. O Estado enquanto organismo possui poder, mas essa definição só pode ser *relacional*, ou seja, comparada ao poder dos outros Estados (Holdar, 1992). Por isso, em boa parte de suas obras, Kjellén se atenta para a discussão do papel desempenhado pelos Estados, em especial das grandes potências, dentro da lógica territorial enquanto pré-condição determinística.

Desse modo, Kjellén, ao elaborar o conceito de geopolítica e situá-lo mais no campo da Ciência Política em relação aos aspectos metodológicos, buscará afirmar uma nova forma de conceber o Estado e, por conseguinte, a Política:

Kjellén é, além do criador fulgurante de uma nova doutrina de Estado, seu formidável e meticuloso sistematizador. [...] Seu sistema, apresentado em esboço desde 1908 nas preleções feitas na Universidade de Gottemborg, é revisto outra vez, e outra vez apresentado em linhas mais harmônicas, por isso mais simétricas, no citado pequeno volume de 1920. É então que passa a falar, com insistência e precisão, de *Política* e não vagamente de uma *Ciência do Estado*, teórica. Insiste no caráter *prático*, concreto, objetivo da Política, pois deseja vê-la ocupando-se do “*Estado como ele é*”, e não abordando princípios vagos, imprecisos, e mais ou menos idealísticos. Para isso, fixa nitidamente o conceito que deseja conferir à Política, bem como a sua linha de demarcação com outras ciências e os contornos internos de uma subdivisão orgânica que mantenha a unidade na variedade.

A Política conserva para ele – é claro – seu velho caráter de arte de governar os povos, mas a estes ele os vê constituindo os vários

Estados da Terra como “agentes” da história do mundo [...]. Na corrente de Hubner Droysen, considera que a Política *não ensina como deve ser* o mundo, os Estados em geral, e cada Estado em particular, *mas como são de fato e como podem ser*. (...) A Política será, melhor dizendo, a “ciência dos estadistas”, dos homens que por lidarem com a realidade das coisas dela precisam tomar conhecimento em seus duros aspectos efetivos (Backheuser 1952, p. 35-36, destaques no original).

A Política, portanto, segundo Kjellén, era a “teoria do Estado” (Holdar 1992). Além de se empenhar na leitura do papel do Estado frente às condições territoriais, Kjellén também desenvolverá um sistema de conceitos para analisar a relação entre os Estados de modo a tornar sua metodologia mais rica no que se refere aos aspectos mais detalhados das estruturas que compõem os atores estatais. Kjellén categoriza os atributos do Estado como: *Geopolítica* (estudo do território do Estado); *Etno ou Demopolítica* (estudo da população do Estado); *Ecopolítica* (caráter da economia do Estado); *Sociopolítica* (estudo da política societal) e, por fim, a *Cratopolítica* como estudo da política governamental-constitucional das massas (Mello 1997, pp. 35-36). Para o autor, a dimensão econômica, ética, social e jurídica eram fatores tão importantes quanto a dimensão territorial. Em outras palavras, para entender as demandas do Estado e sua posição política, a análise deve ser feita por meio das cinco categorias para conceber a doutrina do Estado como um organismo geográfico que, dentro de seu território dispõe de características e relações inseridas na dimensão espacial (Edström et al. 2014).

Ao se pensar o Estado como um território e nação, Kjellén também articula suas análises a partir da relação entre nacional e internacional, uma vez que sua própria definição de política e Estado possui um recorte fronteiriço. Ao analisar as cinco categorias, o jurista sueco dispõe de uma análise dentro do escopo espacial do Estado, isto é, a partir de uma dimensão nacional. Mas a condição vital do Estado é uma condição relacional, a sua preservação perante os demais Estados, trazendo, portanto, uma dimensão internacional (Edström et al. 2014). Tanto que suas obras buscam compreender o papel e as estratégias da Suécia perante os desdobramentos conjunturais mundiais. Outro fator estudado foi o papel da Suécia e sua importância geopolítica para a Europa, especialmente na sua relação com a Alemanha, pois destacava a importância desse país no continente europeu. Já em âmbito mundial, a análise referente à Primeira Guerra Mundial se tornou uma das peças mais importantes para a estratégia dos países em meio a um conflito em escala global.

A Primeira Guerra Mundial proporcionou bases sólidas para o conceito ganhar importância na Europa, haja vista a rivalidade entre as grandes

potências, já estudada no livro de Kjellén *Stormakterna* (1912). Nessa obra, o jurista sueco já apresentava os indícios dos contornos da política das potências consideradas importantes no cenário internacional da virada do século XIX e começo do século XX, com foco na França e na Alemanha. Durante a eclosão da Primeira Guerra Mundial, Kjellén apresenta, em seu livro de 1915, *Världskrigets politiska problem (Os problemas políticos da guerra mundial)* (Kjellén 1915), alguns problemas que provocaram o grande conflito mundial, tal como a trajetória política no pré-guerra. Segundo o jurista sueco, alguns países como Rússia, Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha seriam as grandes potências, as quais se inserem no mapa político delineado por diferentes interesses vitais desses mesmos Estados. Os dois últimos países representariam um poder em ascensão; a Alemanha, em especial, deteria o *status* de *potência mundial do futuro – framtidens världsmakt* (Kjellén 1915, 168), um poder capaz de modificar o jogo político na Europa.

Toda a preocupação de Kjellén com a política internacional das grandes potências no que se reflete no conceito de geopolítica teve repercussões para além da Suécia. De fato, o termo geopolítica passou a se difundir a partir do final da Primeira Guerra Mundial, aliado ao fato de que na Europa se exacerbava uma política imperialista, e a posição territorial dos Estados poderia favorecer (ou não, dependendo de seus interesses) o lugar ocupado por esses países na política continental. Na Alemanha, em especial, o termo ganhou um significado especial, mais tarde com o nazismo. As ideias de Kjellén, que tinham uma conotação conservadora na Suécia, ganharão espaço na Europa, sobretudo na Alemanha, por meio de seu intérprete, o general Karl Haushofer.

A disseminação do conceito de geopolítica na Alemanha: a importância de Karl Haushofer

O conceito de geopolítica rapidamente ganhou espaço na Europa. Logo após a Primeira Guerra Mundial, o termo passou a ser utilizado largamente nos meios acadêmicos e políticos. Além do general alemão Karl Haushofer, teóricos alemães como os geógrafos Otto Maull, Erich Obst e Hermann Lautensach; o cientista político Adolf Grabowsky (cofundadores e coeditores da revista geopolítica alemã *Zeitschrift für Politik*); o jurista e filósofo político Carl Schmitt, e linguista Heinz Kloss promoveram discussões sobre a geopolítica nas diferentes áreas acadêmicas. Entre os políticos, se destaca Rudolf Hess – um dos principais fundadores do Partido Nazista e responsáveis por ajudar a incorporar a ideia de espaço vital na Alemanha de Adolf Hitler (Couto e Silva 1967).

A excessiva exaltação do papel da Alemanha por Kjellén fez com que rapidamente a geopolítica de origem sueca derivasse na perspectiva ger-

mânica, ao incorporar a ideia do *Lebensraum* à definição de Estado – conceito alemão preconizado por Ratzel no final do século XIX que significa “espaço vital” –, desdobrada da noção de uma perspectiva estratégica expansionista da geopolítica enquanto garantidora dos interesses orgânicos do Estado. O termo geopolítica e a nova interpretação de Estado desembarcaram na Alemanha para que esse país fosse palco da concretização das estratégias geopolíticas propostas pelo jurista sueco.

O conceito de geopolítica na Alemanha foi introduzido pelo general, jornalista, político e professor de geografia política e história militar alemão Karl Ernst Haushofer (Mello 1997). Ele foi o precursor das ideias de geopolítica na Alemanha no período entreguerras, marcando definitivamente a importância da posição política alemã no mundo. Mais do que teoria, a geopolítica era uma diretriz política para a Alemanha afirmar seu poder perante os demais países (Hervig 1999, 218). E o papel da Alemanha no conflito mundial abriu uma lacuna no pensamento político e estratégico do país. A Alemanha havia sofrido uma derrota na Primeira Guerra, e posteriormente se sujeitou às cláusulas do Tratado de Versalhes. Do ponto de vista interno, a fragilidade da República de Weimar, assim como a ascensão do nacional-socialismo permitiram a ascensão das concepções geopolíticas do general Karl Haushofer (Mello 1997, 38).

Karl Haushofer foi um importante personagem na história da Alemanha, uma vez que delineou boa parte das estratégias geopolíticas germânicas depois da Primeira Guerra Mundial. Seu ingresso no Exército, em 1887, propiciou um olhar mais estratégico para a Alemanha, sobretudo no decorrer da Primeira Guerra (Hervig 2013, 222). O interesse pela organização política e militar dos países orientais guiou Haushofer a uma viagem ao Japão, China e Coreia para estudar as estratégias e a estrutura de poder desses países. Assim, suas observações entre 1908 e 1910 sobre as estratégias militares, especificamente no Japão, foram importantes para organizar a tropa alemã nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial (Hervig 1999, 222; Mello 1997, 38), uma vez que o geopolítico alemão também era major-general. Tal expertise também permitiu a Haushofer ingressar na Universidade de Munique onde se formaria em 1913, tornando-se, à semelhança da trajetória de Kjellén, professor de geopolítica na mesma universidade. Seu estudo sobre a estratégia da guerra permitiu a Haushofer transitar entre os esboços teóricos da geopolítica e as diretrizes da *práxis* por meio do Exército. Haushofer apresentou sua tese de doutorado na Universidade de Munique abordando uma leitura geopolítica sobre o Japão (Hervig 2013, 222), e seu interesse pela geografia, associada às constantes leituras do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, garantiu ao general alemão um cargo como docente na Universidade de Munique, o que mais tarde lhe

ajudou a criar a linha de pesquisa da geopolítica alemã, denominada por alguns teóricos por “Escola de Munique”³ (Herwig 1999).

O general alemão em 1916 teve contato, pela primeira vez, com a obra de Kjellén, e desse estudo buscou aprimorar suas estratégias a partir da leitura dos textos do jurista sueco (Herwig 1999, 238). Desde então, o general alemão se aproximou da temática, buscando aprimorar o conceito de geopolítica para o contexto da Alemanha e seus interesses políticos. Escreveu mais de 40 livros e cerca de 400 artigos sobre os estudos de Kjellén, Ratzel, Mackinder, entre outros (Herwig 1999, 221).

A projeção teórica de Haushofer se deu sobretudo a partir da inauguração da revista de geopolítica, em janeiro de 1924 intitulada *Zeitschrift für Geopolitik*. Ancorado no conceito de geopolítica introduzido por Kjellén,

A fundação de um periódico mensal em janeiro de 1924, o *Zeitschrift für Geopolitik*, dedicado exclusivamente ao cultivo deste assunto, testemunha o interesse generalizado que foi agitado pelo trabalho de Kjellén. O professor Karl Haushofer de Munique, o editor, anuncia com franqueza que o objetivo deste jornal é encorajar investigações ao longo das linhas traçadas por Ratzel e Kjellén. Ele define *Geopolitik* como “a ciência das formas políticas da vida em suas relações regionais, nas suas relações com a superfície da Terra e influenciada pelos movimentos históricos” (German Political Geography 1925, 340-341).

A revista *Zeitschrift für Geopolitik* inaugurou a produção teórica da chamada Escola de Munique (ou Instituto de Munique), tendo como objetivo tratar os assuntos do Estado a partir da fusão da área da Geografia com a Ciência Política. O editor-chefe foi Karl Haushofer, o que lhe permitiu intensificar seus estudos acerca da geopolítica. Em 1928, na obra *Bausteine zur Geopolitik*, Haushofer já havia amadurecido seus estudos sobre a geopolítica e explicitado sua própria definição. Segundo o general alemão, geopolítica é “a doutrina das relações espaciais de desenvolvimentos políticos ... com base nos fundamentos gerais da geografia, particularmente na geografia política, como a doutrina dos organismos espaciais políticos e sua estrutura” (Haushofer 1928 *apud* Herwig 1999, 219, tradução livre). Com essa definição, Haushofer buscará balizar os fundamentos da geografia e da política a partir de uma dimensão espacial, enfatizando a importância das *fronteiras*, ao passo que a Alemanha, nesse momento histórico, vivenciava um momento político conturbado.

Além de Kjellén, Haushofer também buscou nos estudos de Friedrich Ratzel a relação entre geografia e política, conforme se vê na análise a seguir:

Foram fontes importantes de inspiração para o principal teórico geopolítico e general militar, Karl Haushofer. No momento da sua visita à Suécia em 1935, Haushofer estava prestes a publicar a 25ª edição alemã de *Die Grossmächte* de Kjellén [As Grandes Potências, em tradução livre]. A ideia de que os Estados não eram entidades jurídicas fixas, mas organismos dinâmicos que competiam na cena internacional, era algo que apelava para Haushofer. Ele deveria fundir esse pensamento com o conceito de *Lebensraum* de Ratzel, que mais tarde alcançaria Hitler (Tunander 2001, 451).

Neste diapasão, a publicação do prefácio de Haushofer na 25ª edição, em 1935, do livro *Stormakterna* (*Die Grossmächte*, em alemão), de autoria de Kjellén, foi um dos primeiros indícios de seu interesse pela geopolítica, tanto que foi uma importante fonte teórica para aprimorar a ideia do *Lebensraum*, já preconizada por Ratzel. E, assim como Ratzel e Kjellén, Haushofer associou algumas áreas do conhecimento, como Geografia e História.

Sua experiência no exército proporcionou uma leitura geopolítica mais aproximada da estratégia a qual o Estado deveria seguir para buscar seus interesses vitais. Apesar de ter-se fascinado pelos estudos do Japão e o extremo oriente,

A matriz teórica da doutrina de Haushofer deve ser buscada, por outro lado, na geografia política de Ratzel, na geopolítica de Kjellén e, principalmente, na teoria do poder terrestre de Mackinder, cujas ideias constituem o núcleo central da proposta de edificação de um bloco eurasiático sob a direção da Alemanha nazista (Mello 1997, 38).

A centralidade de Haushofer estava, portanto, na Eurásia,⁴ e a Alemanha seria a responsável por conduzir a coalizão com a União Soviética, conquistando o poder e a primazia na região. No entanto, apesar do pensamento geoestratégico de Haushofer oferecer um papel de protagonista à Alemanha, as ideias do geopolítico não se tornaram automaticamente as diretrizes da política nazista na Alemanha. Isso porque a trajetória pessoal e política de Haushofer é deveras complexa e se funde com os fatos históricos marcantes da Alemanha nazista.

A vida de Haushofer fora marcada por importantes conexões com a política, o exército e a academia. Estudar a geopolítica e sua difusão na Alemanha é também acompanhar a trajetória da vida pessoal e política do general alemão. No entanto, apesar da tarefa de reconstituir esse caminho metodológico que conecta “vida e obra”, muitos relatos biográficos são inconclusivos, ao passo que a reconstrução histórica fidedigna sobre seu passado, principalmente sua suposta conexão com o partido nazista possui

diversas lacunas e, portanto, muitas das afirmações devem ser revisadas e comprovadas. Para apresentar tais conexões, no entanto, apresentaremos algumas conjecturas.

Muitos fatos sobre a época em que Haushofer ganhou notoriedade política e acadêmica se passam nos períodos que antecedem à ascensão de Adolf Hitler no poder até o ano em que se suicida em 1946. Esses dados históricos, no entanto, ainda são desconhecidos, inclusive se Haushofer e Hitler tinham uma proximidade a ponto de deduzir uma possível influência política do geopolítico alemão sobre o governo nazista. Recentemente alguns documentos vieram à tona. Segundo o jornal alemão *Die Welt*, em 2010 cerca de 500 documentos foram encontrados e leiloados da casa de leilão Fürth Behringer, como dados do ingresso de Hitler na prisão em Landsberg, bem como os registros de visitantes ao Führer durante seu encarceramento⁵ (Kellerhoff 2010). Por tratar-se de documentos que foram comprados e, portanto, de posse particular, há algumas especulações sobre as visitas a Hitler na prisão que poderão se confirmar somente se esses documentos se tornarem totalmente públicos.⁶

A vida política de Haushofer começara a se transformar em 4 de abril de 1919, ano em que ele dá aulas de geopolítica na Universidade de Munique a Rudolf Hess (Hervig 1999, 224) – um dos protagonistas na criação do nacional-socialismo, partido de Adolf Hitler, chegando ao posto de vice-Führer da Alemanha no período do regime nazista. O interesse de Hess pela geopolítica e o conceito do *Lebensraum* o ajudaram a pensar um papel de protagonista para a Alemanha após o Tratado de Versalhes. Essa aproximação acadêmica rapidamente se converteu na aproximação pessoal entre Hess e Haushofer. Rudolf Hess foi um dos principais condutores das leis antisemitas na Alemanha. Hess se tornou amigo próximo da família Haushofer, inclusive de sua mulher de ascendência judaica Marta Mayer Doss. No entanto, apesar dessa ascendência, durante seu posto ativo como vice-Führer ele tentou resguardar a família durante seu período de maior influência no governo alemão, proibindo a SS de monitorá-los, prendê-los e executá-los (Herwig 1999). Hess também era próximo de seus dois filhos, Heinz e Albrecht Haushofer, tendo esse último se tornado mais tarde o assessor de Hess no regime hitleriano. Albrecht Haushofer se tornaria o principal seguidor da linha geopolítica e contribuidor do jornal que seu pai coordenara, *Zeitschrift für Geopolitik*, uma vez que também se tornou professor e passou a lecionar geopolítica na Universidade de Berlim. Albrecht Haushofer conciliou a vida acadêmica e vida política e se tornou o assessor de Hess, aprofundando os laços da família Haushofer com o poder na Alemanha. Morreu em 1945, meses antes que Hitler, marcando a história da Alemanha na Segunda Guerra Mundial ao lado de Rudolf Hess.

Segundo o relato de seu filho, Wolf Rüdiger Hess, em maio de 1920 seu pai ouviu pela primeira vez o discurso de Hitler na cervejaria na Bavária e passou a fazer parte do grupo no dia 1º de julho de 1920 (Hess, 1993). Foi então que Hess começou a participar do Partido Nazista, em 1920 (Hess, 1993), e imediatamente se aproximaram. Quando Hitler foi preso em 1923, os companheiros partidários, incluindo Hess, também o acompanharam. Um pouco antes de ingressar à prisão, ainda como aluno na Universidade de Munique, Hess já havia adotado Haushofer como seu mentor. Tendo quase o dobro da idade de Hess, Haushofer o tratava quase como um filho adotivo (Irving 2010, 7), a ponto do professor de geopolítica visitá-lo na prisão em Landsberg. Com relação a esse episódio muitos relatos biográficos se divergem.

A primeira fonte indica que Haushofer conheceu Adolf Hitler antes do golpe, quando foi abordado para ingressar no partido, mas recusou a proposta (Herwig, 1999). Outra fonte, como o Museu de História Alemã, explicita que o primeiro encontro de Haushofer e Hitler foi em 24 de julho de 1921 ocasião em que apresentou as ideias do *Lebensraum* (Deutsches Historisches Museum, s.d.) e que, portanto, a bagagem teórica geopolítica ajudou a compor um dos pilares político-estratégicos do governo nazista. Uma terceira versão apresenta uma aproximação direta entre Haushofer e Hitler. Segundo as informações do Departamento de Justiça de Landsberg apuradas por Hans-Adolf Jacobsen, biógrafo de Haushofer, o geopolítico e general alemão visitou Hitler na prisão entre 24 de junho e 12 de novembro de 1924, ensinando-lhe as teorias da geopolítica; os conceitos de *Lebensraum*, *heartland* e darwinismo social; e apresentando as obras de Ratzel – *Politische Geographie* (Geografia Política) e Carl von Clausewitz – *Vom Kriege* (Da Guerra), tanto para Hitler quanto para Hess (Herwig 1999). Durante as oito semanas de visita (sempre às quartas-feiras na parte da manhã e da tarde), no total de 22 horas de tutoria, Haushofer lhes teria ensinado sobre a geopolítica como a principal diretriz estratégica da Alemanha, principalmente para os políticos que almejavam ascender à liderança do país (Herwig 1999; Jacobsen 1979).

Uma quarta versão aponta que Haushofer visitou apenas Hess na prisão. Segundo David Irving (2010), biógrafo de Rudolf Hess, entre 24 de junho e 12 de novembro de 1924, Haushofer visitava Hess sempre às quartas de manhã e à tarde. No entanto, segundo suas pesquisas, apesar de suas visitas serem destinadas a Hess, Haushofer

também viu Hitler, mas enfatizou anos depois: “Minhas visitas a Landsberg foram destinadas a Hess, como ele era meu aluno”. Na verdade, os visitantes não deveriam ver mais do que um prisioneiro e, na medida do possível, Hitler evitava ser abotoado pelo falante acadêmico.

Para Hess, Haushofer trouxe livros para melhorar sua mente – Karl von Clausewitz sobre a guerra e a segunda edição melhorada da *Politische Geographie* de Friedrich Ratzel – mas ele podia ver que nem Hess nem Hitler compreenderam o essencial da geopolítica apesar desses “tutoriais” privados. “Lembro-me bem,” lembrou o professor em 1945, “que sempre que Hess entendia algo e tentava explicá-lo a Hitler, Hitler iria sair com uma de suas novas ideias sobre uma auto-estrada ou algo completamente irrelevante, enquanto Hess ficava ali e nada mais dizia sobre isso” (Irving 2010, 12).

O fato é que todas essas versões apresentadas demonstram que, direta ou indiretamente, Haushofer teve contato com Hitler, seja na forma de tutoria mais incisiva, seja por meio de seu pupilo. Rudolf Hess, portanto, foi o elo entre o mundo *acadêmico* de Haushofer e o mundo *político* de Hitler. Hess era amigo de Haushofer e braço direito de Hitler. Compreendia a teoria da geopolítica e tentava aplicá-la na *práxis* política. E seus ensinamentos sobre a geopolítica certamente foram cruciais para algumas determinações governistas após a ascensão do nazismo ao poder. A influência dos estudos de Kjellén estava evidente nas diretrizes políticas alemãs. Tanto que, em 14 de maio de 1935, Rudolf Hess viaja a Estocolmo para discursar sobre as relações estabelecidas entre a Suécia e a Alemanha. Em sua arguição, Hess ressalta a importância dos estudos suecos, em especial de Rudolf Kjellén para as necessidades da Alemanha e como esse estudo foi importante para seu mentor, Karl Haushofer, a quem também homenageia em suas palavras (Hess 1935).

Para que se possa indagar mais sobre a geopolítica na Alemanha, deve-se compreender também o elo que existe com seu mentor político no período nazista: Adolf Hitler. A relação de Hess estabelecida com Hitler desde 1920 (HESS 1993, 3-4) foi importante para a construção do regime nazista na Alemanha, e seu pilar teórico e político iniciou-se na publicação na obra de Hitler, o *Mein Kampf* (*Minha Luta*), escrita em 1924 (Hitler 1939) na prisão, ao qual algumas interpretações sugerem a influência de Haushofer e sua teoria geopolítica à obra de Hitler. Segundo o relato do filho de Rudolf Hess, Wolf Rüdiger Hess,

Foi durante esse período de encarceramento que Hitler e meu pai estabeleceram o relacionamento especial de confiança e confiança mútua que marcou a imagem da liderança do partido em anos posteriores. Foi também em Landsberg que Hitler escreveu seu bem conhecido trabalho seminal, *Mein Kampf* [Minha Luta, em tradução livre]. Meu pai editou as páginas do manuscrito e verificou-os quanto a erros. Hitler foi libertado no início de 20 de dezembro de 1924. Quatro meses depois, em abril de 1925, meu pai tornou-se o secretá-

rio particular de Adolf Hitler, com um salário mensal de 500 marcos (Hess 1993, 6).

A partir dessa aproximação, Hess passa a ser vice-Führer do regime nazista, o que lhe garantia certo prestígio político. Seus estudos sobre geopolítica ajudariam a compreender melhor o papel da Alemanha no cenário entre guerras, o que contribuiu para difundir sua doutrina política também a outros países, como a Itália. Ainda que não se comprove os reais fatos sobre a relação explícita entre Haushofer–Hess–Hitler, bem como a influência direta das teses geopolíticas em *Mein Kampf*, o fato é que aparece em uma única passagem explicitamente o conceito de geopolítica:

Se alguém não quer perder a uniformidade da doutrina, esta subdivisão deve ocorrer somente após a autoridade do fundador espiritual e a escola que ele convocou para a vida puder ser considerada como reconhecida. Em relação a isso, a *importância geopolítica* de um centro de um movimento não pode ser superestimada. Somente a presença de um centro e de um lugar, banhada pela magia de uma Meca ou de uma Roma, pode, por fim, dar um movimento que força que está enraizado na unidade interior e no reconhecimento de uma cabeça que representa essa unidade⁷ (Hitler 1941, 481-482, destaque nosso).

Hitler utilizará tangencialmente o conceito de geopolítica ao discutir sobre o desenvolvimento do Partido Nacional Socialista, pois diante de uma sociedade alemã fragmentada era necessária a criação de um núcleo central de comando que deveria se situar em Munique. Na ordem de seu pensamento, a discussão sobre o partido deveria anteceder ao tema sobre o significado de Estado. Apesar de mencionar o termo geopolítica em apenas uma ocasião, o conceito de *Lebensraum* será mais bem desenvolvido, uma vez que o mesmo está vinculado à análise que Hitler faz sobre o Estado como um organismo vivo, tal como a geopolítica defende:

Um Estado pode ser considerado como um exemplo modelo se servir adequadamente não apenas as *necessidades vitais* do estoque racial que representa, mas se ele realmente assegura, por sua própria existência, a preservação desse mesmo estoque racial, independentemente do significado cultural geral que esta instituição estatutária pode ter nos olhos do resto do mundo. Pois não é tarefa do Estado criar capacidades humanas, *mas apenas garantir espaço livre para o exercício de capacidades que já existem*. Por outro lado, um Estado pode ser chamado de ruim se, apesar da existência de um alto nível cultural, condiciona a destruição dos portadores dessa cultura, rompendo sua uniformidade racial. Pois o efeito prático de tal política seria destruir as condições que são indispensáveis para a existência posterior dessa

cultura, que o Estado não criou, mas que é fruto do poder criativo inerente ao estoque racial cuja existência é assegurada por estar unidos no *organismo vivo do Estado*. Mais uma vez, deixe-me enfatizar o fato de que *o próprio Estado não é a substância, mas a forma* (Hitler 1939, 366, destaque nosso).

Tal como defende o Estado como um organismo vivo na obra *Mein Kampf*, o conceito de *Lebensraum* era crucial para que a geopolítica se transformasse de um postulado teórico em uma diretriz política. Em outras palavras, a geopolítica alemã seria o estopim para a cisão ideológica no mundo, as alianças criadas pelos seus líderes estatais e a tentativa de imposição de poder a partir de uma chamada “necessidade vital” dos Estados em um processo natural e determinístico dos mesmos, defendido por essa doutrina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se considerar a cronologia histórica do conceito, a ideia de geopolítica aparece pela primeira vez na Suécia pelo professor e geopolítico Kjellén e ganha notoriedade na Alemanha por Haushofer, no campo acadêmico, e por Hess, no campo político, ao passo que se torna estratégica na consecução do nazismo e na defesa do determinismo do Estado, mais precisamente da Alemanha enquanto merecedora de um papel central de anexação de territórios para sua própria sobrevivência, segundo os preceitos nazistas.

A geopolítica, portanto, marcará profundamente os rumos do período das duas Guerras Mundiais e desembocará com maior nitidez na Segunda Guerra Mundial, ao tornar-se notória não apenas na Suécia, o Estado embrionário, ou na Alemanha, palco do acirramento das tensões mundiais, mas também em outras partes do mundo, servindo de inspiração para novas formas políticas.

Esse artigo, portanto, buscou resgatar a gênese da geopolítica a partir de uma dimensão história de seus principais personagens – Rudolf Kjellén e Karl Haushofer – responsáveis, respectivamente, por cunhar o termo academicamente e por expandi-lo politicamente. O objetivo de trazer os dados históricos para a análise da genealogia da geopolítica foi de enfatizar a importância da dimensão do tempo e espaço de uma concepção teórica, ou seja, da importância de se estudar o *quando* e *onde* se produz tal política.

REFERÊNCIAS

ALMAGIÀ, Roberto. 1933. “Kjellén, Johan Rudolf.” Enciclopédia Italiana. Enciclopédia Treccani. 1933. Disponível em: <[http://www.treccani.it/enciclopedia/johan-rudolf-Kjellén_\(Enciclopedia-Italiana\)/>](http://www.treccani.it/enciclopedia/johan-rudolf-Kjellén_(Enciclopedia-Italiana)/>) Acesso em: 11 out. 2017.

BACKHEUSER, Everaldo. 1952. *A geopolítica geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

COUTO E SILVA, Golbery. 1967 *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

DARWIN, Charles. 2002. *A Origem das Espécies*, Belo Horizonte: Itatiaia.

DEUTSCHES HISTORISCHES MUSEU. S.d. *LEMO – Lebendiges Museum Online* (blog). Disponível em: <<https://www.dhm.de/lemo/biografie/karl-haushofer>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

EDSTRÖM, Bert, BJÖRK, Ragnar e LUNDÉN, Thomas. 2014. *Rudolf Kjellén: geopolitiken och konservatismen*. Stockholm: Hjalmarson & Högberg Bokförlag.

FRIEDMANN, Jan. 2010a. “ZEITGESCHICHTE Fans Auf Dem Feldherrenhügel.” *Der Spiegel*, June 21, 2010. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-71029986.html>>. Acesso em: 24 set. 2017.

FRIEDMANN, Jan. 2010b. “As Mordomias de Hitler Na Prisão.” *O Estado de S. Paulo*. 27 de Junho de 2010. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,as-mordomias-de-hitler-na-prisao-imp-,572725>>. Acesso em: 26 out. 2017.

German Political Geography. 1925. *Geographical Review*, v. 15, n. 2, p. 340-341.

HERWIG, Holger H. 1999. “Geopolitik: Haushofer, Hitler and Lebensraum.” *Geopolitics, geography and strategy*, v. 22, n. 2-3, p. 218-241.

HESS, Rudolf. 1935. “Rede von Herrn Reichsminister Hess AM 14. Mai 1935 in Der Deutsch-Schwedischen Gesellschaft in Stockholm.” Discurso, Stockholm. Disponível em: <https://archive.org/stream/RedeInStockholmAm14.Mai1935/HessRudolf-RedeInStockholmAm14.Mai193510S._djvu.txt>. Acesso em: 13 dez. 2017.

HESS, Wolf Rüdiger. 1993. “The Life and Death of My Father, Rudolf Hess.” *Institut of Historical Review, The Journal of Historical Review*, v. 13, n. 1, p. 24-39.

HITLER, Adolf. 1939. *Mein Kampf*. [S.l, s.n.]

HITLER, Adolf. 1943. *Mein Kampf*. Munique, Alemanha: Franz.

HOLDAR, Sven. 1992. “The ideal state and the power of geography. The life-work of Rudolf Kjellén.” *Political Geography*, Political geographers of the past IX, v.11, n. 3, p. 307-23.

IRVING, David. 2010. *Hess: The missing years 1941-1945*. Dorney, Windsor: Focal Point Publications.

JACOBSEN, Hans-Adolf. 1979. *Karl Haushofer: Leben und Werk*. 2 v. Boppard: Harald Boldt.

KELLENHORFF, Sven Felix. 2010. "Liste mit Hitlers Gefängnisbesuchern wird versteigert|.". *Die Welt*. Disponível em: < <https://www.welt.de/kultur/article8429238/Hitler-Akten-aus-Landsberg-beschlagnahmt.html>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

Kjellén, Rudolf. 1899. "Studier Öfver Sveriges Politiska Gränser." *Tymer*, v. 3, p. 283-331.

Kjellén, Rudolf. 1912. *Stormakterna: Konturer Kring Samtidens Storpolitik*. Stockholm: Hugo Gerbers Förlag.

Kjellén, Rudolf. 1913. *Den ryska faran*. Universidade de Wisconsin – Madison: Karlskrona-tidningen.

Kjellén, Rudolf. 1915. *Världskrigets politiska problem*. Goteborgs; Stockholm: Albert Bonniers Förlag.

Kjellén, Rudolf. 1924. *Der Staat als Lebensform*. Berlim: Kurt Vowinckel Verlag.

LEES-SMITH, H.B. 1923. "The Parliamentary System in Norway." *Journal of Comparative Legislation and International Law*, Third Series, n. 5, v. 1, p. 35-46.

LEWIN, Leif. 2008. "Demokratin Som Övergångsfas." *Svenska Dagbladet*. March 10, 2008. Disponível em: <<http://www.svd.se/demokratin-som-overgangsfas>>. Acesso em: 27 de jul. 2015.

LUNDÉN, Thomas. 1986. "Political geography around the World VI: Swedish contributions to political geography." *Political Geography Quarterly*, v. 5, n. 2, p. 181-186.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. 1997. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Manaus: Universidade do Amazonas.

MORAES, Antonio Carlos Robert. 1990. "Introdução." In: _____. *Ratzel*, São Paulo: Ática.

MURPHY, David Thomas. 2014. "Hitler's Geostrategicist? The Mith of Karl Haushofer and the 'Institut Für Geopolitik.'" *The Historian*, v. 76, p. 1-25.

NEUMANN, Franz. 2009. *Behemoth: The Structures and Practice of National Socialism 1933-1944*. Chicago: Ivan R. Dee.

RATZEL, Friedrich. 1990. *Ratzel*. São Paulo: Ática.

TUNANDER, Ola. 2001. "Swedish-German geopolitics for a new century: Rudolf Kjellén's 'The State as a Living Organism.'" *Review of International Studies*, v. 27, n. 3, p. 451-463.

NOTAS

1. O trecho em sueco em que aparece a expressão “ponto de vista geopolítico” na revista *Ymer* em 1899: “A descrição que foi deixada vai fazer com que procuremos na direção de um *background* histórico e de direito populacional dar uma descrição de conjunto de nossas três principais fronteiras, para que de agora em diante se possa apreciá-las de um ponto de vista antropogeográfico ou, como eu preferiria dizer – do *ponto de vista geopolítico*. Os propósitos são, portanto que, nas condições suecas, e com base numa investigação estritamente empírica, se ponha em prática as sugestões que Ratzel tinha dado em *Antropogeografia I* (1882) e *Geografia Política* (1897)” (Kjellén 1899, destaque nosso, tradução livre).
2. No século XVII, a Rússia impôs seu domínio na Grande Guerra do Norte, que até então tinha a Suécia a liderar a região escandinava. No entanto, com o Tratado de Vestphália em 1648, a Suécia retoma seu *status* e passa a deter províncias como a Noruega (Lees-Smith 1923)
3. Há algumas controvérsias sobre a existência da Escola de Munique ou Instituto de Geopolítica. Para David Thomas Murphy não há dados concretos de sua existência (MURPHY 2014, 2). Já Franz Neumann discorda de tal visão, uma vez que suas ideias tiveram um alcance para além da academia, foi uma diretriz política na Alemanha (Neumann 2009, 137-138).
4. Seu “coração continental” ou “*heartland*”, segundo o geógrafo inglês Halford Mackinder no início do século XX, seria estratégico para se atingir a primazia de poder de um Estado perante os demais, alterando assim o equilíbrio de poder mundial. O bloco eurasiático é uma massa terrestre transcontinental que engloba a Europa e a Ásia (*apud* Mello 1997, 21-37).
5. Provavelmente esses documentos foram extraviados pelo então diretor da prisão Otto Leybold (Friedmann 2010a, 2010b).
6. Os nomes publicados, por enquanto, são de Erich Ludendorff (estrategista do governo nazista), seu conselheiro, Dr. Frick e Alfred Rosenberg, arquiteto, e o que seria o futuro Ministro do Interior. Quanto aos parceiros carcerários estão Friedrich Weber, Hermann Kriebel, Emil Maurice e Rudolf Hess (Friedmann 2010a, 2010b), sendo esse último importante personagem quem será a conexão de Hitler com Haushofer, ainda que indiretamente.
7. Ressalte-se que nem todas as edições de *Mein Kampf* utiliza o termo geopolítica. Em algumas versões encontra-se o termo *geográfica* no lugar, o que acaba esvaziando, nesse caso, o sentido geopolítico da discussão.

A GÊNESE DA GEOPOLÍTICA E SUA DIFUSÃO NA HISTÓRIA MUNDIAL

RESUMO

O objetivo do artigo é resgatar historicamente uma parte da genealogia da geopolítica, que se inicia na Suécia entre o final do século XIX e início do século XX pelo jurista sueco Johan Rudolf Kjellén, mas que ganha notoriedade mundial pelo general alemão Karl Haushofer, redefinindo, assim, a história da política mundial

Palavras-chave: Geopolítica; Genealogia; Rudolf Kjellén; Karl Haushofer.

ABSTRACT

The aim of the article is to rescue historically a part of the genealogy of geopolitics, which began in Sweden between the late nineteenth and early twentieth century by the Swedish jurist Johan Rudolf Kjellén, but gained worldwide notoriety by the German general Karl Haushofer, redefining in this way the history of world politics

Keywords: Geopolitics; Genealogy; Rudolf Kjellén; Karl Haushofer.

Delimiting Geopolitics: a formal approach to define the geopolitical subject

Delimitando a Geopolítica: uma abordagem formal para definir o sujeito geopolítico

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 41-62

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75036

ISSN 2358-3932

DE LEON PETTA GOMES DA COSTA

INTRODUCTION

After several years of neglect, the term “Geopolitics” has been more explored in recent years by academics and the media. This can seem, in general, as a good development, as it relates public opinion to foreign policy and internal territorial management. However, in few instances has the term Geopolitics really been related to the concept and has basic geopolitical study been properly used and applied. Furthermore, the discussion is sometimes not even related to geography by itself, but the term is rather misused in discussions that only focus on international security, nationalism or even international relations without a geographical or spatial approach.

Besides its definitions being extensively explained and explored (sometimes even more) in the last century by old theorists like Friedrich Ratzel, Rudolph Kjellén, Karl Haushofer or Halford John Mackinder and more recently Yves Lacoste or Saul Bernard Cohen, the limits to consider in determining whether a subject, event, analysis, or article is related to Geopolitics still remain poor and vague, creating voids and gaps that can be filled with anything that an author desires to be a geopolitical issue. Like in the past, when Geopolitics was misused and reinterpreted as the German concept of *Geopolitik*, almost banishing the main term from academics, the same problem has returned through the overuse of the term in banal cases and situations not related to Geopolitics and, even more dramatically, in situations not even related to any idea of geography or spatial conception. In fact, this can trigger dangerous situations that can render

geopolitics a pseudoscientific field to justify a supposed strategic vision of a malicious author who wants to do something and support it with an eventual geopolitical concern. For this reason, it is important not to create another definition of Geopolitics but rather develop a precise delimitation of its boundaries to determine when such issue, event or article is or is not a geopolitical subject of analysis and, furthermore, when a movement of such a country is related to its geopolitical ambitions.

It is the intention of this research to evaluate different samples in which the term Geopolitics was employed to analyse when the term was or was not correctly applied. Furthermore, by these samples, the subject of Geopolitics can be separated and identified to determine when such a report or study is or is not related to the main term and to suggest a methodological chart to delimit when the term Geopolitics may be properly used.

FROM "BAD SCIENCE" TO IGNORED SCIENCE

After World War II, several academics related the concept of "Geopolitics" to a militaristic view linked with the German *Geopolitik* and the concept of the politically and militarily dominated space of *Lebensraum* (living space). This eventually resulted in a distance between Geopolitical studies and other academic areas, especially Geography, in North America and Europe. In fact, there was not a single book title in English using the term geopolitics between the 1940s and 1977, with the exception of Sen's Basic Principles of Geopolitics and History, published in India in 1975, and there were few such papers in geographical or political journals. During this period, even with some scholars advocating that geopolitics retained a fundamental value and that its neglect could be both politically and intellectually dangerous, some academics remained very critical, arguing that anything of value in geopolitics was contained within political geography and that geopolitics should be abandoned completely as a scientific term, except for historical connotations or in cases where its revival was considered very premature. The contours of some Geopolitical subjects were appropriated by the political science, strategic studies and international relations literature or limited to military academies and staff colleges, with only occasional aspects coming to the surface in publications, but even in these cases, very few contributed new literature or analysis to the public debate. In general, the conclusion must be that geopolitical writing declined in both language and substance (Heppele 1986). It is important to note that the term Geopolitics was academically neglected, but the foreign policy of many governments was still guided by Geopolitical objectives and goals, such as the United States policy of

containment in the late 1940s and its approach to China in the 1970s, the Cuban situation for the Soviet Union, and even the French and English adventures in the Suez Crisis. However, it is worth of note the fact that this rejection was stronger in Europe than a general feeling in the academics. Especially in United States (as already cited), Brazil or Chile for example, that kept a regular basis of geopolitical writings. In Brazilian and Chilean cases, probably because their military governments during that period. In other countries, in turn, Geopolitics was normally limited to branches of some departments and not open to the general public or academics, like the former Soviet Union and China (where still is a closed subject), due to its sensitive issues.

In 1974, the Swiss P. Guichonnet and C. Raffestin published their work about frontiers, and the French Yves Lacoste (Costa 2008) initiated a quasi-revolution in discussions of political geography, first with the *Hérodote Journal* and later with the book “*La Géographie, ça sert d’Abord à Faire la Guerre*”, both in 1976. The *Hérodote Journal* would shake the discussions of strategy and ideology by recognizing the crisis that geography was suffering at that moment because of its excessive pragmatism and depoliticization. Later, an editorial of the founders in 1986 would say that *Hérodote* (at that moment) was responsible for articulating the Geographical method and Geopolitical analysis. Yves Lacoste stated that Geopolitics was not a monopoly of Ratzel (Ratzel 1983 *apud* Costa 2008) and his Nazi followers or a Hitlerist concept by arguing that Geopolitics was a concern even for Élisée Reclus (Maspero 1983 *apud* Costa 2008), a geographer and anarchist and clarifying that it was not a change in his orientation but rather an explanation of characteristics. In fact, Lacoste considered the use of the term Geopolitics by scholars (and the geographers who were the most capable of this) something natural, as they should be explicitly dedicated to this subject. Furthermore, he proposed a critical Geopolitics more related to peace, social justice and democracy (Costa 2008). The matter around the concept was even more sensitive to some countries like Brazil and Chile, where some scholars linked the Geopolitical writing and national security of Brazil and Chile with the geopolitics of fascist Germany, arguing that the historical context and connection reflect its logic and structural connections (Cavalla and Chateaux 1977). Furthermore, the troubled figures of these countries were directly involved in Geopolitical studies, like the former dictator president of Chile, General Augusto Pinochet Ugarte, and General Golbery do Couto e Silva in Brazil, chief of the SNI (the Brazilian intelligence agency during the military dictatorship) (Chapman 2011). To Peters (1999), the term geopolitics was a substantial element of Western foreign policy during the Cold War against the world under

influence of its rival, the Soviet Union. As a concept to explain the competition for spheres of influence, driven by the fear in the Western camp of a 'strategic strangulation' by the Soviets.

However, Geopolitics barely had regained its centrality in academic discussions when a new "crisis" arrived to Geography by itself. The 1990s and the Post-Cold War Era give a boost to liberal idealism, bringing hard statements like the weakening or even the end of the borders, the inevitable spread of democracy and the loss of the importance of the Geography in a globalized world. Francis Fukuyama argued that the triumph of Western liberal democracy and the free market predicated some form of universal state in a new world, where Geography would have less importance, borders would be useless, and national issues would be more homogenous (+ 1992). In national security matters, even a new generation of threats, like organized crime, terrorism and other non-state agents, would be more important than the older security model based on States as a threat. This "new world" would have deprived the State of its sovereignty with many new globalized threats that do not respect the borders. Furthermore, new technologies would make geography less important than ever. Therefore, the mobility of people and products would drastically increase and lower transaction costs. In fact, geography would be irrelevant in this New Age because irregular (non-state) actors would use the Information Age and cyberspace in a global level of communications, with the resulting absolute loss for the nation-state of the ability to control the mass media and cybernetic space due to widespread access by the population to digital information. In other words, the State would not be able to shape public opinion or control the cyber-criminal enterprises that could hurt its sovereignty (Naim 2006). In this flat world, the concept of space would be useless, like the *New York Times* columnist Thomas L. Friedman (2007) has stated. In fact, the sentence "*because the globalization...*" turned into a general motto or excuse to explain almost any situation, some of them not even really new but only interrupted by the Cold War.

This process of globalization, initially developed by National States, acquired its own life, developing to even threaten its creators (the State-Nation) by its logic and consequences. The implications of the current form of globalization would establish a new pattern of development that could make it at odds with the notion of the old state system (Backer 2004). In this Post-Cold War New World, Geography would be irrelevant, and the Nation-State would die. A vision much shared by academics in the 1990s was that Geopolitics would be something useless and a Cold War relic of an outdated world that no longer existed. Some of these perspectives of a "*global fluidic*" world remained even after the terrorist attacks in

New York and Washington in 2001, based on the excuse that they were only possible because of their peculiar historical and technological moment (Bonanate 2001). Even today, it is not hard to find speeches trying to present the idea of a useless Geography or that Geopolitics lost its meaning in the globalized world. This idea was sometimes connected to the global War on Terror, a supposed new form of war without borders and without a territory.

THE RECOVERY OF GEOPOLITICS AS A VULGAR USAGE

In the 1990s, some authors noticed the reborn of the term “geopolitics”, even among regional groupings, which had abstained from any kind of power aspect in politics, as the European Union for example. As well the problematic precision of what constitutes the Geopolitical Power. With several military, humanitarian and economic crises in the decade of the 2000s, along with the creation of political/economic/military news blocs and several studies and publishes predicting a more complicated world, there was an attempt to take back the idea of Geopolitics, especially because it is a concept that suggests and connotes an idea of a strategic and scientific accurate situation. The Geopolitical perspective attracted greater attention in the academic and popular views. However, this led to a misconception of what Geopolitics really is and when an incident was a geopolitical scenario, confusing it with a regular political or diplomatic event, an economic investment, or a minor international security issue rather than the main concept. In fact, the term Geopolitics became overused, extensively employed in situations just because some map was involved, or even worse, in cases where there was no Geography at all.

It is possible to take as an example some journal articles of Brazilian newspaper columns “trying to analyse” football and the World Cup from a geopolitical perspective. An issue without any Geopolitical context. For example, “World Cup and the Geopolitics” (*Copa do Mundo e a Geopolítica*), which the author makes a deep economic and political (even sociological) analysis of the World Cup and the participating teams of the tournament, something regarding the nationalism and the feelings involved in the tournament. Or “Geopolitics and Football” (*Geopolítica e futebol*), an analysis only about the performance of the teams in the World Cup of France (2002). In both cases, there is not a single direct (or even indirect) relation to Geopolitics, and in fact, there is no Geography involved at all. There is some confusion in mixing nationalism, flags, and performance in the games with a Geopolitical situation, in which even a microlevel of Geopolitics is not involved. In “*Sexual Salvation: Affirming Women’s Sexual*

Rights and Pleasures”, there is a chapter devoted to the history and the geopolitics of prostitution, with an extensive use of Geography and geographical explanations of different situations of prostitution and sexual slavery around the world, but there is not even a single bridge to connect the subject to a geopolitical context (McCormick 1994). In fact, even former Secretary of State Henry Kissinger (partly responsible for the rebirth of the term in the 1970s and 1980s) overused the term. Besides the spatial element that was always present in his speeches, the geographical content was often unclear (Hepple 1986).

Another situation that can be a context of confusion is the Chinese involvement in Africa (Floracruz 2015). The obvious Chinese interest in Africa and its investments in African countries are typically seen as a Geopolitical movement and expansion. However, such a term is not so often used in situations involving European (Doya 2015) countries’ investments or those of Japan, even though Japanese investments are three times larger than those of China in African countries (Crowley 2015). Hence, despite Africa being a common interest for every large or relevant country in the world, investment in that region is only perceived as a Geopolitical movement when it is convenient to sketch a more militaristic or “sinister” scenario. Despite the article’s claim of a possible military interest in this case, there is no evidence to support it.

Even the employment of military personal does not necessarily indicate the Geopolitical interest or ambition of the countries involved in the situation, especially peacekeeper missions. MINUSTAH, the United Nations peacekeeping mission in Haiti since 2004 (United Nations), for example, comprises military forces from many countries (twenty countries currently). Although it includes countries with an interest in the Caribbean region such as Brazil and USA, it also includes countries for which it would be harder to argue any type of geopolitical interest in the Caribbean region, like Philippines, Jordan and Nepal. The same applies in MINUSCA, the United Nations peacekeeping mission in the Central African Republic (United Nations), which would be difficult to call a geopolitical area of interest to Bhutan, Bolivia or Serbia, despite their participation in the mission. This type of situation represents more a diplomatic goal than a geopolitical one. In fact, even participation in a direct military engagement does not necessarily represent a Geopolitical interest, as seen in the Iraq War in 2003, where the Coalition Forces comprised countries such as Poland, Mongolia and Nicaragua, who had no direct Geopolitical goal in the region.

The same logic can be applied to the “*Lobster War*”, when France and Brazil disputed the rights of lobster fishing in a Brazilian maritime region

in 1961. Despite the direct economic interest of the France in fishing lobsters, it hardly proves or indicates that Pernambuco in Brazil was inside the French Geopolitical interest. This discussion is important to show that even military conflicts or crises do not necessarily mean that there is a Geopolitical direct interest. In fact, the word “Geopolitics” is largely deployed in cases in which there is no direct involvement with a Geopolitical background, and this overuse is the result of confusion not only by the media but also by academics who mix this concept with generic geographical information without any basic Geopolitical connection, or in more problematic cases, without even the use of Geography or a map, just a political or a social situation. Although the discussions around Geopolitics, leading to its increased attention in recent years, can be viewed as being generally positive, several precautions must be taken to avoid the unnecessary and excessive use of the concept, causing deterioration to the main subject of Geopolitics.

The formal definition of the term is a very old discussion, not only between geographers but also political scientists, with several approaches to this objective. Besides the delimitation of Rudolph Kjellén (Kjellén 1917 *apud* Cohen 2003), who defined Geopolitics as being “*the theory of the state as a Geographical organism or phenomenon in space*”, that of Edmund Walsh, who stated that it is “*a combined study of human geography and applied political science... dating back to Aristotle, Montesquieu and Kant*”, and that of Saul B. Cohen, who defined it as an interaction between geographical settings and political processes (Cohen 2003), the main problem is not to define what Geopolitics is but rather when a study of a case, subject of analysis or political movement is a Geopolitical matter (Geopolitical Subject). As I already demonstrated, several cases referred to as topics of “Geopolitics” are not even close to geopolitical cases. The frontiers to specifying Geopolitics still remain too far open and vulnerable to be interpreted as any writer wants.

Leslie W. Hepple stated the same problem in 1986:

Geopolitics serves as an umbrella term, encapsulating the interaction of global and regional issues with economic and local structures. But the term geopolitics often appears only in the title, introduction and conclusions, with no linkage to other geopolitical literature, and with the major analysis being conducted using other political and economic intellectual frameworks, usually with little geography and few maps.

In his criticism of the overuse of the term “Geopolitics” in 1986, Hepple points to several studies containing geographical or spatial information

(some of them with no geography at all) but with lack of geopolitical data or relevance, like *Geopolitics of Information* (many studies with the same title have been published in the last years and with the same hardly problematic use of the term) and *Géopolitiques de l'Apartheid* (Geopolitics of Apartheid), which provide an analysis of the territorial and spatial logic, but with no Geopolitical subject or literature involved. The lack of history or critical philosophy may not only “*reinvent the wheel*” but misrepresent the concept by creating a blank check to consider any subject a strategic issue without providing any discussion of social and political aspects or/and models, which must be always involved in social constructions such as geopolitics.

According to Hepple (1986):

The more general, popularized use of geopolitics is very vague in approach, far away from any geopolitical or geographical tradition, and whilst the contributions are often original and valuable, they seem to be searching for an appropriate framework under the general heading of “geopolitics”.

WHEN IS AN EVENT A GEOPOLITICAL MATTER?

After exposing the two extremes of the treatment of Geopolitics, from its exclusion from academia to the extensive and unnecessary use of the term, I want to raise a discussion to refocus on the core of geopolitics to define when an event is really a geopolitical matter and subject case of study or analysis. For this reason, I want to introduce some patterns, dimensions and theories to summarize when a subject can be considered a Geopolitical matter.

According to Saul B. Cohen, the structures of Geopolitics are composed of patterns like shape, size and the characteristics of human geography (like demographics), physical geography (like climate and topography), and features around political geographical areas, nodes and borders. These structures are hierarchically arranged in spatial layers or levels: the geostrategic realm, the macrolevel; the geopolitical region, a subdivision comprising the mesolevel; and national states, quasi-states or territorial subdivisions, the microlevel. Cohen also divides the geographical settings into maritime and continental and reunites the Geopolitical features into Historic or Nuclear cores, the areas in which national state originated; Capitals or Political Centres, where the political and symbolic government rules the population of the delimited territory of the State; Ecumenes, the greatest demographic or economic areas; Effective National Territories

and/or Effective Regional Territories, the moderately pro-state population areas; Empty Areas, essential areas devoid of population; Boundaries, the mark and limit of the national states; and Nonconforming Sectors, areas with separatism sentiment (Cohen 2003).

Meta-Geopolitics, the geopolitics related to the outer space, suggested by Nayef Al-Rodhan, is constructed according to the seven dimensions that countries involved in large space programs possess: Social and health issues; Domestic politics; Economics; Environment; Science and human potential; Military and security issues; and International diplomacy (Al-Rodhan 2012). Five of his dimensions can be directly connected to the Geopolitical context of the national States, like Social (demographics), Domestic politics, Economics, Scientific potential and Military issues. These five characteristics, grouped into a set, can shape not only the internal geopolitical reality of such country but also its foreign policy interests and capacity to protect or extend its sphere of influence. In other words, this model of dimensions proposed by Al-Rodhan can help in part to define and delimit if such a subject of analysis can or cannot be considered a geopolitical issue by comprising these five points from a geographical perspective and also the geopolitical potential of each state (or non-state) actor.

Peters (1999) modified the Lacoste's definition by extending the term territory to include maritime and airspace elements, especially because rivalry between two antagonists, especially national States (but not only), are rarely limited to the territorial sense of on-shore territory. Especially because natural resources are also located in the sea, and the control of maritime zones or airspace are indispensable for sustain such power over a delimited piece of territory. Like Al-Rodhan (2012) would do it later by expanding such projection of spatial power to the outer space in modern space program races. Peters also extend this definition with the inclusion of rivalries between groups of States, for example Western OECD against non-Western states, in general she defines the geopolitics term as an analysis of power between different types authorities for political (ideology) and economic dominance over a delimited territory.

Among State strategists, not only Kissinger but also Brzezinski (1997) extensively used this approach by explaining the geopolitical base was no longer the geographic part of Eurasia as a point of departure for continental domination, but a fundamental that moved from the regional space to a global dimension, while the Eurasian continent would be the central core of a global primacy. In fact, the term of "Geostrategy" for him would be a long-term management of America's Eurasian geopolitical interests. Finally, to Brzezinski the geopolitical approach to the "Eurasian Geostrategy" was a:

management of geostrategically dynamic states and the careful handling of geopolitically catalytic states, in keeping with the twin interests of America in the short-term preservation of its unique global power and in the long-run transformation of it into increasingly institutionalized global cooperation. To put it in a terminology that harkens back to the more brutal age of ancient empires, the three grand imperatives of imperial geostrategy are to prevent collusion and maintain security dependence among the vassals, to keep tributaries pliant and protected, and to keep the barbarians from coming together.

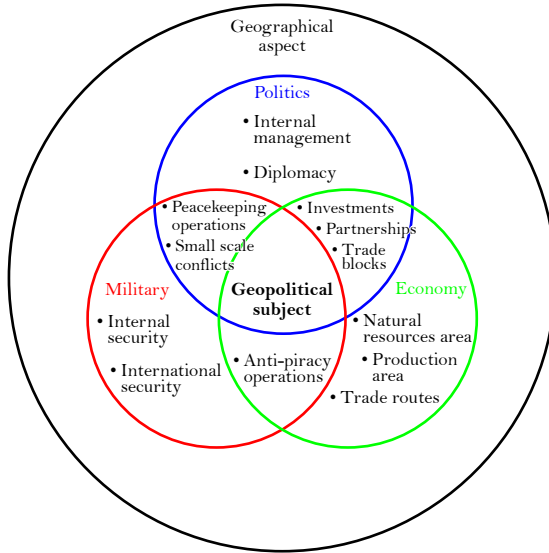
Considering the geopolitical literature, I propose a definition to address when a particular subject analysis may or may not be considered a geopolitical subject by the simultaneous convergence of three fundamental aspects (Politics, Economy and Military) inside the specific geospatial sphere of a particular country or political actor (non-state actors may also be interested in geopolitical strategy). The economic aspect must be regarded, for areas that provide a fundamental or vital resource are fundamental to the production of an essential good or are fundamental places on trade routes that provide necessary logistics for these vital resources, so that their loss could or will damage the economic functioning of such a country; in other words, these areas should be controlled directly or indirectly for the State to survive. Although the logistical importance of this aspect is largely based in a *Mahanist* vision of military naval power and controlled seaborne commerce interdependence (Mahan 1890), it must also be applied to land areas. Those economic considerations are important to separate investments that every state or non-state actor normally pursues from a geographic area of interest that is fundamental to the economic existence of such a political organization.

As previously demonstrated, even the most classical and associated aspect of geopolitics, the military, is not always necessarily guided by geopolitical ambitions, so it is important to delimit when a military involvement is or is not inside of the geographic sphere and when a region is considered a geopolitical area of interest of a country. For this reason, the security aspect can be split in two different segments, the external projection capability, which includes conventional military forces (Army, Navy and Air Force), and the capability to maintain control of the central authority within its own territory, normally executed by public security agencies (police departments, for example), especially in nonconforming sectors. Such military involvement can be considered as geopolitical factor

if linked to a delimited geographical space that is important to the economic survival of the state (as previously explained) and/or politically important; in the vast majority of cases, the Geopolitical area of interest is around the borders of the national states that ensure the projection of its sphere of political influence. In the case of the internal security agencies, their task is to establish and maintain social and political order in the state's territory, avoiding problems such as separatist organizations, organized crime and/or terrorist groups that can eventually lead to some type of territorial loss of state power.

The third and most subjective aspect is regarded to politics. Again, it is important to split this aspect into two different segments, Demography and Diplomacy, which are the internal management of the population inside the national territory, especially in nonconforming territories, to ensure the presence of the central authorities inside its own borders, and the capacity of the external influence of such country on other countries through diplomatic means, where the ability to maintain control or influence over the political actors (does not need be the government by itself) of a region or a country within its sphere of influence or area of interest is crucial for its strategic interests in that country or region. There are many possible ways that governments can apply this procedure through soft power diplomatic acts, some of them by controversial actions that can involve even bribery.

A Geopolitical subject must involve more than a military operation, financial investment or diplomatic or territorial management; the three aspects must be combined simultaneously and based in a geographical plan to consider such an object of analysis as a Geopolitical issue of study. This delimitation is important to guide and separate the different layers of discussion in areas of the humanities, avoiding confusion with different segments of studies like International Security, Political Science and Economy. Furthermore, it makes it clear that Geopolitics is not the same as nationalism, diplomacy or geography, but it can sometimes be related. Above all, it is not necessarily a concept to justify some type of Imperialism, but a geopolitical strategy can also develop a defensive policy to deal with potential external threats in the military, economic and/or political spheres of a country or countries, leading a group of countries to develop countermeasures and partnerships like trade blocs or military alliances. Additionally, it is important to establish that Geopolitics is not exclusivity for foreign policies or international relations, as normally stated (Devetak et al 2011), but may drive territorial management in their homeland policy. I suggest the following schematic that tries to simplify and clarify the main idea:



This graphic illustrates when a subject is a Geopolitical matter by the confluence of the three spheres (aspects) inside a larger sphere based on a Geographic/Spatial plan. For example, besides the political and economic aspects of BRICS and several claims about its Geopolitical arrangement (Leahy 2014), there is not only no military ambition in the involved countries, but, more importantly, there is a complete lack of a geographic and spatial relationship between them, configuring it as a political-economic bloc, not even close to a geopolitical ambition. In this way, it is very different from the Shanghai Cooperation Organisation or the North Atlantic Treaty Organization. Meanwhile, even small-scale conflicts, due to their scale, would hardly relate to a geopolitical situation, including the war on drugs or/and war against terrorism. Military engagements against these assets are punctual and do not mobilize all aspects simultaneously, except if this non-state actor eventually evolves to operate in all three aspects in a particular delimited geographic region, such as the Islamic State briefly was able to achieve.¹

There are some factual situations that can also demonstrate when the term can be properly applied, like in the classical Mahan theory regarding the Canal in the Isthmus of Panama (Mahan 1890), involving the geographical aspects that reduced the distance between the two North American coasts by 8,415 geographical miles (Mills 2010), directly affecting the economic and the military logistical structure of the United States and to guarantee the political interests in the region. The American gov-

ernment has always held some type of political influence over Panama, even that of the troubled and obscure involvement with General Manuel Noriega and his corrupt government related to drug trafficking (Marcy 2010). In this case, it is very easy to identify a subject of analysis in the Caribbean and Central America as related to Geopolitics due to the confluence of the geographical factor with the three aspects.

This perception is not so far from Brzezinski (1997), in fact it based on. He explored what was called “Geopolitical pivots”. States with importance derived from its very sensitive location and from the consequences of its potentially vulnerable condition. Those geopolitical pivots are determined by their geography, in some cases having a special role either in giving access to important areas or in denying access to resources to another significant player (in general he refers to national States). While in other situations, those geopolitical pivots can play a defensive shield for a vital State or a region. Sometimes, according to him, the existence of a geopolitical pivot can have a significant political and/or cultural consequence for neighboring player. Many years later, Brzezinski (2012) would still sustain such methodology and views of what Geopolitics is by presenting Georgia, Taiwan, South Korea, Belarus, Ukraine, Afghanistan, Pakistan, Israel and the Great Middle East as the Geopolitically most endangered States while using the same methods that he defined as “Geopolitical pivots”.

It is not ironically neither coincidence the fact that those Geopolitical pivots are regions/countries/areas of friction between bigger State powers. In fact, such geographical places turned in pivot areas because they are inside a bigger structure of geopolitical dispute among regional and/or global powers. To define when such matter is or not a Geopolitical Subject of study (and by consequence related with Geopolitics) the researcher must consider such context of frictional disputes because the subject of study in this theme are normally inside this context.

An example where the term cannot be applied is the Chinese geopolitics in Africa. Despite many media articles arguing about the geopolitical interests of China in the African countries, there is no clear evidence that supports it. As previously stated, the Chinese investments in Africa are not the largest among other non-African countries. Furthermore, at this point, the Chinese government has not deployed any military asset or base in Africa, and even with several reports and media news describing the possibility (Benabdallah 2015), it is hard to sustain such a position. Even the Chinese naval presence against piracy in the Gulf of Aden (BBC 2008) cannot be considered geopolitical, as it seems to be more related to a multinational task force for peacekeeping than a military engagement. Furthermore, besides the financial investments, there are few signals or

evidence of a Chinese direct influence over the local political elites. In fact, the Chinese geopolitical maritime areas of interest are more related to “vertical” expansion near its coasts, in the South China Sea and East China Sea, than a “horizontal” expansion that could eventually go towards Africa (Kaplan 2010). These examples demonstrate that in several cases, there is double standards in use of the term “geopolitics.

Another common mistake, which unfortunately is growing, is the split between Geo-economics from Geopolitics, like if eventually one could surpass another. For example, Søylen (2010) who stated:

Goeconomics is gradually replacing the importance of Geopolitics. The transition is marked by the start of the process we call Globalization about two decades old now, but still in its infancy, when government and government institutions discovered that they no longer were self-evident key actors and watchmen of world events. The process is an effect of the end of the Cold War and marks a strategic shift from political ideologies to economic realities.

A statement absurdly wrong because it does not understand the fact that the economy is directly affected by security/military issues, as clearly observed by Mahan more than a century ago, the close relation and interdependence between these two is what defines the modern strategy and economic stability in the world. Especially in the Chinese situation regarding the China’s Maritime Silk Road Initiative, considering the obvious fact that connectivity and infrastructure projects are integral element of global political and economic power. The China’s Maritime Silk Road Initiative (MSRI) and the Silk Road Economic Belt (SREB), also known as “*Belt and Road*” or “*One Belt, One Road*” (OBOR) initiative, are contemporary connectivity geopolitical projects due to the financial and geographic scale of these projects. Through several economic actions is possible to see its security background context. For example, the objective to promote the development of western Chinese provinces such as Gansu, Guangxi, Ningxia, Shanxi, Yunnan and Xinjiang. To produce a favorable regional/domestic security environment in China’s western areas decreasing challenges of religious extremism, separatism and terrorism. Moreover, reducing the Chinese dependence on sea-based energy transportation routes, especially the Strait of Malacca (Blanchard and Flint 2017). In other words, it is not possible to Geoeconomics replace the importance of Geopolitics, because it is already inside a bigger Geopolitical realm.

It is also important to establish objectives and projection limitations that define if a subject is a geopolitical matter according to the potential of the state actor (or non-state actor) involved, which means that if

new elements appear, it may change such projections and objectives, in the manner that the Canal of Panama changed the United States' destiny, as predicted by Mahan, by expanding its interests and projection, or like the political transition of the Soviet Union to Russia, decreasing its projection and geopolitical interests. Furthermore, based on these three aspects, if we take the five main dimensions of Al-Rodhan as a sample of the projection capacity, the United States would be the only country with a global geopolitical interest and projection, at least at this point, with all other countries being more or less limited to specific areas around its own borders. In addition to not expanding their geopolitical projection by the five-dimensional limitations, some of their foreign policy interests are also more restricted, like those of China, Russia and India.² However, other cases, like England and France, despite aspiring for greater projection, still suffer from serious limitations. This could lead to a reflection that the maintenance of the United States' geopolitical objectives would necessarily sooner or later crush other states' geopolitical spheres.

These crushes could be represented by the shatterbelt regions, which are strategically oriented regions that are disputed by the competition of Great Powers in geostrategic realms and compression zones, while fragmented areas subject to the completion of neighbouring countries but not Great Powers could be identified as geographical spaces where the geopolitical interests and objectives of different countries overlap and collide with each other. Following the graphic presented before, if fewer than all three aspects collide in this particular place, some sort of competition will start (or in some cases, a deal may be drafted that can turn it into a cooperation or partnership due to its small scale) but would not trigger a geopolitical crisis. In this case, the three aspects should be involved, disrupting a more severe and dramatic situation. As stated by Saul B. Cohen, a good example of a shatterbelt is the Middle East, due to its fragmentation reinforced by a dozen regional states as well the influences and actions of major powers. However, not all areas in turmoil are shatterbelts. For example, the Caribbean did not become a shatterbelt because of the communist Cuba or Nicaraguan uprising in the region, because the United States' sphere of influence was never seriously contested. Similarly, the conflicts in South Asia did not evolve to a shatterbelt because India's sphere of influence in the region is not threatened by the United States or China (Cohen 2003). This could change, though, if the Chinese government eventually makes a major movement in the Strait of Malacca, triggering a regional dispute (Kaplan 2010). Those cases are good to validate the theory represented in the previous chart, on how the terminology of Geopolitics would fill in these scenarios and how the term must be employed only in the case of the

political, economic and military aspects being involved at the same time inside a spatial sphere.

This elasticity must be also considered as a fundamental characteristic of the Geopolitical Subject. Because the needs and capacity of national States, as well any other political group, will eventually change in time. Boundaries are socio-spatial limits of difference and will define the territorial extent in its legal fact or legitimacy. While at the same time, spatial inscriptions are not static. The hierarchy of territories based on political boundaries are frequently in question, because it involves negotiations for cooperation and competition between interests and identities (Novak 2011). A good example of change of those geopolitical shapes may be found in the European Union expansion and its evolutionary integration, a transnational organization not structured on fixed spatial model but based on heterogeneity of dynamics. Although new countries can go in or older members can out, according to its internal and external political context. Also, we must not fall in mistakes by considering that every Security aspect is also a geopolitical subject, because while in several issues both aspects may eventually cross paths, this is not a mandatory factor but just very likely.

CONCLUSIONS

As demonstrated, several uses of the word Geopolitics are hardly connected to the concept itself. It is not surprising, as geopolitical study suffered significant damage in the last half century, coming from the association with the German *Geopolitik* for at least three decades to a brief recovery in the 1980s, just to suffer another hit with the overuse of the Globalization concept, sometimes more ideologically guided than scientifically. This crisis in Geopolitics is also because Political Geography, throughout the twentieth century, among the other sub-disciplines of geography, had great difficulty with an autonomous academic reflection not related to the immediate demands of national states, such as those by authors in the United States like Spykman and Mahan, Mackinder in England or Haushofer and Ratzel in Germany. Most of the theoretical constructions of classic geopolitical thinking still remain much more determined by the demands of the States than by proper intellectual needs, characteristics of a more academic “pure” reflection. In some Latin countries, geopolitical thought was produced by intellectuals related to the Military, directly linked to the military dictatorships in that time, as in the case of General Golbery in Brazil and General Pinochet in Chile. After the democratization of such countries, the collapse of the Soviet Bloc,

the “End of History” and the “End of Borders” speeches, Geopolitics and Geography lost much space in the Academy. The design of an academic geopolitical thinking produced by civilians or unrelated to national State demands is still in its infancy in several countries.

Although the main “*Geopolitical Subject*” is the national State (at least in most cases), its analysis does not need to always be determined by National interests, but several forms of analysis and knowledge can be offered that may help analysts and researchers understand the “bubbles of power” (political groups oriented in such spatial dimensions by one or more of the three aspects previously presented) that comprise the national and international scenarios of analysis. In fact, when such an issue is determined to be a Geopolitical subject, it will demonstrate how deep such a situation is and how much problematic it could become, due to the involvement of the Political, Economic and Military aspects at the same time. A popularization of the term relating the Geopolitics concept to non-sense matters such as football and prostitution, among others, is bad for the concept and bad for the readers who may not be able to understand the complexity and importance surrounding the geopolitical interests.

The importance of delimiting a methodology for Geopolitics and the *Geopolitical Subject* beyond the basic literature of Mahan, Ratzel and Mackinder is because geopolitics presents an important key that drives and guide foreign policies and even national policies. Therefore, its popularization and use without the geopolitical literature or spatial or geographical elements is dangerous, not only for the term itself and the geopoliticians who spend much time studying, writing and analysing the area but also for State and non-state actors that require a geostrategic orientation. As a blank check, the concept can mislead and open doors to any type of political action like the *Lebensraum* concept in the name of national security or a strategic issue, causing severe damage not only to the science of geopolitics but also to the public who can be misguided. Hence, the *Geopolitical Subject* must be delimited by the Geographical aspect and composed of political, economic and military aspects, simultaneously, to determine when Geopolitics matters.

This exact methodological delimitation, is far more important than only avoiding misinterpretations, it can also help to prevent another assault against Geopolitics and Political Geography, making it difficult to relate them to the Nazi concept of *Geopolitik* by avoiding an imminent connection with imperialistic acts (because it can be used to develop a defensive geostrategy) and by stating its permanent and strategic importance in the world, even on such a globalized planet. Because Geopolitics is a four-dimensional field of study (not only related to the spatial dimensions but

also the temporal), the proposed chart can also provide a guided orientation more accurate for studies, diplomatic actions and the public. Many political, economic or military reasons in time will change the shape the projection and gravity of the Nation-States. Something recently observed in the dissolution of Soviet Union (a retraction form) which lost its influence and capability over some territories, or in China rising (an expansion form) which is gradually absorbing more abroad areas as a form to sustain its “geopolitical energy”. To conclude, a one- or two-aspect conflict or crisis (Political, Economic and/or Military) is far easier to peacefully resolve than a Geopolitical crisis, due to the combination of the three aspects at the same time inside a geographical sphere that is normally fundamentally important for the states (or non-state actor) involved to survive. In other words, Geopolitics is also important as a delimited term, to show how deep such a situation could be.

ACKNOWLEDGEMENTS

I am grateful for financial support provided by the FAPESP (São Paulo Research Foundation—Process: 2014/25291-0). I also would like to thank the University of Hong Kong and Prof. Dr. Karen J. Laidler for hosting me while I pursued this research.

REFERENCES

- Al-Rodhan, Nayef R. F. 2012. *Meta-Geopolitics of Outer-Space. An Analysis of Space Power, Security and Governance*. Palgrave Macmillan. pp. 25.
- Backer, Larry Catá. 2004. Cuban Corporate Governance at the Crossroads: finessing the tensions between Cuban Marxism and Free Market Globalism. *Journal of Transnational Law & Contemporary Problems*. v. 14, n. 2, p. p.ini. – p. fin.
- BBC. Chinese ships will fight pirates. *BBC News*. (18 December, 2008). Available at: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7789303.stm> Accessed at: 2016, 4 March.
- Benabdallah, Lina. What's the deal with China's new military base in Djibouti? *Africa is a Country*. (May 18, 2015). Available at: <http://africasacountry.com/2015/05/what-does-it-mean-that-china-has-a-military-base-in-djibouti/> Accessed at: 2016, 4 March.
- Blanchard, Jean-Marc F; Flint, Colin. 2017. The Geopolitics of China's Maritime Silk Road Initiative. *Geopolitics*, 22:2. pp. 223-245
- Bonanate, Luigi. 2001. *La Guerra*. São Paulo. Estação Liberdade. pp. 1-20

Brzezinski, Zbigniew. 1997. *The Grand Chessboard, American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. Basic Books. pp. 21

Brzezinski, Zbigniew. 2012. *Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power*. Basic Books.

Cavalla, A. Chateaux, J. 1977. *La Geopolitics y el Fascismo Dependiente*. Revista "PRINCIPIOS". Mexico City: Casa de Chile. Available at: <http://www.blest.eu/biblio/cavalla/index.html> Accessed at: 2016, 4 March.

Chapman, Bert. 2011. *Geopolitics, A Guide to the Issues*. Praeger. pp.13-20.

Cohen, Saul Bernard. 2003. *Geopolitics of the World System*. Rowman & Littlefield Publishers. pp. 11, 33-43

Costa, Wanderley Messias da. (2008). *Geografia Política e Geopolítica*. Edusp. pp: 243.

Crowley, Kevin. Japan Has Invested More Africa Project Financing Than China. Bloomberg. (2015, 24 March). Available at: <http://www.bloomberg.com/news/articles/2015-03-24/japan-has-invested-more-africa-project-financing-than-china> Accessed at: 2016, 4 March.

Devetak, Richard; Burke, Anthony; George, Jim. (2011). *An Introduction to International Relations*. Cambridge University Press; 2 Edition. pp. 492

Doya, David Malingha. European Investment Bank Plans Africa Expansion Amid Growth. Bloomberg. (2015, July 16). Available at: <http://www.bloomberg.com/news/articles/2015-07-15/european-investment-bank-plans-africa-expansion-as-economy-grows> Accessed at: 2016, 4 March.

Floracruz, Michelle. China's Geopolitical Ambitions Expand To Namibia's South Atlantic Sea Walvis Bay Port. International Business Times. (2015, March 30). Available at: <http://www.ibtimes.com/chinas-geopolitical-ambitions-expand-namibias-south-atlantic-sea-walvis-bay-port-1864132> Accessed at: 2016, 4 March.

Friedman, Thomas L. *The World Is Flat: A Brief History of the Twenty-first Century*. Ed. Picador. 2007.

Fukuyama, Francis. 1992. *The End of The History and The Last Man?* Free Press. pp. 199.

Hepple, Leslie W. 1986. *The Revival of Geopolitics*. Political Geography Quarterly, Supplement to Vol. 5, No. 4, S21-S36.

Kaplan, Robert D. 2010. *Monsoon: The Indian Ocean and the Future of American Power*. Random House Trade Paperbacks. Ebook version. pp. 404-469

Leahy, Joe. Opinion: the Brics bank is more about geopolitics than investment. (Jul 16 2014). Financial Times Blog. Available at: <http://blogs.ft.com/beyond-brics/2014/07/16/opinion-the-brics-bank-is-more-about-geopolitics-than-investment/> Accessed at: 2018, 4 March.

Mackinder, Halford J., "The Geographical Pivot of History", in *The Geographical Journal*, na 4, Vol. XXIII, April, 1904

Mahan, Alfred T. 1890. *The Influence of Sea Power Upon History*. Little, Brown and Company. Available at: <http://www.gutenberg.org/ebooks/13529> Accessed at: 2018, 4 March. pp. 25-34

Marcy, William L. 2010. *The Politics of Cocaine: How U. S. Foreign Policy Has Created a Thriving Drug Industry in Central and South America*. Lawrence Hill Books. pp. 111.

McCormick, Naomi B. 1994. *Sexual Salvation: Affirming Women's Sexual Rights and Pleasures*. Praeger; 1st Ed. edition. pp. 85.

Mills, J. Saxon. 2010. *The Panama Canal. A history and description of the enterprise*. The Project Gutenberg Free Ebook. pp. 244

Naim, Moisés. 2006. *Illicit: How Smugglers, Traffickers, and Copycats are Hijacking the Global Economy*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. pp. 12,135

Novak, Paolo. 2011. *The Flexible Territoriality of Borders, Geopolitics*, 16:4. pp. 741-767

Peters, Susanne. 1999. *The 'West' against the 'Rest': Geopolitics after the end of the cold war*. *Geopolitics*. pp. 29.

Raffestin, Claude, *Pour une géographie du pouvoir*, Paris, Li br. Techniques, 1980.

Søilen, Klaus Solberg. 2010. *The Shift from Geopolitics to Geoeconomics and the Failure of our Modern Social Sciences*. TELOS Conference – From Lifeworld to Biopolitics: Empire in the Age of Obama.

United Nations. MINUSCA, *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic*. Available at: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minusca/facts.shtml> Accessed at: 2016, 19 July.

United Nations. MINUSTAH, *United Nations Stabilization Mission in Haiti*. Available at: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/facts.shtml> Accessed at: 2018, 4 March.

Walsh, Edmund. 1944. *Geopolitics and International Morals in Compass of the World*, ed. H. W. Weigert and V. Stefansson, 12–39. New York: Macmillan.

NOTAS

1. The Islamic State failed in achieve international legitimacy, support and political recognition. Otherwise, it would be able to turn itself in a National or governmental player.
2. With an eventual change in its capacities, its interests may change.

DELIMITING GEOPOLITICS:

A FORMAL APPROACH TO DEFINE THE GEOPOLITICAL SUBJECT

ABSTRACT

Today the term “Geopolitics” is very used but only in few situations is correctly employed. Normally its mentions are without any geopolitical literature or even geographic/spatial information. For this reason, this research will explore the precision of the Geopolitical Subject.

Keywords: Geopolitics; Political Geography; Geo-economics; Methodology.

RESUMO

Atualmente o termo “geopolítica” é muito usado mas apenas em algumas situações é corretamente empregado. Normalmente sua menção não possui qualquer literatura geopolítica e nem mesmo informação geográfica/espacial. Por esta razão, esta pesquisa irá explorar a precisão do Sujeito Geopolítico.

Palavras-Chave: Geopolítica; Geografia Política; Geoeconomia; Metodologia.

Recebido em 04/04/2018. Aceito para publicação em 12/11/2018.

Do interesse nacional à estratégia de segurança energética: um diálogo epistemológico

From the national interest to energy security strategy: an epistemological dialogue

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 63-83

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75082

ISSN 2358-3932

TIAGO GABRIEL TASCA

INTRODUÇÃO

Desde o primeiro grande choque do petróleo, em 1973, a seara energética global tem apresentado uma série de acontecimentos que colocam em xeque a supremacia dos hidrocarbonetos. Um dos pontos de inflexão recentes mais significativos desse movimento é a exploração e produção do xisto, tornando-se competitivo em decorrência do avanço tecnológico e da estabilização do preço do petróleo entre 2009 e 2013, apesar do grande declínio do preço a partir de 2014. Um segundo movimento, o da expansão lenta das energias renováveis, também sugere um redesenho na geopolítica energética global. Entretanto, incertezas concernentes à configuração geopolítica energética global emergem.

De acordo com Blackwill e O'Sullivan (2014), o mapa energético global está sendo redesenhado: o petróleo africano, por exemplo, é direcionado para a Ásia, em vez de endereçado aos EUA, apresentando mudanças de rotas deste recurso. Manning (2014) sugere que o novo centro de gravidade energético mundial penderá para o hemisfério Ocidental (Canadá, EUA, México e Brasil), onde grandes e promissoras reservas de xisto estão localizadas. Essa nova dinâmica abre espaço para que a China intensifique sua presença no Oriente Médio, deflagrando uma nova “rota da seda” por petróleo (Manning 2014). Por conseguinte, a produção global de combustíveis fósseis desloca-se dos fornecedores tradicionais da Eurásia e do Oriente Médio para outras regiões, como o Mediterrâneo e o continente americano, confluindo em novas dinâmicas energéticas.

Outrossim, novas rotas energéticas serão intensificadas e outras enfraquecidas com a expansão da produção de gás natural liquefeito (GNL), que impacta diretamente a indústria petrolífera global. Exemplo disso é a intensificação de uma rota *geoenergética* entre EUA e o continente asiático para exportar GNL. Segundo dados da Bristish Petroleum (BP 2017), esse continente apresentará as maiores demandas por GNL até 2035, e os EUA apresentar-se-ão como mercado de maior expansão de produção de GNL entre 2020 e 2035. Além disso, a expansão do xisto na Eurásia também tem impactos significativos na redução da dependência da Ucrânia do gás natural e petróleo russos que este país importa e que já foi alvo de crises recentes, com a interrupção do fornecimento russo de gás para a Ucrânia, em retaliação à crise política que se desenhou em torno da Crimeia. Tendo em vista esse cenário incerto, um melhor enquadramento analítico apresenta-se como ferramenta valiosa para os estudiosos da área.

À luz desses desafios, é necessário reconhecer que o desenvolvimento da sociedade moderna se confunde com o desenvolvimento das fontes energéticas e, junto a ele, as questões abarcadas pela economia política da energia envolvem temas securitários, políticos, econômicos e geoestratégicos. Nesse sentido, a busca por estratégias de suprimento seguro a preços razoáveis apresenta-se como um dos motes da busca da segurança energética.

Contudo, compreender o que os Estados consideram vital à sua segurança energética têm priorizado questões geopolíticas de acesso e diversificação das fontes energéticas para dar sustentação ao desenvolvimento econômico das nações. É aqui que se insere esse estudo, visando a estreitar os laços entre os estudos de Teorias de Relações Internacionais, sobretudo Realismo, Neorrealismo e Construtivismo, à luz de uma abordagem geopolítica para o tema da energia em sentido amplo enquanto conceito passível da agenda estratégica dos Estados.

Nesse esforço, busca-se conjugar aspectos que vão desde o interesse nacional, sua construção e consecução até a estratégia de segurança energética sustentada pela diversificação de fontes e de parceiros. Para levar a cabo esse objetivo, uma revisão da literatura foi feita a fim de estabelecer um diálogo epistemológico de como os assuntos de geopolítica energética são inseridos na agenda de RI, utilizando premissas de estudos de segurança internacional (Buzan e Hansen 2009, Klare 2006, Yergin 2011), geopolítica (Couto e Silva 1980, Mattos 2011) e economia política (Krasner 1978, Fuser 2013, Hage 2008, Graaf et al. 2016). Essa inserção se dá por meio de seu componente estratégico, considerando o mundo caracterizado pela alta dependência de fontes não-renováveis (petróleo, sobretudo) e por uma lenta penetração de combustíveis limpos.

Essa narrativa divide-se em duas partes. Primeiro, são estabelecidas algumas direções teóricas no seio das Teorias de Relações Internacionais e o componente do interesse nacional, ilustrando uma conexão entre abordagens positivistas com abordagem pós-positivista. A partir dessas direções, faz-se o esforço de conjugar esses elementos com a Geopolítica, enfatizando a abordagem brasileira de Objetivos Nacionais Permanentes e Atuais (Couto e Silva 1980). Em um segundo momento, apresentam-se os elos da Geopolítica e das TRI com os Estudos de Segurança Internacional, a fim de evidenciar de que forma se configuram as Estratégias de Segurança Energética, sem perder de vista a pedra de toque da narrativa: a Geopolítica Energética.

O INTERESSE NACIONAL: DA CONSTRUÇÃO À CONSECUÇÃO

O poder, dentro das Relações Internacionais, desempenha um papel central na moldagem das relações entre os Estados. Nesse sentido, o trabalho de Hans Morgenthau, em *Política Entre as Nações* (2003), lança as primeiras linhas sobre uma teoria Realista da política internacional. Uma vez reconhecida, pela ótica Realista, a política internacional como a luta pelo poder, Morgenthau articula os conceitos de interesse e poder: aquele em função deste, englobando laços psicológicos e relacionamentos sociais. Por essa abordagem, o interesse que vai determinar a ação política varia em um determinado período da história e também é dependente “do contexto político e cultural dentro do qual é formulada a política externa” (Morgenthau 2003, 18).

Morgenthau (2003), dando sustentação às premissas do Realismo político, também articula que os Estados perseguem o interesse nacional por políticas voltadas para a busca do poder e da sua sobrevivência. Nesse contexto, ele separa as *high politics* (questões estratégico-militares) das *low politics* (decisões econômicas), enquadrando o interesse nacional à primeira categoria.

A concepção estadocêntrica do pensamento Realista das RI aponta, portanto, para a sobrevivência do Estado como pedra basilar do interesse nacional. Essa perspectiva realça a anarquia como causa permissiva de conflitos, permitindo dois comportamentos possíveis neste ambiente: a competição, redimensionando a balança de poder, e a emulação das práticas de sucesso dos Estados (Waltz 1979). Adicionalmente, ao considerar a competição no cerne das abordagens Realista e Neorealista das RI, Aron desenvolve os Estados como organismos vivos em uma situação de luta pela sobrevivência e manutenção de soberania (Aron 1986, 128).

Mediante a caracterização do comportamento estatal como auto interessado e submerso em um ambiente anárquico, premissas do Realismo, é

que se alinha a contribuição de Stephen Krasner. No mesmo fio condutor do Realismo político, Stephen Krasner (1978), com base na perspectiva de Morgenthau (2003), faz diferenciação entre o “dever oficial” e o “desejo pessoal” (Krasner 1978, 9). Desse modo, Krasner (1978) aponta que as decisões e ações do Estado devem estar relacionadas com os objetivos gerais do país, e não com preferências de pequenos grupos ou classes sociais, assim configurando o interesse nacional. Por conseguinte, abre-se espaço para uma análise de escopo racionalista, ou seja, centralizada em interesses estatais e no comportamento do Estado a fim de buscar padrões de regularidade estatal dentro do sistema internacional (Keohane 1984, 165).

Por seu turno, Hedley Bull (2002), representante da Escola Inglesa das RI, também fornece ferramenta conceitual-analítica para a construção do interesse nacional. Segundo o autor, a escassez de recursos naturais ou econômicos faz com que os Estados não abram mão de arranjos de poder em assuntos nos quais o mote é a preservação de seus interesses em seu significado mais largo, o interesse nacional. Dessa maneira, Bull (2002) afirma que o Estado elige quais são os pontos pertinentes a serem integrados em projetos formados por itens de segurança, bem-estar, estabilidade política ou econômica.

Diante do exposto, partindo da ideia de interesse nacional por Morgenthau até lograr uma perspectiva Realista embasada na obra de Stephen Krasner, perpassando por Hedley Bull para qualificar o interesse nacional, tem-se um conjunto da abordagem positivista dentro das teorias de RI. Todavia, tendo em vista a construção de um diálogo epistemológico neste trabalho, busca-se articular o interesse nacional também sob a ótica Construtivista, à luz da interação entre as concepções positivistas e pós-positivistas das RI.

Alexander Wendt (1999), na obra *Social Theory of International Politics*, busca redimensionar o debate ontológico entre o agente e a estrutura dentro das RI. Adotando premissas do Neorrealismo, como a estrutura sistêmica e distribuição das capacidades, Wendt enfatiza o papel das ideias e da distribuição de interesses no sistema internacional. Nessa caracterização das ideias, identidades e interesses, o autor contribui com o arranjo conceitual do interesse nacional.

Na literatura de Wendt (1999), o interesse nacional configura-se pelo compartilhamento de propriedades essenciais em virtude da sua identidade como corporação, gerando assim um interesse nacional universal. Essa identidade está assentada na ideia do *self* e do *other*, ou seja, como o Estado se percebe e se diferencia dos outros. Partindo da concepção de desejo (o que o Estado quer) e crença (o que o Estado é), os interesses e identidades dão força à atuação internacional dos Estados: sem identidade, os interes-

ses não têm direção; sem interesse, as identidades não têm força motivacional (Wendt 1999).

Wendt (1999) aborda quatro interesses nacionais, que estão no cerne da caracterização do agente estatal, a saber: sobrevivência física, autonomia, bem-estar econômico e autoestima coletiva. Enquanto o Neorrealismo, sobretudo em Waltz (1979), assume a sobrevivência física do Estado como único interesse nacional, o pensamento Construtivista enquadra a dinâmica da sobrevivência física como um dos prismas do interesse nacional. Esse elemento diz respeito a assegurar a unidade territorial e a preservação do Estado como ente soberano no concerto anárquico internacional.

No que tange ao componente geopolítico, as concepções da teoria ideal de Wendt têm relação com a concepção de interesse nacional da literatura geopolítica brasileira, sobretudo nas obras de Golbery do Couto e Silva (1980). A construção do interesse nacional, infere o geopolitólogo brasileiro, resulta de um “[...] processo histórico através do qual o grupo adquire e plasma uma consciência nacional” (Couto e Silva 1980, 252) e encontra terreno fértil na perspectiva Construtivista nas RI. Essa correlação pode ainda ser vista quando a Geopolítica Nacional dota de dinamismo o complexo hierarquizado de ideias e valores, interesses e aspirações específicas da comunidade em um dado momento histórico (Couto e Silva 1980, 169).

Portanto, considerando que as crenças intersubjetivas e o desejo do Estado de garantir a sua sobrevivência, o interesse nacional ganha forma neste debate epistemológico ao levar em conta a concepção sistêmico-estrutural com a alternativa Construtivista que, segundo Nogueira e Messari (2005), busca pavimentar uma ponte entre o positivismo e o pós-positivismo nas RI. Essa ponte busca dotar de caráter *progressivo* os estudos de TRI, visando a adicionar elementos explicativos e expandir a capacidade analítica das questões energéticas dentro dessa agenda. Esse esforço é uma das premissas destacadas pelo ecletismo analítico: estabelecer múltiplas conexões entre diferentes paradigmas e mecanismos sem simplificá-los (Sil e Katzenstein 2010, 2; Lake 2013, 577).

Sinteticamente, é a partir da configuração do interesse nacional para o pensamento teórico das RI que se articula a perspectiva geopolítica. Essa articulação se desenvolve uma vez que o Estado somente terá vantagens do ambiente geográfico a partir da definição dos seus objetivos e interesse nacionais, destacado por Meira Mattos (2011), ao elaborar que a geopolítica é a consciência geográfica do Estado.

No intuito de delinear a preocupação com a posição geoestratégica brasileira, Golbery do Couto e Silva (1980) oferece uma ferramenta epistemológica que concatena a perspectiva do interesse nacional dentro das RI com o panorama da geopolítica brasileira. Couto e Silva (1980) apresenta

o conceito de Objetivos Nacionais Permanentes (ONP). Nesse conceito, somam-se os interesses e aspirações do grupo nacional tendo em vista sua sobrevivência como grupo e assegurando três condições básicas: autodeterminação, integração crescente e prosperidade (Couto e Silva 1980, 252).

Além dos ONP, o mesmo autor (1980) trabalha com Objetivos Nacionais Atuais (ONA), que representam “a cristalização [das aspirações e interesses nacionais], à luz das limitações impostas pelas possibilidades e circunstâncias do momento [...]” (p. 155). Esses ONA “são de natureza nitidamente estratégica que resultam da reação da Conjuntura, sobre os próprios ONP” (p. 255). Destarte, os ONA são a consolidação dos interesses nacionais *em um dado momento* e estão em função dos ONP, sendo estes objetivos políticos e os ONA de caráter estratégico, conclui Couto e Silva (1980). Entende-se, portanto, os ONA como desdobramentos dos ONP e alimentados por uma perspectiva conjuntural-estratégica. Diante disso, ao setor energético, por exemplo, ficou premente sua posição aos ONA, sobretudo após as crises do petróleo dos anos 1970, quando estratégias de fornecimento seguro e previsível de energia foram adotadas, como o lançamento do Proálcool (1979).

Os ONP, articulados por Golbery, convergem de forma particular com a ideia de interesse nacional da perspectiva Realista das RI, uma vez que evocam a sobrevivência, soberania e bem-estar, todos presentes nas obras de Morgenthau (2003), Aron (1986) e Waltz (1979). Adicionalmente, os mesmos ONP sugerem uma análise de construção do interesse nacional – pincelados pelo próprio Couto e Silva (1980) – tangenciando ao papel das ideias, das identidades (como o nacionalismo, por exemplo) e dos próprios interesses dos Estados, elementos presentes na análise Construtivista das RI.

Uma vez estabelecido o interesse nacional – ou os ONP, em termos geopolíticos – delinea-se a Estratégia. Carl von Clausewitz (1979) expõe que a Estratégia é um arcabouço teórico e moral que motiva o Estado a edificar o seu projeto de consecução de poder na escala mundial. Anatol Rapoport (1979, 20) apresenta que a Estratégia é a “capacidade de tirar proveitos dos conhecimentos humanos, culturais e materiais de um determinado Estado”. Para Raymond Aron (1986, 72), “tanto a estratégia quanto a diplomacia estarão subordinadas à política, isto é, à concepção que a coletividade, ou aqueles que assumirem responsabilidades pela vida coletiva, fazem do interesse nacional”.

Por sua vez, Hage (2006) trabalha a Estratégia como uma ferramenta do planejamento de Poder Nacional, considerando este poder como a capacidade de fazer valer a vontade da unidade política mais bem preparada *vis-à-vis* seus pares que disputam os mesmos objetivos e desejam as mesmas vantagens escassas. Além disso, o mesmo autor afirma que a Estratégia

não se limita apenas ao teatro da guerra (Hage 2006), ou seja, ela está presente tanto em tempos de guerra como de paz a fim de assegurar a estabilidade nacional. Em vista dos condicionantes políticos, Hage (2008, 171) desdobra o conceito de Estratégia como o planejamento do poder político do Estado ao levantar suas condições políticas e econômicas, domésticas e internacionais, a fim de montar cenários nos quais o país execute seu interesse nacional sem sofrer percalços ou desgastes. Daí os diferentes caminhos e cálculos – estratégias – feitos pelos tomadores de decisão em diversos momentos, à luz de condições favoráveis (por exemplo, autossuficiência energética) ou críticas (por exemplo, dependência energética).

Na busca de caracterizar a Estratégia, Couto e Silva (1980, 153) propõe o Poder Nacional como instrumento de ação da Estratégia, já que ele concatena a Estratégia Nacional como a “orientação e direção, tanto do desenvolvimento e reforço dos recursos nacionais, como de sua aplicação, a fim de promover efetivamente a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais (Atuais), a despeito dos antagonismos internos e externos existentes ou presumíveis” (Couto e Silva 1980, 155). Portanto, a Estratégia é a arte de aplicar e fortalecer o Poder Nacional diante dos antagonismos internos e externos que afrontam o interesse nacional, garantindo a segurança indispensável para a consecução deste interesse.

Ao fazer uma ponte epistemológica entre a narrativa da Geopolítica e a do Realismo Clássico das RI, Hage (2006, 34) menciona que “[...] a estratégia, o planejamento estratégico, [é] algo inerente às manifestações do poder nacional”. Diante disso, os Estados nacionais guardam interesses geopolíticos, independentemente da configuração do sistema internacional ou do período histórico de que os atores fazem parte. Em adição, o mesmo autor escreve que “o planejamento estratégico, a geopolítica e a segurança são os fatores essenciais para compreender a situação do país em um nível em que a energia se qualifica como elemento relevante à consecução do poder do Estado” (Hage 2006, 24), dando substância à ideia de ONA, de Couto e Silva (1980).

No que respeita à energia e à definição de um planejamento estratégico em obediência aos objetivos nacionais, os Estados nacionais são centrais na adoção de políticas energéticas. Isso se deve porque a garantia de suprimento energético é responsabilidade essencial de qualquer Estado, sendo peça fundamental à sobrevivência deste (Fuser 2013, 45). Essa importância decisiva diz respeito à soberania dos Estados em impor políticas energéticas a fim de cumprir com suas responsabilidades nesse setor. Em diversos casos (por exemplo, Bolívia e Brasil), os instrumentos estatais para arcar com as responsabilidades energéticas são as próprias empresas estatais de hidrocarbonetos.

A partir das ideias de Estratégia e Objetivos Nacionais (Couto e Silva 1980), busca-se articular um vértice analítico importante: a Geoestratégia. Ao considerar o planejamento geopolítico como um planejamento de segurança de um país em termos de seus fatores geográficos, Couto e Silva (1980, 166) conjuga essa perspectiva ao inferir uma ideia preliminar da Geoestratégia como a “fundamentação geográfica de uma diretriz estratégica”. Assim, as decisões políticas vão ditar a cadência e a operacionalização tanto da Estratégia quanto da Geopolítica nacionais: “a esta [Geopolítica] como colaboradora de suas próprias formulações, àquela [Estratégia] como subordinada sua, com missões definidas a cumprir num âmbito operacional mais reduzido” (Couto e Silva 1980, 102).

No campo da Geoestratégia, os fatores geográficos condicionam, em maior ou menor grau, todos os elementos e fundamentos do Poder Nacional, sejam eles políticos, econômicos, psicossociais ou militares e, portanto, “proporcionam uma fundamentação e a proposição de diretrizes a qualquer das componentes admitidas da Estratégia Geral” (Couto e Silva 1980, 167). Ademais, em que pese a íntima correlação entre Poder Nacional e Geopolítica, Bonanate (1997, 432) indica que “o Poder Nacional e a geopolítica são termos pares e inseparáveis para melhor posição da unidade política no sistema internacional”.

A adequação do Poder Nacional aos interesses nacionais é conjugada também na forma de uma Política de Consecução, isto é, a maneira pela qual se contemplarão os Objetivos Nacionais diante do seu respectivo condicionamento espaço-temporal. É a Política de Consecução a manobra a conduzir no campo da Estratégia Nacional. Assim, será através da Política de Consecução que serão estabelecidas, como orientação geral, as bases do comportamento governamental visando à consecução dos Objetivos pre-determinados (Couto e Silva 1980, 257). No campo energético, a Política de Consecução será revelada em termos de Estratégia de Segurança Energética traduzida em uma política energética nacional de diversificação, qual seja a redução da dependência de um país em uma única fonte de suprimento energético.

No prisma energético, a Geopolítica tem uma dinâmica própria revelada pela Geopolítica Energética. Esse campo começa a ser discutido a partir do crescimento exponencial das necessidades de energia importada dos grandes países industrializados (Conant e Gold 1981). Diante disso, Oliveira (2012, 77) argumenta e conceitua a Geopolítica Energética com base em um conjunto de elementos geopolíticos e estratégicos para a exploração (infraestrutura, transporte, uso final) combinado com a distribuição geográfica das principais reservas de recursos energéticos, focalizando nos países importadores e exportadores. Conant e Gold (1981), destacam

que os fatores de localização geográfica devem ser observados toda vez que forem analisadas as questões de acesso às matérias-primas ou recursos energéticos primários como o petróleo e gás natural, ou seja, o “efeito que a localização dos recursos possui na política dos Estados” (Skeet 1996, 265).

Nessa abordagem da Geopolítica Energética observada como passível de ser objeto para um conflito, é necessário fazer um paralelo ao pensamento Realista das RI. Morgenthau (2003), por exemplo, não enxerga a política internacional, em todo o século XX, separada do petróleo e da dependência que os Estados industrializados passaram a ter em relação a essa matéria-prima. Além de Morgenthau (2003), Michael Klare (2001), nas obras de Segurança Energética, também desenha um mundo desconcertado energeticamente ao traduzir a nova geografia do conflito, de escopo eminentemente energético.

A Geopolítica Energética, como supramencionado, não implica ausência de conflitos, uma vez que opera no palco anárquico do sistema internacional, portanto “a localização geográfica, a dimensão territorial da unidade política, a grande escala demográfica, a infraestrutura e recursos naturais são categorias clássicas da política internacional, e da geopolítica, que ainda têm o poder de impulsionar conflitos entre as unidades políticas” (Hage 2006, 50). Sem embargo, a análise da Geopolítica Energética possui uma natureza ontológica essencialmente calcada na ideia do Estado unitário, isto é, uma abordagem *estadocêntrica*, a qual deve ser superada, na visão de Graaf et al. (2016, 6), a fim de incorporar o papel de relevância das companhias petrolíferas, corporações, consumidores, cidadãos, cooperativas energéticas e mercados.

Em síntese, na busca do bem-estar, sobrevivência e soberania – ou seja, na busca dos ONP – em meio a um cenário energético incerto, sobretudo após os anos 1970, é que o componente geográfico dos recursos energéticos desperta atenção na elaboração de uma estratégia energética. Antes disso, é necessário compreender as arestas conceituais de uma Estratégia de Segurança Energética dentro da agenda de Estudos de Segurança Internacional, traduzindo esse diálogo epistemológico para a atual conjuntura.

SEGURANÇA ENERGÉTICA: A BUSCA DE UMA ESTRATÉGIA PRÓPRIA

Com o término da Guerra Fria, novos atores e novas ameaças foram incorporadas aos estudos de segurança internacional, dentre elas a questão da energia (Baldwin 2007, 99). Nessa perspectiva, a Escola de Copenhagen – com uma concepção discursiva – traz à tona uma alternativa às concepções objetivas (ausência/presença de ameaças concretas) e subjetivas

(sentimento de estar sendo ameaçado) dos estudos de segurança internacional. Assim, essa escola oferece uma ampliação das ameaças e objetos de referência, com maior atenção ao nível regional com foco na securitização,¹ a fim de adicionar elementos do Construtivismo às premissas dos Estudos Estratégicos tradicionais (Buzan e Hansen 2009, 36).

Pari passu à evolução dos temas de Segurança Internacional no pós-Guerra Fria e consequente inserção da temática da Segurança Energética, Klare (2006) verifica, por exemplo, que as questões de recursos reassumiram um papel central no planejamento militar dos EUA (Klare 2006, 9). Apesar dessa centralidade no planejamento nacional como um Objetivo Nacional Permanente – o de suprimento energético constante e seguro para mover a engrenagem econômica nacional –, as questões concernentes aos energéticos vêm demandando atenção na formulação de estratégias efetivas para garantia desse suprimento. Sem embargo, as concepções tradicionais de segurança energética – preços razoáveis e um suprimento seguro (Klare 2006) – devem ser permeáveis, a fim de incorporar elementos das políticas fiscal, social, externa, tecnológica e climática (Graaf et al. 2016, 18).

Essa Estratégia Energética, derivada de uma operacionalização dos ONP para o campo energético, é vital não só para a segurança nacional, mas para o desenvolvimento econômico. Isso porque a importância da questão energética na contemporaneidade fica evidente ao se apontar para o caráter fundamental do componente energético para a vida moderna: “Sem petróleo, praticamente não existe mobilidade, e sem eletricidade – e energia para gerá-la – não haveria a era da *Internet*” (Yergin 2011, 522).

A despeito das crises do petróleo dos anos 1970, a energia volta no topo das preocupações estratégicas globais a partir dos anos 2000, isso porque é observável a dissonância entre o crescimento acelerado do consumo energético global e o ritmo lento da expansão da oferta dos energéticos, sobretudo o petróleo. Em números, as reservas provadas de petróleo no mundo mantêm-se no mesmo patamar desde 2016 (1,7 trilhão de barris), enquanto a demanda apresenta crescimento. A produção mundial, em 2017, foi a de 92,6 milhões de barris/dia, enquanto que o consumo mundial de petróleo totalizou 98,2 milhões de barris/dia, aumento de 1,8% em relação a 2016 (ANP 2018). Além disso, uma série de desafios às questões energéticas emergiram na América Latina no alvorecer dos anos 2000: ressurgimento do nacionalismo energético e o fortalecimento das empresas estatais de energia na América do Sul (YPFB na Bolívia, por exemplo).

Além disso, Klare (2001) atribui essa crescente importância dos recursos à adoção de uma política de segurança *econocêntrica*, ou seja, de prevalência dos ONP. Essa postura quase sempre leva a uma ênfase crescente

de proteção de recursos, sobretudo por aqueles Estados que dependem da importação de matérias-primas para o seu desempenho industrial. Klare (2006) aponta três dínamos do debate atual sobre energia: o crescente consumo dos países em vias de desenvolvimento, geopolítica centrada na energia (sobretudo na Eurásia) e o pessimismo acerca do futuro da energia, sobretudo pela lenta inserção das energias renováveis em países de alta produção e dependência de combustíveis fósseis em países como o Brasil que, a despeito de possuir uma matriz energética de alta incidência de renováveis, vem aumentando gradualmente a participação de combustíveis fósseis (por exemplo, o petróleo) na sua matriz energética.

Em que pese a dimensão epistemológica da segurança energética, Yergin (2011) trabalha com a abordagem multidimensional desse conceito, escalonando quatro dimensões. Primeiro, a dimensão da segurança física, que abarca a proteção dos ativos, da infraestrutura, das redes de abastecimento e das rotas comerciais, criando provisões para substituições rápidas, quando necessário. Segundo, o acesso físico, contratual e comercial à energia, enfatizando a capacidade de produzir e adquirir. Terceiro, a segurança energética como sistema composto por políticas nacionais e instituições internacionais destinadas a responder, de maneira coordenada, a interrupções e deslocamentos do abastecimento energético. Quarto, os investimentos: a segurança energética exige políticas e um clima comercial que promovam o investimento e o desenvolvimento de modo a garantir a existência de suprimentos e infraestrutura adequados em qualquer momento no futuro.

Assim, articula-se que buscar segurança energética não implica apenas combater a enorme variedade de ameaças existentes ao fluxo contínuo a preços razoáveis de energéticos, mas dialoga intimamente com as relações entre os países, correlações, justaposições e impacto da energia na segurança nacional como um todo (Yergin 2011, 523). Por isso, faz-se mister compreender um eixo basilar da segurança energética que é o sustentáculo de uma estratégia: a dependência.

A dependência energética como variável da estratégia de segurança energética apresenta duas resultantes. Primeiro, a soberania energética. Essa perspectiva de soberania energética varia entre países exportadores e países importadores, configurando-se como um conceito político. Na perspectiva dos países desenvolvidos importadores (Estados Unidos e Japão, por exemplo), o aporte confiável, amplo e diversificado e a preços acessíveis de suprimentos de petróleo e gás é crucial. Já os países detentores de excedentes exportáveis de energia – quase todas as sociedades que superaram sua condição colonial ou neocolonial ao longo do século XX – mostram-se inclinados a formular suas políticas com base em soberania ener-

gética, com a intenção de atingir objetivos de desenvolvimento econômico e social, definidos a partir do Estado (por exemplo, Paraguai e Bolívia) (Fuser 2013, 146; Tasca 2017).

A segunda resultante é o preço. Deve-se levar em conta, no cálculo estratégico-energético, o preço do energético importado. Esse preço não deve sofrer alterações que possam comprometer o fornecimento e o equilíbrio econômico do consumidor. Nesse item, a principal reivindicação das parcerias energéticas refere-se ao item anterior, a soberania energética, ou seja, à capacidade de um Estado de exercer controle e autoridade para exercer de maneira racional e sustentável a exploração de seus recursos energéticos, sem perder de vista a manutenção de uma liberdade para minimizar custos associados às pressões externas (Lahoud 2005, 7). Para esse elemento, as relações energéticas entre Brasil e Paraguai, no concernente a Itaipu e à soberania energética paraguaia, observa-se a tentativa de renegociação do preço da energia excedente do Paraguai exportada ao Brasil e da inclusão da revisão de preços para a renovação do acordo em 2023, quando a usina terá seus custos amortizados.

Ao considerar a dependência energética como um fator chave na busca e manutenção da segurança energética e, por conseguinte, dos Objetivos Nacionais Permanentes, a Estratégia de Segurança Energética (ESE) configura-se como a operacionalização dos ONP para a questão da energia. A ESE pode ser definida como “o conjunto de ações políticas, envolvendo desde o planejamento, os processos de tomada de decisão, a implementação das políticas específicas planejadas, até a avaliação dos resultados obtidos na busca pela ampliação da Segurança Energética de um Estado” (Oliveira 2012, 82).

Diante dessa definição, cada Estado pode adotar uma Estratégia Energética diferente, desde que atenda aos seus objetivos nacionais. De maneira simplificada, a literatura classifica esse tipo de Estratégia em três grandes categorias, cuja diferenciação se dá pela forma como são *operacionalizadas*. A primeira Estratégia é a Estratégia da Integração Energética Regional, a qual abarca a integração da infraestrutura e de cadeias produtivas de energia em uma dada região ou continente. Geralmente, essa estratégia vem permeada de iniciativas de integração regional (Oliveira 2012). A Unasul, por exemplo, tem como um de seus pilares a questão energética, buscando espaço para a cooperação e integração energética regional através da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o que dá forma a essa Estratégia de Integração Regional Energética. Entretanto, além da dificuldade de se lograr consenso entre os mecanismos da integração energética regional (construção de dutos, tarifas comuns, por exemplo), essa estratégia apresenta dificuldades para alguns energéticos como o gás natural, uma vez que integrar um ga-

soduto por grandes distâncias pode aumentar seus custos de distribuição, além de ampliar trajetos passíveis de interrupção no fornecimento.

A segunda alternativa estratégica é a Estratégia da Autossuficiência Energética. Embora essa opção de busca por autonomia energética possa minimizar o problema dos países que são muito dependentes de energia importada, considera-se que ela seja virtualmente inviável de ser a principal estratégia de segurança energética para grandes potências (Klare 2008). Essa estratégia pode ser operacionalizada mediante: diversificação da matriz energética, descentralização da infraestrutura de geração e distribuição de energia, inovação energética (por exemplo, inovação energética tecnológica e novos combustíveis) e a eficiência energética (ganhos de eficiência estruturais).

Segundo Klare (2006), a estratégia da autossuficiência se refere ao fato de ter margem de manobra em termos de liberdade de ação, além de integridade, no que tange ao cumprimento dos valores nacionais ao tomar decisões de política energética, tendo em conta ainda os interesses no longo prazo. Para levar a cabo essa estratégia, explica Klare (2006), é necessário: 1) estabelecer a separação entre as aquisições de energia e os compromissos de segurança com o estrangeiro; 2) diminuir a dependência com relação ao energético importado (praticando a autolimitação e eficiência energéticas) e 3) preparar o caminho para a inevitável transição a uma economia, sobretudo, pós-petróleo.

Para ilustrar o papel dessa estratégia, a política energética brasileira para combustíveis líquidos de meados dos anos 1970 primou pela diminuição da dependência do petróleo importado através do lançamento do Proálcool. Esse programa buscou garantir a segurança energética brasileira durante uma década de crises do petróleo (1973 e 1979). Essas crises, por sua vez, levaram a desequilíbrios na balança de pagamentos brasileira, altamente dependente de petróleo importado. Adiciona-se ainda que, nesse período, fatores internacionais e domésticos impulsionaram a política brasileira de etanol: capacidade ociosa das usinas domésticas, queda do preço internacional do açúcar, aumento do preço do petróleo e a necessidade de evitar a corrosão de divisas internacionais com a importação de petróleo e derivados. Portanto, condicionantes internacionais (preço quadruplicado do petróleo importado) e vetores domésticos (capacidade de produção de um energético nacional) foram motores dessa estratégia orientada para a autossuficiência.

Sem embargo, há dois problemas em se falar em autossuficiência energética em matrizes energéticas dominadas por combustíveis fósseis. Primeiro, eles são finitos e distribuídos de forma desigual na geografia mundial, acirrando as tensões geopolíticas por conta desses recursos.

Segundo, a operacionalização dessa estratégia deve vir acompanhada de energias renováveis, as quais demandam investimentos de longo prazo e que enfrentam dificuldade de penetração nas matrizes energéticas dos países. Essa dificuldade decorre de uma alta dependência de combustíveis fósseis, fenômeno também chamado de *carbon lock-in* (Unruh 2000), substanciado pela 15ª posição do Brasil no ranking mundial de reservas provadas de petróleo (12,8 bilhões de barris) (ANP 2018).

Por fim, a terceira estratégia abordada neste trabalho é a Estratégia do Aumento da Segurança do Fornecimento Externo de Energia. Essa alternativa tem duas formas de operacionalização: 1) através da diversificação dos fornecedores externos e 2) por meio da militarização do controle de recursos energéticos no exterior. Esta última forma implica a tentativa de controlar diretamente as fontes de recursos energéticos no exterior, muitas vezes através da securitização e militarização da segurança energética, diversas vezes envolvendo disputas entre países importadores e exportadores de energia, com a ocorrência de guerras pelo controle de jazidas petrolíferas (ex.: Guerra do Golfo) (Oliveira 2012; Hage 2008, 170).

Desse modo, a primeira forma de operacionalização desta última estratégia é obtida através de acordos comerciais, mediante influência político-diplomática ou até mesmo por simples mecanismos de mercado. Outrossim, a alternativa de diversificação dos fornecedores externos de energia é apontada pela narrativa de Daniel Yergin (2006, 8) verificando que “a diversificação permanecerá como o princípio fundamental da segurança energética tanto para o petróleo quanto para o gás”. Além disso, a história mostra que a diversificação de parcerias e de fontes energéticas datam da Primeira Guerra Mundial, a partir da decisão de Churchill de importar petróleo para substituir o carvão como o energético que movia a marinha britânica (Pimentel 2011; Klare 2001; Yergin 2006).

Na tentativa de reduzir a dependência brasileira do gás natural importado da Bolívia, por exemplo, estratégias de diversificação foram implementadas. A principal delas é a crescente importação de gás natural liquefeito (GNL). Ao passo que as importações brasileiras de gás natural, entre 2008 e 2017, caíram 22%, a importação de GNL aumentou de 35 milhões de m³ em 2008 para 1.756 milhões de m³ em 2017, um aumento de 98%. Não só a quantidade de GNL importada aumentou, mas também a quantidade de países dos quais importa. Em 2008, Trinidad e Tobago era o único país exportador de GNL ao Brasil. Em 2015, 13² eram os países exportadores de GNL, reduzindo para 5 (Angola, Catar, EUA, Nigéria e Trinidad e Tobago), em 2017.

Além da diversificação de parceiros, a estratégia de importação de GNL de países africanos, por exemplo, tem duas arestas geopolíticas (Mattos

2011) ao tangenciar a importância geoestratégica do Atlântico Sul, no qual 7.408km da costa marítima brasileira está debruçada. Primeiro, como *ponte estratégica* Natal-Dacar e, segundo, como corredor para a importação de energéticos – notadamente o GNL, que é regaseificado nos portos brasileiros.

Desse modo, a diversificação de parceiros, bem como a de fontes energéticas, é um dos grandes norteadores da política energética. Isso ocorre tanto em termos de diversificar a matriz energética com recursos renováveis para reduzir a dependência de produção – ainda que a dependência tecnológica seja mantida – quanto para adequar a estratégia energética para um mundo *pós-petróleo*, qual seja aquele que utilize o gás natural como combustível de transição ou que aposte crescentemente na energia solar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Motivada pela compreensão e conexão entre TRI, Geopolítica e Estudos de Segurança Internacional, essa narrativa buscou avançar no debate epistemológico acerca da Geopolítica Energética. Por conseguinte, a primeira parte deste trabalho trouxe um diálogo epistemológico sobre o interesse nacional a partir da literatura das RI, visando a conjugar esse conceito com a perspectiva da Geopolítica brasileira. Partindo-se da visão do Realismo político das RI e da concepção Construtivista dessa área, aliada à literatura geopolítica brasileira, percebe-se essas duas perspectivas – das teorias de RI e da Geopolítica – como complementares, no que tange à epistemologia do interesse nacional. Essa ponte interdisciplinar, cujo amálgama é a epistemologia, apresentou-se como fundamental para compreender a concepção da Geopolítica Energética partindo-se da narrativa teórica das RI.

A relação de complementaridade entre a Geopolítica brasileira e a teoria das RI, em termos epistemológicos, é observada ao colocar em evidência as concepções de Estratégia e Geoestratégia, ambas fruto do interesse nacional. Por sua vez, o interesse nacional é central, tanto na abordagem das RI quanto na da Geopolítica, pois é a partir dele que os Estados buscarão a consecução do Poder Nacional através da Estratégia – e da sua vertente geográfica, a Geoestratégia.

Em seguida, na busca de ajustar os estudos de Segurança Energética à agenda dos Estudos de Segurança Internacional, observou-se a evolução da temática no pós-Guerra Fria *pari passu* à concepção discursiva de manifestação de novas ameaças. Essa concepção é trabalhada pela Escola de Copenhagen, dentro dos ESI, e observa o tema da energia como latente e pertencente ao novo rol das ameaças do mundo pós-bipolaridade. Nessa mesma esteira de observação da energia como elemento pivô de debates

contemporâneos, Daniel Yergin, Michael Klare, Lucas Oliveira e Igor Fuser observam, cada um da sua forma e com seu instrumental analítico, a crescente importância das questões energéticas para as RI.

Na análise da segurança energética nacional, Conant e Gold (1981) oferecem ferramenta importante para o diálogo conceitual da dependência energética. Esse instrumental, por sua vez, enriquece a perspectiva de soberania e segurança energética, ambos conceitos políticos que são trabalhados por diferentes Estados, simultaneamente, em um tabuleiro internacional desigual. Simultaneamente às concepções da Segurança Energética e da Estratégia, molda-se uma tipologia referente a Estratégias de Segurança Energética. Nas linhas acima, foram abordadas três estratégias: 1) a Estratégia de Integração Energética Regional; 2) a Estratégia de Autossuficiência Energética e 3) a Estratégia de Aumento de Segurança do Fornecimento Externo de Energia.

Destarte, a partir da terceira estratégia – Estratégia de Aumento de Segurança do Fornecimento Externo de Energia – é que se articula a diversificação dos parceiros energéticos como peça estratégica fundamental à garantia da segurança energética nacional diante dos condicionantes do interesse nacional e da geopolítica energética nos quais os países estão submersos dentro do xadrez internacional. Contudo, o texto também apontou para algumas limitações de ordem técnico-política das estratégias energéticas.

Ademais, essa narrativa buscou avançar na evolução epistemológica de Geopolítica Energética. Ressalta-se que os estudos sobre política energética e energia *per se* vêm incorporando desafios da *transdisciplinaridade* por integrar as ciências humanas (por exemplo, Ciência Política, Sociologia e Relações Internacionais) com a natureza técnica dos assuntos energéticos. Contudo, desafios a essa articulação permanecem, como as limitações que as estratégias energéticas calcadas em hidrocarbonetos oferecem – seu horizonte de médio prazo –, que podem ser minimizados, por exemplo, pelo desenho de uma Geopolítica das Energias Renováveis (Scholten e Bosman 2016). Assim, é possível pensar em uma ampliação dessa agenda com a incorporação de vetores próprios de energias renováveis, suas externalidades e seu diferencial competitivo – convergência econômica (Giddens 2009) – para os Estados que a implementarem como Objetivos Nacionais Permanentes *vis-à-vis* o mote do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ANP. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. 2018. *Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2018*. Disponível em: <<https://goo.gl/7De1J3>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

Aron, Raymond. 1986. *Paz e Guerra Entre as Nações*. Coleção Pensamento Político 7. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília.

Baldwin, David. 2007. Security Studies and the End of the Cold War. In: Buzan, Barry; Hansen, Lene. *International Security*. 3: 99-120. Londres: SAGE Publications.

Blackwill, Robert e Meghan O'Sullivan. 2014. America's Energy Edge: The Geopolitical Consequences of the Shale Revolution. *Foreign Affairs*, March/April.

Bonanate, Luigi. 1997. Estratégia e Política dos Armamentos". In BOBBIO, Norberto et al. (org). *Dicionário de Política*. 1. 10. ed. Brasília: Universidade de Brasília.

British Petroleum. 2017. *The effect on LNG growth on global gas markets*. Disponível em: <<https://goo.gl/vLRN7E>>. Acesso em 09 mai. 2018.

Buzan, Barry e Lene Hansen. 2009. *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bull, Hedley. 2002. *A Sociedade Anárquica*. Brasília: Ed. Da UnB/IPRI.

Buzan, Barry, Ole Waever e Jaap de Wilde. 1998. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner, Londres.

Clausewitz, Carl von. 1979. *Da Guerra*. Prefácio de Anatol Rapoport. São Paulo: Martins Fontes.

Conant, Melvin A. e Fern Gold. 1981. *A geopolítica energética*. BIBLIEX.

Couto e Silva, Golbery do. 1980. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & geopolítica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. XIV, 273 p.

Fierke, K. 2007. *Critical Approaches to International Security*. Cambridge, Reino Unido: Polity.

Fuser, Igor. 2008. *Petróleo e poder: envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico*. São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações da UNESP, Unicamp e PUC-SP.

Fuser, Igor. 2013. *Energia e Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva.

Giddens, Anthony. 2009. *The Politics of Climate Change*. Polity Press: UK, 272p.

Graaf, Thijs, Benjamin Sovacool, Arunabha Ghos, Florian Kern e Michael Klare. 2016. States, Markets, and Institutions: Integrating International Political

Economy and Global Energy Politics. In.: Graaf, Thijs; Sovacool, Benjamin; Gosh, Arunabha; Kern, Florian and Klare, Michael (Eds.). *The Palgrave Handbook of the International Political Economy of Energy*. Palgrave Macmillan, 755p.

Hage, José Alexandre Altahyde. 2006. *Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás*. Tese (Doutorado). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Hage, José Alexandre Altahyde. 2008. O poder político na energia e relações internacionais: o difícil equilíbrio entre o direito e a busca de segurança do Estado brasileiro. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 51 (1): 169-186.

Keohane, Robert. 1984. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton (NJ): Princeton University Press.

Klare, Michael T. 2001. *Resource Wars: the new landscape of global conflict*. New York: Owl Books.

Klare, Michael T. 2006. *Sangre y Petróleo: Peligros y consecuencias de la dependencia del crudo*. Barcelona: Ediciones Urano.

Klare, Michael T. 2008. Energy Security. In: Williams, Paul D. *Security Studies: An Introduction*. New York: Routledge.

Krasner, Stephen. 1978. *Defending the National Interest: Raw Materials Investments and U.S. Foreign Policy*. Princeton (NJ): Princeton University Press.

Lahoud, Gustavo. 2005. *Una Aproximación Teórica a la Soberanía Energética e Integración Regional Sudamericana*. Buenos Aires: Instituto de Investigación en Ciencias Sociales (IDICSO) de la Universidad del Salvador.

Lake, David. 2013. Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations. *European Journal of International Relations*, 19: 567-587.

Manning, Robert. 2014. *The Shale Revolution and the new geopolitics of energy*. Washington, DC: Atlantic Council.

Mattos, Meira. 2011. *Geopolítica*. 1. Rio de Janeiro: FGV Editora, 315p.

Morgenthau, Hans. 2003. *Política entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

Nogueira, João Pontes e Nizar Messari. 2005. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 250 p.

Oliveira, Lucas Kerr de. 2012. *Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: Geopolítica, Estratégia e o Papel do Centro de Decisão Energética*. 400f. Tese (Doutorado) – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pimentel, Fernando. 2011. *O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: Perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira*. Brasília: FUNAG.

RAPOPORT, Anatol. Prefácio. In: Clausewitz, Carl von. 1979. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes.

Scholten, Daniel e Rick Bosman. 2016. The geopolitics of renewables: exploring the political implications of renewable energy systems. *Technological Forecasting & Social Change*, 103: 273-283.

Sil, Rudra e Peter Katzenstein. 2010. *Beyond Paradigms*. Analytic Eclecticism in the Study of World Politics. New York: Palgrave Macmillan.

Skeet, Ian. 1996. Geopolitics of Energy. *Energy Exploration & Exploitation*. 14 (3-4): 265-272.

Tasca, Tiago G. 2017. De Roboré aos Anos 2000: a Bolívia como Vértice de (In) Segurança Energética Brasileira? *Conjuntura Internacional*, 14 (1): 12-24.

Unruh, Gregory. 2000. Understanding carbon lock-in. *Energy Policy*. 28: 817-830.

Waltz, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics*. New York: McGraw Hill.

Wendt, Alexander. 1999. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Yergin, Daniel. 2006. Ensuring Energy Security. *Foreign Affairs*. 85 (2). March/April.

Yergin, Daniel. 2011. *A Busca: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno*. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.

NOTAS

1. “[...] processo social pelo qual grupos constroem algo como ameaça [...]” (Buzan e Hansen 2009, 36). Além disso, Fierke (2007) verifica que “a securitização de determinado tema – como meio ambiente, narcotráfico, migrações e energia – ocorre quando um Estado decide encará-lo como uma questão que põe em jogo a sobrevivência e/ou outros interesses vitais do país. Quando um tema é “securitizado”, os atores estatais passam a abordá-lo sob o prisma da segurança nacional, o que justifica a ameaça ou o uso da força militar para atingir os objetivos a ele relacionados” (Fierke 2007, 102-104).
2. Argélia, Bélgica, Catar, Emirados Árabes Unidos, Espanha, EUA, França, Guiné Equatorial, Holanda, Nigéria, Noruega, Portugal, Reino Unido e Trinidad e Tobago (ANP 2018).

DO INTERESSE NACIONAL À ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ENERGÉTICA:
UM DIÁLOGO EPISTEMOLÓGICO

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar um diálogo epistemológico partindo do conceito de interesse nacional e, por meio da geopolítica energética, compreender a estratégia de segurança energética orientada para a diversificação. Este trabalho é estruturado em: 1) aproximações teóricas entre o interesse nacional e a geopolítica energética; 2) estratégias de segurança energética.

Palavras-chave: Geopolítica energética; Teoria de Relações Internacionais; Estratégias energéticas.

ABSTRACT

The aim of this article is to present an epistemological dialogue starting with the idea of the national interest through energy geopolitics in order to comprehend an energy security strategy oriented to diversification. This article is divided in two sections: 1) theoretical remarks between national interest and energy geopolitics; 2) energy security strategies.

Keywords: Energy Geopolitics; International Relations Theory; Energy Strategies.

Seção 2

O Pensamento Geopolítico Brasileiro

Revisitado

A Geopolítica da Amazônia no século XXI: o pensamento de Mário Travassos revisitado

The Geopolitics of Amazon in the 21st Century: revisiting Mario Travasso's reflections

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 87-114

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75091

ISSN 2358-3932

ANDRÉ LUIZ VARELLA NEVES

INTRODUÇÃO: A GEOPOLÍTICA DO BRASIL E VISÃO PANORÂMICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

O Brasil foi um dos primeiros países na América do Sul a produzir estudos sobre geopolítica *stricto sensu*, pois as teorias originárias de Ratzel e Kjellén encontraram terreno fértil em nosso país. Isto ficou evidenciado devido à repercussão, no Brasil, da célebre Conferência de Mackinder, intitulada *The Geographical Pivot of History* na Real Sociedade Geográfica de Londres em 1904, complementada pelo artigo *Democratic Ideals and Reality*, publicado no *Foreign Affairs*, em 1919. Assim, surgiu no Brasil um estudo preocupado com o papel da geografia na formulação da política nacional através de Elyseo de Carvalho, denominado de *Factor Geográfico na política brasileira*, de 1921.

A gênese da produção geopolítica no nosso país ocorreu nas décadas de 20 e 30, dando início a uma produção bibliográfica extremamente profunda, tanto quantitativamente como qualitativamente. Ao contrário do que é corrente se pensar, estes trabalhos são praticamente desconhecidos no meio acadêmico, e, segundo Miyamoto, nutre-se em relação a eles um preconceito que perdura desde a década de 1940, o que é demonstrado pela ausência de cientistas políticos na elaboração e análise geopolíticas (Miyamoto 1981, 76).

Além de Elyseo de Carvalho, surgiram neste período outros autores como Everardo Backheuser, Carlos Delgado de Carvalho, Mário Travassos e Francisco de Paula Cidade, cujos trabalhos demonstraram a influência do pensamento de Ratzel.

Para a literatura especializada, a grande figura da geopolítica nacional foi Everardo Backheuser, pelo pioneirismo da sistematização de informações desordenadas sobre o país. Foi com este autor que o estudo da geopolítica no Brasil foi impulsionado, pois a sua profícua produção, inaugurada com a obra *Pela Unidade do Brasil*, em 1925, iria continuar ao longo das três décadas que se seguiram. Suas considerações versavam desde uma teoria sobre a possível marcha da civilização e discussões teóricas sobre geopolítica e geografia política, até a mudança da Capital Federal.

A década de 40 apresentou-se fértil e a que mais produziu estudos sobre geopolítica, e, apesar disso, a qualidade dos trabalhos não superou as obras de Travassos e Backheuser. São desse período as obras de Lima Figueiredo, Leopoldo Nery da Fonseca, Lysias Rodrigues, Djalma Poli Correa, Carlos Delgado de Carvalho, Raja Gabaglia e Moisés Gikovate.

Os anos 1950, com o advento da Escola Superior de Guerra no final da Segunda Guerra Mundial, marcaram uma nova etapa nos estudos geopolíticos com o surgimento de uma nova geração de estudiosos, a saber: Therezinha de Castro, Meira Mattos, Golbery do Couto e Silva, João B. Magalhães, Waldyr Godolphim e Lyra Tavares.

As décadas de 1960 e 1970 assinalaram um período em que as preocupações estiveram voltadas para a segurança nacional e o fortalecimento do poder nacional. Encontra-se neste período, a publicação da obra *Projeção Mundial do Brasil*, do General Meira Matos, na qual, logo na introdução, o autor pede licença para sonhar não mais como um país de projeção continental, fazendo alusão a obra de Mário Travassos, mas antes, com um país de projeção internacional. Buscou mostrar por que o país deveria assumir um papel de relevo no concerto mundial de nações, sendo esta a tônica que guiará todos os seus ensaios posteriores (Miyamoto 1981, 80-82).

Feito este sumaríssimo balanço da produção geopolítica brasileira desde os seus primórdios, o objeto deste artigo é a tese proposta por Mário Travassos no trabalho considerado de fundamental importância para a compreensão da geopolítica brasileira publicado em 1931. Trata-se de *Aspectos Geográficos sul-americanos*, reeditado em 1947 com o título de *Projeção Continental do Brasil* (Mello 1997, 55).

Estas ideias, expostas há 87 anos, propiciam o distanciamento e a perspectiva necessária e suficiente para um imprescindível ajuste de contas com o autor. Podemos considerá-lo como o pai fundador da Geopolítica brasileira, pois lançou os fundamentos para a Geopolítica do Brasil na primeira metade do século XX.

Neste sentido, o nosso interesse é verificar quais foram as instabilidades geográficas percebidas por Travassos na região noroeste da América do

Sul, compreendendo os países como a Bolívia, a Colômbia e o Equador, e as inquietações políticas que delas derivaram.

O objetivo é resgatar a reflexão do autor àquelas contribuições teóricas no que tange às influências americanas advindas do Canal do Panamá, submetendo-as ao crivo das mudanças da política internacional na América do Sul.

ASPECTOS CAPITAIS DA GEOGRAFIA SUL-AMERICANA

Os postulados essenciais da teoria de Travassos para a compreensão do complexo geopolítico da América do Sul estão no entendimento de que os Estados buscam contar com várias saídas para o mar, se possível para mares diferentes, e aspiram também ao domínio da totalidade das bacias hidrográficas que estiverem ao seu alcance. Para o autor, qualquer potência que disponha de seções navegáveis de um grande rio tenderá a estender este domínio até sua foz e, do mesmo modo, inversamente, quando uma potência dominar a boca de um caudal tenderá expandir-se até as cabeceiras.

Fazendo a alusão à América do Sul, e sob o crivo dos fatos históricos, geográficos e estratégicos do Império Alemão, da Rússia e da Inglaterra,¹ nota-se que estes exemplos permitem-nos estimar consequências mediatas e imediatas pela presença do antagonismo entre os oceanos Pacífico e Atlântico. Eles também nos ajudam diagnosticar a complexidade dos problemas oriundos das múltiplas regiões hidrográficas da região, revelados desde a colonização e mantidos em estado latente após a formação dos Estados sul-americanos. A gravidade destas questões está relacionada ao fato de que cada uma das regiões hidrográficas abriga mais de uma soberania, suscitando a possibilidade do surgimento de conflitos que poderiam alterar o mapa político na América do Sul.

Segundo o autor:

São tais as circunstâncias, apresentam tal gravidade, que há quem faça o *prognóstico de profundas modificações*, ainda no *mapa político* da América do Sul *principalmente* pelo fato de cada uma de suas grandes bacias encontrar-se *sob a bandeira de mais de um Estado* – *a do Orinoco*, repartida entre a Venezuela e a Colômbia; *a do Amazonas*, com sua prodigiosa rede de afluentes, entre o Brasil, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Bolívia; *a do Uruguai*, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai; *a do Paraguai*, entre o Brasil, a Bolívia, o Paraguai e a Argentina; *a do Paraná*, entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina (Travassos 1947, 17, grifos nossos).

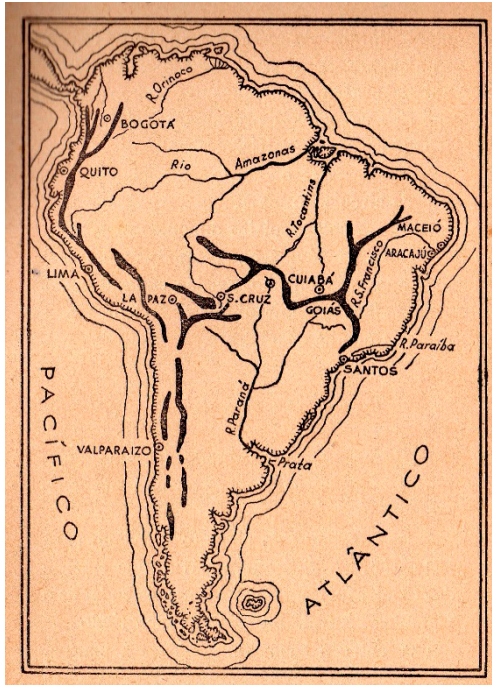
Sendo assim, a obra *Aspectos Geográficos Sul-americanos* deve ser entendida à luz dos postulados acima, num ensaio em que são analisados

os aspectos geográficos e o peso dos mesmos como fenômenos condicionantes dos processos políticos e econômicos de profunda repercussão continental.

Nesse trabalho, o autor estudou a situação geopolítica do Brasil na América do Sul apoiando-se em três ideias estruturantes: a) o enquadramento da massa continental por dois oceanos diferentes, a leste, o Oceano Atlântico e a oeste, o Oceano Pacífico; b) a oposição sistematizada entre duas bacias hidrográficas do continente, ambas na vertente atlântica – a do Amazonas ao norte e a do Prata no sul; e c) a existência de países mediterrâneos, o caso da Bolívia e do Paraguai, justo na região em que aqueles antagonismos se encontram.

Em outras palavras, quaisquer considerações sobre os processos políticos e econômicos que se desenrolam na América do Sul devem ter como premissa a constatação que se enquadram entre dois grandes antagonismos geográficos: Atlântico x Pacífico e a Bacia Amazonas x a Bacia do Prata.

O *primeiro antagonismo geográfico* é caracterizado pela oposição entre os dois oceanos que envolvem a massa sul-americana, cortada na direção longitudinal pela espinha dorsal da Cordilheira dos Andes, cujo cume divide desigualmente as vertentes continentais. O *Atlântico* desempenhava o papel de polo dominante como eixo da civilização ocidental, sendo a via *de comunicação* por excelência entre o *Novo e o Velho Mundo*. O *Pacífico*, com seu litoral inóspito, era o “mar solitário” situado à margem dos grandes feixes de comunicações marítimas e via de contato intermitente com a Ásia oriental. O *segundo antagonismo* resultava da oposição entre esses dois grandes sistemas fluviais – o Amazonas e o Prata – e que, dada a proximidade dos Andes da costa pacífica e o *divortium aquarum*² formado pelo altiplano boliviano, corriam ambos para o leste, mas em direções opostas, desaguando um ao norte e outro ao sul da vertente atlântica. Esse antagonismo se expressava no conflito entre ambas as bacias, cujas desembocaduras, controladas pelo Brasil e pela Argentina, buscavam conquistar a posição de principal via de comunicação da vertente pacífica com a vertente atlântica, obtendo através dessa o acesso à “civilização mundial” (Travassos 1947, 71-72, grifos nossos).



Mapa 1 – Antagonismo geográfico.

Fonte: Travassos (1947, 45).

PROJEÇÃO PLATINA: O TEMOR DE TRAVASSOS

O motivo da sua preocupação naquele momento era o caráter expansionista da política de comunicação platina que se projetava através da sua rede ferroviária estabelecendo contato entre Buenos Aires e as capitais de três países limítrofes: Assunção, Santiago e La Paz.

A sua atenção dirigia-se principalmente para a região em que o sistema de comunicação platino estabelecia a ligação entre Buenos Aires e La Paz. Este fato resultava em implicações geopolíticas importantes pois permitia que através de La Paz, os trilhos argentinos alcançassem os portos do Chile, como Antofagasta, Mejillones e Arica e também ao porto de Mollendo, no Peru.

Esta situação permitiria à Argentina alcançar uma preponderância geopolítica na região, e por conta disso Travassos concluiu que era essencial para o Brasil barrá-los neste esforço de projeção continental.

Inspirado pelas concepções teóricas de Mackinder sobre a Eurásia, o *heartland* e o poder terrestre, Travassos formulou que a chave para a re-

solução dos dois grandes antagonismos, Atlântico x Pacífico e a Bacia do Amazonas e a Bacia do Prata, encontrava-se no planalto boliviano. Por sua localização geográfica e estratégica no centro do continente, era considerado o *heartland* sul-americano, sendo este o ponto central que constitui o cerne da sua teoria geopolítica.

Segundo o autor,

O território boliviano pode ser considerado o centro geográfico do continente sul-americano, [...] como fonte orográfica abrindo o sistema andino, simultaneamente, às influências político-econômicas que as bacias do Amazonas e do Prata representam na massa continental. Ao passo que o planalto é procurado instantaneamente pelas comunicações chilenas, peruanas e argentinas, é o planalto boliviano que procura escapar às tenazes dessa submissão por meio das comunicações brasileiras (Travassos 1947, 232).

Sendo assim, para conter o avanço da Argentina para o centro do continente, percebeu que seria vital o controle do triângulo estratégico para a resolução dos antagonismos entre a Bacia Amazônica e a Bacia do Prata a favor do Brasil.

Para enfrentar esta situação, Travassos encarava como imperativo geopolítico vital o deslocamento do centro de gravidade do triângulo estratégico da cidade de Cochabamba para a cidade de Santa Cruz de La Sierra. Como esta fazia fronteira com o Brasil, o autor defendia a construção de uma ferrovia que ligasse a cidade aos rios Madeira e Mamoré. Estes, por sua vez, serviriam de conexão fluvial entre o triangulo boliviano e a bacia amazônica.

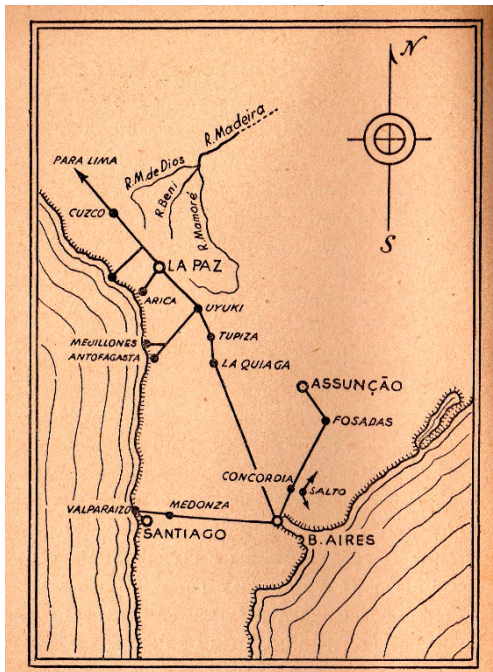
O objetivo a ser atingido com a transferência do eixo gravitacional de Cochabamba para Santa Cruz de La Sierra seria alcançar o controle do triângulo estratégico, o que significaria a neutralização do sistema ferroviário platino e a Bacia do Prata. Desta forma, colocaria o altiplano boliviano sob a influência carreadora da bacia Amazônica, assegurando ao Brasil a posição de país geopoliticamente hegemônico no *heartland* sul-americano (Mello 1997, 66).

Segundo Travassos :

[...] do exposto trata apenas de deslocar o centro de atração da região de Cochabamba para Santa Cruz, porque a atração exercida por Cochabamba é, por assim dizer, artificial, produto das facilidades de comunicações de que tem desfrutado, ao passo que Santa Cruz representa realmente o verdadeiro centro de gravidade da economia do planalto [...] (Travassos 1947, 65).

Uma vez assegurada as comunicações pelo Amazonas, o passo seguinte era estabelecer a conexão da Bacia Amazônica com a Cordilheira dos Andes, com o objetivo de canalizar para o Atlântico a produção dos países andinos situados na vertente oriental do continente sul-americano. Esta conexão iria ocorrer pelos *nudos*,³ localizados em três países andinos: o de Pasto, na Colômbia, o de Loja, no Equador e os de Pasco e Cusco, no Peru.

Para responder a este desafio, o autor parte de uma análise da massa territorial do país, a fim de verificar o seu papel em relação ao conjunto do continente sul-americano, delimitando o território brasileiro por dois tipos de condicionantes: um geográfico e outro político. Divide desta maneira o país em quatro regiões naturais: Brasil Amazônico, Nordeste Subequatorial, a Vertente Oriental dos Planaltos e o Brasil Platino (Mello 1997, 61-76).



Mapa 2 – Esforço Ferroviário Platino.

Fonte: Travassos (1947, 54).

Segundo Travassos (1947, 127-128):

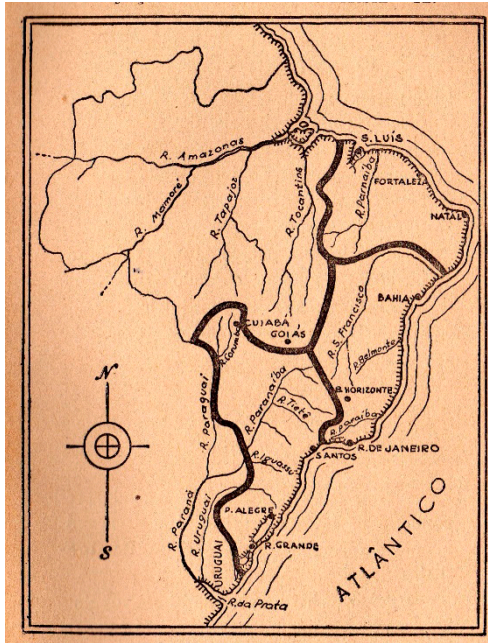
O *Brasil amazônico*, comportando a região serrana (maciço granítico das Guianas), a depressão amazônica (*calhas do Amazonas e seus afluentes*) e a *Hileia* (região das matas); o *Nordeste subequatorial*, abran-

gendo o Golfão Maranhense (sorte de transição da Amazônia), a bacia do Paraíba, as Serras e Chapadas da Vertente Norte-Oriental (regiões semiáridas), o litoral, a mata e o agreste de Pernambuco (balizada pelo Cabo de São Roque, foz do São Francisco e Serra da Borborema); a *Vertente Oriental dos Planaltos*, compreendendo o litoral baiano-espírito-santense (inclusive as bacias do Paraguaçu, Jequitinhonha e Doce) e região das chapadas (zona alta), o vale do São Francisco, o sul Mineiro e o vale do Paraíba; o *Brasil Platino*, englobando a costa ou contra-vertente oceânica (entre o Atlântico e a Serra do Mar), a Região Serrana (Serra do Mar e Geral), a região do Planalto (alternação de campos e matas, região suporte dos afluentes orientais do Paraná), a campanha rio-grandense e a baixa mato-grossense – em seu conjunto, nada mais espontâneo que essas grandes divisões e respectivas subdivisões.

Analisando o papel funcional destas regiões, constata-se a existência de dois Brasis: o Amazônico e o Platino. Percebe-se que, a partir de pontos extremos da vertente atlântica, convergem ambos para o centro geográfico do continente onde está localizado o *heartland* boliviano. Em seguida verifica-se que as duas outras regiões – *Vertente Oriental dos Planaltos* e o *Nordeste Subequatorial* – são prolongamento uma da outra e formam o que Travassos denominou de “Brasil Longitudinal”, que teria um papel funcional de estabelecer a ligação entre as duas primeiras regiões: Brasil Amazônico e o Brasil Platino.

Comentando sobre estes aspectos, escreve Travassos (1947, 129-130):

O *Brasil amazônico* se comunica de modo mais direto com o oceano, por isso que dispõe do *Rio Amazonas* como via natural. E sua capacidade de penetração é mais ampla, pois o vale amazônico é o grande coletor do formidável anfiteatro que se arqueia de Caracas a La Paz. O *Brasil Platino*, apesar de que exija meios artificiais para ligar-se ao oceano, dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa e dos estímulos de dois países mediterrâneos que naturalmente reagem contra a força centrípeta do Prata: o sul de Mato Grosso, prolongando os territórios paulista e paranaense, representa a sua força de penetração. [...] Em segundo lugar há que considerar as outras duas regiões naturais, a *Vertente Oriental dos Planaltos* e o *Nordeste Subequatorial* – que se prolongam de modo a justificar o título que lhe atribuímos de *Brasil Longitudinal* (grifos nossos).



Mapa 3 – Regiões Naturais.
 Fonte: Travassos (1947, 127).

O autor chega à seguinte conclusão, extraída dessa síntese geográfica: a de que a consolidação da unidade do país dependeria da conjuração de dois tipos de atuação:

É mais que certo repousar a sua manutenção nessas duas ordens de fenômenos: atuações convergentes do *Brasil Platino* e *Amazônico* sobre o *centro geográfico do continente* considerado objetivo comum; esforços de unir as duas extremidades [...] que denominamos [...] de *Brasil Longitudinal* (Travassos 1947, 193, grifos nossos).

Política de Comunicações

Isto posto, a proposta de Travassos era o desenvolvimento e implementação de uma ousada política de comunicações, a qual seria construída através de um sistema misto baseado na pluralidade de transportes (ferroviário, rodoviário, hidroviário, marítimo e aéreo), que tinha dois grandes objetivos: garantir deste modo a unidade territorial do país e a articulação de suas diversas regiões, e assegurar a projeção política e econômica do Brasil no continente sul-americano (Mello 1997, 84).

Esta política de comunicações visava:

- a) Drenagem de grande parte das riquezas da vertente ocidental para a vertente oriental do continente sul-americano, conectando pelos *nudos* andinos com o transporte fluvial pela Bacia Amazônica;
- b) Em relação ao antagonismo da Bacia hidrográfica do Amazonas e a Bacia do Prata, o alvo seria o controle do triângulo estratégico boliviano e do *heartland* continental. A *chave* seria o domínio do vértice representado pela cidade de Santa Cruz de La Sierra, que seria conectada por via ferroviária tanto ao Porto de Santos quando ao Madeira Mamoré que, por sua vez, serviria de ligação fluvial com a Bacia Amazônica;
- c) Quanto à neutralização da Bacia do Prata e da Rede Ferroviária argentina, a ação a ser implementada era o estabelecimento de um sistema de comunicações transversais, por via ferroviária e rodoviária, realizando assim a ligação entre os países mediterrâneos e os portos brasileiros no Atlântico;
- d) Estabelecer a ligação do Brasil Platino e do Brasil Amazônico com o Brasil longitudinal por meio da justaposição e da combinação de transporte marítimos, fluviais e terrestres.

Elite brasileira: sem visão e sem ação

O autor identificava que os problemas nas comunicações no Brasil estavam na falta de uma elite esclarecida que tivesse uma visão de conjunto para enxergar os problemas em toda sua ampla envergadura.

Num país de formação tumultuária e de complexidade territorial, e pela ausência de um plano de ação, temos como consequência “sido obrigados a resolver questões premidos por injunções de toda a sorte, assim no tempo como no espaço, e arcando com a incipiência de nossas próprias possibilidades” (Travassos 1947, 193).

O autor enxergava que a questão das comunicações brasileiras estava acima do complexo dos demais problemas que impediam o aproveitamento das possibilidades do país e adverte que:

Isto de querer, por exemplo, primeiro ceifar o analfabetismo para chegar às verdades das urnas e, em seguida, investir contra o resto, ou realizar a verdade eleitoral para depois partir seguramente para a solução das questões, ou de qualquer outra forma de precedência, não passa de simples fantasia, apesar de acalentada por muitos espíritos votados à grandeza nacional. Puro simplismo. [...] Inegável que o problema das comunicações sobreleva no complexo dos demais problemas (Travassos 1947, 195).

Diz o autor que o nosso erro de origem estava em não termos consultado nossas características geográficas em busca de uma visão de conjunto sobre as grandes linhas de circulação naturais. Por conta disso, ocorreu uma versatilidade em matéria de comunicações, em que recaíram preferências sobre certos tipos de transportes em detrimento de outros, conduzindo-nos “às direções falsas, às confusões sobre a verdadeira finalidade das linhas – se nacionais, se regionais –, enfim, todo o acervo das impropriedades que se podem constatar no que já possuímos quanto a comunicações (Travassos 1947, 198).

Travassos comenta que se os dirigentes brasileiros tivessem formulado um documento de base, o desenvolvimento de nossas comunicações não se teria processado ao sabor dos acontecimentos, e

nunca *chegaríamos aos extremos* que se verificam com a *astenia* de certas regiões assaz promissoras e a *descontinuidade de comunicações terrestres* em que ainda se encontra o território nacional. Por conta disso, diz o autor, [...] é que ainda não possuímos as *grandes artérias nacionais* [...] de caráter *econômico, estratégico ou político*, esquecidos de que sem essas vias estarem ligadas a uma *trama integral de comunicações*, adquirem significado absolutamente *ilusório* (Travassos 1947, 201, grifos nossos).

A função das comunicações tem papel decisivo na manutenção dos Estados e, no caso brasileiro, assume notável gravidade, por que muito deixam a desejar como sistemas de forças a um tempo políticas, sociais e econômicas.

Ao fim e ao cabo, as grandes diretrizes geopolíticas de Mário Travassos para a consecução da preponderância política e econômica do Brasil na região seriam o estabelecimento de uma ousada política de comunicações para a) alcançar a supremacia da vertente atlântica e da Bacia Amazônica; b) controlar o *heartland* continental, ou seja, o triângulo estratégico boliviano; e c) neutralizar a Bacia do Prata e a influência sobre os países mediterrâneos; e, por último, d) investir o fortalecimento do Brasil longitudinal para obter a projeção continental do país.

AMÉRICA DO SUL: INSTABILIDADE GEOGRÁFICA E INQUIETAÇÃO POLÍTICA

Após a análise dos aspectos capitais da geografia sul-americana e o papel do Brasil na região, o autor passa examinar o que denominou os *signos de inquietação política* existente no continente da América do Sul. Estas perturbações são provenientes das instabilidades geográficas, ou seja, da oscilação

de certos territórios em determinadas circunstâncias. Segundo Travassos, os “territórios assim oscilantes são verdadeiros focos de perturbações políticas, causas de dissensões ou, pelo menos, de preocupações sérias para que se evitem possíveis conflitos internacionais” (Travassos 1947, 81).

O autor aborda os casos da Bolívia, da Colômbia e o Uruguai, entretanto o nosso interesse é discutir os dois primeiros casos e as influências exteriores vindas do Canal do Panamá.

Em relação à Bolívia, os fatores determinantes da sua instabilidade geográfica e que repercutem em suas preocupações políticas está na sua condição de país mediterrâneo, resultante da amputação da sua costa pela Guerra do Pacífico. Aqui, para Travassos, encontram-se as verdadeiras causas da sua instabilidade política, pois de um lado está “sua vinculação geológica à estrutura andina e, de outro, a sua oscilação diante das bacias que lhe correm os flancos – a Amazônica e a Platina” (Travassos 1947, 82).

Em outras palavras, a Bolívia sofre diretamente os efeitos das discordâncias entre o Chile e o Peru, e a oscilação pendular entre os dois polos de atração, a Bacia Amazônica e a Bacia do Prata, ambas representadas respectivamente por Brasil e Argentina, sendo que este último era, naquele momento, o grande beneficiário da instabilidade da Bolívia, uma vez que se encontrava dependente do porto de Buenos Aires para escoar sua produção, cujo transporte se realizava via fluvial através da Bacia do Prata ou, por via terrestre, através da via férrea argentina.

Para Travassos, o Brasil deveria intervir a fim de pender a dependência da Bolívia em favor de nosso país, criando, para isso, alternativas de tráfego fluvial pela Bacia Amazônica e de transporte terrestre até o Porto de Santos, cuja ligação com Corumbá, pela Ferrovia Noroeste, poderia ser prolongada até a cidade de Santa Cruz de La Sierra.

As instabilidades políticas da Bolívia poderiam ter importantes repercussões no continente, conforme afirma o autor:

E de todo este exame pode-se fixar de modo categórico o sentido político da Bolívia como centro geográfico do continente e a causa eventual de conflito armado, cujo vulto poderá mesmo assumir o caráter de verdadeira conflagração (Travassos 1947, 84-90).

A oscilação entre as forças político-econômicas que as bacias do Amazonas e do Prata representam, essa sim pode traduzir verdadeiro motivo de apreensões internacionais mais sérias. Essas bacias significam interesses de toda sorte, ligados às duas mais importantes nações do continente, que, se tudo as une, nem por isso estão de todo livres de possíveis estremitamentos provindos do planalto central do continente (Travassos 1947, 84-90).

Equador – Colômbia – Venezuela e Canal do Panamá

No noroeste da América do Sul, na região compreendida pelos territórios do Equador, da Colômbia e da Venezuela, que “do ponto de vista geológico, certos autores designam por um triângulo cujos vértices se apoiam no Golfo de Guayaquil, no de Darien e na Ilha da Trindade, detecta-se uma segunda instabilidade geográfica”. (Travassos 1947, 84).

Ela ocorre devido ao fato de essa extremidade do continente estar re-fém das influências políticas e econômicas vindas do Mar das Antilhas, e do grande polo de atração que representa o Canal do Panamá.

Segundo o autor:

Atualmente, porém, sua importância desperta novos influxos. As influências políticas e os interesses econômicos que se aninham no Mar das Antilhas e o foco de atração que o Canal do Panamá representa são, por si sós, capazes de sublinhar suficientemente a instabilidade geográfica dessa extremidade continental, erigindo aí, como no centro do mesmo continente, outro caso de fragilidade política (Travassos 1947, 85).

Analisando o mapa da América do Sul, Travassos verificou que “o conjunto da região é trabalhado simultaneamente por duas influências marítimas diferentes, senão opostas – a do Pacífico e a do Atlântico” (Travassos 1947, 86).

O Pacífico, exercendo influência sobre o Golfo de Guayaquil, no Equador, encontra toda a força da dinâmica fluvial da vertente atlântica expressa pelo Rio Atrato e a extensão penetrante dos Rio Magdalena e do Cauca, na Colômbia. A repercussão destes caudais é “[...] expressa pela navegabilidade do Orinoco e a concordância do Putumayo com o Solimões e o Amazonas, das mais extensas vias fluviais navegáveis [...]” (Travassos 1947, 87).

Diante desta análise geográfica, Travassos percebe a seguinte instabilidade geográfica: da mesma maneira que o território boliviano, que estando preso a estrutura andina, oscila entre as atrações da Amazônia e do Prata, o território colombiano, preso à Cordilheira dos Andes pelo *nudo* de Pasco, oscila entre as atrações de dois oceanos. Do lado do Pacífico encontra-se a Baía do Panamá, em que deságua o Canal; do lado do Atlântico estão três polos de atração formados pelos rios Magdalena, Orinoco e o Amazonas (Travassos 1947, 88).



Mapa 4 – Noroeste Sul-americano.
 Fonte: Central Intelligence Agency (2017).

A questão que o preocupava era a seguinte: se a instabilidade geográfica do território boliviano apresenta consequências políticas de aspectos continentais, o mesmo não ocorre na região noroeste do continente sul-americano. Isto se dá pelo fato de que esta área estar localizada numa das extremidades da massa continental, mostrando-se, por conta disso, presa fácil de influências extracontinentais, ou seja, norte-americanas.

Em síntese, a inquietação política que repercute nesta região ocorre por estar na extremidade contígua a um dos mais intensos focos de influências sobre o continente sul-americano: o Canal do Panamá.

Para Travassos:

O Canal do Panamá – verdadeiro *carrefour* internacional – e o Mar das Antilhas – incubadora da influência *ianque* – exprimem bem o caráter das pressões que se exercem nessa extremidade do continente sul-americano. As linhas naturais de penetração que os vales do Magdalena e do Orinoco representam dizem o resto (Travassos 1947, 91).

EUA e Canal do Panamá

Para Travassos, o Canal do Panamá era entendido como o epicentro de todas as atuações políticas que visam a atender aos imperativos industriais americanos, dirigindo-se os seus interesses para a América do Sul.

As linhas de penetração norte-americanas vindo do Mar das Antilhas tinha como entrada na América do Sul as bacias do Orinoco e do Madalena. Funcionando como verdadeiros portais, permitiam que houvesse o contato direto com o vale do Amazonas, e indiretamente, com os *nudos* e as aberturas andinas, facilitando, desta forma, a aproximação com a Bacia do Prata.

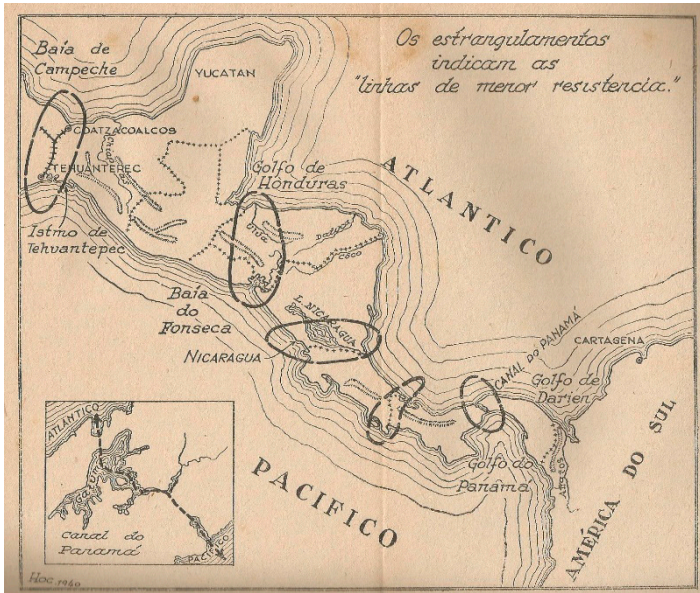
Travassos também notou que estes esforços ignoraram as Guianas, apesar de elas formarem um trampolim para saltar na Amazônia. Entretanto, concluiu que esta ação naquele espaço territorial foi evitada pois acarretaria difíceis questões políticas com a Europa (Travassos 1947, 114).

Os imperativos industriais referidos acima estavam relacionados às indústrias automobilística e aeronáutica, as quais buscavam na região dois produtos importantes: a borracha e o petróleo. Ou seja, estas ações correspondiam ao controle exercido pelos Estados Unidos sobre o petróleo da Venezuela, da Colômbia e do Peru e a atuação da Companhia Ford Industrial do Brasil na Amazônia.

Segundo ao autor:

Dada a importância avassaladoramente crescente do avião e do automóvel, sem dúvida nenhuma cabem à borracha e ao petróleo as referências que devem balizar o primeiro lance às influências político-econômicas ianques em *território sul-americano* (Travassos 1947, 115, grifos nossos).

O autor destacou que, por causa das investidas norte-americanas na região, tanto o Equador como a Bolívia resolveram ratificar, por meio de legislação, a nacionalização do petróleo. Desta maneira, buscaram impedir o avanço sobre os seus recursos naturais estratégicos (Travassos 1947, 115).



Mapa 5 – Canal do Panamá.
Fonte: Travassos (1942, 29).

Prognóstico & Preocupação de Travassos

A hipótese *travassiana* ressaltou que o progresso da infiltração dos interesses norte-americanos ocorreria pelas vias andinas e pela costa do Pacífico, e sustentou esta afirmação por conta das facilidades fisiográficas da região e pelo fracionamento político do noroeste da América do Sul:

Embora não seja fácil prognosticar, tudo faz crer que os maiores progressos da infiltração dos interesses norte-americanos em nosso continente *se farão pelas vias andinas e ao longo da costa do Pacífico*. Corroboram com o nosso prognóstico, além das facilidades fisiográficas, o fracionamento político do território. Além disso *é o meio mais seguro e o caminho mais direto para ir das Antilhas ao planalto boliviano, verdadeiro centro geográfico do continente do sul* (Travassos 1947, 116, grifos nossos).

Segundo o autor, é desta maneira que as influências *ianques* irão atingir o território sul-americano, causando o que ele denominou, como comentamos anteriormente, os *signos de inquietação política*. Em relação ao Brasil, fez um alerta às elites nacionais, afirmando que, para nós, caberá o papel de exercer uma liderança, por conta das características geográficas, a fim

de contrapor estas circunstâncias políticas e econômicas causadas pela presença norte-americana. Segundo Travassos (1947, 117), “Devemos lembrar-nos do papel coordenador que o Brasil é chamado a exercer – por sua posição e mais características geográficas – sobre tão complexas circunstâncias econômicas e políticas a envolverem o continente sul-americano em suas malhas”.

SÉCULO XXI – AMÉRICA DO SUL: NOVO CENÁRIO E MESMAS INQUIETAÇÕES

O esforço de infiltração dos EUA na região da América do Sul na década de 30 será intensificado com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Os motivos serão os mesmos, ou seja, acesso aos recursos naturais, agora para atender as exigências da indústria bélica.

Em relação ao Brasil, a sua importância geopolítica, além de fornecedor de matérias-primas, recaía no fato de possuir um grande espaço territorial – no seu extenso litoral, faceando o Atlântico Sul, e no interior do continente, fazendo fronteiras com a maioria dos países da América do Sul, exceto Chile e Equador.

Naquele período, os EUA recebiam que um avanço das forças alemãs, a partir da costa do Senegal, alcançasse as Américas através do estreito Natal-Dakar e se estabelecessem no arquipélago de Fernando de Noronha, e que partir daí ocupassem o saliente nordestino, que engloba Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Esta preocupação foi demonstrada pelas pressões sobre o governo brasileiro a fim de permitir implantação de bases aéreas e navais nas principais cidades do Nordeste – o que de fato ocorreu, com a estruturação da base naval de Recife, que foi o Quartel General da 3ª Força Tarefa da IV Frota da Marinha dos Estados Unidos.

Esta base tornou-se o centro de uma rede de bases estabelecidas no país, que abrangia desde Belém até Santa Cruz, incluindo Fernando de Noronha, Aratu, Caravelas e Vitória. Foi da IV Frota, fundada em Recife, que partiram os aviões para missão de patrulhamento na região oceânica entre Natal e Ascensão, com o intuito de detectar e combater os submarinos do Eixo.

Encerrado o embate, os Estados Unidos reafirmaram o seu interesse de permanecer hegemônico na América Latina, tratando unilateralmente questões da região sob a orientação do Art. 52 da Carta de São Francisco.

Sendo assim, em 1947 ratificaram esta posição através do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) ou Tratado do Rio de Janeiro, considerada uma nova Doutrina Monroe, ou seja, qualquer ataque a um Estado americano seria interpretado como um ataque a todos os demais.

Em 1948, em Bogotá, a retomada da União Pan-Americana, agora sob o nome de Organização dos Estados Americanos (OEA), demonstrou cabalmente que os EUA confirmavam sua hegemonia, pois excluía a América Latina de quaisquer ingerências da ONU (Bandeira 2010, 50).

EUA: Estratégia global para América Latina

Este esforço diplomático compreendia a execução de uma estratégia global norte-americana para a região, composta de quatro vieses: o político, o econômico, o militar e o ideológico.

A *estratégia política* apresenta três pontos relevantes: o primeiro ponto é manter e preservar a Doutrina Monroe e estruturar um organismo hemisférico que legitime as ações militares americanas na região; o segundo aspecto é atrair os países da região para alinharem suas políticas externas à dos Estados Unidos e apoiarem suas iniciativas nos fóruns internacionais; e, por último, a manutenção de regimes na região, sendo democráticos ou não, que garantam a liberdade de ação dos norte-americanos a fim de promoverem o que denominam de *good governance*.

Em relação à *estratégia econômica*, o objetivo principal é garantir para os produtos industriais americanos o acesso irrestrito aos mercados latino-americanos. Esta ação é sustentada pela propaganda das teorias econômicas de viés neoliberal, a saber: ideias das vantagens comparativas, de especialização agrícola e, por fim, a do livre comércio. Em contrapartida, os EUA seduziam os latino-americanos com promessas de acesso aos seus mercados através de relação bilateral ou de uma eventual integração hemisférica. Por fim, o núcleo desta estratégia é impedir quaisquer ações dos Estados latino-americanos como promotores do seu desenvolvimento econômico (Guimarães 1999, 111).

Quanto ao aspecto da *estratégia militar*, o foco central é a manutenção desta região como zona militar exclusiva dos Estados Unidos. O cerne desta ação encontrava-se nos seguintes pontos: 1) influência sobre o pensamento estratégico militar;⁴ 2) acordo de vendas de armamentos de terceira geração; e 3) acesso preferencial às matérias primas estratégicas da região.

Por último, na *estratégia ideológica*, o intento primordial é tornar os Estados Unidos modelo para os demais Estados, a nação líder a ser seguida. Para isso, era necessário criar em cada Estado latino-americano grupos simpatizantes dos ideais norte-americanos o que permitiria acesso às sociedades para a divulgação do *american way of life*. Esta ideia era posta em prática por meio do cinema, programas de televisão, divulgação da língua inglesa, além de um permanente intercâmbio de estudantes e programas de pós graduação (Guimarães 1999, 101).

América do Sul e Livre Mercado

A importância geopolítica da América do Sul para a manutenção da hegemonia global dos EUA está baseada na sua dimensão comercial e econômica.

Como vimos na seção anterior, a estratégia econômica para atender suas necessidades produtivas, além de penetrar nos mercados latino-americanos, é garantir o acesso às fontes de matérias-primas sensíveis. Por exemplo, o petróleo na Venezuela, as minas de estanho na Bolívia e as minas de cobre no Chile. Isso implicava em manter abertas as linhas de comunicação e transporte no Atlântico Sul e no Caribe (Bandeira 2010, 51).

Para atender a estes interesses, foi lançado em 1990, pelo então Presidente George H. W. Bush, o que foi conhecido como a *Iniciativa para as Américas*. O interesse era instituir uma zona de livre comércio do Alasca até a Terra do Fogo (Bandeira 2010, 51).

Quatro anos depois, já na administração Clinton, esta concepção foi reelaborada e apresentada sob o nome de *Área de Livre Comércio das Américas*, cuja proposta era a integração econômica regional.

Segundo Bandeira (2010, 52):

Esta proposta de integração econômica regional encampava, porém, *objetivos geopolíticos*, com respeito à segurança continental, mediante o fortalecimento das instituições democráticas e combate ao narcotráfico e ao terrorismo, ameaças que substituíram a subversão e o comunismo (grifos nossos).

As pretensões com a ALCA, como também a *Asia Pacific Economic Cooperation* (APEC), além dos acordos como os da *Rodada Uruguay*, era a formação de uma rede de compromissos globais a fim de conformar o sistema econômico mundial, tendo os EUA como centro propulsor da economia global no século XXI.

Atrelado à proposta da formação da ALCA estava a aplicação de medidas neoliberais, estabelecidas pelo que ficou conhecido como *Consenso de Washington*.⁵ Estas medidas preconizavam a privatização das empresas estatais, desregulamentação da economia e liberalização unilateral do comércio exterior.

Segundo Bandeira (2010, 53):

A intenção era de *abrir o mercado sul-americano* para as corporações transnacionais, investidores e banqueiros, que teriam grande facilidade de movimentar capitais, bens, lucros e tecnologias sem que os governos da região pudessem criar obstáculos (grifos nossos).

Com o fracasso das negociações para a implementação da ALCA, os EUA alteraram o rumo das negociações buscando firmar acordos de livre comércio com os países da América do Sul, América Central e Caribe. Desta forma, implementaram o *Central America Free Trade Agreement (CFTA)*, com os países da América Central; da mesma forma com o *Andean Trade Promotion and Drug Erradication Act (ATPDEA)*, com Peru, Colômbia, Bolívia e Equador.

Colômbia: *Pivot Country*

Dos quatro países andinos, a Colômbia tem um papel especial para os Estados Unidos: é um *Pivot Country*.

Esta designação é por conta das características geográficas do seu território. Tendo o seu litoral voltado para o Pacífico e o Caribe, é ao mesmo tempo um enclave na região noroeste do Brasil, na altura da Cabeça do Cachorro.⁶ Estes aspectos conferem um papel geopolítico e estratégico muito importante para os EUA, pois atua como um aríete contra o flanco da América do Sul, particularmente o Brasil.

Além destes aspectos geográficos e geopolíticos, a Colômbia é o terceiro principal fornecedor de petróleo para os norte-americanos. Das 18 empresas petrolíferas estabelecidas no país, 11 são firmas norte-americanas que investem na exploração de 1/3 do país. Para aumentar a exportação é **necessário** participar com aportes financeiro em outro terço do país. Porém isto não ocorre, pois esta região é controlada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e pelo Exército de Libertação Nacional (ELN).⁷

Dos cinco oleodutos existentes no país, o principal está no campo de Caño Limon, em Arauca, para o porto de Conveñas, no Caribe, e que estão permanentemente sofrendo ataques das tropas das FARC e da ELN.

Segundo Bandeira (2010, 58):

Não foi outra a razão pela qual o Presidente Bill Clinton, em 2000, lançou o Plano Colômbia, prevendo investimentos de US\$ 6 bilhões, dos quais os Estados Unidos participariam com US\$ 1,3 bilhão para a compra de helicópteros e outros armamentos.

Esta é uma das razões da ampla presença militar norte-americana na América do Sul. Ela na realidade é um desdobramento da rede logística das Forças Armadas, que abrange bases militares ou núcleos de apoio sob o comando do *U.S. Southern Command (South Com)*⁸ (The U.S. Southern Command 2009).

A área de sua responsabilidade corresponde a América Central, Caribe e América do Sul, cujas bases estão posicionadas em Guantánamo (Cuba), Soto Cano (Honduras), Aruba, Curaçao (Antilhas Holandesas), Comalapa (El Salvador), Colômbia e Peru. Nestes dois últimos, estão instalados 17 centros e núcleos de apoio para operações militares (Costa 2009, 19).

A despeito do fechamento da base militar em Manta, no Equador, devido à denúncia do contrato feito pelo ex-Presidente Rafael Correa, o U.S. Southern Command a transferiu para a base aérea de Palanquero, em Puerto Salgar, a aproximadamente 190km de Bogotá. Com o acordo (*Defense Cooperation Agreement – DCA*) franqueou-se às Forças Armadas americanas as seguintes posições : 1) Três bases aéreas localizadas em Palanquero, Apiay, aqui na região amazônica próxima à fronteira com o Brasil, denominada *Cabeça de Cachorro*; 2) duas bases do Exército em Malambo; e 3) duas bases navais em Cartagena e Barranquilla. (Bandeira 2010, 61).



Mapa 6 – Bases Militares dos EUA na América Latina.
Fonte: Gandasegui (2015).

O papel dos Estados Unidos é frustrar o processo de integração sul-americano liderado pelo Brasil. Para isso, investem pesadamente no Exército colombiano, tornando-se o mais bem equipado da região. Segundo Bandeira (2010, 62):

Com população de 44 milhões de habitantes, a Colômbia possui um *contingente militar* de cerca de 208.600 efetivos, enquanto o Brasil, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e mais de 190 milhões de habitantes, tem um contingente de somente 287.870, e a Argentina, com 40 milhões de habitantes e um território de 2,7 milhões de quilômetros quadrados, tem um efetivo de apenas 71.655. A Colômbia, com PIB de US\$ 320,4 bilhões (2007 est.) [...] destina 3,8% aos gastos militares, enquanto o Brasil, cujo o PIB é de US\$ 1,838 trilhões (2007 est) gasta apenas 1,5% a Argentina, com um PIB de US\$ 523,7 bilhões (2007 est) gasta apenas 1,1% (grifos nossos).

O estacionamento de tropas não somente na Colômbia, como também no Peru, permite uma enorme vantagem estratégica para intervir militarmente em qualquer país da América do Sul a fim de defender os seus interesses e ocupar as nascentes do rio Amazonas.

Ao fim e ao cabo, a presença militar norte-americana na região é uma clara ameaça à segurança do Brasil.

Finalizando, os quase cem anos da publicação dos *Aspectos Geográficos Sul-Americanos* propiciam o distanciamento necessário para fazer um ajuste de contas com o fundador do campo da Geopolítica do Brasil.

Procurou-se aqui testar o valor explicativo de sua obra no contexto do ordenamento mundial do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como comentamos anteriormente, este trabalho teve o intuito de realizar uma reflexão sobre a obra do Capitão Mário Travassos, intitulada *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*, publicada em 1931, a qual foi reeditado em 1947 com o título de *Projeção Continental*. O primeiro foi prefaciado por Pandiá Calógeras e o segundo, por Gilberto Freyre.

Segundo Ronald de Carvalho, esta obra lançou os fundamentos da Geopolítica do Brasil para a primeira metade do século XX, e suas análises e formulações políticas dominaram a mente de intelectuais e dos Oficiais das Forças Armadas até a década de 1950.

Suas ideias, podemos afirmar, representam o *destino manifesto* brasileiro, que se coadunava com os propósitos políticos de fortalecimento do Estado brasileiro oriundos da Revolução de 1930.

Com estes dados em mãos, o nosso interesse foi cotejar as ideias do autor com os cenários geopolíticos atuais, no que concerne à Amazônia e principalmente à influência dos Estados Unidos na região.

Com os resultados a que chegamos podemos afirmar que as percepções de Travassos continuam relevantes para explicar as complexas realidades emergidas no século XXI.

Sustentamos este argumento demonstrando os paralelismos que existem entre os diagnósticos *travassianos* na década de 30, que detectaram as infiltrações dos EUA na região e as suas ações no momento atual.

Naquele momento, o autor identificou que se encontrava no Canal do Panamá e no Mar das Antilhas a origem da projeção dos Estados Unidos para a América do Sul, que exercia pressões na região noroeste, onde encontramos Equador, Colômbia e Venezuela.

Esta região foi denominada por Travassos como sendo a segunda *instabilidade geográfica*, por conta das suas vulnerabilidades, às infiltrações dos Estados Unidos. Esta constatação advinha da visão fisiográfica da região, que demonstrava que as bacias do Orinoco e do Madalena, localizadas respectivamente na Venezuela e na Colômbia, eram os portais de entrada dos interesses industriais dos norte-americanos, que desaguavam no vale do Amazonas. O objetivo desta penetração estava em ter acesso ao petróleo da Colômbia e da Venezuela, como também à borracha na região da Amazônia brasileira.

O autor chamou a atenção de que estes avanços obrigaram o Equador e a Bolívia a estabelecerem uma legislação que ratificasse a nacionalização do petróleo.

As análises de Travassos realizadas na década de 30 sobre as influências norte-americanas na América do Sul são corroboradas pela realidade atual. Esta interpretação aparece com maior força quando verificamos que a estratégia global estadunidense para a região tem como alvo preferencial um *Pivot Country*: a Colômbia.

Além de ser um dos principais exportadores de petróleo para os EUA, está localizada na região noroeste do continente sul, no espaço territorial que foi interpretado por Travassos como um dos *signos de inquietação política* por possuir um dos portais de entrada para os interesses econômicos norte-americanos. Outro ponto preocupante é a militarização do país apoiada pelo *Pentágono*, o que constitui uma ameaça à segurança do Brasil.

Em síntese, a obra de Travassos é considerada um clássico, porque conseguiu antecipar a paisagem geoestratégica na América do Sul na realidade do século XXI. Podemos interpretá-la como um modelo paradigmático da Geopolítica do Brasil, pois foi capaz de ordenar a realidade e sobre ela tecer generalizações; compreender as relações causais; antecipar e prever

desdobramentos; distinguir o que *é importante* do que *não é*, e, por último, apontar caminhos que teríamos de tomar para alcançar os nossos objetivos.

Outro aspecto relevante em nosso entendimento é o retorno, no Brasil, da discussão da Geopolítica na Academia. Entendemos a importância de criarmos uma massa crítica que seja exposta às ideias de homens que tiveram a tarefa de pensar o Brasil, da mesma maneira que Gilberto Freyre, Werneck Sodré e Celso Furtado.

REFERÊNCIAS

Anselmo, Rita e Vinícius Teixeira. 2010. “Integração e Conflitos na Região Amazônica”. *Revista Geopolítica*, 2 (1): 57-76.

Alsina Jr., João P. 2009. “O Poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 173-191.

Bandeira, Luís A. Moniz. 2010. *Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

Bruckmann, Monica. 2011. “Recursos Naturais e Geopolítica da Integração Sul Americana” In: Viana, André; Barros, Pedro; Calixtre, André (Org.) *Governança Global e Integração da América do Sul*. Brasília: IPEA.

Calógeras, Pandiá. 2001. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pandia_calogeras>. Acesso em: 09 out. 2009.

Centro de Estudo em Políticas e Estratégias Nacionais General Meira Mattos. 2000. *A Geopolítica Brasileira – predecessores geopolíticos*. Artigos para Escola Superior de Guerra, 9. Disponível em: <<http://www.cepen.org/pdfs/art07.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2017.

Central Intelligence Agency. Disponível em: : <https://www.cia.gov/library/publications/resources/cia-maps-publications/map-downloads/colombia_physiography.jpg/image.jpg>. Acesso em: 13 jun. 2017.

Costa, Wanderley M. 2009. “O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração”. *Confins. Revue française-brésilienne de géographie*. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6107>>. Acesso em: 07 set. 2011.

Couto e Silva, Golbery. 1981. *Planejamento Estratégico*. Brasília: UnB.

Gandásegui, Marco. 2015. “América Latina y EEUU: una relación asimétrica”. Disponível em: <<https://puntodevistaypropuesta.wordpress.com/2015/04/11/america-latina-y-eeuu-una-relacion-asimetrica/>>. Acesso em: 13 set. 2017.

Guimarães, Samuel Pinheiro. 1999. *Quinhentos anos de periferia*. Porto Alegre: UFRGS.

Mackinder, Halford. 1904. "The Geographical Pivot of History". *The Geographical Journal*, XXIII (4), april. London: Read at The Geographical Society.

Mattos, Meira. 2002. *Geopolítica e Modernidade: Geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex.

Medeiros Filho, Oscar. 1998. "Conselho de Defesa Sul-americano". In: II Encontro Nacional da Associação de Estudo de Defesa. Universidade Federal Fluminense, julho.

Mello, Leonel I. A. 1997. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. São Paulo: Hucitec.

Miyamoto, Shiguenoli. 1981. *Os Estudos Geopolíticos no Brasil: Uma contribuição para sua avaliação*. São Paulo: Perspectiva.

Neves, André L. Varella. 2015. "A Geopolítica dos Estados Unidos no Século XXI: As implicações para a política de defesa do Brasil" In: Gheller, Gilberto, Gonzales, Selma, Melo, Laerte (Org.). *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa do Brasil*. Brasília: IPEA.

Oliveira, Eliézer. R. 2009. "A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformações das Forças Armadas". *Interesse Nacional*. Abril/Junho. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/artigos.asp?filtro=tema&tema=1>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

Oliveira, Marcos A. G. 2011. *Comparando a Defesa Sul-Americana*. Recife: UFPE.

Padula, Raphael. 2004. *Infraestrutura, Geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana – uma visão crítica à IIRSA*. Laboratório de Estudos da América Latina (LEAL). Disponível em: <<http://leal-ufrj.blogspot.com.br/2011/04/artigo-infraestrutura-geopolitica-e.html>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

Rippel, Márcio P. 2004. *O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana e suas consequências*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval.

Spykman, Nicholas. 1942. *America's Strategy in world politics: The Unites States and the balance of power*. New York: Harcourt, Brace and Company.

The U.S. Southern Command. 2009. *The Area of Responsibility*. Disponível em: <<http://www.southcom.mil/aboutus/Pages/Area-of-Responsibility.aspx>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

Tosta, Otávio. 1981. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Bibliex.

Travassos, Mário. 1942. *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileira*. Rio de Janeiro: Jose Olympio.

Travassos, Mário. 1947. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Nacional.

NOTAS

1. O autor baseia-se na experiência histórica do Império Alemão, que aspirava às saídas ao Mar Báltico, na época de Frederico Guilherme, O Grande Eleitor (1640-1688), e de Frederico, O Grande (1740-1786), que buscou saídas para dois mares diferentes, o Báltico e o Mar do Norte, e tentou buscar alianças com Estados que permitissem acessar um mar fundamentalmente diferente daqueles dois, o Mediterrâneo. Outro exemplo importante é o comportamento da Rússia que, impedida de navegar no Oceano Ártico, sempre almejou saídas livres no Pacífico, nas proximidades do Mar da Noruega e no Oceano Índico. Sobre as atuações políticas dos Estados ao domínio de bacias hidrográficas, o autor cita a preocupação da Rússia em estender sua influência ao alto do curso do Rio Amur e incorporar sob seu domínio os seus afluentes. Ainda na rede hidrográfica da Ásia, o autor aponta a influência britânica ao instalar-se na desembocadura do rio mais extenso da Ásia, o Iang-Tse-Kiang.
2. *Divortium aquarium*: Expressão latina utilizada por Mário Travassos para designar a divisão ou dispersão de águas que se processa no centro do continente, mais precisamente na região do altiplano boliviano, entre as duas grandes bacias hidrográficas da América do Sul: a Amazônica e a Platina.
3. *Nudos*: Zona de menor resistência cuja plataforma serve de ponto de travessia da gigantesca barreira formada pela Cordilheira dos Andes.
4. Esta influência ocorreria através de programas de formação de Oficiais das Forças Armadas.
5. Consenso de Washington: formado pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.
6. Cabeça do Cachorro: região cujo nome é dado exatamente pelo seu contorno no mapa brasileiro, ocupa 200 mil quilômetros quadrados, área maior do que muitos países europeus. Faz parte do município de São Gabriel da Cachoeira, o terceiro maior do País em extensão territorial. Constituída à margem esquerda do Rio Negro, está a 1.146 quilômetros de Manaus por via fluvial, distância maior do que São Paulo a Porto Alegre.
7. Em 2016, o ex-Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, e o líder rebelde marxista das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), Rodrigo Londoño, assinaram um acordo de paz
8. South Com: dentre suas tarefas incluem-se o combate ao narcotráfico, o relacionamento com as Forças Armadas dos diversos países, o controle e a não-proliferação de armas, operações antiterrorismo, a assistência humanitária e operações de busca e salvamento.

A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI:
O PENSAMENTO DE MÁRIO TRAVASSOS REVISITADO

RESUMO

O objeto deste artigo é a tese do Capitão Mário Travassos apresentada na obra intitulada *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*, de 1931. O objetivo foi submetê-la ao crivo das mudanças da política internacional na América do Sul no século XXI, focando na presença dos EUA na região. Concluímos que os seus prognósticos permanecem atuais.

Palavras-chave: Mário Travassos; Amazônia; Estados Unidos da América; Países Andinos.

ABSTRACT

The purpose of this article is Captain Mario Travassos' thesis presented in the work titled *South American Geographical Aspects of 1931*. The goal was to submit it to the screen of international policy changes in South America in the 21st century, focusing on the US presence in the region. We conclude that its prognoses remain current.

Keywords: Mario Travassos; Amazonia; The United States of America; Andean Countries.

Recebido em 26/06/2018. Aceito para publicação em 04/12/2018.

Grande, só o Brasil: As regiões platina e amazônica no centro do pensamento geoestratégico do Estado

Great, only Brazil: Platine and Amazonian regions at the center of geostrategic state thinking

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 115-138

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75052

ISSN 2358-3932

ADRIANO MOURA OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

Se a construção de Brasília, *A capital Geopolítica* (Vesentini 1987), na segunda metade da década de 1950, é um exemplo emblemático do imbricamento das questões políticas e geográficas que envolveram a transferência da capital sob o escopo de traçar diretrizes estratégicas para o exercício do poder, a força do discurso geopolítico, como inspirador de políticas e ações, já se fazia presente na década de 1930 com a instauração do Estado Novo, não somente na criação de órgãos ligados ao exército e especializados em análises geográficas (como o Conselho Nacional de Estatística de 1931, o Serviço Geográfico e Histórico do Exército em 1932 e, em 1934, o Conselho Brasileiro de Geografia), mas também na busca de instrumentos que permitissem levar adiante uma ação “modernizadora”, incluindo – perante uma nova gestão territorial – o interesse de pôr fim “aos regionalismos desenfreados que comprometiam a todo o momento a integridade nacional” (Schwartzmam, Bomeny e Costa 1984, 21).

A preocupação com a integração nacional, com a unidade territorial e com a ocupação fronteiriça sempre estiveram presentes e ocuparam um papel de destaque no pensamento geopolítico militar predominante em boa parte de história republicana brasileira e que, integrado nos anos 1920 aos círculos de pensamentos oficiais, ecoou até a década de 1970, no auge da Ditadura Militar. Esse pensamento geopolítico reflete a preocupação com o problema da unidade nacional, segundo a ideia corrente de que uma grande extensão territorial só se torna uma vantagem política e econômica

Adriano Moura Oliveira – Doutorado em andamento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

quando associada à ocupação e ao povoamento adequados. No centro dos maiores debates sobre geopolítica, indiscutivelmente, as regiões da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica cumpriam esses requisitos no território brasileiro, bem como no pensamento geopolítico militar.

O Brasil Amazônico se comunica de modo mais direto com o oceano, por isso se dispõe do Rio Amazonas como via natural. E sua capacidade de penetração é mais ampla, pois o vale amazônico é o grande coletor do formidável anfiteatro que se arqueia de Caracas a La Paz. O Brasil Platino, apesar de que exija meios artificiais para ligar-se ao oceano, dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa e dos estímulos de dois países mediterrâneos que naturalmente reagem contra a força centrípeta do Prata: o sul de Mato Grosso, prolongando os territórios paulista e paranaense, representa a sua força de penetração. Quer dizer que excentricamente, por via marítima, ou concentricamente, por vias terrestres, o papel funcional dessas regiões é de ligar, homogeneizar, amarrar os dois Brasis essenciais, do ponto de vista continental, o platino e o amazônico (Travassos 1947, 129-131).

As regiões da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica foram alvo das primeiras investidas do governo Getúlio Vargas. Deste modo, pelo menos intencionalmente, a “Marcha para o Oeste” proposta por esse governo, formaria um conjunto de ações governamentais bastante variadas, que iam desde a implantação de colônias agrícolas, passando pela abertura de novas estradas, até obras de saneamento rural, traduzindo-se numa política expansionista que buscava a integração nacional e, concomitantemente, a organização dos territórios, garantindo, em tese, além da segurança e da efetiva posse, a exploração produtiva de imensas regiões fronteiriças praticamente inabitadas. A incorporação de novas regiões ao circuito produtivo nacional, orientada para a formação de um mercado nacional integrado aos centros dinâmicos da economia nacional, trouxe à tona um caráter bem específico do discurso de “integração”, uma vez que, do ponto de vista ideológico – tanto nas esferas do governo, quanto nos círculos militares – integrar significava, sobretudo, garantir a soberania para a projeção externa, isto é, para a construção de uma potência:

O imperialismo do Brasil consiste em ampliar as suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente, em que a circulação das riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transportes eficientes, que aniquilam as forças desintegradoras da nacionalidade. O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos terríveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas são resultado da formação estanque de eco-

nomias regionais fechadas. Desde que o mercado nacional tenha a sua unidade assegurada, acrescentando-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmão pobres. No momento nacional só a existência de um governo central, forte, dotado de recursos suficientes, poderá trazer o resultado desejado (Capanema *apud* Schwartzman 1984, 422-423).

Este artigo tem como objetivo, através da análise do conjunto de ideias apresentadas por militares em diferentes momentos, demonstrar que a configuração de um pensamento geopolítico brasileiro de potência, se deu num constructo que equacionava as questões de segurança interno-externa à ideia de um desenvolvimento possível a partir das potencialidades e posição geográfica do Estado. Se de um lado a geopolítica brasileira remetia às influências vindas de fora, de outro, trazia como especificidade a identificação das regiões platina e amazônica, como centro de um projeto de potência, o coração do continente, cujo domínio se fazia indispensável.

Neste cenário situam-se nomes como de Everardo Backheuser, do brigadeiro Lysias Rodrigues, do Capitão Mario Travassos e o do general Golbery do Couto e Silva. Ligados diretamente aos círculos do pensamento militar, esses autores expressavam fundamentalmente em suas ideias a preocupação em relação à posição brasileira em face do conjunto de Estados sul-americanos e a projeção do Estado nessa região. Deste modo, ideias ligadas à projeção externa apareciam entrelaçadas a temas como coesão nacional e integração regional. O termo coesão interna, aliás, sofreu modificações e se consolidou na literatura especializada nos anos posteriores. Porém, em 1933, quando Backheuser (1933) apresentou seu trabalho *Problemas do Brasil – Estrutura geopolítica*, “coesão” basicamente fazia referência, para não dizer apologia, a um estado ditatorial, centralizador e coercitivo como forma de promover o desenvolvimento.

Lysias Rodrigues, também aplaudia a centralização do poder, tanto por vias autoritárias quanto pela mudança da capital federal para o interior do país. Como é de conhecimento, a mudança da capital visava, pela ação planejadora, sobretudo, “impedir o crescimento dos movimentos populares”, como forma de centralizar e racionalizar o capitalismo brasileiro direcionado pela burguesia nacional e pelo capital estrangeiro. Colocado como um problema essencialmente geopolítico ao tratar da integração nacional, Lysias Rodrigues exprime declaradamente o sonho de grandeza nacional:

A impossibilidade material de estabelecer uma densa rede de ferro e rodovias é substituída inteligentemente pela rede de aerovias, que

rapidamente cobre todo o país; a dificuldade de estender fios telegráficos por todo o território nacional é suprida com a implantação de postos radiotelegráficos por toda parte. Estimulou-se a navegação marítima e fluvial, organizaram-se os planos nacionais ferroviários e rodoviário, ao mesmo tempo em que uma centralização enérgica era desenvolvida pelo Governo Federal, cortando uns regionalismos doentios, coibindo expansões políticas absolutas, estabelecendo uma só bandeira, a nacional, um só hino, o do país, sob a mística soberana: “Grande, só o Brasil” (Rodrigues 1947, 57).

UMA GEOPOLÍTICA DE POTÊNCIA NO CORAÇÃO DO CONTINENTE

O arranjo interno do Estado deveria servir como trampolim para a tão sonhada projeção externa do Brasil. Rodrigues iria expressar essa posição com força em seus trabalhos, porém, influenciado diretamente por aquilo que absorveu de seu predecessor e colega de farda, o capitão Mário Travassos. Operando nesse chão histórico, ou seja, assentado num pensamento geopolítico de integração e unidade nacional, a obra de Travassos é considerada por aqueles que se dedicam ao assunto como um marco na formação da geopolítica brasileira; fortemente influenciado pelas ideias de Mackinder,¹ o poder terrestre brasileiro foi o foco de atenção em todo o trabalho. O livro do capitão foi produzido e chegou ao público logo após a revolução de 1930 e, de acordo com as produções mais atuais da ESG, o livro é classificado como o “primeiro ensaio geopolítico do Brasil”, recebeu o título original de “Aspectos geográficos sul-americanos” e exerceu uma influência teórica seminal sobre o pensamento estratégico brasileiro.

A leitura de algumas páginas escritas por Mário Travassos em tempos tão recuados suscita ainda hoje o interesse geral e mostra uma iluminadora perspectiva dos fatos dominantes da conjuntura sul americana: – “O enquadramento da massa continental por dois oceanos diferentes – a Leste o Atlântico, a oeste o Pacífico; a oposição sistematizada por circunstâncias decisivas, entre as duas maiores bacias hidrográficas do continente, ambas na vertente atlântica – a do Amazonas ao norte e a do Prata ao sul; a existência de países mediterrâneos – o caso da Bolívia e do Paraguai – justo na região em que aqueles antagonismos como que se encontram, constituem os fatos essenciais à eclosão de fenômenos geopolíticos da mais extensa e profunda repercussão continental”. O impacto dessa obra foi imenso pelas questões candentes que desvelava de um aspecto central do poder regional, cujas repercussões atravessaram décadas, projetando-se além do século em que foram pensadas e meditadas. De maneira a se

encontrarem presentes nos dramas, mas também nas oportunidades que se abrem à integração continental e a emergência de um poder capaz de transformar o poder mundial (Cabral 2000, 13).

É sabido que Harold Mackinder trazia como alvo basilar de seu postulado a dominação de pontos essenciais em um território, na garantia de manter no mesmo um poder constituído. Essas teorias foram reorganizadas, em parte, para atender aquilo que Travassos classificou como peculiaridades do continente sul-americano; fundamentalmente a preocupação estava na posição brasileira em face ao conjunto de Estados sul-americanos e a projeção do Estado nessa região, frente a seu vizinho, leia-se inimigo, Argentina. Nesse esforço, o planalto boliviano assumiu o papel de território chave, entendido como *Heartland* ou coração do continente. Segundo Travassos, o controle dessa faixa garantiria ao Brasil o domínio político/econômico sul-americano, isto é, a existência de países mediterrâneos – o caso da Bolívia e do Paraguai – justo na região em que aqueles antagonismos se encontram, constituem os fatos essenciais à eclosão de fenômenos geopolíticos da mais extensa e profunda repercussão continental (Travassos 1947, 8)

A análise erigida por Travassos pressupõe que todos os problemas correntes no continente naquele momento só poderiam ser apreendidos a partir do entendimento de que estavam assentados sob dois grandes antagonismos geográficos: Atlântico contra Pacífico e Amazonas – coração dos interesses estratégicos – contra região da Prata. O primeiro antagonismo centrava-se na oposição entre os dois oceanos que envolviam a “massa” sul-americana, cortada pela cordilheira dos Andes. Não mostrando muita clareza nesse ponto, Travassos dizia que a cordilheira garantiria à parte atlântica um papel dominante, não só na região, mas também no eixo da civilização ocidental – como canal de comunicação entre o nosso continente e o europeu.

Em resumo, na vertente atlântica, imensa superfície de contato com os mais possantes centros da civilização mundial, vias de penetração naturais estendendo-se do oceano às próprias fraldas andinas. Mentalidade agrícola, tendências dinâmicas; na vertente pacífica, isolamento marítimo relativo, produção e comunicações que aconchegam características montanhosas, mentalidade mineira, tendências estáticas. Recapitulamos o formidável antagonismo demarcado pelas cumeadas dos Andes, porque da maneira de ser da oposição entre as vertentes andinas pode-se concluir da influência decisiva da vertente atlântica sobre a vertente pacífica, da sorte de sucção econômica que o sistema hidrográfico daquela, acionada como se encontra pelas correntes de transporte marítimo mais importante do globo, há de exercer sobre esta (Travassos 1947, 71-72).

O primeiro antagonismo não exprime grande clareza, porém aquilo que dele emana é o papel assumido pelo Brasil como força continental. Deixando de lado as elucubrações geoestratégicas, temos uma visão do país como uma nação independente, voltada principalmente às nações europeias; lembremos que o momento em que estão inscritas essas ideias, ainda vigorava uma indefinição em relação para onde devia olhar o Estado, nutria-se muita admiração pelos modelos fascistas que se edificavam na Europa, ao mesmo tempo em que internamente se processava uma centralização do poder estatal a partir de 1930. Foi assim, pensando em termos expansivos – no qual o exemplo europeu cabia muito bem – que o segundo antagonismo proposto se referia à oposição entre o Amazonas e o rio da Prata, tida pela geopolítica como dois grandes sistemas fluviais, entretanto opostos; um deságua ao sul e o outro ao norte da vertente atlântica. Isso expressaria o embate entre a região do Prata e da Amazônia controladas nessa ordem pela Argentina e Brasil. De acordo com o autor, o controle dessa região, por ser a principal via de comunicação do Pacífico, garantiria a seu condutor o acesso irrestrito à civilização mundial.

Daí o papel importantíssimo do controle boliviano, para garantir que esse privilégio estivesse nas mãos do Brasil e não da Argentina. Ao deter-se sobre o tema de uma política expansionista argentina, Travassos afirmou que a prova de tal prospecção expansionista estaria na enorme rede ferroviária argentina, que estabelecia uma ligação entre Buenos Aires e as capitais de três países limítrofes: Assunção, Santiago e La Paz. De acordo com o autor, o perigo maior estaria na intersecção entre Buenos Aires e La Paz, isto é, a preocupação era que essa comunicação, colocasse em risco o *heartland* boliviano – do qual o Brasil deveria se apossar – criando uma situação onde os antagonismos (Atlântico *versus* Pacífico e Amazonas *versus* Prata) pudessem favorecer a Argentina na competição pela hegemonia no continente. Mário Travassos via no *heartland* uma opção única para o projeto de potência brasileiro, assim como enxergava no planalto boliviano o instrumento inicial de toda a escalada nacional. De modo incisivo, esse caráter foi exposto como mostramos:

As solicitações que cercam o território boliviano são de tal monta que chegam a criar para a Bolívia uma instabilidade política verdadeiramente ameaçadora da paz sul-americana. Com efeito, vinculada ao território do pacífico pela contextura andina da parte ocidental de seu território é, em seguida, em sua parte central e oriental, violentamente dissociada pela repulsão das bacias platina e amazônica. (...) Poderíamos dizer que para a política brasileira a Bolívia deste século é o Uruguai do século passado, agravadas as questões pela colocação desse foco de controvérsias políticas sobre o próprio flanco

de território brasileiro em sua parte mais sensível, dada a natureza viva de nossas fronteiras sudeste e sul. E para completar esse esboço é preciso que não se esqueça do território paraguaio, sorte de prolongamento de toda a angústia concentrada no território boliviano. (...) O território boliviano pode ser considerado como o centro geográfico do continente sul-americano, seja por sua posição como explosão oriental dos mais importantes contrafortes da cordilheira, seja como ponte ortográfica abrindo o sistema andino, simultaneamente, as influências político-econômicas que as bacias do amazonas e do Prata representam na massa continental (Travassos 1947,97-32).

Façamos uma pausa à reflexão. Está claro que o discurso geopolítico proferido por Travassos diz respeito, em sua totalidade, aos objetivos expansionistas do Estado brasileiro. Entretanto, diferentemente do quadro apocalíptico de inimizade descrito por Travassos, as relações entre Brasil e Argentina na década de 1930, como afirma Monica Hirst (Hirst; Russell, 1987), do ponto de vista da história diplomática, se inscreve num arrolamento de cooperação, enriquecimento e diversidade da agenda bilateral. Em 1935, o Presidente Getúlio Vargas em visita a Buenos Aires, em retribuição à visita do chefe de Estado argentino realizada em 1933, firmou uma série de importantes convênios, tal como o Pacto Antibélico de Não Agressão e de Conciliação assinado na primeira visita – os acordos ficavam abertos à adesão de outros países da região. Esse é um dos traços mais relevantes dos entendimentos formais entre Brasil e Argentina, que revela o potencial estruturante regional contido na relação bilateral. Então, onde Travassos identificava um problema nessas relações aparentemente de cooperação? Onde estariam, como afirmou o autor, os reflexos de uma instabilidade geográfica de âmbito internacional, gerada pela disputa de poder entre Brasil e Argentina? E, sobretudo, onde se insere a Bolívia nesse constructo?

Podemos arriscar um ponto em questão. A visita de Getúlio Vargas à Argentina se deu em consonância com a Conferência Comercial Pan-Americana e precedeu, em poucas semanas, à assinatura do Protocolo de Paz que pôs fim à Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia (1932-1935) (Bastos 2001). O processo de paz no Chaco deu lugar a uma estreita concertação entre Brasil e Argentina, que atuaram como mediadores, contrariando a intenção de Washington de instaurar um procedimento arbitral em mãos de um bloco dirigido pelos Estados Unidos.

Do lado argentino, essa política respondia aos esforços de aproximação com outros países da região como condição de ampliar a influência e articular alianças regionais em virtude das tensas relações com os EUA

– tensões aprofundadas pela sistemática reafirmação da posição da Grã-Bretanha como aliada privilegiada do país platino, em uma área em que os EUA visavam consolidar sua hegemonia.

Pelo lado brasileiro, o posicionamento contrário no Chaco também atendia a uma política de autonomia e consolidação regional de um poder. Porém, diferente da vizinha Argentina, o Estado brasileiro estava – muito em fator da política de boa vizinhança – atrelado aos Estados Unidos, e essa suposta “autonomia” regional tinha limites claros; mesmo assim, nesse aspecto, a disputa de espaço entre Brasil e Argentina foi acirrada, apesar do incremento dos laços comerciais. A rivalidade entre ambos e a pretensão de se tornarem potências regionais condicionaram a política dos dois países (Bandeira 1993).

Nesse sentido, ganha destaque a preocupação que Travassos externaria entre Bolívia e Paraguai, isto é, os bolivianos tinham a parte ocidental de seu território cindido à cordilheira dos Andes e sua região oriental, oscilando entre as bacias amazônica e platina. Essa oscilação se processaria pelos polos de atração entre Brasil e Argentina – este último, aliás, o maior beneficiário da instabilidade boliviana, já que a Bolívia dependia dos argentinos, especificamente dos portos, para escoar sua produção. A solução para esse problema, apresentada por Travassos, era que o Brasil, em um esforço político, acabasse com a dependência boliviana do território argentino; para isso seria necessário a criação de canais de escoamento, como uma rede fluvial que ligasse a Bolívia à bacia amazônica e terrestre, de ligação entre a Amazônia até o porto de Santos.

E de todo esse exame pode-se fixar de modo categórico o sentido político da Bolívia como centro geográfico do continente e a causa eventual de conflito armado, cujo vulto poderá mesmo assumir o caráter de verdadeira conflagração. [...] A oscilação entre as forças político-econômicas que as bacias do Amazonas e do prata representam, essa sim pode traduzir verdadeiro motivo de apreensões internacionais mais sérias. Essas bacias significam interesses de toda sorte, ligados às duas mais importantes nações do continente, que, se tudo as une, nem por isso estão de todo livres de possíveis estremecimentos provindos do planalto central do continente. E nisso não está todo o perigo, pois, se essas nações se estremecerem, é certo que esse estremecimento terá imediata repercussão continental que poderá resultar como consequência da instabilidade geográfica da Bolívia (Travassos 1947, 89-90).

Desnecessário caracterizar cada uma das inquietações apresentadas por Travassos, uma vez que todas elas operam na esfera das relações entre Brasil e Argentina. Os dois Estados são vistos como nações hegemônicas

em potencial dentro do continente e, conseqüentemente, todas as manifestações de relações internacionais são entendidas como políticas estatais de conotação imperialista. O território que abrange o Brasil é delimitado por dois tipos condicionantes, uma geográfica e outra política; de um lado, como já dito, estamos situados na vertente atlântica – bacias amazônica e platina. De outro, o Estado faz fronteira com outros dez países. A primeira etapa de análise de Travassos diz respeito à posição territorial, isto é, o Brasil é dividido em quatro grandes regiões, sendo elas: o Brasil amazônico, o nordeste subequatorial, a vertente oriental dos planaltos e, mais uma vez, o Brasil platino, cada uma com características bem distintas.

[...] o Brasil Amazônico comportando a região serrana (mação granítico das Guianas), a depressão amazônica (calhas do Amazonas e seus afluentes) e a Hiléia (região das matas); o Nordeste Subequatorial abrangendo o Golfão Maranhense (sorte de transição da Amazônia), a bacia do Parnaíba, as Serras e Chapadas da Vertente Norte-Oriental (regiões semiáridas), o litoral, a mata e o agreste de Pernambuco (balizada pelo Cabo de S. Roque, foz do S. Francisco e Serra da Borborema); a Vertente Oriental dos Planaltos compreendendo o litoral baiano-espírito-santense (inclusive as bacias do Paraguaçu, Jequitinhonha e Doce) e a região das chapadas (zona alta), o vale do S. Francisco, o sul Mineiro e o vale do Paraíba; o Brasil Platino englobando a costa ou contra-vertente oceânica (entre o Atlântico e a Serra do Mar), a Região Serrana (Serra do Mar e Geral), a região do Planalto (alternação de campos e matas, região suporte dos afluentes orientais do Paraná), a campanha rio-grandense e a baixada mato-grossense – em seu conjunto, nada mais espontâneo que essas grandes divisões e respectivas subdivisões (Travassos 1947, 127-128).

Não tem significação alguma a descrição do autor se não levarmos em consideração suas intenções de posicionar o Brasil no centro do continente; isto posto, ao analisar as regiões brasileiras – novamente influenciadas pelo embate Brasil-Argentina – o militar identificou a existências de “dois países” dentro do mesmo Brasil, o amazônico e o platino. Diz Travassos:

O Brasil Amazônico se comunica de modo mais direto com o oceano, por isso se dispõe do Rio Amazonas como via natural. E sua capacidade de penetração é mais ampla, pois o vale amazônico é o grande coletor do formidável anfiteatro que se arqueia de Caracas a La Paz. O Brasil Platino, apesar de que exija meios artificiais para ligar-se ao oceano, dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa e dos estímulos de dois países mediterrâneos que naturalmente reagem contra a força centrípeta do Prata: o sul de Mato-Grosso,

prolongando os territórios paulista e paranaense, representa a sua força de penetração. Quer dizer que excentricamente, por via marítima, ou concentricamente, por vias terrestres, o papel funcional dessas regiões é de ligar, homogeneizar, amarrar os dois Brasis essenciais, do ponto de vista continental, o platino e o amazônico (Travassos 1947, 129-131).

Esses documentos expressam uma visão desses “Brasis”, tanto amazônico como platino,² como regiões que convergem suas potencialidades no planalto boliviano, ou seja, a formação de uma unidade nacional tão perseguida passaria por políticas que consolidassem a ligação e o desenvolvimento das regiões afastadas, a exemplo das quatro citadas, além de um empenho geopolítico conjunto para transformar os objetivos de conquista do *heartland* boliviano. A partir desse momento, a projeção do Brasil no continente começava a se delinear. Dizia ele:

O fato decisivo, quando se olha para o conjunto do território brasileiro, engastado na massa continental sul-americana, reside nas notáveis possibilidades viárias, já em franca manifestação prática, que se traduzem, quer na naturalização do poder concêntrico na bacia platina, quer na força de atração do Amazonas, quer na capacidade coordenadora do litoral atlântico em relação a ambas essas altas manifestações de potencial econômico e político que o Brasil tem em suas mãos (Travassos 1947, 145-146).

Resumidamente, a geopolítica de Travassos propunha, no plano externo, ações expansionistas no continente baseadas em políticas que aproximassem o Brasil de países considerados indispensáveis do ponto de vista estratégico e comercial. Internamente, essas ações visavam uma integração nacional baseada numa diversificada política de comunicações, como a resolução das contradições Atlântico-Pacífico através da transferência “de parte da riqueza da vertente ocidental para a vertente oriental”.

Temos a posse da maior parte da bacia amazônica e com ela o controle de todas as suas possibilidades viatórias, inclusive sobre os transportes que venham da outra vertente continental. Poderemos ter, em consequência da parte sul de nosso litoral e das possibilidades de linhas de penetração para oeste, marcada influência neutralizadora das atuações político-econômicas da bacia platina. E, em virtude de nosso extenso litoral, podemos amarrar todas as manifestações daquele controle e desta influência, emprestando-lhes a necessária coesão. [...] Examinadas, e consequentemente admitidas, certas manifestações geográficas da massa continental sul-americana, tão bem como do território brasileiro, manifestações que vimos pondo em fo-

co, ressalta de modo indiscutível a importância de nossas comunicações longitudinais, quer do ponto de vista da unidade brasileira, quer como fecho da projeção coordenadora do Brasil do ponto de vista continental (Travassos 1947, 158-159).

Em suma, essas diretrizes eram, para Travassos, a forma principal que faria prosperar o desenvolvimento e, conseqüentemente, uma hegemonia política e econômica do Brasil no continente sul-americano. E alertava o militar:

É preciso, desde já, que não se confunda a concisão da fórmula com o simplismo de uma arrancada para o sertão. Para o oeste! Não é voltar as costas para o mar e muito menos abrir luta contra o mar – por mais paradoxal que pareça, é estreitar a aliança com o mar, ampliando terras adentro a vinculação litorânea [...] três dos países andinos debruçam suas melhores esperanças sobre o Amazonas, impelidos pela pobreza de articulação de suas costas estreitas, com o pacífico, cansados pela cabotagem entre o Canal do Panamá e o estreito de Magalhães, atraídos pelas bocas do rio-mar em contato majestoso com o Atlântico lhes estenda os braços por intermédio de nossas comunicações terrestres. [...] Para oeste! Como fórmula política de alto resultado, deve ser encarada como a resultante de um sistema de forças, como a direção geral de inúmeras atuações que vivem simultaneamente a solução dos mais graves problemas nacionais e a consecução do papel funcional que o espaço e a posição geográfica do Brasil lhe outorgam no continente e para além-mar (Travassos 1947, 245-248).

Na carona das ideias levantadas por Travassos em relação à expansão fronteiriça e a busca de um ponto crucial de domínio no continente, o nome do Brigadeiro Lysias Rodrigues e seus escritos sobre “geopolítica do Brasil” publicados em 1947 ganham destaque. As teorias geopolíticas de Rodrigues são, sem dúvida, “filhas” daquilo que se produziu no período anterior e constituem a retomada das premissas apresentadas por Travassos, porém reestruturadas para atender as nuances do período histórico em questão.

O mundo assistia, em 1947, o fim da guerra e com ela a emergência de dois blocos antagônicos de poder, porém semelhantes em proporções bélico-destrutivas. Se no plano internacional predominava a Guerra Fria, no plano interno efetivava-se a queda do Estado Novo. Por seu turno, o Presidente Eurico Gaspar Dutra, que assumia a presidência no momento de corte severo das relações com a União Soviética, sublinhou a oposição entre o “Brasil democrático” e a “Argentina totalitária”. Iniciava-se, nesse período, o que Amado Cervo denomina “diplomacia da obstrução”;

o Governo Dutra rejeitou as propostas de aproximação formuladas por Perón, o Parlamento não ratificou o convênio comercial bilateral de 1946 e o Itamaraty não endossou a proposta de aproveitamento conjunto dos rios. O encontro entre os dois Presidentes, em maio de 1947, limitou-se à inauguração protocolar da ponte Uruguaiana – Paso de los Libres, sem se desdobrar em uma conferência de cúpula, como desejado por Perón. Os acordos assinados na ocasião tampouco foram ratificados pelo Brasil. (Cervo 2003, 8-13)

Envolto nesse cenário em que as questões de hegemonia se fizeram presentes, os conceitos geopolíticos apresentados por Rodrigues foram marcados pela influência das ideias de Friedrich Ratzel, segundo as quais o mundo atingiria o limiar de uma idade imperial marcada pelas potências continentais. Rodrigues identificou no país áreas críticas compostas por forças distintas, contudo, localizadas em posição de suma importância, e por isso potencialmente causadoras de confrontos armados. Essas áreas, no caso, o Iguazu, Bolívia e Letícia, representavam, de acordo, com o autor os “*puncti dolentes*”:

A política da boa vizinhança? Os tratados internacionais? Não: Fale mais alto, mais positivamente, o impressionante problema dos “*puncti dolentes* sul-americanos, nova espada de Dámocles suspensa sobre o Brasil enquanto ele não puder resolvê-lo plenamente, ameaça perene enquanto o Brasil não puder neutralizá-los, se é que tal seja possível. Analisada a posição geográfica do Brasil no conjunto continental, e levando em consideração as enérgicas solicitações feitas sobre o conjunto pelos antagonismos geográficos, vemos que, ao Brasil cabe o papel de coordenador, sendo indiscutivelmente o “*pivot*” em torno do qual têm de girar todos os problemas deste continente sul-americano (Rodrigues 1947, 63).

O *punctum dolens* do Iguazu viria a reforçar, no interior do discurso, o embate anunciado entre a Argentina e o Brasil pela dominação continental. Isso porque esse ponto, estrategicamente localizado na região da bacia do Prata – considerada entre os geopolíticos o ponto superior de tensão na América do Sul – faz fronteira entre os países citados, o que provocou, nessa região, um estrangulamento geográfico, por estar no meio da queda de braço entre brasileiros e argentinos. Ademais, o rio Iguazu estaria situado no sistema fluvial platino que, de acordo com a geopolítica de Travassos, como já apresentamos, trazia vantagens aos argentinos e, conseqüentemente, deveria ser alvo de atenção do Brasil.

A ação dos fatores geopolíticos territoriais e geográficos, quer no Paraguai, quer na Argentina, criaram vetores de forças geopolíticas cujo ponto de aplicação localizou-se justamente em um ponto delicado

do, aquele das grandes quedas d'água dos rios Paraná e Iguaçu, capazes de produzirem um elevado potencial elétrico, particularmente as primeiras, as mais importantes das quais admite um ponto de trijunção de fronteiras (Brasil, Argentina e Paraguai). [...] De fronteira viva que era essa região no Brasil Colônia, voltou a ser de novo fronteira viva, tal a pressão dos fatores geopolíticos. Sob as cinzas dormita o perigoso problema. Essa calma aparente é ilusória. No dia que premeditadamente ou sem má fé, alguém tocar no assunto do aproveitamento de tais quedas d'água, a ação dos fatores geopolíticos será de extrema violência, podendo provocar até uma guerra (Rodrigues 1947, 64).

No caso do *punctum dolens* boliviano, Rodrigues não conseguiu avançar na discussão iniciada por Travassos e apenas deixou algumas impressões que apenas reforçaram as mesmas ideias:

De todos estes “*punctum dolens*”, como muito acertadamente o apelidou Pandiá Calógeras, é o único que merece o epíteto de sul americano, porque ele é o ponto de aplicação das forças resultantes dos antagonismos oceânicos que solicitam o conjunto continental sul-americano. Situado no triângulo formado pelas cidades de Saucedo-Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra, região petrolífera por excelência, apresenta perigos que saltam à vista. (...) Nem aí descurou o Brasil de precaver-se contra ação dos fatores territoriais geopolíticos, pois, no extremo sul de Mato Grosso criou o Território Federal de Ponta Porã e empenhou-se vivamente na construção da ferrovia Brasil-Bolívia, já em adiantado estágio de construção e que em breve irá facilitar a derivação do escoamento dos produtos francamente para leste, para o Atlântico (Rodrigues 1947, 65-66).

A exemplo do exposto acima, o terceiro *punctum dolens* situava-se na região que abrange os Estados do Brasil, Peru e Colômbia respectivamente, todos eles próximos da cidade brasileira de Tabatinga. Essa região compreende um ponto estratégico localizado na vertente oriental com a bacia amazônica. Esse raciocínio corrobora com a tese de Travassos, de ser essa uma região essencial ao Brasil para garantia de sua supremacia no “antagonismo” Atlântico-Pacífico.

Essa região apresenta-se como um grande nó de diversos sistemas de transportes que buscam a porta de entrada do rio Amazonas nessa longínqua fronteira. Linhas de navegação fluvial e linhas aéreas comerciais, já trouxeram a essa região um impulso considerável, que cresce cada dia que passa, criando uma nova força de atração capaz de fazer fletir até ali rotas aéreas comerciais, que busquem ou venham da América do Norte, como fez o fator Canal do Panamá. [...] Em

Letícia, como nos outros pontos, parece-nos que a primeira providência que se impõe é a criação ali de um outro território federal, capaz de vitalizar os elementos úteis que o Brasil ali dispõe, criando nesse ponto uma civilização brasileira predominantemente, como é justo (Rodrigues 1947, 66-67).

O entendimento dos *punctum dolens* serve à teoria de Rodrigues como instrumento de organização e reflexão que devem guiar a política internacional do Brasil; no interior da ideologia, eles, os *dolens*, são determinantes da projeção do Brasil em âmbito sul-americano e posteriormente mundial. Sendo assim, com o advento da Guerra Fria, as teorias geopolíticas se voltaram a pensar não só em estratégias e expansão imperial, mas principalmente na defesa do continente e do país contra as ações do comunismo internacional. Afirmamos que, principalmente no interior da caserna, criou-se um ramo da geopolítica dedicado exclusivamente a esse propósito. Lysias Rodrigues foi um dos primeiros autores a expressar em seu trabalho essa preocupação e colocá-la como central ao analisar o papel desempenhado pelo Brasil no continente. Segundo o autor, o embate entre o poder marítimo e terrestre era algo iminente, apenas uma questão de tempo para que a União Soviética, de posse do coração do mundo (*heartland*) e da Europa Oriental, estabelecesse um poder dominante em um bloco que compreendesse a Europa e a Ásia. Uma vez assegurada a supremacia do poder terrestre na Eurásia, o próximo passo soviético seria a conquista do norte da África e o estrangulamento das rotas do Atlântico, numa tentativa de aniquilar o poder marítimo norte-americano (Mello 1987, 116).

Dentro desse contexto expansionista soviético, Rodrigues acreditava que o Brasil, mais especificamente o Amazonas, compreendia o território perfeito para as ligações marítimas entre o Brasil e os Estados Unidos, ou seja, a partir dele o país poderia garantir uma eficiência maior nas suas defesas, “Assim, em território brasileiro, essa possível defesa da embocadura do rio Amazonas, o portão aberto daquela imensidade, só pode ser feita mais do que precariamente. É o nosso calcanhar de Aquiles”. (Rodrigues 1947, 116) A fragilidade dessa porção do território preocupava o militar, então, sua proposta visava fortalecer o dispositivo naquela área, anexando ao nosso território a Guiana Francesa, disse o geopolítico:

Para a França seria um alto negócio vender a Guiana Francesa, e para o Brasil, um negócio esplêndido adquiri-la. Não é preciso apontar o exemplo do Alasca adquirido pelos Estados Unidos. Não precisamos ir tão longe. O caso do Acre é bem semelhante (...) o Brasil comprando à França a Guiana Francesa, aliviaria em muito a inflação que o atinge, ajuntaria ao território nacional uma área considerável,

mas, sobretudo, daria à embocadura do rio Amazonas a possibilidade de ter uma defesa eficiente (Rodrigues 1947, 117).

Na verdade, a incorporação da Guiana já representava em sua geopolítica o primeiro passo concreto para a projeção do Brasil no continente como uma potência dominante, líder na América Latina:

Dentro do conjunto continental sul-americano surge, porém, uma diretriz única, poderosa, geral, e que não podemos deixar de considerar em detalhe: Esta diretriz geopolítica é o Brasil que precisa criar na América do Sul um núcleo geopolítico poderoso, homogêneo, sob sua chefia política [...]. A formação pelo Brasil, de um subnúcleo geopolítico na América do Sul, sob sua direção, decorre logicamente do apoio que o Brasil precisa dar ao núcleo geopolítico do Atlântico, como meio de facilitar sua missão. A liderança do Brasil, também justifica plenamente, uma vez que o Brasil é na América do Sul, não só o país de maior área territorial, mas, o de maior população, o de maior projeção internacional política (Rodrigues 1947, 120-121).

Essa reivindicação do Brasil como uma potência em âmbito sul-americano passa ou está fundamentada, como já dissemos, na dimensão territorial e na densidade populacional do país; essa teoria é decorrência direta do determinismo e da filosofia da história à qual recorre Rodrigues. Tendo Ratzel como seu “mentor”, o militar acreditava que o mundo marchava para a idade imperial, em que cada continente seria dominado por um grande Estado-suserano em torno do qual gravitaria uma gama de pequenos Estados-vassalos. E se o mundo seria dominado pelas grandes potências continentais, os recursos geográficos do Brasil capacitavam-no ao cargo.

Todas essas coisas, decorrem do estado de transição por que passa o mundo, para atingir a “idade imperial” prevista por Ratzel, a era da história continental, fixada pelas grandes potências que dominarem os grandes espaços. Nessa ‘ida de imperial’, ao Brasil cabe, sem dúvida alguma, papel preponderante. Pela vastidão de sua área territorial, pela sua posição geográfica esplêndida, pelos fatores geopolíticos benignos que o regem, pela imensa energia potencial latente que dispõe, e pela capacidade superior de seus homens, claramente evidenciada já, está o Brasil indicado para ser uma grande potência em prazo pouco dilatado. O Brasil tem conhecimento da lei geopolítica que estatui que, os grandes tratos de terra sob um mesmo domínio, forcem naturalmente a criação de um dogma imperialista local (Rodrigues 1947, 125).

Ainda sobre o papel de relevo do Brasil, Lysias Rodrigues estreita as relações com os norte-americanos quando diz:

Na posição em que se acha o Brasil, as diretivas geopolíticas que o regem no plano mundial, são, pois: 1 – estreitar cada vez mais suas relações com os Estado Unidos; 2 – estimular a política da Boa Vizinhança; 3 – dar o mais cabal apoio ao núcleo geopolítico do Atlântico (Rodrigues 1947, 137-138).

Sendo assim, a aliança com os Estados Unidos não deveria ser eterna, mas uma pré-condição para a potência – visão assumida e difundida pelo general Golbery do Couto e Silva nas décadas de 1950 e 1960 no interior da Escola Superior de Guerra e posta em prática por Castelo Branco em 1964.

É inegável o papel fundamental da Escola Superior de Guerra na constituição, ainda que conjugada, de uma doutrina militar extensa. Apesar disso, no tratar das questões geopolíticas não se observava, pelo menos até o início dos anos 1950, uma articulação, no plano conceitual, entre os estudos geopolíticos e a Ideologia de Segurança Nacional. As primeiras discussões apresentadas na instituição traziam o general Golbery do Couto e Silva como expoente. Não obstante, essas “teorias” não apresentavam grandes superações aos ideólogos do período anterior; o cerne das formulações continuava a ser a expansão do Estado, a integração da nação e, conseqüentemente, a ideia chave de que espaço é poder. Desse modo, essa geopolítica continuou se orientando pelos pressupostos do Estado como um organismo vivo e movido por interesses autônomos em relação à sociedade, mas identificado agora com um ideal de nação que pretendia representar. Entretanto, para que os interesses do Estado fossem identificados com os da Nação, as diferenças sociais foram diluídas no plano ideológico e, no plano político, os conflitos subordinaram-se aos objetivos globais de domínio de poder.

Se essas visões faziam parte, como alertamos, dos estudos anteriores à ESG, o modo como a instituição se apropriou dessas concepções de Estado-Nação e tornou a geopolítica a base fundamental na constituição da “doutrina de segurança”, revelam outro momento desses estudos. Inaugurava-se, muito em razão do momento histórico propício somado a uma ideologia há muito viva no exército, uma geopolítica anticomunista e centrada na defesa da civilização “ocidental e cristã”. Desses dois fatores, iria emanar e/ou acrescentar os ideais de grandeza nacional, todavia, abocados cada vez mais aos norte-americanos. Onde pousava o destino manifesto do Brasil.

O livro no qual focamos nossa crítica, intitulado *Geopolítica do Brasil*, é uma coletânea de trabalhos mais densos ou artigos mais pontuais, produzidos pelo general entre 1950 e 1960. A escolha desse livro se justifica em

dois momentos coligados: primeiro, o período em que estes escritos foram produzidos, pois trazem uma perspectiva ampla do decurso histórico e seus antagonismos, isso porque suas formulações estão impregnadas, externamente, pelo clima da Guerra Fria, da política de contenção dos Estados Unidos em relação à União Soviética e, internamente, a década que marcou os anos entre 1950 e 1960 foi extremamente conturbada, ou seja, iniciou-se com uma crise e terminou com outra. Contudo, desse período, o fator que mais ressonou na obra de Golbery foi a criação da Escola Superior de Guerra e sua “doutrina” de segurança nacional. Tendo sido publicado em 1967, indubitavelmente o cenário internacional fez parte das suas conclusões, nas quais as ações tidas como avanço do comunismo estavam mais latentes, os países europeus e o Japão estavam se reconstruindo economicamente e sobre esse ponto disse o geopolítico:

Assim sendo, esboço de uma geopolítica brasileira, este livro não exige, em verdade, rigorosa atualização. Tem a pretensão inerente a todo pensamento geopolítico que se preze, de resistir, em seu núcleo central de ideias, às variações conjunturais, mesmo em épocas de um dinamismo excepcional como a quadra que atravessamos. [...] E, pois, as mudanças sobrevindas no panorama internacional, não cremos que possam invalidar as ideias fundamentais que constituem o núcleo do pensamento geopolítico integrado que a seguir se exporá, nem tampouco venham a desfigurar, substancialmente, a perspectiva mundial em que se acha inserido (Couto e Silva 1967, 3-4).

O general afirmava que esses acontecimentos não afetariam a atualidade do seu pensamento, isso porque as variações conjunturais da década de 1960 não haviam caracterizado tantas mudanças – a bipolarização dos poderes representados pela União Soviética e os EUA continuavam a mesma. Assim sendo, nem o decréscimo da Guerra Fria, nem o fortalecimento do neutralismo do bloco terceiro-mundista, seriam, segundo Golbery, “determinantes capazes de alterar a visão de mundo, reafirmada pelo antagonismo entre Ocidente cristão e o Oriente comunista que dominava a conjuntura mundial”. (Couto e Silva 1967, 4)

No mundo de hoje, o antagonismo dominante entre os EUA e a Rússia, polarizando todo o conflito, de profundas raízes ideológicas, entre a civilização cristã do Ocidente e o materialismo comunista do Oriente, e no qual se joga pelo domínio ou pela libertação do mundo, arregimenta todo o planeta sob o seu dinamismo avassalante a que não podem, não poderão sequer escapar, nos momentos decisivos, os propósitos mais reiterados e honestos de um neutralismo, afinal de contas, impotente e obrigatoriamente oscilante (Couto e Silva 1981, 186-188).

Não há dúvida de que a razão fundamental para esse embate entre os “*dois mundos*” era, segundo o autor, culpa do expansionismo soviético que por ter em suas mãos o coração do mundo, procuraram estabelecer um poder terrestre no bloco transcontinental euroasiático. O plano para conter o avanço soviético no ocidente, assim, buscava instrumentos numa política de contenção comandada pelos norte-americanos. Isso supunha que os EUA deveriam tomar posse de região entendida como *Rimland* – as fimbrias marítimas ou regiões periféricas que cercavam o *heartland* – para conter a expansão comunista. Essa estratégia apoiava-se em consistentes alianças políticas/militares organizadas pelos próprios norte-americanos no pós-guerra, além de uma rede de bases norte-americanas que formariam um cordão de isolamento.

E aí temos duas das ideias centrais da geopolítica golberyana: destino geopolítico, que ele reitera sempre proclamando que o grande *heartland* central, pelas sua simples e desnuda expressão espacial e a posição superior que desfruta no conjunto como centro natural da estrutura inteira, traz inscrito em si mesmo um destino imperial manifesto. Sendo assim:

Se a geografia atribui à costa brasileira e a seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio no Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte, a que nos ligam tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses, e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica. [...] também nós podemos invocar um destino manifesto, tanto mais quanto ele não colide no Caribe com os nossos irmãos maiores do norte. [...] E se a velha Inglaterra soube reconhecer, desde cedo, o destino norte-americano, facilitando-lhe uma política de mãos livres no continente ocidental, à sombra protetora da esquadra britânica – a doutrina Monroe, como bem se sabe, foi inspirada por Canning – não parece demais que os EUA reconheçam também aquilo que devemos defender, a todo custo, como um direito inalienável, traçado pela própria natureza no mapa do Atlântico Sul (Couto e Silva 1981, 52).

A outra ideia é o expansionismo para o interior, sua propositura final, conforme teremos oportunidade de ver. Não obstante os muitos elementos negativos da avaliação, Golbery acreditava que

Evoluímos, pois – e não pouco –, da tênue colonização periférica que caracterizava ainda o Brasil nos começos do século XVII, para ocupação de ampla base de partida, favorável à manobra que teremos de realizar, da incorporação real do imenso domínio do interior,

praticamente ainda o deserto, à comunidade nacional (Couto e Silva 1981, 73).

Golbery destacava veementemente que o Brasil, dono de vasto território, “é hoje um país territorialmente satisfeito”. Tendo, pois, seu espaço vital já conquistado, tratava-se de ocupá-lo e explorá-lo devidamente, o que contribuiria para superar a realidade do “profundo desequilíbrio econômico e cultural entre as regiões de seus diversos quadrantes, os vários brasis em que realmente se desdobra o panorama continental brasileiro”. Assim, reafirmava que nossa geopolítica, ao menos naquele momento histórico, deveria ser “ainda uma geopolítica de expansionismo interior, de integração e valorização territoriais, sem quaisquer ressaibos de um imperialismo além-fronteiras descabido e grotesco para quem dispõe, dentro de seu *habitat*, de todo um território imenso a construir”. (Couto e Silva 1981, 169-170)

E, sob profunda influência de Oliveira Vianna, conceituou seus dois brasis formados pelo ecúmeno – espaço valorizado efetivamente pela humanização, pouco mais que um terço do país –, e a oeste, o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora – a deixa para a retomada da proclamação de Mário Travassos: Para Oeste!

[...] o qual nos cumpre incorporar realmente à Nação, integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva. Tarefa sem dúvida gigantesca que está a exigir um planejamento cuidadoso e em longo prazo e que consumirá largos anos para sua realização, além de recursos vultosos de toda ordem (Couto e Silva 1981, 43).

CONCLUSÃO

Para além de uma conclusão, propomos estabelecer alguns pontos cruciais que permitam o estabelecimento de questionamentos caros ao tema.

Se for correto afirmar que momentos históricos diversos pedem soluções distintas, então não há dúvidas que o pensamento geopolítico brasileiro, de Travassos a Golbery, em pouco mais de duas décadas, operou de modo diferente em cada uma das situações históricas. Se numa primeira fase essa geopolítica militar esteve centrada nos elementos geográficos e na posição do Estado brasileiro frente a seus vizinhos, num segundo momento, com o advento da Escola Superior de Guerra na década de 1950 – em fator da Guerra Fria –, o pensamento geopolítico trazia como bandeira

a preocupação com a segurança nacional e a defesa do ocidente frente ao comunismo, entrelaçando a suas conjecturas as questões sobre segurança e desenvolvimento. Em que pesem as diferenças, como procuramos esmiuçar, os padrões que circundaram o discurso – unidade territorial, coesão nacional, posição e projeção do Brasil – estiveram todos ligados à busca de um papel de destaque do Brasil no cenário internacional, isto é, as bases de uma geopolítica de potência posteriormente aplicada pelo regime militar em determinados setores fincaram seus pilares nesses anos anteriores. A compreensão desses autores por nós apresentada se faz essencial na identificação de políticas aplicadas durante a ditadura, sobretudo nas regiões platina e amazônica.

Outro ponto basilar aos estudos sobre a geopolítica brasileira é justamente o seu caráter eminentemente militar. É necessário dizer que essa geopolítica militar voltada à construção de potência, apresentada na sua forma pura, é produto do tempo histórico em que foi produzida, assim como também são os autores que a produziram e remontam a uma tradição clássica. No entanto, não é possível compreender esse pensamento aqui no Brasil apenas como uma transposição de ideais ou de um modelo que foi seguido sem a devida crítica; dizemos isso porque o caminho percorrido pelas teorias clássicas da geopolítica até o momento em que se inserem de modo efetivo no Brasil é longo e só fazem sentido se entendermos que a formação desse pensamento efetivou-se a partir da instituição militar.

Não alongando muito a análise, é necessário destacar que o órgão militar se estruturou no Brasil tutelado pelo Estado Novo varguista e pela criação da Escola Superior de Guerra. Este último criou uma identidade militar até então inexistente e centralizou uma política sustentada na segurança estatal e no desenvolvimento econômico. Torna-se redundante ressaltar que o cenário internacional marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra fria, abriram caminho para que ideologias autoritárias e centralizadoras que prometiam ser um instrumento de contra-ataque fossem bem recebidas pelos oficiais.

Comumente, a historiografia tradicional tende a dizer que a ideologia da segurança nacional – promulgada pelos Estados Unidos – foi absorvida como um bloco fechado de ideias. É preciso avançar nesta discussão demonstrando que os militares brasileiros procuraram fazer a devida adaptação para atender a realidade do país. Desse modo, é possível compreender que a noção de segurança nacional francesa, mais próxima da situação brasileira, foi melhor aceita, principalmente porque entre os fatores constitutivos da ideologia francesa, as potencialidades geográficas nacionais e a posição estratégica do país faziam ligação direta com o Brasil. O que levou os militares brasileiros a pensar – diferente do que a ideologia de segurança

nacional norte-americana pregava – o Brasil como uma potência Mundial. Essa sem dúvida era a principal peculiaridade da ideologia de segurança nacional brasileira, isto é, pensava-se o Brasil potência a partir dela. Foi inclusive por esse fator que os estudos geopolíticos no Brasil foram incorporados à ideologia de segurança nacional. Ainda que os primeiros trabalhos tenham sido produzidos antes da Escola de Guerra, sua forma sistematizada e largamente divulgada só deu a partir de década de 1950.

E reafirmamos que, apesar da sistematização dos estudos só firmarem suas bases a partir da Escola Superior de Guerra, foram incorporadas todas as determinações desenvolvidas nos anos anteriores, como exemplo do pensamento de Mário Travassos e Lysias Rodrigues. E, como demonstramos, nesses autores já estavam expressas as ideias de potência, ainda não tão fortes como em 1960, mas já se pensava um Brasil como uma potência regional. Essa condição só iria mudar posteriormente, com o pensamento de Golbery do Couto e Silva na década de 1950, onde, em fator das condições já apresentadas, o Brasil passaria a ocupar na teoria do militar a categoria de co-potência junto com os norte-americanos.

REFERÊNCIAS

Backheuser, Everardo. 1926. *A Estrutura Política do Brasil*. I – Notas prévias. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia.

Bandeira, Moniz. 1978. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bandeira, Moniz. 1993. *Estado nacional e política internacional na América Latina*. O continente nas relações Argentina – Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio.

Bastos, Pedro Z. 2001. *A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil, 1890-1954*. Tese de Doutorado. Campinas: IE-UNICAMP.

Cabral, Severino. 2000. Escola Superior de Guerra: Departamento de Estudos. Rio de Janeiro: Boletins da ESG.

Cervo, Amado Luiz. 2003. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Brasília, *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46 n. 2 jul./dez.

Costa, Wanderley Messias da. 2008. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre território e poder*. São Paulo: EDUSP.

Couto e Silva, Golbery do. 1967. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Couto e Silva, Golbery do. 1981. *Planejamento estratégico*. Brasília: Ed. UnB.

Hirst, Monica; Russell, Roberto. 1987. Democracia y política exterior: los casos de Argentina y Brasil. Buenos Aires, FLACSO, *Série documentos e informes de investigación*, n. 55.

Mello, L. I. A. 1987. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Edusp/Hucitec.

Rodrigues, Lysias. 1947. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar.

Schwartzmam, Simon; Bomeny, Maria Bousquet e Costa, Vanda Maria Ribeiro. 1984. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp.

Travassos, Mário. 1941. Estrutura geo-militar do Brasil. In: *Cultura Política* 1. Rio de Janeiro.

Travassos, Mário. 1947. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Vesentini, José William. 1987. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Editora Ática.

NOTAS

1. Halford Jonh Mackinder (1864-1946) também ganhara a atenção dos estudiosos brasileiros não tanto pelo que tinha a oferecer, mas pelos problemas que colocava. Mackinder, após ter estudado a influência do espaço e da posição no condicionamento da política mundial, apresentou, em 1904, um trabalho intitulado “O Pivô Geográfico da História”, uma tentativa de provar que o mundo é uma ilha controlada por um coração. Não há dúvidas que, para Mackinder, a nação pivô do mundo era a Inglaterra. Sendo assim, o geógrafo voltou suas preocupações aos dois países que faziam frente aos objetivos expansionistas ingleses, nesse caso a Alemanha de um lado e a Rússia de outro. Ao referir-se aos dois países, Mackinder alerta que a Rússia czarista ocupa, em face do mundo, a mesma posição estratégica central que a Alemanha dentro da Europa, então ambas podem atacar e/ou serem atacadas por todos os lados. O perigo que seria se a Alemanha e a Rússia se unissem visando à construção de uma esquadra que conseqüentemente levaria ao surgimento de um império do mundo.
2. Sobre o Brasil platino, Travassos o entende da seguinte maneira, “Na bacia platina, características concêntricas, suficiente homogeneidade e densidade de população, facilidades topográficas, condições meteorológicas favoráveis. Os peões se encontram em vantajosa posição inicial. Domínio absoluto da viação fluvial pela bandeira argentina. Estradas de ferro, em combinação com as vias navegáveis, procuram compensar a má posição da foz do Prata. Ambos os meios de comunicação drenando para Buenos Aires, como distribuidora, a economia dos Estados mediterrâneos e levando a influência platina até os vales longitudinais dos Andes.” (Travassos 1947, 170).

GRANDE, SÓ O BRASIL: AS REGIÕES PLATINA E AMAZÔNICA
NO CENTRO DO PENSAMENTO GEOESTRATÉGICO DO ESTADO

RESUMO

Este artigo tem como objetivo, por meio da análise do conjunto de ideias apresentadas por militares e autores ligados às Forças Armadas em diferentes momentos, a saber, Everardo Backheuser, Lysias Rodrigues, Mario Travassos e Golbery do Couto e Silva, demonstrar que a configuração de um pensamento geopolítico brasileiro de potência se deu num constructo que equacionava as questões de segurança interno-externa à ideia de um desenvolvimento possível a partir das potencialidades e posição geográfica do Estado. Se, de um lado, procuraremos sustentar, a geopolítica brasileira remetia às influências vindas de fora, de outro, trazia como especificidade a identificação das regiões platina e amazônica como centro de um projeto de potência, o coração do continente, cujo domínio se fazia indispensável.

Palavras-chave: Geopolítica; Forças Armadas; Bacia do Prata; Bacia Amazônica.

ABSTRACT

This article analyses the set of ideas sustained by authors connected to the Brazilian armed forces like Everardo Backheuser, Lysias Rodrigues, Mario Travassos and Golbery do Couto e Silva. It argues that the Brazilian geopolitical thought tried to combine domestic and international security issues with development potentials streamed from the geography of the country. It also argues that, despite its foreign influences, Brazilian geopolitical thought was singular when proclaimed the control of the Amazon and the Platine basins as the core of its major power project.

Keywords: Geopolitics; Armed Forces; Prata Basin; Amazon Basin.

Recebido em 30/04/2018. Aceito para publicação em 08/08/2018.

Seção 3

Novos Desafios Geopolíticos no Contexto da Globalização

Geopolítica do espaço cibernético e o poder: o exercício da soberania por meio do controle

Geopolitics of cyber space and power: the exercise of sovereignty by control

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 141-165

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75081

ISSN 2358-3932

LUCAS SOARES PORTELA

INTRODUÇÃO

Os espaços geográficos tradicionais – terrestre, marítimo e aéreo – sempre existiram, mas a territorialização, ou seja, o uso pelo homem ocorreu no decorrer da história (Portela 2015). Conforme Edward Burns (1948), o primeiro ápice das artes e ciências humanas somente foi alcançado próximo do ano 3000 a.C. Ainda na chamada Idade da Pedra, quando a humanidade vivia em nomadismo, não havia um trabalho territorial em nível de sociedade, sendo o espaço terrestre puro.

Se, no espaço terrestre, a territorialização demorou a acontecer, os demais espaços somente vieram a ser explorados no último milênio. Inclusive o geopolítico clássico, Rudolf Kjellén, que nasceu no século XIX, tratava apenas da luta do Estado por mais espaço no ambiente continental. Para ele, o espaço marítimo ainda não era uma preocupação para o Estado. O uso de cada um dos espaços geográficos tradicionais com vistas à sobrevivência humana, requereu do homem a sua organização e sua proteção, por meio de um agir estratégico.

Também para responder à demanda humana, a *Internet* surge no meio acadêmico, dentro do imaginário do homem, sendo utilizado desde sua origem. A nomenclatura “espaço cibernético” somente surgiu no ano de 1948, dentro da publicação do romance “Neuromancer” do escritor William Gibson. Esse autor utilizou esse termo para explicar o conjunto de tecnologia que, juntamente com a *Internet*, modificava a estrutura social de sua ficção. O que se dizia na ficção se revelou na sociedade. A relevância que

Lucas Soares Portela – Mestre em Ciências Militares pela Escola de comando e Estado-Maior do Exército exerce docência em Relações Internacionais no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

esse espaço tomou na vida da sociedade e do homem já é objeto de desavenças entre homens e litígios entre Estados.

Na configuração contemporânea, Richard Clarke (2010) define o espaço cibernético como o conjunto de tecnologias atreladas à rede de computadores do mundo, como todas as coisas que são controladas por esses equipamentos. Por isso, utilizar o termo espaço cibernético e *Internet* como sinônimos resulta em engano, pois a *Internet* representa parcelas do espaço cibernético que estão interconectadas. Para Clarke (2010), o conceito de espaço cibernético é mais amplo que a própria *Internet*.

Pode-se inferir que, dentro desse conceito, a informação que circula são recursos do território (Portela 2015). Da mesma forma, o usuário não constitui território, sendo apenas seu operador, constituindo a camada chamada de *peopleware* por Daniel Ventre (2012). Sendo assim, a ação do Estado também possível e considerada dentro desse ambiente, como este artigo tratou em seu corpo.

Atualmente, muito se tem falado sobre a equiparação do espaço cibernético a um espaço geográfico, delimitações de fronteira, soberania de Estado, controle governamental e disputa de poderes. Em meio a tantas colocações, a resposta do que é o espaço cibernético pode ser apontada pela Geografia, mais especificadamente pela Geopolítica, conforme Gonzales e Portela (2017). A importância do espaço cibernético para o Estado tem uma relação direta com seu poder e soberania, conceitos que estão interligados ao espaço, universos estes que são estudados pela Geopolítica.

Apesar dessa matéria ter uma ligação estrita com esses conceitos clássicos – poder e espaço – tem evoluído juntamente com a dinâmica mundial para abarcar as mudanças políticas. Rudolf Kjellén não tratava do ambiente aéreo e marítimo não por um pecado de sua obra, mas por uma limitação tecnológica, e isso não impediu a geopolítica de tratar desses ambientes atualmente. Assim, esse artigo pretendeu responder ao problema: a dinâmica do poder do século XXI gera uma territorialização do espaço cibernético como um espaço geográfico? A hipótese que norteou o artigo afirma que a projeção de poder, visando o controle, dentro do espaço cibernético, seja por Estados ou outros atores, desenha uma relação que se enquadra dentro da chamada Nova Geopolítica.

A pretensão de se discutir o espaço cibernético como possível objeto da geopolítica a partir da análise da aplicação contemporânea dos conceitos de espaço e poder se manteve a partir da premissa de que, atualmente, a busca por mais espaço não é o principal fator de disputas, mas as informações. Não se afirma aqui que o desejo por posse das fontes de recursos não sejam objetos de disputas entre Estados. Pelo contrário, a busca por elas evolui a um grau de sensibilidade que uma dada informação pode garantir novos

recursos e, conseqüentemente, poder. O nível de detalhamento que se pode conseguir no espaço cibernético sobre uma região, a dinâmica de um local ou a situação de um país é tão grande ou maior do que a de um agente de campo, com o benefício do anonimato.

Sendo o espaço cibernético um tabuleiro de disputa de poderes, que constantemente tem crescido e impactado na geopolítica do mundo, seu domínio é uma ferramenta desejada. Salvaguardados os questionamentos, esse espaço pode impactar no equilíbrio de poder mundial, pois sua utilização para projetar poder requer baixos investimentos, permitindo um ataque a um Estado promovido por apenas um indivíduo, o que Joseph Nye Jr. chama de difusão de poder. Essas são apenas algumas das questões que preocupam a geopolítica. A análise desse espaço pela geopolítica, entretanto, não pode ser realizada sem o devido enquadramento nas premissas e conceitos anteriormente mencionados.

Para responder a essa necessidade e ao objetivo proposto, o artigo foi estruturado em quatro tópicos temáticos. Primeiramente, observou-se a evolução da Geopolítica, com foco nos principais fatores que eram considerados e como que eles atualmente são tratados dentro da própria matéria. Posteriormente, discutiu-se as categorias constitutivas que tornam uma área e um ambiente em um espaço geográfico. Após, aborda-se o peso do poder dentro da geopolítica contemporânea. Por último, abordou-se a geopolítica do espaço cibernético como um fator de controle necessário para a garantia do poder.

Por ser um texto de discussão teórica, não se pretendeu aqui abordar profundamente questões empíricas. Isso não significa que não as consideramos – apenas as utilizamos como exemplificações das colocações e apontamentos realizados. Dessa forma, o artigo tomou o formato de uma pesquisa bibliográfica, com análise especialmente de fontes secundárias.

EVOLUÇÃO DA GEOPOLÍTICA E FATORES RELACIONAIS

Analisar a geopolítica no espaço cibernético requer primeiramente uma revisão da evolução do pensamento geopolítico e uma revisita às principais teorias. Mesmo que breve, a revisão bibliográfica permite compreender as mudanças ocorridas e, principalmente, as discordâncias surgidas ao longo da história, em especial na chamada nova geopolítica. Focar nas mudanças permitiu compreender os fatores relacionais responsáveis pela evolução da geopolítica,

Por fatores relacionais, entende-se referências que causaram a mudança da geopolítica no decorrer da história, como, por exemplo, o território. Quando se analisam as teorias clássicas e se comparam com as novas teo-

rias, nota-se que o espaço perde um pouco da sua importância como fator relacional, dando maior relevância ao poder. Assim um olhar mais específico da evolução dos fatores relacionais permite compreender como uma geopolítica do espaço cibernético poderia ser referenciada.

O termo “geopolítica” surge com o alemão Rudolf Kjellén, em 1905, mas sua consolidação se deu no decorrer do século XX. Antes de cunhado o próprio termo, trabalhos anteriores – nas áreas de Geografia, Teoria Política e Estudos Estratégicos – já discutiam dilemas da geopolítica, como os teóricos Mahan e Mackinder, em 1890 e 1904, respectivamente. A partir de um entendimento filosófico, a geopolítica pode ser definida como o “conjunto de conhecimentos não ingênuos, que apresentam graus diversos de sistematização e de credibilidade, e que se propõe a explicar, elucidar, interpretar ou unificar um dado domínio de fenômenos ou de acontecimentos que se oferecem à atividade prática” (Bonfim 2005, 55).

De Mahan (1890) a Spykman (1942), os estudos geopolíticos tentavam delimitar a melhor região do globo para que um Estado tivesse uma posição de domínio sobre os demais ou o tipo de dominação que lhe daria maior poder. Mahan acreditava que o desenvolvimento de um Estado deveria se dar pelo mar e por isso dominar a guerra naval (Violante 2015). De forma semelhante, Mackinder (1904) acreditava que o Estado detentor da região próxima à Crimeia poderia dominar o mundo, pois ali encontraria diferentes acessos ao mar, ou seja, dominaria o continente e os oceanos (Villa 2000). Também tentando determinar o espaço necessário para o desenvolvimento do Estado, Haushofer (1930) cria o conceito de Espaço Vital, em que o Estado necessita de uma área proporcional à sua população para obter recursos necessários para se tornar desenvolvido (Losano 2008).

Por outro lado, alguns geopolíticos começaram a tentar sobrepor as teorias existentes. Por exemplo, Douhet (1921) afirma que através do domínio aéreo era possível irromper com os domínios marítimo e terrestre, inclusive o domínio do Espaço Vital. Spykman (1942) também desenvolveu uma teoria para conter o possível controle do *Hartland*, em que um Estado deveria dominar os acessos àquela região, as “fimbrias” ou *Rimland*.

Embora as teorias clássicas tivessem referências no espaço, havia um grupo menor de geopolíticos que já desenvolvia teorias com maior referência ao poder. Dentre eles, vale citar Severson (1942), que divide o domínio aéreo em duas regiões, uma dominada pelos EUA e outra pela URSS. Por sua vez, em 1975, Cline tenta criar uma fórmula para definição do poder de um Estado, ranqueando o mundo. Cabe lembrar, ainda, de Taynbee (1934), que visualizava a geopolítica como uma ferramenta política nas mãos das elites.

O fator relacional “poder” ganhou maior relevância nas chamadas novas teorias da geopolítica, quando os acadêmicos começaram a tentar

compreender o mundo pós-Guerra Fria. Em 1991, Jacques de Brochard elabora a “Teoria dos Blocos” também conhecida como “Teoria da Zonas Monetárias”. Essa segunda denominação torna a teoria de Brochard auto descritiva, pois ele divide o globo em zonas de liderança monetária, em que o país mais forte lidera e sua moeda vigora em toda a região. Assim, o mundo é dividido em quatro blocos, a saber: Federação das Américas, Confederação Eurafriana, União das Repúblicas Soberanas e Liga Asiática.

No mesmo ano, Jean Rufin publica a “Teoria dos Limes”, que defendeu uma reorientação do enfretamento clássico Leste-Oeste para uma dinâmica Norte-Sul. Conforme seu trabalho, com o fim da Guerra Fria, os Estados ricos não precisavam mais dos Estados pobres do Sul, podendo priorizar seus próprios problemas e seu desenvolvimento. Os Estados do Norte se fecham numa fortaleza para instalações crescentes de zonas de instabilidade que garantam uma “nova ordem mundial” baseada na multipolaridade. As zonas seriam linhas de confinamentos onde assegurariam que os “bárbaros do Sul” fossem controlados; tais zonas foram conceituadas por Rufin como “dobradiças”.

No ano seguinte, 1992, o francês Pierre Lellouche publica seu texto sobre o que chamou de “Teoria da Incerteza” em que questionou a colocação de Jean Rufin. Para ele, a “nova ordem mundial” não seria pautada em uma disputa Norte e Sul, mas na ausência de ordem. Acreditava que os Estados Unidos não conseguiriam provocar uma ordem mundial, e que a desordem instaurada seria causada por instabilidades e revoluções na região da antiga União Soviética, explosões demográficas na África, distúrbios raciais e étnicos nos EUA e ameaças nucleares de países do norte da África contra a Europa, rearmamento do Japão e abertura chinesa ao Japão e resto do ocidente.

Também em 1992, o chamado Clube de Roma – grupo de pessoas influentes no cenário internacional que se reúnem para debater temas relativos ao mundo, e que iniciou suas atividades em 1961 – contribui para a geopolítica com a criação da “Teoria da Tríade”, que dividiu o mundo em três centros de poder, a saber: Bloco Americano, Bloco Europeu e Bloco Asiático. Semelhante à Teoria dos Limes de Rufin, a Teoria da Tríade defende que cada um desses blocos teria dinâmicas e lideranças suficientes para que o mundo esteja em uma situação de harmonia.

No ano seguinte, com finalização em 1996, Samuel Huntington desenvolve a “Teoria do Choque de Civilizações”, que defendeu o fim dos conflitos tradicionais, aqueles causados por questões militares clássicas e a ascensão de conflitos por razões étnicas, religiosas e raciais. Diante de referências desses temas, Huntington divide o mundo em nove regiões, quais sejam: mundo ocidental, islâmico, confucionista, budista, ortodoxo,

hindu, japonês, africano e latino. A principal premissa dessa teoria é que as relações sociais se pautam pela referência maior de sua existência, a civilização pertencente.

O trabalho de Huntington não agradou a muitos acadêmicos, principalmente porque questões de cunho étnico-religioso causam muita sensibilidade. Além disso, a divisão de certas regiões do mundo causou incômodo, como por exemplo, a América Latina, que não foi considerada como ocidente e foi apontada como instável, o que gerou teorias que questionavam esse modelo. Por exemplo, o brasileiro Roberto Mafra publicou em 1996 a “Teoria do Quaterno”, que dividia o mundo em Bloco Norte-Americano, Bloco Sul-Americano, Bloco Europeu e Bloco Asiático, ou seja, contesta a divisão de Huntington.

Outro geopolítico brasileiro de renome é Terezinha de Castro (1999), que estudou as qualidades necessárias para que um Estado seja poderoso, a saber:

1. Superfície territorial maior que 5 milhões de km²;
2. Continentalidade territorial;
3. Acesso direto e amplo ao oceano;
4. Recursos naturais estratégicos essenciais;
5. População maior que 100 milhões de habitantes;
6. Densidade demográfica maior que 10 hab./km²;
7. Homogeneidade racial.

Diante dessas categorias de Terezinha de Castro (1999), é possível questionar, por exemplo, o porquê de o Brasil não ser uma superpotência, haja vista que satisfaz todos os critérios acima mencionados. Embora algumas características tenham ligação com espaço, como as três primeiras, as três últimas são mais ligadas à capacidade e potencial, binômio com maior relação ao poder. Sobre isso, pode-se inferir ainda que as teorias clássicas estavam preocupadas em fornecer referências territoriais que dariam poder ao Estado, enquanto as novas teorias tentam explicar o mundo diante da incerteza gerada pelo fim da Guerra Fria.

Igualmente, nas novas teorias, uma geopolítica para o espaço cibernético não vislumbra evidenciar a importância desse ambiente para os Estados. É patente que o domínio de informações e dados que trafegam no espaço cibernético pode gerar poder, especialmente Poder Inteligente.¹ Entretanto, a incerteza de como lidar com esse espaço e como se posicionar preocupa os Estados, o que justifica uma geopolítica do espaço cibernético que norteie a ação dos atores estatais – assim como nas demais teorias atuais, preocupação das teorias clássicas.

CATEGORIAS CONSTITUTIVAS DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Na aplicação popular, os conceitos de espaço e território são, por vezes, utilizados sinonimamente. Apesar da aproximação de seus significados, esses dois conceitos apresentam distinção quando tratados dentro da geopolítica. A principal diferença está na aplicação e referência de cada um deles.

Termos clássicos tendem a ter significados conforme a área aplicada. O território pode ser definido dentro de diversas vertentes, como por exemplo, a biologia que o define como a área de vivência de uma espécie ou a psicologia que o vincula com a defesa de um espaço por uma pessoa.

Apesar da variação, percebe-se que todas as definições de um território apresentam a essência da ligação com um ser, seja humano, animal ou Estado. Tal afirmação também está presente dentro da definição de território pela Geopolítica. Conforme o alemão Friedrich Ratzel (2011), o território é o espaço sobre o qual a soberania de um Estado é exercida:

2. *O Estado é uma fração de humanidade e uma fração de solo.* O homem não é concebível sem o solo terrestre, ainda mais sem a maior obra do homem sobre terra: o Estado. Assim como os termos cidade e estrada expressam, respectivamente, uma fração de humanidade e uma obra humana; quando se fala de Estado, designa-se uma fração de superfície terrestre. O Estado é obrigado a viver do solo. Ele possui invariavelmente apenas as vantagens oferecidas por um solo que lhe é assegurado. É o que exprime a ciência política quando diz que o território pertence à essência do Estado. Ela designa a soberania como *jus territoriale* e estabelece a regra de que as mudanças territoriais podem fazer-se apenas por leis (Ratzel 2011, 51).

Assim, o território se encontra dentro do conceito de espaço e está vinculado com a atuação do homem dentro de determinada região. Da mesma forma Raffestin (1993) define território como espaço trabalhado pelos homens. Ainda conforme esse autor, o espaço seria algo cru e preexistente ao território, pois ainda não sofreu com a ação do homem naquele ambiente.

O que condiz com a definição de territorialização, que é o processo em que o homem age dentro de um território – no caso do Estado, a aplicação da soberania. Em uma definição mais ampla, Milton Santos (1986) define o território como um dos três elementos constitutivo de um Estado-Nação, juntamente com a população e a soberania. Logo, o espaço existe sem o território, mas este coexiste com aquele em uma relação estrita dentro da aplicação da soberania do Estado.

Dito isso, quais são os elementos constitutivos do espaço? Primeiramente, deve-se ter atenção à variação do conceito nos diversos ramos do conhe-

cimento, assim como visto no caso do termo território. Entretanto, sua variação geralmente vem acompanhada da indicação de aplicação, como, por exemplo, espaço social, espaço político, espaço educacional. No caso da geopolítica, o espaço que este artigo abordou foi o espaço geográfico.

Para definir esse conceito também recorreremos a Milton Santos (1986) e a Claude Raffestin (1993). No caso deste, a definição já foi mencionada anteriormente como algo dado e preexistente a qualquer ação do homem, como um quadro branco a ser colorido. No caso de Milton Santos (1986) o espaço geográfico é definido como:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos, e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

Em sua definição, podemos compreender o “espaço” como o campo de atuação das forças sociais. Vale notar que esse campo é relativo ao tempo e à estrutura vigente. Assim, o espaço em que o Brasil se encontra hoje é distinto daquele da Velha República. Igualmente, o espaço em que o Brasil se encontra é diferente daquele em que a Argentina se encontra, pois contém estruturas e relações sociais distintas. De forma mais evidente, o espaço em que as relações sociais acontecem no ocidente é bastante diferente daquele de certos países asiáticos.

Dessa forma, seria errôneo tratar e aplicar de forma pura as teorias clássicas da geopolítica ao espaço cibernético, principalmente porque este é um fruto da contemporaneidade. Tão lógica é essa premissa sobre o “espaço” que não se pode tratar o espaço cibernético atual como aquele espaço cibernético da ArpaNET.² Logo, a aplicação da geopolítica requer constantes avaliações e adequações ao momento histórico corrente.

A principal diferença entre as definições de Santos (1986) e Raffestin (1993) está na concepção do Estado sem o poder e ação do homem. Para Raffestin (1993) é aceitável a existência do espaço sem sua territorialização, enquanto para Santos (1986) sua existência surge apenas em caso de interações sociais. Quando aplicados ao espaço cibernético, a definição de Santos (1986) melhor atende, pois caso não haja relações sociais na camada *peoplerware*, ou seja, a atuação dos operadores e usuários, esse

espaço geográfico deixa de existir, já que sua existência não pode ter fim em si mesma.

Dessa forma, poderíamos considerar o espaço cibernético como espaço e território, com estes conceitos tratados quase como sinônimos. Embora haja constantes processos de reterritorialização e de territorialização³ no espaço cibernético (Ferreira Neto 2014), o espaço cibernético nunca deixaria de ser território, pois os dois apresentam movimentos constantes e uma relação cíclica definitiva. Assim, a definição de neo-espaço geográfico ao espaço cibernético depende do enquadramento das duas principais categorias de análise da Geopolítica – poder e espaço.

Apesar de termos afirmado a necessidade de uma releitura desses conceitos para uma correta aplicação nos espaços geográficos atuais, o que se percebe na bibliografia da Geopolítica é a permanência da premissa inicial que deu origem a essa disciplina. Podemos afirmar que desde sua existência a Geopolítica se apoia na necessidade do Estado de se obter espaço para garantia de sua sobrevivência. Entretanto, não é uma busca por espaço como fim em si mesmo, mas da busca por disponibilidade de recursos que garantam poder.

O Estado não buscaria apenas a maior porção de terra, mas o domínio de uma reunião que tivesse maiores recursos ou acesso a recursos. O espaço que era considerado estratégico para a sobrevivência de um Estado foi definido por Friedrich Ratzel como “espaço vital”. De acordo com o professor Wanderley Costa (1992), a relação entre crescimento de um Estado e o espaço para sua sobrevivência, base do conceito de “espaço vital”, tem respaldo na necessidade da população nacional.

Embora na atualidade ainda existam conflitos por terras e tensões fronteiriças, estas abrangem, na maioria dos casos, questões mais amplas que a própria terra, conforme demonstrado por Samuel Huntington (1997). Além disso, diante da necessidade de atender às demandas da população nacional, os Estados têm buscado soluções no setor tecnológico e no chamado domínio de informações. Essa mudança de postura tem uma relação estrita com a nova ética global, que abarca questões humanas, ambientais e morais (Singer 2004).

Exemplificando, o Brasil aumentou sua produção de grãos nos últimos anos sem aumentar o território destinado ao plantio. Tal conquista se deu em virtude de avanços científicos e tecnológicos no manejo do cultivo, especialmente por meio de pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Essa não é apenas uma realidade brasileira, mas mundial, haja vista que o aumento da área cultivada causa impactos negativos na sustentabilidade de um Estado.

Logo, a obtenção de poder por meios além da exploração territorial causa maiores preocupações atualmente do que a expansão territorial, ou seja, na atual conjuntura, poder não é estritamente espaço. Ademais, em virtude da evolução geopolítica do mundo, o fator continente tem um peso relativamente menor no conceito de espaço geográfico do que aquele existente no passado. Diante disso, o tratamento do espaço cibernético como um espaço geográfico se justifica diante das relações sociais e de poderes que ocorrem em seu âmbito.

A NOVA GEOPOLÍTICA E A RELAÇÃO COM O PODER

Como dito no tópico anterior, a geopolítica tem como referência o tempo e as relações sociais de um determinado grupo. Conforme a estrutura social mudou, as análises geopolíticas também mudaram. Uraci Bonfim (2005) explica que o final da Guerra Fria foi um marco no pensamento geopolítico, principalmente por causa do fim do modelo bilateral de poder, separando as novas teorias da Geopolítica das teorias tradicionais:

Quadro 1
Evolução das principais teorias internacionais da geopolíticas

TEORIAS DA GEOPOLÍTICA CLÁSSICA (Século XX até o final da Guerra Fria)			
Teoria	Autor	Premissa principal	Ano
Teoria do Poder Marítimo	Mahan	O poder marítimo é elemento vital para o crescimento, a prosperidade e a segurança nacionais.	1890
Teoria do Poder Terrestre	Mackinder	Quem controla o <i>heartland</i> (<i>coração da terra</i>) domina o mundo, pois associa o poder terrestre e marítimo.	1904
Teoria das Pan-Regiões	Haushofer	O Estado necessita de um espaço vital envolvendo uma gama de recursos para reduzir sua vulnerabilidade.	1930
Teoria do Desafio e da Resposta	Taynbee	O destino dos povos está nas mãos de suas elites dirigentes e aceita a Geopolítica como conselheira e indicadora de soluções para essas elites (Geopolítica como ferramenta política).	1934

Teoria do Poder Aéreo	Douhet	A arma aérea, a arma suprema, podia ela só irromper sobre os inimigos e obter a decisão, atacando em massa os centros vitais do adversário	1921
	Seversky	O mundo é dividido em duas áreas de domínio aéreo, uma dos EUA e outra da URSS. A sobreposição das áreas resulta em uma “área de decisão”.	1942
Teoria das Fímbras	Spykman	A única defesa possível contra o <i>Hartland</i> seria ocupando as bordas da “Ilha do Mundo”, ou seja, as “fímbricas” (Rimland)	1942
Teoria do Poder Perceptível	Cline	Cria o conceito “politectônico”, que define como “estruturação política”, através de uma fórmula matemática que propõe determinar o potencial de poder dos Estados.	1975
NOVAS TEORIAS DA GEOPOLÍTICA (Após final da Guerra Fria)			
Teoria	Autor	Premissa principal	Ano
Teoria dos Blocos	Brochard	Divide o mundo em quatro blocos, englobando Estados dos hemisférios norte e sul, cada um deles liderado preferencialmente por um ou mais Estados que compõem o grupo dos sete grandes (G7)	1991
Teoria dos Limes	Rufin	Com o fim da bipolaridade, os Estados ricos não mais necessitam ajudar os Estados pobres do Sul, como parceiros no contexto mundial, priorizando tratar dos seus próprios problemas e de seu desenvolvimento (embate Norte-Sul)	1991
Teoria da Incerteza	Lellouche	A “nova ordem mundial” não seria uma ordem Norte-Sul, tampouco uma ordem, mas uma desordem mundial.	1992
Teoria da Tríade	Clube de Roma	O mundo está dividido em três centros de poder, e por isso não há riscos de conflitos. O mundo se encontra mais “harmônico”.	1961-1992
Teoria do Choque de Civilizações	Huntington	O mundo é dividido conforme a civilização e por isso os conflitos futuros serão sobre questões étnicas e religiosas, não mais por motivos clássicos.	1993-1996
Teoria do Quaternio	Mafra	O mundo em quatro blocos: Bloco Norte-Americano, Bloco Sul-Americano, Bloco Europeu, Bloco Asiático.	1996

Fonte: Elaboração própria baseada em Bonfim (2005).

Conforme demonstrado no Quadro 1, a principal mudança na geopolítica foi a relação entre espaço e poder. Na geopolítica clássica isso era dado como real e intransponível, e a evolução do pensamento se deu apenas em relação ao domínio que mais concederia poder ao Estado. Assim tivemos teorias sobre o domínio terrestre, domínio marítimo e domínio aéreo. Ao observar a evolução das principais teorias da geopolítica já listadas, percebe-se que, nas teorias ditas novas, as divisões não estão relacionadas exatamente ao território, mas às dinâmicas de poder existentes no mundo.

Poder é definido por Joseph Nye Jr. (2012) como recursos, e também pode ser definido como resultados comportamentais. Dentro da primeira definição, Nye (2012) afirma que o poder é definido pelos seus recursos que geram resultados pretendidos por meio de estratégias. Na segunda definição, poder é afetar comportamentos, por meio de coerções, recompensas e atrações, visando os resultados pretendidos.

Ainda conforme esse autor, o fim da Guerra Fria provocou uma mudança na configuração de poder no mundo, o que explica as mudanças de referência na geopolítica. A preocupação dos Estados e dos geopolíticos atualmente é essa configuração de poder. Nye Jr. (2012) afirma que existem dois movimentos de poder na geopolítica: transferência e difusão. O primeiro movimento ocorre quando o principal *player* do sistema internacional entra em queda e um novo império ascende, enquanto o segundo é caracterizado pela redistribuição de poder para atores menores, inclusive não-estatais.

Nesse contexto as relações internacionais que ocorrem no espaço cibernético recebem destaque. Esse ambiente possibilita a difusão de poder para indivíduos. De acordo com Nye (2012), os custos para se operar no espaço cibernético são baixos para uma pessoa. Isso, associado à possibilidade de anonimato, propicia que um indivíduo ataque diretamente um Estado, o que de fato pode acontecer. Dessa forma, o espaço cibernético é um ambiente em que as fragilidades dos Estados são exponencialmente aumentadas, diante de outros Estado, empresas, ONGs, opinião pública e próprios indivíduos.

Além da maior complexidade que o sistema atual tem em relação aos anteriores, os conceitos aplicados nas esferas do conhecimento são mais abrangentes, em que todas as percepções de mudanças convergem em uma noção de indefinição. Tal problema conceitual sobre a globalização também ocorre com a soberania, ou seja, no exercício do poder por parte dos Estados. Cabe ressaltar que o conceito de soberania, mesmo tendo o mesmo cerne – exercício do poder – apresenta diversidade de significados.

Raymond Aron (1979), ao escrever “Paz e Guerra entre as Nações”, aponta para uma diversidade conceitual para a soberania. Encontramos,

por exemplo, os termos soberania difusa; soberania concentrada; soberania transnacional; e soberania imperial. Entretanto, percebe-se que “no século XXI, lidar com o conceito de soberania é apreender a considerar todas as faces que ela apresenta no contexto da globalização e o momento em que ela converge de uma definição para a outra” (Portela 2015, 34).

No caso do espaço cibernético, a soberania que se deve observar é aquela chamada de responsável (Portela 2015). Isso porque, conforme apontado por Putnam (1988), um Estado deve prover as necessidades dos seus nacionais, buscando inclusive soluções no cenário internacional quando sua capacidade nacional não o permitir, no chamado jogo de dois níveis. Entretanto, em um debate utilitarista, o que parecer ser uma necessidade na visão de um Estado não o seria na visão de outro ator estatal.

Assim sendo, como definir o que é uma necessidade de seus nacionais e como responder a elas? Atualmente, responder aos anseios de uma população nos espaços geográficos é algo complexo, que demanda energia e preparo. Realizar tais ações no espaço cibernético tende a ser um desafio maior, haja vista o pouco controle de que os Estados atualmente dispõem nesse ambiente.

Entra-se, dessa forma, no debate sobre a regulamentação do espaço cibernético. Este apresenta dois extremos: liberalizar ou restringir, que não podem ser vinculados a nenhuma categoria de atores. Isso porque no cenário internacional encontra-se atores estatais e não-estatais dos dois lados do debate. Ainda assim, pode-se afirmar que geralmente os atores não-estatais se posicionam em favor da liberalização, especialmente indivíduos, enquanto atores do setor privado, que visam lucro, e Estados, que visam controle, se posicionam em favor do uso restrito e controlado no espaço cibernético.

Dessa forma, sendo a atual Geopolítica vinculada principalmente à distribuição de poder dos Estados no cenário internacional, não se pode ignorar a relevância que os atores estatais ainda têm. Ademais, com a complexidade do mundo, o aumento do fluxo de informação e a aproximação das dinâmicas sociais do mundo, o poder está vinculado a controle. Assim sendo, pode-se concluir que estudar a geopolítica do espaço cibernético é debruçar-se sobre o controle dos Estados nesse novo espaço geográfico.

GEOPOLÍTICA DO ESPAÇO CIBERNÉTICO E O FATOR DE CONTROLE

A evolução da Geopolítica demonstra que as teorias criadas buscam responder a uma demanda do Estado, seja o poder ou a compreensão do equilíbrio de poder. Ser proposta por acadêmicos, mas servir a uma necessidade do Estado gera indecisão quanto à teoria, se ela é para a ciência ou

para a política, acadêmicos ou atores estatais. Mesmo quando elaborada apenas para fins acadêmicos, uma teoria tem chance de se tornar uma política, conforme afirmado por Amado Cervo (2008).

Esse autor explica que a política externa de um país é resultado de sua percepção. A partir do momento em que os decisores e governantes adotam uma dada teoria como uma real perspectiva do mundo, ela pode se converter em uma política externa. Conforme seu trabalho, uma teoria tem etapas de maturação, como uma pessoa, sendo a transformação em política externa o alcance final da maturidade. Cervo (2008) cita por exemplo a teoria de Huntington, “O Choque de Civilizações”, como inspiradora na Guerra do Afeganistão e do Iraque, e a “Teoria da Estabilidade Hegemônica”, que sugeriu o unilateralismo americano.

A apropriação de uma teoria para se fazer política já era vislumbrada pelas teorias clássicas da Geopolítica. A Teoria do Desafio e das Repostas de Arnold Toynbee, datada de 1934, afirmava que o Estado era comandado por elites dirigentes que utilizavam a Geopolítica como norteadora e indicadora de soluções, ou seja, utilizava essa ciência como uma ferramenta política (Bonfim 2005). Já no final do século XX, Robert Sack (1986) afirmava que a territorialização não deveria ser abordada como um conceito, mas como uma ferramenta política, pois poderia ser utilizada para controlar pessoas e coisas dentro de uma área, ou seja, uma estratégia geográfica poderosa.

A pesquisa de Sack (1986) pode ser aplicada a vários momentos históricos, pois questões complexas de territorialidade e fronteiras eram resolvidas pelos Estados com a instalações de muros, como a Muralha da China e o Muro de Berlim. Mas como solucionar questões relativas a poder no espaço cibernético? Os Estados sentem a necessidade de resguardar sua soberania no espaço cibernético, controlando possíveis ameaças cibernéticas, obtendo informações estratégicas e impedindo que informações comprometedoras sejam obtidas por outros atores, estatais ou não.

A sensibilidade do espaço cibernético e conseqüentemente a necessidade de controle surgem da transversalidade desse ambiente. Conforme explica Daniel Ventre (2012), o espaço cibernético tem pontos de conexão com os demais espaços geográficos, possibilitando impactar em todos eles e igualmente sofrer influências em cada um dos ambientes (Figura 1).

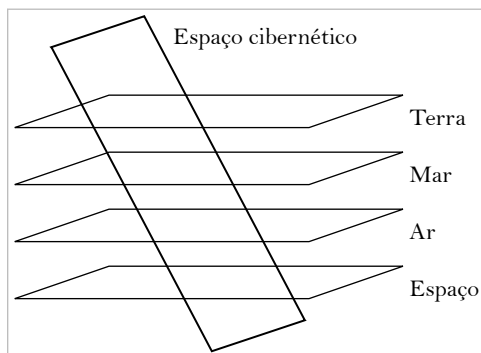


Figura 1 – Relação do Espaço Cibernético com os demais espaços geográficos.
 Fonte: Ventre (2012, p. 35).

Por transpassar todos os demais espaços, o espaço cibernético é tido como uma potente ferramenta de controle pelo Estado, pois pode aplicar seu poder em todos os âmbitos. Diferente de um espaço tradicional, como o terrestre, em que o Estado está interessado em seu espaço total para a extração de recursos, no espaço cibernético há o interesse apenas na informação, que surge dentro dele mesmo e por meio das conexões. Dessa forma, a geopolítica do espaço cibernético não deve se preocupar em projetar um território cibernético semelhante aos demais espaços, mas apenas observar seus limites e fronteiras para com outros Estados e seus pontos de conexão com a terra, mar, ar e espaço. Cabe ressaltar, entretanto, que assim como uma ponte pode ser cruzada pelos dois lados, as conexões do espaço cibernético também são pontos frágeis para os Estados, que devem defendê-los e controlá-los.

Dito isso, recorda-se que o espaço cibernético surge de uma criação dos Estados Unidos, sediando as principais empresas detentoras do domínio e abrangência desse ambiente. Assim, há um controle público por organizações governamentais – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, Internet Society, World Wide Web Consortium – e por empresas, sendo as principais americanas, como, a Google e a Microsoft (Portela 2015). Essa posição privilegiada no cenário internacional incomoda outros autores internacionais.

Dessa forma, no espaço cibernético, a multiplicidade de poder no cenário internacional causa o surgimento de movimentos entre os Estados, e uma concordância praticamente consensual entre todas as novas teorias da Geopolítica, reservadas as diferenças entre elas e algumas exceções. Na

visão de Lucas Soares Portela (2015), as relações internacionais no espaço cibernético podem ser pautadas pelo o que pode ser chamado de “Teoria dos Movimentos Centrais e Subjacentes”. De acordo com ele, existem dois tipos de movimentos maiores nas relações internacionais, que são criados por meio de articulações de atores estatais e não-estatais:

Quadro 1
Movimentos Centrais e Subjacentes do Espaço Cibernético

Categoria	Movimento	Exemplos	Atores
Centrais	Centrais	Five Eye Group (Echelon)	Estatais
		Safe Harbor	Mistos
Subjacentes	Alternativos	BRICS Cable	Estatais
		Estônia, Irlanda e Microsoft	Mistos
		Deep Web	Não estatais
	Reacionários	Alemanha-Brasil	Estatais
		Buracos Negros	Estatais

Fonte: Elaboração própria baseada em Portela (2015).

Conforme o autor, os “Movimentos Centrais” são aqueles conduzidos por Estados potenciais interessados em manter suas posições e o *status quo* do sistema internacional, ou seja, manter o controle das relações internacionais, podendo ou não ter participação de atores não-estatais. Os “Movimentos Alternativos” são compostos por Estados e/ou atores não estatais interessados na mudança dos principais atores estatais do sistema internacional, sem alterar a estrutura do sistema internacional. Por sua vez, os “Movimentos Reacionários” são aqueles em que os atores estatais e/ou não estatais estão interessados na mudança tanto dos principais atores internacionais e da estrutura internacional vigente.

Cabe ressaltar ainda que os movimentos são formados conforme as áreas e que um Estado pode compor vários movimentos (Portela 2015). Assim, o Brasil faz parte de um movimento alternativo, ao compor o movimento do BRICS Cable, mas também compõe um movimento reacionário com a Alemanha. No caso do movimento alternativo, o Brasil apenas pretende subir à posição de um dos principais atores internacionais no espaço cibernético, juntamente com Rússia, Índia, China e África do Sul. Já no movimento reacionário com a Alemanha, o Brasil pretende se tornar um dos principais atores internacionais do espaço cibernético, como mudar a

estrutura desse ambiente, especialmente a forma como é controlado pelos Estados centrais.

Dentro dos movimentos centrais existem grupos de controle e captação de informações no espaço cibernético. O principal deles é o movimento chamado de Five Eyes Group, que tem esse nome por ser composto por cinco Estados, a saber, Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Canadá e Nova Zelândia (Fabregat 2013). Esse grupo compõe uma rede chamada “Echelon”, formada por 16 bases espalhadas pelo globo, que operam em cinco zonas de escuta que observam e analisam todas as informações que transitam no ambiente nas conexões aéreas do espaço cibernético, por isso o nome “cinco olhos”.

Embora participe desse grupo, os Estados Unidos também têm outra rede de controle e observação do espaço cibernético, chamada de “Carnivore”. Embora seu alcance não seja conhecido, sabe-se que essa rede instala um programa em todas as conexões, que verifica a legalidade ou ilegalidade de uma comunicação (Fabregat 2013). Enquanto a rede “Echelon” tem como base a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), a rede “Carnivore” é comandada pelo Federal Bureau of Investigation (FBI).

Cabe ressaltar que, como procede da mesma raiz da rede do Five Eyes Group, o alcance da “Carnivore” pode ser igual ou até mesmo maior que a “Echelon” (Fabregat 2013). Também desconhecida é a existência e alcance das redes da Rússia e da China. O que se sabe é que ambos os países apresentam poder e capacidade cibernética para atuação em qualquer parte do globo e tem cooperado nesse setor, o que não permite a eliminação da hipótese de uma rede de controle e observação.

No que diz respeito à Europa, existem dois movimentos menores, um da União Europeia como um todo e outro envolvendo França, Espanha e Itália. O primeiro movimento opera a rede Enfopol, que tem o objetivo de conter os crimes no continente e evitar o terrorismo, utilizando para isso a interceptação e o monitoramento de comunicações. Por sua vez, França, Espanha e Itália estão desenvolvendo uma rede de inteligência militar, chamada de Osemiti, que realiza análises semânticas baseadas em palavras ditas e escritas por telefonemas e e-mails.

Assim, o mundo sobre a ótica dos Movimentos Centrais se configura como mostra a Figura 2.

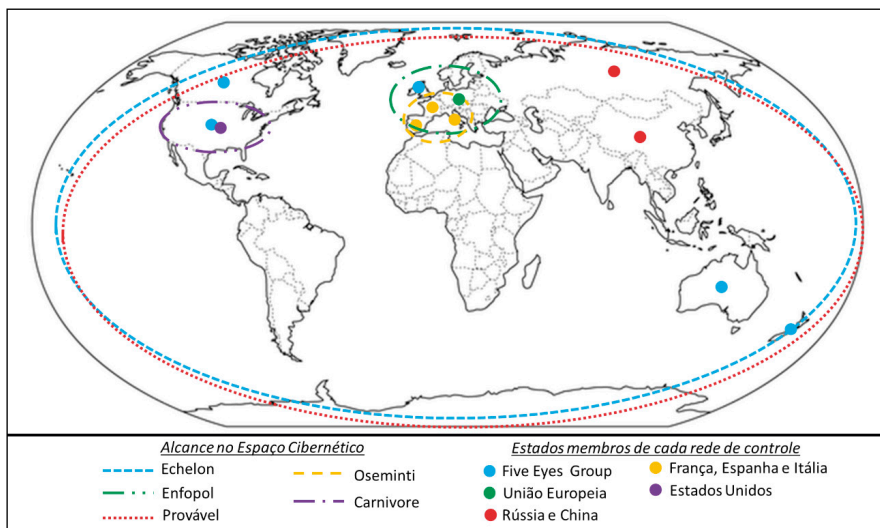


Figura 2 – Principais sistemas de controle e observação do espaço cibernético.

Fonte: Elaboração própria baseada em Fabregat (2013).

Essas redes demonstram que atualmente os Estados estão preocupados em controlar e observar o espaço cibernético. Captar as informações que transitam nesse espaço permite a geração de conhecimento, que resulta em poder. Dessa forma, a geopolítica do espaço cibernético pauta-se nos fatores geradores de poderes, seguindo a tendência das novas teorias da Geopolítica.

As centralidades dos países relacionados acima também estão vinculadas com suas posições de potências cibernéticas. São Estados com destaque em proporção de usuários por população, detentores de controladores da *Internet*, produtores de conhecimento, contexto socioeconômico, infraestrutura tecnológica e marcos regulatórios (Portela 2015). Embora os Estados Unidos apresentem destaque e distanciamento em todos esses quesitos, Fareed Zakaria (2008) advoga que a estabilidade desse país depende da convivência com os demais atores-estatais.

Afirma ainda que, por isso, o mundo deve se configurar em um sistema de centros e raios, em que todos os assuntos tratados pelos raios devem passar pelos centros. Assim, o controle e manutenção da relação entre Estados centrais e Estados raios (Portela, 2015) é realizada pelas redes demonstradas na figura anterior. Finalmente, o espaço cibernético permite o exercício da soberania por meio do controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias da Geopolítica evoluíram conforme a necessidade dos Estados. Por servir ao interesse de desenvolvimento, sobrevivência e exercício da soberania, as teorias buscavam meios de beneficiar os atores estatais. Com o final da Guerra Fria, o fator relacional que pautava as teorias passou da necessidade de beneficiar os Estados para a necessidade de se compreender o mundo. Tal mudança, entretanto, não desinteressa as teorias ao Estado, pois ao compreender o mundo também se compreende como usufruir de seus recursos.

A informação assim se torna primordial para um país, sendo a principal fonte o espaço cibernético. Esse ambiente, embora não tenha um território tangível como os demais espaços geográficos, pode assim ser caracterizado por conter relações sociais e posicionamentos de poder por parte dos Estados. Consequentemente também pode ter aplicado a ele teorias Geopolíticas, haja vista que as novas teorias estão preocupadas com o equilíbrio de poder para explicar o mundo.

A incerteza em lidar com o espaço cibernético e a necessidade de se obter informações relevantes à sua soberania instigam os Estados a obterem controle desse ambiente – ainda mais interessados ao saberem que podem ser ameaçados por outros atores estatais e também não-estatais por meio desse ambiente. Assim, buscam projetar seu poder nesse ambiente por meio do controle cibernético. Conclui-se, assim, que estudar a geopolítica do espaço cibernético é debruçar-se sobre o controle dos Estados nesse novo espaço geográfico.

O controle do Estado nesse ambiente dá-se não apenas dentro do próprio espaço cibernético como nos demais espaço geográficos. Isso porque o espaço cibernético transpassa todos os demais, coletando informações e monitorando-os. Uma ação no espaço cibernético pode causar impactos nos demais, sendo a recíproca verdadeira. Assim o alcance dos olhos do Estado e a possibilidade de projeção de poder são elevados.

As dinâmicas do poder no espaço cibernético assemelham-se àquelas observadas no sistema internacional tradicional. Embora controle uma parte significativa de empresas e provedores de *Internet*, os Estados Unidos não são mais um controlador universal, como era ainda na Guerra Fria. A complexidade do espaço cibernético também o torna multipolar, assim como o todo do sistema internacional.

A necessidade de garantir a sobrevivência e desenvolvimento nesse cenário instiga os Estados a se movimentarem, seja bilateralmente ou multilateralmente, nos chamados Movimentos Centrais e Subjacentes. Os movimentos centrais congregam potências em posição de destaque no ce-

nário internacional que articulam para a manutenção de suas posições e da estrutura internacional vigente. No âmbito do espaço cibernético, esses atores estatais perseguem esses objetivos por meio de redes de controle e observação, a saber:

- Echelon: Five Eyes Group, liderados por Estados Unidos (NSA) e Reino Unido;
- Enfpopol: União Europeia;
- Oseminti: França, Espanha e Itália;
- Carnivore: Estados Unidos (FBI);
- Rússia e China.

Tais redes permitem o monitoramento das relações com os Estados raios e garantindo o exercício da soberania, seja no próprio espaço cibernético ou seja com a projeção de poder nos demais espaços geográficos. As disputas de poder observadas nesse cenário condizem com a necessidade de se explicar, por parte das novas teorias da Geopolítica, o equilíbrio de poder e a necessidade de controle dos principais atores internacionais. Dessa forma, conclui-se que o espaço cibernético pode ser objeto de pesquisa da geopolítica a partir da análise da aplicação contemporânea do conceito de poder, desde que esse seja trabalhado dentro das atipicidades apresentadas pela geopolítica do espaço cibernético.

REFERÊNCIAS

Aron, Raymond. 1979. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Bonfim, Uraci Castro. 2005. *Geopolítica*. Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Ensino a Distância CPAEX/EAD. Rio de Janeiro: ECEME.

Burns, Edward Macnall. 1948. *História da Civilização Ocidental*. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Globo.

Castro, Therezinha. 1999. *Geopolítica: princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro: BIBLIEx.

Cervo, Amado. 2008. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Ed. Saraiva.

Clarke, Richard A. 2010. *Cyber War: the next threat to national security and what to do about it*. New York: HarperCollins Publishers.

Costa, Wanderley Messias da. 1992. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo: HUCITEC e Editora da USP.

Fabregat, Clemente Herrero. 2013. *El resurgimiento de la geopolítica: la Geopolítica Cibernética*. Revista de Geopolítica, 4 (1): 15-35, jan./jun. Rio Grande do Norte: UFRN.

Ferreira Neto, Walfredo B. 2014. Territorializando o “novo” e (re)territorializando os tradicionais: a cibernética como espaço e recurso do poder. In: Medeiros Filho, Oscar; Ferreira Neto, Walfredo B.; Gonzales, Selma Lúcia de Moura (Org.) *Segurança e Defesa Cibernética: da fronteira física aos muros virtuais*. Coleção I – Defesa e Fronteiras Cibernéticas. Pernambuco: Editora UFPE.

Gonzales, Selma Lúcia de Moura e Lucas Soares Portela. 2017. *A geopolítica do espaço cibernético Sul-americano: conformação de políticas de segurança e defesa cibernética*. Anais do 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI. Belo Horizonte: ABRI.

Huntington, Samuel. 1997. *O Choque das Civilizações e a recomposição da Nova Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Losano, Mario G. 2008. *Karl Haushofer (1869-1946): o pai da geopolítica das ditaduras europeias*.

Nye Jr, Joseph S. 2012. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá.

Portela, Lucas Soares. 2015. *Movimentos centrais e subjacentes no espaço cibernético do século XXI*. Dissertação de Mestrado [Ciências Militares]. Rio de Janeiro: ECEME.

Putnam, Robert D. 1988. *Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games*. International Organization, 42 (3). Massachusetts: MIT Press.

Raffestin, Claude. 1993. *Por uma Geografia do Poder*. Paris: Ed. Ática.

Ratzel, Friedrich. 2011. *A relação entre o solo e o Estado* – Capítulo I: O Estado como organismo ligado ao solo [p. 59]. Tradução de Matheus Pfrimer. Revista Espaço e Tempo, 29: 51-58. São Paulo: GEOUSP.

Sack, Robert. 1986. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.

Santos, Milton. 1986. *Por uma Geografia Nova*. 3. ed. São Paulo: Ed. Hucitec.

Singer, Peter. 2004. *Um Só Mundo: A Ética da Globalização*. São Paulo: Martins Fontes.

Ventre, Daniel. 2012. Ciberguerra. In: Academia General Militar. *Seguridad global y potências emergentes em um mundo multipolar*. XIX Curso Internacional de Defensa. Espanha: Universidad Zaragoza.

Villa, Rafael Duarte. 2000. *Mackinder*: Repensando a Política Internacional Contemporânea. Revista de Sociologia e Política, 14: 195-199, jun. Paraná: UFPR.

Violante, Alexandre Rocha. 2015. *A Teoria do Poder Marítimo de Mahan*: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. Revista da Escola Guerra Naval, 21 (1): 223-260, jan./jun. Rio de Janeiro: EGN.

Zakaria, Fareed. 2008. *O mundo pós-americano*. São Paulo: Companhia das Letras.

NOTAS

1. Poder Inteligente é um conceito criado por Joseph Nye Jr (2012) e diz respeito à mescla do poder duro e brando, ou seja, o uso da força com base nos recursos informacionais e das ferramentas, métodos e influência do Estado.
2. *Advanced Research Projects Agency Network* (ArpaNET) foi o primeiro protótipo da *Internet* criado em 1969, por meio de trabalhos acadêmicos no âmbito da RAND Corporation. Inicialmente a ArpaNET era composta por quatro computadores localizados em universidades estadunidenses.
3. Walfredo Ferreira Neto afirma que no espaço cibernético a um processo de territorialização do novo e de reterritorialização do que já existe, ou seja, não há uma desterritorialização nesse ambiente. Assim não há um espaço raffestiniano dentro do espaço cibernético.

GEOPOLÍTICA DO ESPAÇO CIBERNÉTICO E O PODER:
O EXÉRCICIO DA SOBERANIA POR MEIO DO CONTROLE

RESUMO

O surgimento do chamado espaço cibernético deu-se no meio acadêmico, no imaginário do homem. Surgiu para responder a uma demanda humana, sendo utilizado desde sua origem. A relevância que esse espaço tomou na vida da sociedade e do homem já é objeto de desavenças entre homens e litígios entre Estados.

Atualmente, muito se tem falado sobre a equiparação do espaço cibernético a um espaço geográfico, delimitações de fronteiras, soberania de Estado, controle governamental e disputa de poderes. Acredita-se também que a importância do espaço cibernético para o Estado tem uma relação direta com seu poder e soberania, conceitos que estão interligados ao espaço, universos estes que são estudados pela Geopolítica.

Assim, esse artigo pretendeu responder ao problema: a dinâmica do poder do século XXI gera uma territorialização do espaço cibernético como um espaço geográfico? A hipótese que norteou o artigo afirma que a projeção de poder, visando o controle, dentro do espaço cibernético, seja por Estados ou outros atores, desenha uma relação que se enquadra dentro da chamada nova geopolítica. O artigo foi estruturado em quatro tópicos temáticos sobre evolução da geopolítica, categorias constitutivas do território, nova geopolítica e relação com o poder e a geopolítica do espaço cibernético e o fator de controle.

Ao final do artigo, conclui-se que o espaço cibernético pode ser objeto de pesquisa da geopolítica a partir da análise da aplicação contemporânea do conceito de poder, desde que esse seja trabalhado dentro das atipicidades apresentadas pela geopolítica do espaço cibernético.

Palavras-chaves: Geopolítica; Espaço cibernético; Poder; Controle; Espaço geográfico.

ABSTRACT

The emergence of the so-called cybernetic space occurred in the academic environment, in the imaginary of man. It arose to respond to a human demand, being used since its origin. The relevance that this space has taken in the life of society and man is already the subject of disagreements between men and disputes between States.

At present, much has been said about the equation of cyber space to a geographical space, boundary delimitations, state sovereignty, government control and power disputes. It is also believed that the importance of the cybernetic space for the State has a direct relation with its power and sovereignty, concepts that are interconnected to the space, universes that are studied by Geopolitics.

Thus, this article sought to answer the problem: the power dynamics of the 21st century generates a territorialization of cyber space as a geographic space? The hypothesis that guided the article states that the projection of power, aiming at control within the cyber space, whether by states or other actors, draws a relationship that falls within the so-called new geopolitics. The article was structured in four thematic topics on geopolitical evolution, territorial constituent categories, new geopolitics and relation with the power and geopolitics of cyber space and the control factor.

At the end of the article, it is concluded that the cybernetic space can be object of geopolitics research from the analysis of the contemporary application of the concept of power, provided that it is worked within the atipicities presented by the geopolitics of the cybernetic space.

Keywords: Geopolitics; Cyber Space; Power; Control; Geographic Space.

O geoprocessamento como meio operacional e estratégico para defesa fronteiriça

The Geoprocessing as strategic operational method to boundary defense

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 167-191

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75063

ISSN 2358-3932

**SILMARA COSME CRAVO
PEDRO HENRIQUE FREIRE JANZANTTI**

INTRODUÇÃO

Definido por Rodrigues como “um conjunto de técnicas de coleta, exibição e tratamento de informações espacializadas” (Rodrigues 1990), o Geoprocessamento permite a integração de diversas variáveis, em diferentes temporalidades e formatos, para a análise da realidade complexa. Ele inclui diferentes Tecnologias da Informação Geográfica, entre elas: os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), as análises geoespaciais, a Cartografia Digital, a Cartografia Temática e o Sensoriamento Remoto.

Apesar de seu grande potencial, o Geoprocessamento é pouco aplicado em estudos de defesa fronteiriça. Encontrar dados geoespaciais sobre as nossas fronteiras, por exemplo, é um grande desafio. O Exército Brasileiro mantém uma plataforma, o Banco de Dados do Exército – BDGEx, que compõe a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), e armazena diversos dados de caráter sistemático, como cartas topográficas em diferentes escalas e malhas viárias.

O Decreto nº 6.666 de 27/11/2008 institui a INDE como um “conjunto integrado de tecnologias; políticas; mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal” (Brasil 2008). Cumpre-se, assim, o atendimento à

Silmara Cosme Cravo – Doutoranda em Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Pedro Henrique Freire Janzantti – Estudante do Bacharel em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

necessidade de se ter um meio único de acesso a informações geográficas de forma interoperável.

Definida por Queiroz Filho e Giannotti (2012) como a integração e compartilhamento de informação no meio computacional, a interoperabilidade se caracteriza por dois principais processos interligados: a padronização dos seus componentes e, posteriormente, a sistematização de conceitos e termos.

Embora a INDE siga essas recomendações, seus dados são insuficientes para a disseminação do seu uso, uma vez que os produtos geoespaciais de que dispõe são pouco significativos na atualidade. A aceleração e o dinamismo contemporâneos demandam outros dados, para além de cartas sistemáticas como fonte de informação geográfica.

Para Harley (2009), nos dias de hoje, quanto mais complexa é a administração do Estado e quanto maiores são suas ambições territoriais e sociais, maior será a demanda por mapas. Por essas razões, argumentamos a favor da inclusão de dados geoespaciais, oriundos de diferentes Tecnologias da Informação Geográfica (TIGs), no BDGEx, o que poderia contribuir para subsidiar estudos de defesa fronteiriça.

Isto, no entanto, não é simples. Câmara et al. (2003) afirmam que um dos grandes desafios do Geoprocessamento é a representação do espaço geográfico em movimento (dinâmico). Pérez-Machado (2014) e Ferreira (2014) reconhecem uma defasagem na constituição epistemológica dessa área do conhecimento e acreditam ser essencial teorizar sobre o Geoprocessamento.

Neste artigo discutimos como o Geoprocessamento pode contribuir para os Estudos de Defesa da fronteira brasileira. Para tanto, apresentaremos os conceitos de *Geopolítica* e *Território* na Escola Geopolítica Brasileira para mostrar que o tema *Defesa Fronteiriça* é uma grande preocupação na atualidade. Por fim, explicaremos como as diferentes TIGs podem contribuir para operações de defesa fronteiriça e discutiremos o Geoprocessamento como meio analítico para resolução de problemas relacionados ao monitoramento fronteiriço.

ALGUNS CONCEITOS FUNDANTES: GEOPOLÍTICA E TERRITÓRIO

Ao se pensar a construção conceitual da geopolítica desde as suas origens, autores como Friedrich Ratzel, Rudolf Kjellén, Mackinder, Haushofer, Jacques Ancel e Aleksandr Dugin são fundamentais. Na América do Sul, da vizinha Argentina, podemos citar Raúl Rey Balmaceda e Federico Alberto Daus.

Para entendermos o conceito de geopolítica, há de se valer de uma abordagem com base na história do pensamento geográfico e também na Teoria

Geral do Estado. Por um lado, há um ideário para justificar o advento da figura político-jurídica que é o Estado. Por outro lado, há a necessidade material do Estado de delimitar sua existência como entidade.

Antigamente, diferentes eram as razões de transformação dos limites territoriais. Por exemplo, um território poderia ser acrescido ao outro em função de ter havido um casamento que somasse as terras do reino da dinastia do marido àquelas da dinastia de sua esposa. Ou em função do resultado de guerra cujo prêmio oferecido ao vencedor era a posse de terras do inimigo. Hoje, a dinâmica das fronteiras é diferente e o território é tido como pressuposto básico do Estado.

O surgimento do Estado Moderno fez aprimorar conceitos e rigorosamente delimitá-los. São elementos do Estado: território, governo, povo e independência nas relações externas, sendo o primeiro, o mais geográfico. Portanto, em meados do século retrasado, o desenvolvimento da Geografia como ciência não poderia estar jamais desconectado da situação política vivida à época. Da mesma forma, acreditamos que a atual Geografia, que abriga o Geoprocessamento, também não pode estar distante do Estado e do conceito de território.

Embora as tecnologias não sejam suficientes para apreender o processo histórico jurídico de formação territorial, a reconstituição histórica desse movimento de consolidação de fronteiras (transformação geométrica de limites) poderia ser estruturada em um banco de dados geográfico. Imaginemos, então, a sobreposição de diferentes mapas, com a representação dos diferentes limites territoriais, e as possíveis operações analíticas para avaliação das mudanças de uso e ocupação do solo, dos limites administrativos e da toponímia.

Ao se percorrer diferentes autores da Escola Geopolítica Brasileira, percebemos uma convergência entre eles em relação à importância do território para a consolidação do Estado brasileiro. Um dos primeiros autores desse campo do conhecimento, Backheuser (1950), alicerçou a análise geográfica em três elementos: solo, clima e homem. Para ele, a Geopolítica é o ápice do conhecimento humano, e a consolidação territorial era pressuposto da ascensão da sociedade brasileira (Freitas 2004).

Mário Travassos analisou as vulnerabilidades e pontos fortes de cada país que compõe a América do Sul. Preconizou a necessidade de adoção de uma estratégia de interiorização política, econômica e demográfica por parte dos poderes públicos, sempre pensando na integração do conjunto continental (Freitas 2004).

Infelizmente, este é um intuito que até os dias de hoje não logrou alcançar êxito. Diferentes são os interesses que comandam a ocupação territorial. O Estado desde sempre ocupou papel central na definição dessas

diretrizes; entretanto, fatores econômicos e demográficos são obstáculos à operacionalização desse projeto.

Golbery do Couto e Silva trabalhou os conceitos de Segurança Nacional e de Planejamento Governamental, aplicando-os quando foi Secretário de Segurança Nacional em 1937 e 1961 (Freitas 2004). Ele identificou ainda os limites e entraves que bloqueavam o Brasil a deslanchar rumo a uma posição de destaque.

Políticas militares e de infraestrutura foram desenvolvidas para impulsionar e alavancar polos de desenvolvimento no interior. Foi priorizada a construção de vias de transporte, aproveitamento de recursos, incentivo à navegação interior, criação de meios de escoamento de produtos, visando, enfim, a integração do território brasileiro.

Embora muitas vezes a geopolítica tenha uma conotação distorcida, reduzida ao totalitarismo, ao expansionismo ou à guerra (Costa 1996), essa área do conhecimento está igualmente interessada na consolidação do território como forma de reprodução da Nação através do desenvolvimento de seu povo.

Dá a razão de o território ser conceito central, e sua ocupação ser o primeiro passo para buscar o desenvolvimento integrado. Mais do que isso, a presença da população é entendida como uma das principais formas de garantir o território e protegê-lo. Sendo a fronteira algo vivo, em movimento, seu uso desempenha importância equivalente ao título de posse.

Conforme mostra a Figura 1, nos estudos da Geopolítica Brasileira e da Geopolítica em geral, não há categoria do conhecimento geográfico mais relevante do que a de território.

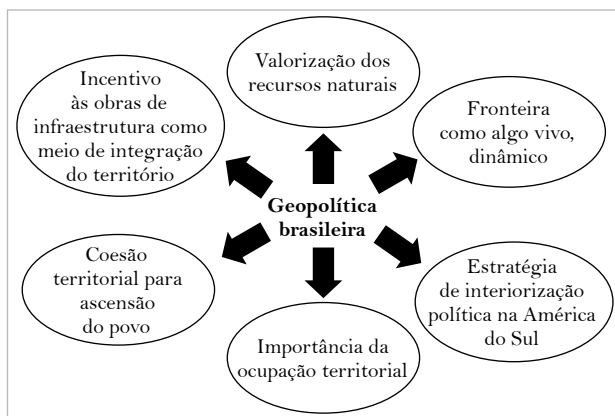


Figura 1 – Esquema que demonstra conceitos desdobrados da Geopolítica Brasileira.

Fonte: Elaboração dos autores.

Se o território é um dos motivos de tensões internacionais, ele é ao mesmo tempo lugar de vivência do povo, por isso, a mais importante categoria de análise. Ao território, Ratzel (1988) atribuiu um valor, primeiro, de elemento fixador da família à localidade; segundo, por ser o germe de uma disposição política mais intrincada que a da família, da pátria ou da tribo.

Embora o geógrafo também possa falar em paisagem, área, região, habitat, etc. como modalidades possíveis (Martins 2014) para a abordagem do que é um Estado, a dimensão do território é mais precisa. Ela abarca a dimensão universal (do espaço) e a dimensão da singularidade, do caso específico de um Estado.

Não se pode perder de vista que o Estado é uma entidade política e coincidente com uma área de território (Moodie 1965) que está, justamente, circunscrito em uma área, o território. É aí que ele exerce sua soberania, impõe coercitivamente suas leis, oferece segurança ao seu povo. Nas relações exteriores, é reconhecido pelos Estados homólogos como pessoa jurídica soberana e independente em suas decisões.

O território é um dos elementos do Estado, sendo os outros: o povo, as leis, o governo e a independência nas relações externas (Dallari 2016). É atribuição do Estado prover tanto a segurança, quanto a defesa necessárias à sociedade. “A natureza vital e mais íntima do Estado, em última análise, é a sua sobrevivência sob ataque: sua defesa e segurança” (Figueiredo 2009, 23).

MONITORAR PARA DEFENDER, O HISTÓRICO DE PROJETOS DE DEFESA FRONTEIRIÇA

Com o aparecimento dos Estados Nacionais, surge a noção de territorialidade, impulsionada pelos tratados de paz de Westfália e o fim dos conflitos armados por disputas territoriais (Kissinger 2015). Essa noção define a proibição do uso da força pelo Estado para alterar seus limites (Zacher 2001), o que é referido aqui como respeito à soberania do Estado.

Entretanto, mesmo com o fim dos conflitos armados, sabemos que a demonstração de poder ainda existe e o território continua sendo central nessa disputa. Conforme a Estratégia Nacional de Defesa (Brasil 2012a), a expressão militar do país fundamenta-se na capacidade das Forças Armadas e no potencial dos recursos nacionais mobilizáveis.

O país deve dispor de meios para exercer vigilância, controle e defesa. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira, entretanto, são dificultadas pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. Por isso, é necessário desenvolver a dissuasão militar para fazer frente aos desafios, ao potencial de riscos e às ameaças do mundo atual (Costa 2012).

Com sua dimensão continental e significativa extensão fronteiriça de quase 17.000 quilômetros, o Brasil faz fronteira com dez países da América do Sul, estando estrategicamente posicionado no Cone Sul, no Atlântico Sul. Não é à toa que Carlos de Meira Mattos (2002) e Therezinha de Castro (1997) enfatizam a projeção continental do Brasil e sua potência no cenário regional e mundial.

Com um território bastante extenso, um perfil continental e marítimo, equatorial, tropical e subtropical, o Brasil contém diversos recursos naturais e abarca uma heterogeneidade de usos e ocupações de solo. Assim, é fundamental monitorar e guardar sua faixa de fronteira, de forma a minimizar sua porosidade e evitar o trânsito ilegal de pessoas, mercadorias e informações. Uma extensão fronteiriça de tal monta requer um mecanismo de proteção e defesa de equivalente complexidade. A ocupação da fronteira infelizmente é estratégia praticamente inviável, por isso, é necessário definir pontos principais de fortificação.

Durante o Império, a política de defesa se organizava em torno das bacias hidrográficas. Logo, ela poderia ser considerada concentrada, restrita à Bacia do Prata e à Amazônia, foz oceânica sob controle nacional e faixa fronteiriça povoada por nativos (Marques 2001).

Os limites do território brasileiro que se tem hoje como 'mapa do Brasil' foram definitivamente delineados e estabilizados em 1907. O trabalho de consolidação de fronteiras teve seu apogeu no período do Império, Primeiro Reinado e Segundo Reinado (Vainfas 2008); o período imediatamente posterior, o da Primeira República, também foi de suma importância para definir os contornos do país.

Embora no passado o Brasil tivesse ambições expansionistas, os contenciosos territoriais do Brasil foram solucionados por negociações diplomáticas e arbitragens internacionais, que demarcaram as fronteiras com seus 10 vizinhos. Tanto assim que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 orienta e caracteriza o perfil diplomático não beligerante do Estado brasileiro.

Em suma, não faz muito tempo que o Brasil consolidou suas fronteiras; seu território é significativo em dimensão, extensão fronteiriça e recursos; o histórico de defesa do país como um todo é recente, sendo anteriormente adstrito às bacias hidrográficas. O fato de o país não se envolver em guerra externa há algum tempo, aliado ao fato de ser um país que zela pela pacificidade, não podem levar à conclusão de que o Brasil jamais enfrentará problemas. Então, o Brasil não pode declinar a proteção de seus recursos.

Para os países poderosos, de acordo com Figueiredo (2009), a Defesa Nacional é inerente à própria vitalidade de seus interesses e objetivos no conjunto das nações. É tema que guarda relevância tanto sob o ponto de

vista da introspecção, quanto sob o ponto de vista da extroversão, isto é, algo objetivo, exterior, coercitivo às suas próprias vontades.

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil marca uma transição. Essa Constituição rompe com paradigmas anteriores e restaura uma nova ordem jurídica para o país. Foi isso o que ocorreu entre nós, na transição do regime militar para o regime democrático de direito, a partir do momento em que se devolveu ao povo brasileiro o sufrágio universal.

A Constituição da República marca uma mudança no projeto geopolítico de inspiração militar, de base ratzeliana, para outro projeto, o geopolítico civil, que só foi viável com a democratização do país (Costa 1992; Costa e Théry 2012). Com a sua promulgação, as iniciativas de proteção das fronteiras começam a assumir um caráter mais condizente com a de propagação ao longo do país, em contraposição àquela que se apoiava em uma política organizada em torno das bacias hidrográficas. A Tabela 1 resume esses avanços normativos que ocorreram após a democratização.

Tabela 1

Quadro-síntese do histórico de ações normativas para defesa fronteira

Época	Projeto e Estratégias	Objetivo
1985	Programa Calha Norte	Promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica.
2005	Política de Defesa Nacional – PDN	Estabelecer diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional.
2008	Estratégia Nacional de Defesa – END	Estabelecer diretrizes para a adequada preparação e capacitação das Forças Armadas, de modo a garantir a segurança do país, tanto em tempo de paz quanto em situações de crise. Fortalecer três setores de importância estratégica: espacial, cibernético e nuclear.
2009	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – Enafron	Intensificar o controle e a fiscalização nas fronteiras, de forma a fortalecer a prevenção, o controle e a repressão dos delitos transfronteiriços e outros delitos praticados nas regiões da fronteira brasileira, em parceria com estados e municípios.
2008	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras do Exército – Sisfron	Fortalecer a presença e a capacidade de monitoramento e de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, potencializando a atuação dos entes governamentais com responsabilidades sobre a área.

Fonte: Brasil (2012a); Brasil (2012b); Enafron [s.d.]; Cossul e Jaeger (2016).

O problema de defesa de fronteiras terrestres é assunto que demanda uma ação conjunta entre o Ministério da Defesa (criado em 10/06/1999 e que substituiu o Estado-Maior das Forças Armadas e os Ministérios Militares) e o Ministério das Relações Exteriores, órgão do Executivo responsável pelas Relações Internacionais e Política Externa.

São instrumentos orientadores da Defesa Nacional:

- 1) A Política de Defesa Nacional PDN, aprovada pelo Decreto nº 5.484 de 30/06/2005, que foi atualizada em 2012 e passou a ser Política Nacional de Defesa PND (Brasil 2012c): fixa os objetivos da Defesa Nacional;
- 2) Estratégia Nacional de Defesa END de 2008, que foi revisada em 2012 (Brasil 2012a): operacionaliza os objetivos da Política Nacional de Defesa. Pauta-se por diretrizes, como por exemplo, a 2ª Diretriz da Estratégia Nacional de Defesa: organizar as Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença; a 3ª Diretriz da Estratégia Nacional de Defesa: monitorar e controlar ar, terra e águas jurisdicionais; a 9ª Diretriz da Estratégia Nacional de Defesa: adensar as Forças Armadas na fronteira; a 13ª Diretriz da Estratégia Nacional de Defesa: as tecnologias de comunicações devem ser encaradas como instrumentos potencializadores de iniciativas de defesa e combate.

A falta de vivificação em certos trechos da faixa fronteira é o que mais a deixa desprotegida. Por isso a importância desses projetos de integração territorial. Therezinha de Castro (1997), por exemplo, discute a centralização da ocupação brasileira e a necessidade de estratégias mais pragmáticas para fortalecer a posse territorial pela presença humana e promover a “integração pelo envolvimento”.

Em específico, para a autora, o Brasil caracteriza-se como múltiplo vetor, isto é, possui potencial marítimo e continental. Para a valorização do Estado Brasileiro, o território é central e é essencial nos dedicarmos à obra integracionista para absorvermos nossas áreas geopolíticas neutras (Castro 1997).

“Se juridicamente a fronteira é uma linha, geograficamente e politicamente ela é uma zona, uma faixa de território limítrofe” (Gottmann 2007, 122). Nessa área, diversos são os conflitos. Entre eles, podemos apontar: as ocupações irregulares, a travessia de mercadorias, de armas, de munições, de drogas, de pessoas e de animais em condições ilícitas.

Os usos e ocupações dessa faixa fronteira caracterizam um risco à defesa nacional, pois a falta de regulamentação permite usos indevidos e

que comprometem o equilíbrio no que diz respeito aos fluxos e infraestruturas. Essa área tem imprescindível valor político ao Brasil e requer normas específicas. Quando diz respeito às áreas de mata nativa, a depender do estatuto de zoneamento ecológico, a expansão de uso também pode se enquadrar em crime ambiental como desmatamento ilegal.

A circulação de mercadorias, por certo, muitas vezes caracteriza crimes como o contrabando e o descaminho, além do roubo de veículos e de suas respectivas cargas. A entrada descontrolada de armamento e munições, bem como o tráfico internacional de drogas, geram problemas sociais e econômicos nas grandes cidades. O trânsito de pessoas pela fronteira sem o controle de passaporte promove no interior do Brasil o abuso sexual, a prostituição, a exploração de trabalho infantil, de trabalho análogo ao de regime de escravidão, de trabalho precário, além da evasão de divisas. Quanto aos animais, podemos identificá-los como crimes ambientais contra a fauna brasileira.

A impunidade desses crimes configura uma afronta à soberania: primeiro, porque muitas vezes não há o registro e o processo legal capazes de atestar a existência do crime e, por consequência, a real frequência com a qual eles ocorrem. Segundo, porque sem o registro, sem o devido processo legal, não há sequer a possibilidade da emissão de auto de infração. Assim, a pena ao infrator não é aplicada, não há intimidação pela reincidência dos delitos, ou, em outras palavras, não é ação inibidora dos crimes, visto não haver controle sobre eles. Daí os delitos se repetirem diante da atuação inoperante dos órgãos que os deveriam reprimir.

A prerrogativa de o Estado aplicar a sanção penal ao autor do ilícito é um dos pressupostos da soberania e, neste caso, tem-se uma atenuação dessa função do Estado. Ora, a soberania foi elencada em primeiro lugar dentre todos os fundamentos da Constituição da República. Portanto, entendemos que afrontar a soberania é motivo de acirramento de tensões entre o Brasil e o país que deu causa ao ilícito.

O GEOPROCESSAMENTO E O ESTADO BRASILEIRO

O Geoprocessamento não é apenas um conglomerado de ferramentas, tampouco pode ser associado apenas à Geografia Humana ou Física. Ele consiste em formas de estruturar metodologias geográficas que propõem uma visão sistêmica, integrada e que tem como proposta enfrentar problemas concretos (Pérez-Machado 2014). A defesa fronteiriça é um desses problemas e requer um delineamento de variáveis e uma discussão interdisciplinar bem estruturada.

No passado, antes do advento dos computadores, a produção de dados geoespaciais era de alta complexidade. No princípio, o Estado preocupou-se majoritariamente com a Cartografia Sistemática, os levantamentos topográficos e as definições de seus limites. Conforme demonstra Kantor (2007), a representação do continente nos mapas históricos constituía uma metáfora das possibilidades de apropriação do espaço real. O mapa, então, servia de instrumento jurídico no processo de demarcação das fronteiras.

A preocupação com o levantamento demográfico remonta ao ano de 1872, quando ocorreu o primeiro recenseamento nacional, o Recenseamento da População do Império Brasileiro (Oliveira 2003). Desde lá, o Estado, através de seus órgãos competentes (atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), elaborou e produziu um conjunto de pesquisas bastante significativo no que diz respeito à oferta de informações sobre as diversas características demográficas e socioeconômicas da população brasileira (Oliveira e Simões 2002).

A evolução do IBGE como instituição pública, voltada tanto para a produção de estatísticas quanto para o conhecimento mais aprofundado do território brasileiro, pode ser considerada como um elemento do desenvolvimento da “autoconsciência coletiva” do país (Contel 2014). Produzir informação sobre o território e a população significa encarar com maior objetividade os problemas para conseguir delinear estratégias adequadas.

Já o levantamento dos recursos naturais é algo mais recente, visto a dimensão territorial brasileira e a necessidade de tecnologias mais complexas. É apenas entre 1970 e a primeira metade da década de 1980 que o projeto Radam Brasil é realizado e fornece um levantamento do território brasileiro quanto aos recursos naturais. De acordo com Ross (1985), essa aplicação pioneira de sensores radares aerotransportados permitiu um reconhecimento geral dos solos, da cobertura vegetal, da geologia, dos recursos hídricos e da geomorfologia.

A partir daí, temos duas fontes oficiais para a caracterização territorial socioambiental, pressuposto essencial para qualquer projeto de ordenamento territorial. Conforme Archela (2007) discute, o avanço de tecnologias ligadas ao Geoprocessamento trouxe também a necessidade de tratamento mais rigoroso aos dados coletados e à sua disseminação para a pesquisa, para o planejamento e para a população em geral.

Embora os mapas sejam protagonistas quando pensamos em Geoprocessamento, esse campo do conhecimento mostra-se mais do que simples veículo da informação visual. Trata-se de um meio analítico interdisciplinar com enfoque geográfico que diz respeito ao estudo da localização, da distribuição, da associação, da internalização e da evolução espacial (Pérez-Machado 2014).

Diferentes tecnologias estão incluídas nesse campo do conhecimento chamado Geoprocessamento, entre elas o Sistema de Informação Geográfica, as análises geoespaciais, a Cartografia Digital e o Sensoriamento Remoto. Atualmente, com o acesso à rede mundial de computadores, a *Internet*, a difusão e o acesso a dados geoespaciais se faz de maneira corriqueira. Todavia, além de ter acesso aos dados, é necessário saber manipulá-los e analisá-los, de forma a garantir a qualidade dos resultados. Por fim, a divulgação e a tomada de decisão também são igualmente imprescindíveis.

Nesse sentido, são necessários sistemas complexos que abarquem todas essas funcionalidades do Geoprocessamento, desde a produção até as análises, primando pela qualidade e pelos padrões interoperacionais. A seguir são apresentadas as diferentes Tecnologias de Informação Geográfica e exemplos de aplicações para a Defesa Fronteiriça.

1) Sistema de Informação Geográfica (SIGs)

A partir de uma longa revisão de definições, Maguire (1991) define SIGs como sistemas integrados que consistem na conjunção do hardware, do software, do dado e do usuário, que buscam produzir mapas e bancos de dados geográficos. Para isso, grosso modo, essa ferramenta se estrutura basicamente na relação entre uma feição (geometria) georreferenciada e seus atributos.

A estrutura do banco de dados pode estar associada a feições em três formatos: pontos, linhas ou polígonos. Ao pensarmos na fronteira, podemos compreender os limites como linhas, os postos aduaneiros como pontos e os municípios que compõem a faixa fronteiriça como polígonos.

Para cada uma dessas formas, em SIG, podemos associar dados diversos. Os dados associados podem ser variáveis quantitativas, qualitativas, dicotômicas ou ordinais. No caso da questão fronteiriça, conforme Tabela 2, exemplificamos a ideia de como compor um banco de dado vetorial. O município, representado por um polígono, possui dados sociodemográficos; o posto aduaneiro, representado pelo ponto, possui dados tarifários; os limites, representados pela linha, possuem proprietários, toponímias ou classes de paisagem.

Tabela 2
Tipos de feições que podem representar a materialidade
contida nas faixas fronteiriças

Estrutura vetorial	Significado	Variáveis associadas
Polígono	Município, propriedades.	População, economia, uso e ocupação do solo.
Ponto	Postos aduaneiros, postos de serviço.	Produtos circulantes, arrecadação, quantidade de funcionários, existência de equipamentos de segurança.
Linha	Rede hidrográfica, estradas, limites da propriedade.	Nome, dimensão, responsável legal pelo uso, nível de atenção necessária (segurança).

Fonte: Elaboração dos autores.

Os bancos de dados geográficos têm também uma preocupação com a validade da geometria, isto é, com a existência de uma topologia correta. Topologia é uma propriedade matemática das geometrias que consiste nas relações de conectividade (intersecção), contiguidade (adjacência), continência (pertinência) e vizinhança, estabelecidas entre as feições. Apenas respeitando essas regras é que se tornam possíveis operações entre as diferentes camadas.

Dessa forma, é possível posicionar exatamente as feições de maneira amarrada, identificando as articulações e compreendendo as relações de tensões dentro de um contexto maior. O banco de dados geográfico infelizmente trabalha apenas dentro de uma métrica euclidiana, logo, apresenta os temas em função de distâncias métricas. Entretanto, no mundo contemporâneo, é impossível dissociar o par tempo-espaco. Por isso, um dos desafios dos bancos de dados é integrar diversas temporalidades.

Além do tempo-espaco, outras métricas são igualmente importantes para orientar análises. No caso dos estudos de defesa fronteiriça podemos pensar em métricas comparativas dos níveis de segurança, níveis de permeabilidade, níveis econômicos, características demográficas, entre outros. Calculados esses outros índices, as relações que em um primeiro momento eram apenas geométricas, de posicionamento, ganham outras dimensões. Daí ser possível tentar buscar outras relações entre as diferentes variáveis e a localidade de sua ocorrência.

Essa tecnologia permite buscar respostas para perguntas como: quais são os postos fronteiriços com maior fluxo de pessoas?; quais as regiões fronteiriças mais fortificadas?; quando há maior fluxo de mercadorias nos

postos fronteiriços?; qual a infraestrutura existente nessa estrada fronteiriça? As possibilidades de perguntas são diversas. Entretanto, é imprescindível a constituição de um banco de dados geográfico, com atualização periódica, que inclua, entre outros, dados militares (mesmo que sejam sigilosos), econômicos, demográficos e referentes ao meio ambiente.

2) A análise geoespacial

Perguntas como as anteriores devem ser feitas através de operações de lógica espacial. Entretanto, as estratégias e as técnicas variam de acordo com os dados existentes. Em um primeiro momento, para fins de demonstração, podemos pensar em operações entre polígonos, um pouco mais simples.

Podemos explorar as possibilidades de união entre dois polígonos, podemos definir a área coincidente entre eles, ou mesmo a diferença, a depender do objetivo da análise. Não podemos nos esquecer que cada feição possui um conjunto de elementos associado em seu banco de dados. Cada operação baseia-se, assim, na tabela de atributos da feição; por consequência, ao gerar novas geometrias, devemos recalculamos os dados em função desse novo limite. É importante pensar na distribuição dos fenômenos, isto é, a ocorrência dos fatos nem sempre se dá de forma homogênea. Assim, a natureza do fenômeno define seu nível de agregação.

Por isso é importante discutir a natureza dos dados geoespaciais. Conforme a Tabela 3 resume, existem três tipos de dados geoespaciais, e cada um tem suas respectivas possibilidades de operações de análises geoespaciais. O grande objetivo dessas operações é identificar padrões espaciais de forma a subsidiar inferências mais complexas.

Tabela 3
Tipos de dados geoespaciais

Eventos ou padrões pontuais	Superfícies contínuas	Áreas com contagens ou taxas agregadas
Fenômenos expressos através de ocorrências identificadas como pontos localizados no espaço, denominados processos pontuais	Estimadas a partir de um conjunto de amostras de campo, que podem estar regularmente ou irregularmente distribuídas. Geralmente, este tipo de dado é resultante de levantamento de recursos naturais.	Trata-se de dados associados a levantamentos populacionais, como censos, e que originalmente se referem a indivíduos localizados em pontos específicos do espaço. Por razões de confidencialidade esses dados são agregados em unidades de análise.

Fonte: Câmara et al. (2002).

Como Ferreira (2014) discute, é muito importante diferenciar informação geográfica de informação espacial. Uma informação geográfica é simplesmente aquela georreferenciada, associada a uma localidade, enquanto que a informação espacial se desdobra na exploração de características de dependência e influência entre os vizinhos (Ferreira 2014). Por essa razão é preciso considerar uma informação geográfica e explorá-la de forma a encontrar suas relações espaciais, como correlação, dependência, tendências, influência.

Concebida a estrutura do dado, o funcionamento de um SIG, e exploradas as devidas análise geoespaciais, podemos pensar na produção cartográfica. Com a plotagem em mapas e gráficos é possível buscar a representação da realidade, além de compreender a imagem como meio de comunicação.

3) A Cartografia Digital e Temática

A construção de mapas é apenas uma parte do Geoprocessamento, embora se imagine que seja seu produto final. Há também aqueles que supõem que os mapas são apenas uma ilustração, mas, conforme anteriormente demonstrado, a imagem tem alto potencial analítico. A realidade é mais do que limites normados. Assim, além das cartas topográficas, podemos e devemos produzir mapas temáticos, através da chamada Cartografia Temática.

De acordo com Archerla e Théry (2008), para representar os diversos temas é preciso recorrer a uma simbologia específica que, aplicada aos modos de implantação – pontual, linear ou zonal – aumentam a eficácia no fornecimento da informação. Bertin (2000), ao desenvolver a corrente da Neográfica, demonstrou que a construção do produto cartográfico deve ter como objetivo revelar informações dos dados e comunicá-las.

Conforme a Figura 2 mostra, para expressar relações de diferença, ordem e proporcionalidade entre dados de diferentes temáticas são utilizadas propriedades visuais.

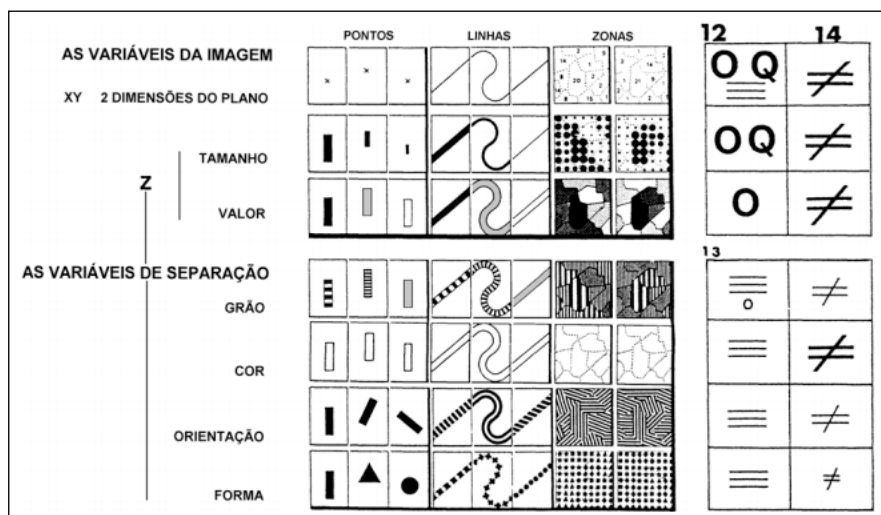


Figura 2 – Variáveis visuais de representação na Cartografia Temática e as diferentes relações entre os dados, O para ordem, Q para proporção, \neq para seletivo ou \equiv para associativo. Fonte: Bertin (2000).

Uma das possibilidades de aplicação desse método é discutida por Queiroz Filho e Martinelli (2007), a Cartografia de Síntese. Opondo a Cartografia de Análise à de Síntese, os autores mostram que a primeira não é capaz por si só de sugerir as causalidades, enquanto que a segunda possui operações de análises geoespaciais embutidas e tem como produto novos resultados.

Outro desafio à superação da tradicional cartografia é a inserção do tempo nas representações, pois a dinâmica exige novas tecnologias e outros meios de apresentação dos mapas (Martinelli 2005).

Mesmo com essas problemáticas e uma ascensão de tecnologias mais focalizadas nas explorações em meio digital, ainda existem cartógrafos que tentam superar os limites da imagem tornando-a um meio de comunicação, retomando os princípios da Cartografia, como Théry (1997).

O mapa da Figura 3 demonstra a complexidade da realidade através da síntese de informações rodoviárias, hidrográficas, de planejamento territorial e ambiental, além de um compartimento geomorfológico, a Chapada dos Parecis. Além disso, as setas indicam movimento (origem e destino de fluxo). Esse mapa é um eficiente meio de discussão da relação entre o desmatamento da Amazônia e a construção da rede rodoviária, especialmente das estradas vicinais.

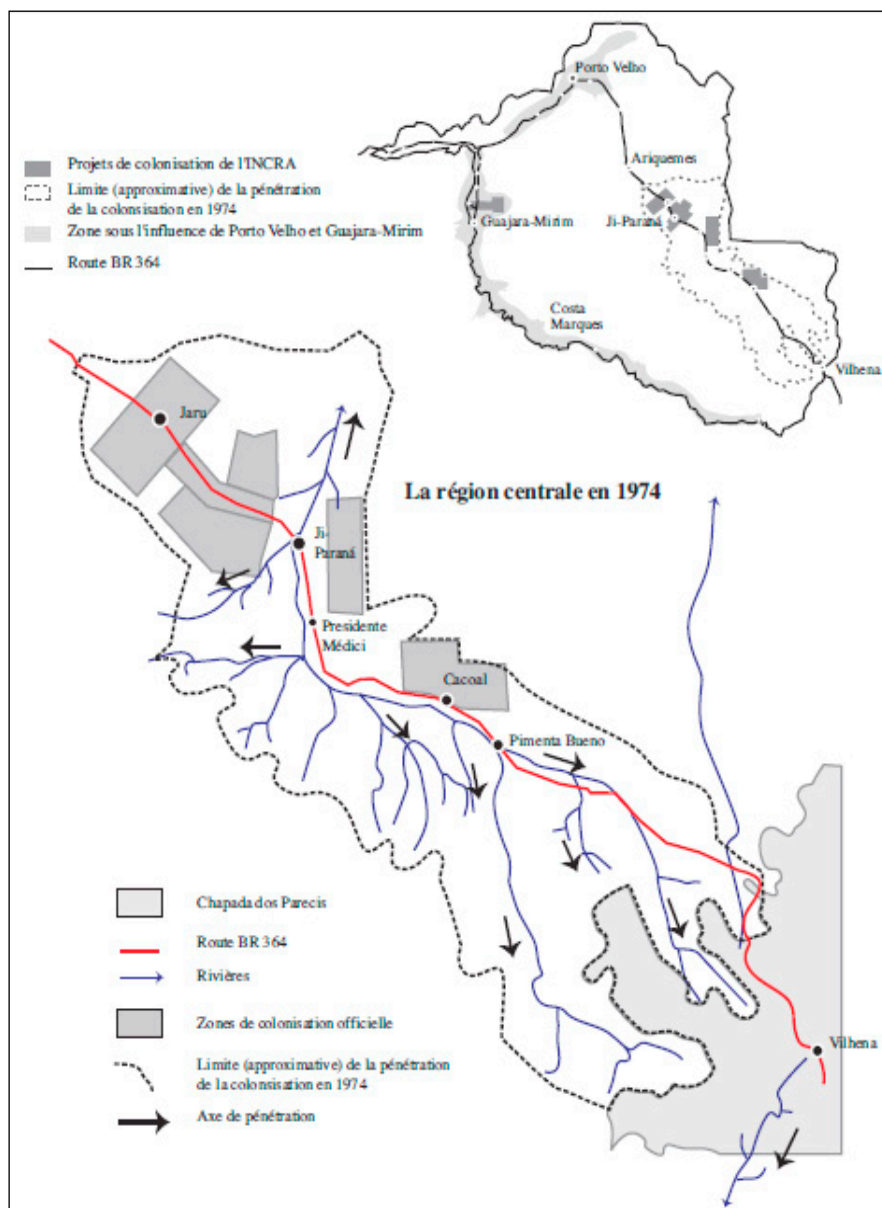


Figura 3 – Exemplo de cartografia de síntese sobre a temática do tipo de colonização e distribuição de terra adotada pelo Incria em meados de 1974.

Fonte: Théry (1997).

Com esse exemplo, vemos como a Cartografia Temática, seguindo preceitos de simbologia como a de Bertin (2000) e de Archela e Théry (2008), é um meio de comunicação e exige constante preocupação com a estética. Seu uso em larga escala com transmissão eficiente da mensagem requer definição de variáveis, cuidado com as cores e com o *layout*.

São inúmeras as perguntas que poderiam ser respondidas através de mapas temáticos, de grandezas quantitativas, qualitativas ou ordenadas. Entre elas, poderíamos pensar na evasão de divisas representada por setas, como fluxos; pensar na localização dos municípios com maior densidade demográfica e seu Produto Interno Bruto através de sobreposição de temáticas; ou mesmo, qual tipo de equipamento de defesa existe em cada ponto da fronteira, usando variáveis seletivas e ordenadas, hierarquizando assim o grau de proteção de cada trecho.

4) Sensoriamento Remoto

O Sensoriamento Remoto, por sua vez, pode contribuir para o monitoramento de áreas distantes e de difícil acesso. Essa tecnologia utiliza o princípio físico da radiação eletromagnética para apreensão de informação. Sua característica principal é a capacidade de obter informação à distância. Através de sensores alocados em satélites orbitais, balões, aviões e veículos aéreos não tripulados (VANTS), capta sinais emitidos pelos objetos presentes na superfície terrestre para mapeá-la.

O produto dessa técnica é um *raster*, isto é, uma imagem, composta por uma matriz (linha x coluna) de *pixel* (em português, elemento da imagem). Cada *pixel* tem um valor específico proveniente de sua refletância ou equivalente nível de cinza (dentro de uma escala que depende de uma característica específica do sensor).

Os sensores possuem diversas especificações técnicas, a saber: resolução temporal, espacial, radiométrica e espectral. A primeira diz respeito ao tempo de revisita de um sensor para gerar uma nova imagem da mesma área; a segunda representa o tamanho mínimo que o objeto precisa ter para ser discriminado na imagem; a terceira é a relação com a quantidade de níveis de cinza (em *bit*) que representará a refletância de cada alvo; e a última é a medida da largura das faixas espectrais e da sensibilidade do sistema do sensor. Para os nossos propósitos, consideramos as duas primeiras as mais importantes, resolução temporal e espacial.

Observemos a combinação de uma imagem de satélite estéreo com o modelo digital de superfície (extraído de uma imagem de radar). Essa articulação de dados de duas fontes diferentes permite a visualização tridimensional de um projeto de uma base militar (Figura 4). Essa construção

simula o planejamento de campos de batalha, entre outras atividades estratégicas militares.



Figura 4: Imagem Stereo Ikonos de resolução espacial de 1m e modelo digital de superfície de 2m.

Fonte: DigitalGlobe and 3D Flythrough by Satellite Imaging Corp [s.d.].

Este exemplo mostra que a resolução espacial deve ser definida em função da aplicação do estudo. Por se tratar de uma captura para implementar uma base militar, não é necessário um sensor que apresente intervalo curto de revisita para captura de outra imagem. Apenas uma imagem é suficiente para prover o contexto da área.

No caso das fronteiras, é importante especificar qual o objeto que se quer investigar e qual a vulnerabilidade que pode ser enfrentada. Pensemos, por exemplo, no monitoramento do fluxo de pessoas para inibir o trânsito ilegal. Sensores orbitais atualmente disponíveis não permitem capturar vídeo, isto é, movimento. Entretanto, existem sensores específicos para essa demanda, que possuem um tipo de processamento específico. Outra questão importante é a alta resolução espacial necessária para se identificar uma pessoa em uma imagem.

Por outro lado, para o controle de uso e ocupação do solo, para o qual o tempo de revisita não precisa ser tão curto e a resolução espacial não precisa ser tão alta, os sensores orbitais disponíveis hoje têm grande potencial. Igualmente interessante seria a identificação de recursos naturais existentes nas faixas fronteiriças, como as barreiras naturais e as altera-

ções da paisagem. O espaço antrópico (ambiente construído) também pode ser monitorado para que se possam avaliar temporalmente as condições das infraestruturas que buscam a integração do território.

CONCLUSÃO

Como foi dito, o território é a dimensão geográfica que identifica o Estado. O Brasil, desde há algum tempo, não passa por problemas que afetam diretamente seu território. Inserido na América do Sul, está distante de diferentes conflitos que assolam o mundo atual: terrorismo, extrema intolerância religiosa e política, fragmentação de seu território, etc. Vivemos em uma região razoavelmente pacífica e que goza de uma estabilidade no que se refere ao cenário internacional. Atualmente é um país que prima pela resolução pacífica de conflitos, sendo uma nação não beligerante.

Entretanto, seria ingênuo não deixar o Estado brasileiro pronto à resistência caso um dia seja necessário perseguir seus interesses geopolíticos. Seguindo a Estratégia Nacional de Defesa, é dever do Brasil conhecer seus recursos e seu território, bem como protegê-los.

A Cartografia serve então para mapear o território e representar a consolidação do poder. No passado, esse conhecimento era obtido por intermédio de cartas militares; com o passar do tempo, a carta sobre o meio analógico foi substituída pela Cartografia Digital e outros recursos surgiram para representar e analisar a realidade, cada vez mais complexa.

Procuramos mostrar algumas das inovações disponíveis para a análise das informações territoriais com o uso do Geoprocessamento, permitindo a sistematização de dados, a produção de informação, a análise dos dados, as modelagens. O Geoprocessamento pode preencher um vazio de informação territorial e orientar a tomada de decisão.

Os atributos da fronteira são diversos e vão desde a largura da faixa de fronteira (estabelecida por lei) até valores da Geografia Física e Humana, como relevo, vegetação, população, disponibilidade de trabalho e infra-estrutura com seus pontos fixos instalados (aduana, postos diversos).

Atualmente contamos com as informações do BDGEx, porém, o potencial do Geoprocessamento e de suas Tecnologias da Informação Geográfica são pouco explorados nos seus dados geoespaciais. Trata-se de um recurso rico de representação e de análise da territorialidade que requer dados de qualidade e de diferentes fontes.

Importante advertir que, para a construção de uma INDE mais robusta e análises geoespaciais mais complexas, é preciso contar com uma equipe qualificada de profissionais que domine o Geoprocessamento. Como Lacoste (2014) adverte: os mapas, para quem não aprendeu a lê-los e uti-

lizá-los, não têm nenhum sentido, assim como as páginas escritas também não têm para aqueles que não aprenderam a ler. Daí a importância de se assegurar a formação de profissionais que entendam a natureza desses dados e da problemática da defesa fronteiriça. Os dados geoespaciais são uma representação da realidade, e a defesa fronteiriça é mais complexa que a simples articulação de variáveis em um sistema.

Certamente a tecnologia não vai resolver todos os problemas da vulnerabilidade fronteiriça brasileira, pois as fronteiras também apresentam uma dimensão não material das relações de poder que a fizeram nascer (Raffestin 1980). Entretanto, o Geoprocessamento tem grande potencial para subsidiar as decisões quando associado ao conhecimento militar estratégico.

Posto isso, esperamos que presente artigo levante discussões interdisciplinares no que tange ao estudo da defesa e ao Geoprocessamento, impulsionando trabalhos empíricos futuros para cobrir essa agenda de pesquisa de suma importância.

BIBLIOGRAFIA

Archela, Rosely Sampaio. 2007. Evolução histórica da Cartografia no Brasil – Instituições, formação profissional e técnicas cartográficas. *Revista Brasileira de Cartografia*, 3 (59).

Archela, Roseli Sampaio e Hervé Théry. 2008. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. *Confins: Revista Franco-brasileira de Geografia*, 3 (1).

Backheuser, Everardo. 1950. Leis Geopolíticas da Evolução dos Estados. *Boletim Geográfico*. 8 (88). Rio de Janeiro: IBGE.

Bertin, Jacques. 2000. *A Neográfica*. Tradução: Jayme Antonio Cardoso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

Brasil. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

Brasil. 2005. *Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005*. Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências. Decreto do Executivo, Brasília, DF, 30 jun. 2005. http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm.

Brasil. 2008. *Decreto nº 6.666 de 27 de novembro de 2008*. Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais- INDE, e

dá outras providências. Decreto do Executivo, Brasília, DF, 27 nov. 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6666.htm.

Brasil. 2012a. Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa.

Brasil. 2012b. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília: Ministério da Defesa.

Brasil. 2012c. *Política Nacional de Defesa*. <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>.

Brasil. [s.d.] *Folheto Sisfron*. Brasília: EPEX Escritório de Projetos do Exército, Exército Brasileiro: Braço Forte – Mão Amiga.

Câmara, Gilberto, Antônio Miguel Vieira Monteiro, Suzana Druck Fucks e Marília Sá Carvalho. 2002. Análise espacial e geoprocessamento. In: Fucks, Suzana Druck; Câmara, Gilberto; Carvalho, Marília Sá; Monteiro, Antônio Miguel Vieira, organizadores. *Análise espacial de dados geográficos*. Brasília: EMBRAPA Cerrados.

Câmara, Gilberto; Monteiro, Antônio Miguel Vieira; Medeiros, José Simeão de. 2003. Representações computacionais do espaço: fundamentos epistemológicos da ciência da geoinformação. *Geografia*, Rio Claro, 28 (1): 83-96.

Castro, Therezinha de. 1997. *América do Sul: vocação geopolítica*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra.

Contel, Fabio Betioli. 2014. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). *Terra Brasilis (Nova Série)*, 3: 1-17.

Cossul, Naiane Inez e Bruna Coelho Jaeger. 2016. O Papel da Infraestrutura no Combate aos Ilícitos Transfronteiriços na América do Sul. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 3 (1).

Costa, Wanderley Messias da. 1992. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo.

Costa, Wanderley Messias da. 1996. *O estado e as políticas territoriais no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto.

Costa, Wanderley Messias da. 2012. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia. *Revista USP*, 95: 9-22.

Costa, Wanderley Messias da e Hervé Théry. 2012. Quatre-vingts ans de géopolitique au Brésil: de la géographie militaire à une pensée stratégique nationale. *Hérodote*, 3: 253-276.

Dallari, Dalmo de Abreu. 2016. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 33. ed. São Paulo: Saraiva.

ENAFRON. [s.d.] <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/audiencias-publicas/2011/acompanhar-e-esclarecer-as-acoas-e-dificuldades-encontradas-para-prover-a-devida-protecao-as-fronteiras-brasileiras-1/apresentacao-enafron>.

Ferreira, Marco César. 2014. *Iniciação à análise geoespacial: teoria, técnicas e exemplos para geoprocessamento*. São Paulo: Unesp.

Figueiredo, Eurico de Lima. 2009. “A produção do conhecimento: Poder, Política e Defesa Nacional”. In: Rocha, Marcio (Org.). *Política – Ciência e Tecnologia – Defesa Nacional/Universidade da Força Aérea*. Rio de Janeiro: UNIFA, nov.: 11-25.

Freitas, Jorge Manoel da Costa. 2004. *A Escola Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

Gottmann, Jean. 2007. *La politique des États et leur géographie*. Trad. Katia Bienvenu. Paris: Éditions du CTHS.

Guichonnet, Paul; Raffestin, Claude. 1974. *Géographie des frontières*. Paris: PUF.

Harley, Brian. 2009. “Mapas, saber e poder”. *Confins: Revista Franco-brasileira de Geografia*, 5.

Kantor, Íris. 2007. “Usos diplomáticos da ilha-Brasil. Polêmicas cartográficas e historiográficas”. *Varia História*, 23 (37): 70-80.

Kissinger, Henry. 2015. *Ordem Mundial*. Trad. Cláudio Figueiredo. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva.

Lacoste, Yves. 2014. *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Édition augmentée. Paris: La Découverte.

Maguire, David J. 1991. “An overview and definition of GIS”. *Geographical Information Systems: Principles and applications*, 1: 9-20.

Marques, Adriana Aparecida. 2001. *Concepções de defesa nacional no Brasil: 1950-1996*. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, São Paulo.

Martinelli, Marcello. 2005. “Cartografia dinâmica: espaço e tempo nos mapas”. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, 18: 53-66.

Martins, Élvio Rodrigues. 2014. “As dimensões do geográfico: diálogo com Armando Corrêa da Silva”. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, 18 (1): 40-54.

Mattos, Carlos de Meira. 2002. *Geopolítica e Modernidade: geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

Moodie, A. E. 1965. *Geografia e Política*. Trad. Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Oliveira, Jane Souto. 2003. “*Brasil mostra a tua cara*”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro, RJ (Brasil): ENCE/IBGE. 69 p. (Texto para discussão, n. 6)

Oliveira, Luiz Antonio Pinto de e Celso Cardoso da Silva Simões. 2013. “O IBGE e as pesquisas populacionais”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 22 (2): 291-302.

Pérez-Machado, Reinaldo Paul. 2014. “Os novos enfoques da geografia como apoio das tecnologias da informação geográfica”. *Revista do Departamento de Geografia*, v. Especial Cartogeo, 203-241.

Queiroz Filho, Alfredo Pereira e Mariana Abrantes Giannotti. 2012. “Mapas na Web”. *Revista do Departamento de Geografia*. 171-189.

Queiroz Filho, Alfredo Pereira e Marcello Martinelli. 2007. “Cartografia de análise e de síntese na geografia”. *Boletim Paulista de Geografia*, 87 : 7-44.

Raffestin, Claude. 1980. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Techniques.

Ratzel, Friedrich. 1988. “El territorio, la sociedad y el Estado”. In: Cantero, Nicolás Ortega; Jiménez, Julio Muñoz; Mendonza, Josefina Gómez. *El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)*. 2 ed. (corregida y ampliada). Madrid: Alianza Editorial. 193-203.

Rodrigues, Marcos. 1990. “Introdução ao Geoprocessamento”. In: *Simpósio Brasileiro de Geoprocessamento*, 1, São Paulo. *Anais...* São Paulo: POLI/USP. 1-26.

Ross, Jurandy Luciano Sanches. 1985. “Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação”. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, 4.

Satellite Imaging Corp. [s.d.] “*Homeland Security*”. <https://www.satimagingcorp.com/applications/defense-mapping/homeland-security/>.

Théry, Hervé. 1997. “Routes et déboisement en Amazonie brésilienne, Rondônia 1974-1996”. *Mappe Monde*, Maison de la géographie, 97 (3): 35-40.

Vainfas, Ronaldo (Org.). 2008. *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva. 301-302.

Zacher, Mark W. 2001. “The territorial integrity norm: International boundaries and the use of force”. *International Organization*, 55(2): 215-250.

O GEOPROCESSAMENTO COMO MEIO OPERACIONAL
E ESTRATÉGICO PARA DEFESA FRONTEIRIÇA

RESUMO

A vulnerabilidade da fronteira brasileira representa insegurança nacional. Neste artigo discutiremos como diferentes Tecnologias da Informação Geográfica do Geoprocessamento podem contribuir para estudos sobre defesa da fronteira brasileira. Para tanto, apresentamos o background teórico que justifica a aplicação do Geoprocessamento no monitoramento fronteiriço.

Palavras-Chave: Fronteira; Geoprocessamento; Segurança Nacional; Território.

ABSTRACT

Border vulnerability means national insecurity. This paper discusses how Geographic Information Technologies of Geoprocessing might support Brazilian border defense research. It was considered the theoretical background that explains the application of these technologies in border monitoring.

Key-words: Border; Geoprocessing; National Security; Territory.

Geopolítica e o domínio aeroespacial: da supremacia da aviação militar à exploração espacial por fusão nuclear

Geopolitics and the aerospace domain: from military aviation supremacy to the nuclear fusion space exploration

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 193-218

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75053

ISSN 2358-3932

FERNANDA DAS GRAÇAS CORRÊA
ALCIDES EDUARDO DOS REIS PERON
LUIZ FABRICIO THAUMATURGO VERGUEIRO

INTRODUÇÃO

*Se você entende como o universo funciona, de certa forma
pode controlá-lo.*

Stephen Hawking (1942-2018)

Para alguns autores, a Geopolítica surgiu da junção da Geografia Política com a própria Ciência Política. Assim compreendendo, fica-nos mais claro que a Geopolítica se apóia na lógica do poder do Estado, mas com uma ótica da Política. Neste breve histórico, passaremos pelas teorias dos domínios marítimos, terrestres e aéreo para nos dirigirmos à visão futura: o domínio do espaço sideral. Por outro lado, a experiência das últimas décadas parece apontar para outras visões de domínio no futuro.

Se balizarmos no tempo, podemos considerar o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) como o estudioso que deu início aos estudos geopolíticos, em 1880. Baseou-se nos grandes espaços dos EUA, cujas conquistas se basearam na marcha para o Oeste, uma concretização da

Fernanda das Graças Corrêa – Pós-doutoranda em Ciências Militares e professora visitante da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME).

Alcides Eduardo dos Reis Peron – Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Luiz Fabricio Thaumaturgo Vergueiro – Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

doutrina do *Destino Manifesto*. Havia, então, um determinismo geográfico, onde espaço e posição territoriais definiam o *espaço vital* dos Estados, que justificava uma tendência à expansão por absorção e pelo entendimento da fronteira como um órgão periférico do Estado.

Dez anos depois, o almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914) propôs que o “controle do mar seria a chave para o domínio do mundo”. O contexto internacional lhe era favorável: vivia-se o declínio do poder inglês e a expansão da frota mercante, impulsionada pelo navio a vapor e a abertura do canal de Suez. De acordo com Mahan, “para adquirir esse poder, é necessário possuir um forte comércio exterior, portanto, uma frota mercante e colônias, além de uma frota de guerra e bases navais para proteger as linhas de comunicação” (Araújo Neto 2011, 91). Os EUA tinham, então, suas fronteiras terrestres seguras, a população concentrada no litoral, costas extensas e bons portos em ambos os oceanos. Foi fácil, portanto, colocar a teoria do domínio dos mares, apoiada no poder naval e no uso do mar. A consequência foi o início de um período de hegemonia dos EUA.

Em 1904, o geógrafo inglês Halford John Mackinder (1861-1947) apostou na supremacia do poder terrestre. Vivia-se o crescimento das ferrovias e das novas locomotivas e Mackinder, ao observar este fenômeno na Europa criou o conceito *Heartland* – o coração continental que projetaria este poder. Como a história da Europa se subordinava à Ásia, a Eurásia bem servia para ser a Ilha Mundial. Conclusivamente, quem dominasse a Europa Oriental controlaria esta Ilha e, assim, dominaria o mundo.

A Primeira Guerra Mundial serviu de palco para um confronto entre os poderes marítimo e terrestre, devido à Alemanha, neste momento, ter aberto duas frentes, cada uma delas com tendência a diferentes teorias de poder: a França, alinhada à estratégia mahaliana, por possuir costa em dois teatros marítimos; e a Rússia, como *heartland* da guerra.

Surgiram, então, duas correntes: a do professor estadunidense Nicholas J. Spykman (1893-1943), favorável à consolidação do poder marítimo, com os EUA cercando o *heartland* valendo-se das *Rimlands* – regiões anfíbias periféricas da Eurásia, aliadas dos EUA; e do general Karl Ernst Haushofer (1869-1946), que defendia que a Alemanha deveria oferecer tecnologias e recursos econômicos ao Oriente, em troca do *espaço vital* que necessitava. Os resultados podem ser sintetizados no início da Guerra Fria; isolamento do bloco soviético; na criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e do Pacto de Varsóvia e o surgimento da teoria defendida da supremacia do poder aéreo pelo general Giulio Douhet (1869-1930).

O DOMÍNIO DO PODER AÉREO

Este general italiano concebeu uma nova arma, surgida no contexto da Primeira Guerra Mundial – o avião – que permitiria aos Estados conquistar o domínio do ar. defendia “que o avião poderia fazer sentir a sua acção para além do alcance das armas de superfície e em qualquer ponto, maximizando o ponto de aplicação da força, causando grau de incerteza, diminuindo a liberdade de acção do antagonista” (Moreira e Cardoso 1994, 38). Isto significa que, para Douhet, domínio do poder aéreo era destruir o poder aéreo do inimigo. Conforme aponta Pedro Miguel Xavier Estrada Fontes Pinto,

Giulio Douhet apresenta quatro pontos essenciais para a compreensão da guerra futura, que são o articulado conclusivo de todo o seu pensamento sobre o poder aéreo: assumirá carácter total; a urgência da aquisição do domínio aéreo para se garantir a vitória; a violência será tremenda assim como a rapidez de decisão; será um conflito no qual a vitória caberá àquele que melhor se tiver preparado doutrinamente e em meios (Pinto 2003, 163).

O resultado que Douhet alcançou nas perspectivas futuras do poder aéreo foi que, era necessária uma aviação independente do poder terrestre e do poder naval, que estivesse sempre em prontidão para atuar nos diversos teatros de operações, e fortemente armada.

Outro teórico que foi fundamental na criação de uma aviação militar independente foi o estadunidense William Mitchell (1944–2010). Mitchell afirmava que,

o advento do poder aéreo, que pode ir direto aos centros vitais e neutralizá-los ou destruí-los, deu uma configuração inteiramente nova ao velho sistema de se fazer uma guerra. Compreende-se agora que o principal exército inimigo em campo é um falso objetivo, e que os objetivos reais são os centros vitais. [...] O resultado da guerra aérea será forçar decisões rápidas. O poder aéreo superior provocará tal devastação no país oponente, que uma campanha extensa será impossível (Almeida 2006, 19).

Douhet e Mitchell tinham apenas duas diferenças pontuais: enquanto Douhet se posicionava mais como um acadêmico, Mitchell não sabia lidar com as críticas de políticos quanto ao emprego da aviação militar. No entanto, enquanto Mitchell era profundo conhecedor de aviões militares e do emprego de modelos diferentes de aviões militares, enfatizando o combate aéreo, Douhet não estava familiarizado com aspectos técnicos e operacionais da aviação militar e defendia o emprego de um único mo-

delo de avião militar: os bombardeiros.¹ Para o teórico italiano, a força aérea deveria ser independente da Marinha e do Exército, na medida que ela era a responsável pelas aeronaves que realizariam o combate aéreo em condições extremas. Caberia, assim, às forças aéreas auxiliares da Marinha e do Exército apoiarem as operações em que os bombardeiros seriam empregados. Ambos os teóricos defendiam a aniquilação total dos inimigos por meio do combate aéreo destruindo as capacidades logísticas² e fabris e obrigando o inimigo a desistir de lutar na guerra. Embora no início do século XX a Itália e a Bulgária já tivessem empregado aviões militares em conflitos, foi na Primeira Guerra Mundial que os aviões militares passaram a ser usados em missões de defesa, ataque e reconhecimento. Em 1947, um avião experimental pilotado por Chuck Yeager (1923-) tornou possível a propulsão por reação romper a barreira natural da velocidade de 1.235 km/h. Esta façanha tornou a barreira da velocidade do som o grande marco para a medição de velocidade. (Panazzolo Neto 2013, 47)

Outro teórico da supremacia do poder aéreo foi oficial aviador John Richard Boyd (1927-1997) da Força Aérea dos EUA, o qual revolucionou o combate aéreo no curso da Segunda Guerra Mundial. Pilotando o caça F-86 Sabre, Boyd depreendeu que a capacidade de observação aprimorada, aliada à maior agilidade da aeronave, apresentava grandes chances de sucesso no combate aéreo.

Os MIG eram, em muitos aspectos, tecnologicamente superiores aos aviões americanos, mas tinham um ponto fraco: a resposta do avião aos controles de vôo era mais lenta que a dos aviões americanos. Essa limitação do MIG acabaria sendo o seu “calcanhar de Aquiles”. O poderoso sistema hidráulico que moveu os controles de vôo Sabre deu aos pilotos americanos uma vantagem decisiva sobre seus oponentes no combate corpo-a-corpo: a capacidade de passar de uma manobra a outra muito mais rapidamente. Desta forma, no momento em que o MIG começou a reagir a uma manobra inicial do Sabre, este, graças a uma rápida contramanobra, quebrou a inércia inicial e tornou o movimento do Mig inadequado para a nova situação criada pelo americano (Marí, 32).

Durante a Guerra, Boyd desenvolveu o conceito de manobra batizado de *flat-plateing-the-bird*, segundo o qual, no combate aéreo, ele reduzia a velocidade da sua aeronave diante da aeronave inimiga, permitindo que esta a ultrapassasse (*overshoot*) e manobrava finalizando com rajadas certeiras no alvo inimigo. A maior capacidade de manobra e a maior energia das aeronaves permitiam que elas explorassem novas posições no combate aéreo. Ao repassar esses conhecimentos para os pilotos, a superioridade tática

dos caças estadunidenses frente aos caças russos MIG-15 resultou em 792 MIGs abatidos.

De acordo com Boyd, a incerteza, a complexidade e a desordem caracterizam o meio ambiente produzindo o caos. Assim, este estrategista criou o ciclo de tomada de decisão conhecido por Observação, Orientação, Decisão e Ação (OODA) como estratégia de superação do caos. Segundo Telmo Roberto Machry,

usando essa construção, advoga que obterá sucesso aquele que conseguir completar o ciclo com vantagem de tempo sobre o oponente, de forma que os atrasos de cada ciclo somados começam a prejudicar o tempo de reação do inimigo, conduzindo o sistema de comando e controle do adversário rumo ao colapso. A sobrecarga no sistema operacional provoca a desorientação mental do sistema de comando e controle do oponente, afetando a vontade moral e, conseqüentemente, a operacionalidade dos meios físicos (Machry 2006, 51).

Quando foi para a reserva, Boyd se tornou consultor da Força Aérea dos EUA e do Pentágono. Os conceitos desenvolvidos por Boyd ampliaram os conhecimentos teóricos e doutrinários sobre domínio do ar, à medida que desenvolveram uma estrutura mental que viabilizou as tomadas de decisões táticas e operacionais e possibilitou a conquista do objetivo estratégico, influenciando decisivamente no desenvolvimento das novas gerações de caças e nos manuais militares das forças aéreas dos EUA e de países ocidentais. Nos EUA, a revolução tecnológica se dava pela nova geração de caças supersônicos que explorassem novas posições no combate aéreo, considerando energia e manobrabilidade como fatores determinantes na superioridade aérea.

O coronel da Força Aérea dos EUA, John Ashley Warden III (1947-), também trouxe interessantes concepções teóricas para o debate da supremacia do poder aéreo, a partir da argumentação histórica e de suas observações dos ataques aéreos ao Iraque da Operação Tempestade do Deserto (1990-1991). Esta Operação foi resultado de uma coalizão de 31 países contra a invasão do Iraque no Kuwait, em agosto de 1990. Com a economia em déficit, Saddam Hussein, após o Kuwait ter se negado a diminuir a produção de petróleo para que a produção de petróleo do Iraque fosse reequilibrada no mercado internacional, decidiu invadir e transformar este emirado em província iraquiana. O potencial petrolífero da região era estratégico para o mercado internacional e diversos países e o Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiram promover embargos econômicos ao Iraque e intervir militarmente. Assim que foi ordenada a Operação, em janeiro de 1991, por 14 horas os aviões da coalizão realizaram mais de 1.300 missões, bombardeando bases militares e complexos industriais do Iraque.

Warden, em seu livro *The Air Campaign. Planning for Combat*, enfatiza bastante que as operações nos teatros de guerra devem estar alicerçadas em planejamento, e percebesse-se nitidamente a influência do general chinês Sun Tzu (545 A.C. – 470 A.C.) em suas análises. Nestes planejamentos, devem ser considerados os centros de gravidade de ar, a fase das operações e os recursos necessários. De acordo com Warden,

a natureza do inimigo é muito importante, especialmente se o plano de campanha aérea visse outra coisa senão o desgaste direto. Existem mais maneiras de categorizar um inimigo do que pode ser razoavelmente integrado e usado. Por exemplo, ele pode ser racional, irracional, fanático, rígido, flexível, independente, inovador, determinado ou doutrinário. Na medida em que um inimigo pode ser designado para qualquer uma dessas categorias, seus planos podem ser antecipados, e a forma como ele reagirá a uma nova situação pode ser prevista. A história fornecerá alguma ajuda na avaliação do inimigo, embora seja tolice supor que as projeções lineares do comportamento passado serão absolutamente válidas. O outro lado de conhecer o inimigo é conhecer a si mesmo (Warden 1988).

Em sua ótica, nenhum Estado pode desfrutar de superioridade aérea sem conhecer seu inimigo e sem avaliar os riscos nas operações, daí a importância de avaliar de onde se está em relação ao inimigo e ser cauteloso na campanha aérea. Há casos, em que as bases inimigas não podem ser atacadas e só se pode se defender de contra-ataques inimigos. Há outros casos em que o planejamento deve orientar como encontrar o inimigo sobre as linhas e ainda outros em que não há combate aéreo e o planejamento deve apenas definir ações de contingência. Citando as palavras do general confederado Thomas Jonathan Stonewall Jackson (1824-1863), Warden as endossa, afirmando que o dever de um comandante é mistificar, enganar e surpreender e esta injunção se aplica tanto ao espaço aéreo quanto ao chão. Enganar o inimigo pode ser uma arma poderosa à medida que nada poderia ser melhor numa guerra do que direcionar o inimigo para teatro de operações errado ou lançar bombas em parte de um deserto estéril. A influência clausewitziana é também perceptível em suas análises quando afirma que, na guerra, é preciso modificar a vontade do inimigo. Segundo Warden, a dissimulação poderia levar o inimigo a pensar que um ataque consistiria em apenas dez aeronaves, quando na verdade seria de vinte. O desapontamento num ataque inimigo é tão bem-sucedido que é uma estratégia que, nos planejamentos futuros, pode ser empregada e poderá ser bem-sucedida de novo.

O DOMÍNIO DO ESPAÇO SIDERAL

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se uma corrida tecnológica para o domínio do espaço sideral, o que promoveu diversos avanços tecnológicos que vão desde o desenvolvimento de novos materiais e aprimoramento de motores até o de armamentos e satélites meteorológicos e de comunicação. Enquanto a vitória dos EUA se tornou visível pelos avanços tecnológicos em armamentos e na economia, a vitória da então União Soviética estava concentrada nas capacidades e competências militares do Exército Vermelho. Este país, embora vitorioso, saiu da guerra fragilizado economicamente. A Guerra Fria, já prevista pelos atores envolvidos no contexto da Segunda Guerra Mundial, se constituiu partilhando o mundo em áreas estratégicas de influência e interferência, em que estadunidenses e soviéticos se rivalizavam sem emprego de força, por meio de uma corrida armamentista que disputava o poder no espaço, inclusive com testes e lançamentos de bombas nucleares.

Os EUA foram os primeiros e até hoje os únicos a lançar bombas atômicas contra alvos civis e o monopólio deste armamento foi exclusivo dos EUA de 1945 até agosto de 1949, quando os soviéticos também conseguiram testar sua primeira bomba nuclear. Na década de 1950, outros tipos de bombas nucleares surgiram, como as termonucleares, e foram testadas pelos soviéticos. Em agosto de 1953, no polígono de *Semipalatinsk*, no território atual do Cazaquistão, a União Soviética testou sua primeira bomba de hidrogênio, ARDS-1. Embora os EUA também tivessem desenvolvido bombas de hidrogênio, na lógica dissuasória da guerra o empate estratégico nuclear não era satisfatório para os atores envolvidos. À medida que bombas nucleares poderiam ser lançadas do espaço, o equilíbrio de poder estabelecido no início da Guerra Fria havia sido comprometido.

Além dos testes com bombas nucleares e de hidrogênio, neste período, por meio do projeto Vanguarda, houve duas tentativas frustradas dos EUA em lançar satélites no espaço. Em 1957, para surpresa dos EUA, os soviéticos, precursores no domínio do espaço sideral, lançaram o Sputnik, primeiro satélite artificial a orbitar a Terra. A partir deste enorme passo, os estadunidenses se sentiram intimidados, na medida que, se os soviéticos poderiam lançar satélites ao espaço, nada os impediria de lançar também armamentos nucleares que cruzassem o espaço. Em esforço conjunto do Jet Propulsion Laboratory (JPL) e da Army Ballistic Missile Agency (ABMA), neste mesmo ano, os EUA conseguiram modificar o veículo de lançamento Júpiter-C, mais conhecido como Juno I, e construir o satélite Explorer I. Enquanto os EUA trabalhavam na construção de seu primeiro satélite, a União Soviética enviava ao espaço seu segundo satélite, o

Sputnik 2. Em fevereiro de 1958, o Explorer I foi lançado ao espaço e a descoberta do Cinturão de Van Allen reposicionou os EUA no centro da corrida espacial. Em 1960, o governo estadunidense transferiu os programas espaciais civis para a Nasa, os programas espaciais militares para as três Forças Armadas e concentrou alguns projetos estratégicos militares de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que envolviam energia, processamento de dados e tecnologias táticas, na Darpa. Foi nesta agência que a Arpanet, antecessora da Internet, foi desenvolvida para garantir a segurança das comunicações em caso de ataque inimigo com bombas nucleares.

Em 1958, os EUA deram início a Operação Argus, que consistiu no lançamento de três foguetes de combustível sólido X-17 armados com ogivas nucleares de baixa intensidade, disparados a partir do navio *USS Norton Sound* e explodiram a uma altitude de cerca de 480 km. Esta era primeira vez que bombas nucleares foram disparadas em altitudes elevadas. O principal objetivo desta operação secreta era, a exemplo dos cinturões de Van Allen, recém-descobertos pelos satélites Explorer, criar cinturões de radiação artificiais ao redor da Terra, e assim, estudar as implicações que estas radiações gerariam nas telecomunicações, radares, mísseis balísticos e suas ogivas nucleares. Em maio de 1958, a Armour Research Foundation, financiada pelo Exército dos Estados Unidos, com sede no Instituto de Tecnologia de Illinois, iniciou estudos classificados como ultrassecretos sobre a possibilidade e as consequências de testes de bombas nucleares na Lua. Estudos semelhantes já haviam sido realizados pela RAND Corporation, em 1956, por Edward Teller, criador da bomba de hidrogênio, em 1957. A proposta de Teller era estudar explosão de bombas nucleares nas proximidades da superfície lunar.

O projeto A119, o qual consistia em um estudo investigativo também ultrassecreto de voos lunares, liderado por Leonard Reiffel, diretor da NASA, reuniu uma equipe de dez pessoas em Chicago para estudar a visibilidade de explosões de bombas nucleares na superfície da lua, possíveis benefícios para a ciência e consequências para a superfície lunar. Um dos integrantes desta equipe era Carl Sagan, responsável pela projeção matemática da expansão da nuvem de poeira no arredor da Lua, dado imprescindível para calcular a visibilidade de tal nuvem a partir da Terra. O sigilo do projeto A119 foi comprometido por Sagan tentar obter um financiamento estudantil em 1959.

Os estudos acadêmicos e legais sobre explosões de bombas nucleares eram debatidos tanto nos EUA quanto na União Soviética desde o lançamento do Sputnik I, em 1957, e submetidos a diversos organismos internacionais, em especial à ONU. Eugène Pepin, então diretor do Instituto de Legislação Aérea e Espacial da Universidade de McGill, no Canadá, em au-

la inaugural, em 20 de abril de 1959, neste Instituto, ao questionar as razões de acadêmicos e advogados afirmarem que eram prematuros estudos sobre a legalidade e os riscos das detonações nucleares no espaço afirmou que

esse modo de pensar prevalece entre os advogados seguidores da tradicional “*common law*”. Para eles, a lei é processo que se desenvolve caso a caso; “decisões específicas para questões específicas originadas de casos específicos”, parece-lhes ser o melhor caminho aberto à lei (Pepin 1959, 190).

Neste sentido, os estudiosos de temas legais argumentavam que o conhecimento científico sobre a natureza física do espaço diante de interferências militares humanas era demasiadamente incipiente para proferir aplicação de princípios legais, prever consequências no presente e que estas detonações podem ou não serem nocivas para a segurança humana. De acordo com Pepin,

foi dito também que aqueles que favorecem a conclusão imediata de uma convenção sobre problemas espaciais pertencem a nações que ainda não competem pela conquista do espaço. Isso não é verdade. Tanto nos Estados Unidos como na USSR a conveniência de uma convenção ainda que cobrindo apenas certos pontos específicos foi defendida, e agora pode-se afirmar que o reconhecimento da necessidade de desenvolver ou pelo menos de estudar as regras legais que devem governar as atividades humanas no espaço e suas consequências na terra está ganhando terreno (1959, 190).

Em 1962, durante a Operação K, a União Soviética detonou uma bomba de 300kt nas cercanias de Dzhezkazgan, cidade no Cazaquistão, a uma altitude de 290 km. O pulso eletromagnético destruiu mil km de cabos de energia de potência que se encontravam enterrados entre as cidades de Aqmola e Almaty e fundiu 570 km de linha telefônica. Neste mesmo ano, o astronauta estadunidense John Glenn realizou o primeiro voo ao redor da Terra.

Também em 1962, outra operação estadunidense de testes nucleares em elevadas altitudes chamada *Starfish-Prime* ocorreu. A altitude em que a bomba foi detonada foi de 400km sobre as Ilhas Johnston, no Oceano Pacífico. Segundo o físico Ângelo Antônio Leithold,

foram observados sinais eletromagnéticos muito fortes durante a explosão atômica, ocorreram perturbações do campo magnético da Terra significantes, as correntes de terra induzidas na superfície se fizeram sentir em todo Planeta. O pulso eletromagnético ficou reverberando por um bom tempo. As induções eletromagnéticas nas rochas ígneas da Terra reverberam também no seu núcleo (Leithold 1998, 1-2).

Diversos testes foram realizados nestas ilhas pelos EUA, mas falharam por problemas no sistema de direção e na ignição das bombas. O local foi contaminado por plutônio. Conforme acrescenta Leithold,

a aproximadamente 1.500 quilômetros de distância do epicentro da explosão, sobre o Havaí, o pulso eletromagnético (EMP) criado, danificou trezentos postes de iluminação pública. A emissora local de televisão e várias emissoras de rádio foram literalmente queimadas. Alarmes contra assaltos em diversas localidades foram destruídos ou dispararam. Os fios de alta tensão das distribuidoras de energia elétrica das cidades próximas à região da explosão se fundiram. Também diversos transformadores de alta potência foram danificados. Os sistemas de controle de tráfego (sinaleiros, etc.) pararam de funcionar ou foram destruídos (1998, 2).

Os sinais eletromagnéticos da *Starfish-Prime* permaneceram por anos arredor do planeta e pelo espaço sideral. A partir das experiências catastróficas destas operações, em 1963, EUA e a União Soviética assinaram o Tratado de Interdição Parcial de Testes, em Moscou, proibindo testes nucleares na atmosfera, debaixo d'água e no espaço. Contudo, outros países como a Inglaterra, a França e a China também conseguiram, a partir da década de 1960, a desenvolver bombas nucleares e de hidrogênio, realizando diversos testes com detonações e buscando também conquistar o domínio do espaço sideral. Apesar da assinatura do Tratado, a corrida tecnológica pela supremacia no espaço sideral continuou.

Em 1969, a NASA liderou um programa espacial que conduziu três tripulantes da nave espacial Apollo XI, os astronautas Edwin Aldrin Jr., Neil Armstrong e Michael Collins, à Lua, garantindo assim a supremacia dos EUA no espaço sideral. Feito que, até hoje, nenhum outro Estado conseguiu repeti.

ESTUDOS DE CASOS

Supremacia aérea e energia dirigida: emprego da aviação a *laser*

O avanço da ciência e a descoberta de novos meios de controle de fontes energéticas têm possibilitado número crescente de notícias sobre aparatos que, de alguma forma, manejam a tecnologia de amplificação da luz por emissão estimulada de radiação, o *laser*.

As armas *laser* fazem parte de uma definição mais ampla, das denominadas Armas de Energia Dirigida (AED). Elas manipulam diferentes formas de energia eletromagnética a depender dos objetivos visados: diodo *laser* de baixa potência, *laser* químico de alta potência, ondas milimétricas ou mi-

cro-ondas. *A priori*, estas armas seriam usadas como meios de defesa contra mísseis balísticos, incluindo dispositivos na órbita espacial da Terra.

As armas a *laser* têm sido desenvolvidas progressivamente desde a década de 1960, em paralelo a uma série de descobertas científicas e de conquistas tecnológicas. Elas diferem das armas tradicionais, classificadas como armas cinéticas, tais como armas portáteis e explosivos que destroem seus alvos por meio da transferência de energia cinética, pelos fenômenos de alta pressão, perfuração, estilhaçamento ou incêndio. O resultado produzido por armas cinéticas é o dano ou fogo, que podem ser fatais para o alvo. Enquanto as armas cinéticas se baseiam em propelentes com energia química ou ogivas explosivas projetadas sobre algum alvo, as AED compartilham o conceito de projeção de uma grande quantidade de energia armazenada pela própria arma, sobre um alvo, produzindo neste dano estrutural ou incendiário.

A maior parte da literatura contemporânea agrega em conjunto uma gama de AED diferentes, incluindo o *laser* de alta potência (*High Energy Laser*), micro-ondas de alta potência (*High Power Microwave*), armas de feixe de partículas e de plasma induzido por *laser* (*Laser Induced Plasma Channel*). As duas primeiras classes destas armas podem ser descritas como AED genuínas, enquanto que as armas de partículas seriam melhor classificadas como armas de projéteis, as quais se utilizam de partículas atômicas ou subatômicas aceleradas a velocidades relativísticas. Por fim, as armas de plasma seriam um híbrido, que utilizam o *laser* para ionizar a trajetória de partículas, através da qual uma descarga elétrica alcança um alvo, causando efeitos catastróficos.

Destas quatro categorias, os *lasers* de alta potência são as que teriam maior potencial no futuro próximo. Embora as micro-ondas de alta potência tenham um potencial equivalente, não foram suficientemente estimuladas pelos institutos de pesquisa. As armas de plasma teriam uma maior utilidade como armas não-letais, enquanto que as de partículas ainda estão distantes da realidade, tanto pelo tamanho quanto pelo custo envolvidos.

Especula-se que na próxima década haverá uma ampla introdução de armas *laser* de alta potência, com capacidade operacional, no arsenal dos EUA. Tais armas possuirão capacidades ímpares para atacar alvos na velocidade da luz, reduzindo consideravelmente a eficiência de muitos dispositivos cinéticos, especialmente mísseis balísticos (La Porta e Feller 2017). Entretanto, o entusiasmo acerca da iminência do uso corriqueiro e em larga escala das AED não é compartilhado por todos os estudiosos, que enfatizam a existência de barreiras significativas para o sucesso das armas *laser* no curto prazo, notadamente a dificuldade para transpor soluções tecnológicas laboratoriais para validação no ambiente operacional, com base em

conceitos operacionais, lógicos e materiais compatíveis com a segurança que se espera de um sistema de armas. Não se minimiza ainda a questão de enfrentar-se a definição de uma possível política de emprego destas armas segundo os conceitos ainda vigentes no direito e nos costumes internacionais (Gutheinz 2006).

Além dos EUA, é reconhecida a existência em estágio avançado de programas similares na Rússia, na China e na Índia (Feickert 2018), embora os EUA tenham sido o primeiro país a desenvolver experimentos com potencial militar realista. No início dos anos 1970, já era claro para o Departamento de Defesa estadunidense que seria viável um sistema de arma *laser* aerotransportado usando a tecnologia disponível, uma ideia propagada ativamente nos anos 1960 pelo físico Edward Teller, um dos criadores da bomba de hidrogênio. Em 1973, a força aérea derrubou um veículo aéreo não-tripulado no Estado do Novo México, usando um *laser* a gás dinâmico (sigla em inglês, GDL); em 1976 o exército destruiu alguns veículos não tripulados com *laser* de alta energia (*High Energy Laser*), no Alabama; e em 1978 a marinha abateu um míssil TOW (*Tube-launched, Optically-tracked, Wire-guided*, em inglês) do exército, com *laser* químico, na Califórnia. Existem, dessa forma, programas de armas de energia dirigida nas três forças armadas estadunidenses, prioritariamente para uso aeroespacial.

No domínio aeroespacial, ainda em 1976 a Força Aérea estadunidense (USAF) lançou o programa do laboratório *laser* aerotransportado (*Airborne Laser Lab – ALL*), instalando um dispositivo GDL sobre avião de transporte modificado, capaz de rastrear e destruir alvos aéreos. Apesar de experimental, já tinha como objetivo a destruição de mísseis balísticos, sob o lema da paz através da luz). A mesma tecnologia foi o esteio teórico do programa de defesa antimísseis Guerra nas Estrelas, da administração Reagan (1981-1988), a ser empregado com apoio de complexo sistema de espelhos adaptativos e sensores repositionados na órbita terrestre.

Utilizando as lições aprendidas durante o programa ALL, a USAF lançou em 1996 outra iniciativa similar, denominada simplesmente *laser* aerotransportado (*Airborne Laser – ABL*), desta vez instalando emissores de *laser* químicos infravermelhos de alta energia (*Chemical Oxygen Iodine Laser – COIL HEL*) em aeronaves Boeing 747.

A concepção de defesa antimíssil prevaleceu, projetando-se o ABL para ser empregado em tempos de crise patrulhando o espaço aéreo vizinho ao de um país que ameaçasse disparar mísseis balísticos com ogivas nucleares e outras armas de destruição em massa, de tal forma que, se disparados, seriam abatidos ainda na fase inicial (tropopausa), assegurando-se que os destroços e ogivas caíssem no território do próprio país

lançador. Mas logo se cogitou de uma segunda aplicação, como arma antissatélite, eficaz para destruir ou inutilizar satélites ou veículos espaciais de reconhecimento em órbita baixa. Com base na tecnologia ABL, em 2006 foi lançada a iniciativa do *laser* tático avançado (*Advanced Tactical Laser* – ATL), integrada por sistemas COIL HEL menores e mais baratos instaladas em plataformas de transporte Hercules AC-130 Spectre, para ataque ao solo em missões de apoio cerrado. O sistema teria sido utilizado experimentalmente com sucesso contra alvos em terra, em testes no Novo México.

Já na Rússia, ainda durante o período soviético, teve início o programa Almaz/Beriev A-60, com o primeiro protótipo de uma aeronave de transporte Ilyushin Il-76 Candid equipada com emissores de *laser* de alta potência em 1981, e um segundo em 1991. Não é plenamente conhecida a tecnologia dos emissores russos, porém, considerando-se as pesquisas da empresa Almaz com a tecnologia GDL (a mesma experimentada pelo programa ALL dos EUA), em sistemas de combate terrestre, analistas estimam que estes sejam a base da plataforma russa, o que seria consistente com a linha de teórica Terra-3, concebida desde o início para desenvolver defesas antimíssil balístico (Zarubin e Pol'skikh). Analistas também chamam atenção para o fato de que, tendo sido expostos pelo menos 20 anos antes na Rússia, os emissores do sistema estadunidense ABL apresentados em 2006 parecem ter adotado a mesma configuração.

Em 2016, o estabelecimento de pesquisa e desenvolvimento da empresa Almaz teria anunciado a conclusão de uma versão modernizada do programa A-60. O Ministério da Defesa da Rússia publicou nota oficial do vice-ministro da defesa Yuri Borisov, que o seu país possui armas *laser* baseadas em uma tecnologia já bem conhecida e confiável, não mais no estágio experimental, prontas para início operacional em plataformas aéreas entre 2020 e 2022 (Tass 2017), fato aparentemente reafirmado pelo relatório de 2018 do Diretor de Inteligência Nacional dos EUA, para o congresso estadunidense. (Coats 2018).

A China possui programas de AED baseada principalmente nas tecnologias de *laser* químico infravermelho (COIL) e de *laser* de elétrons livres (*Free Electron Lasers* – FEL), além de outra série de iniciativas com o uso de *laser* em diferentes modalidades (principalmente terrestres e de baixa intensidade), que não importam a este estudo. Os primeiros experimentos ainda na década de 1960 foram conduzidos com *laser* em estado sólido (*Solid State Lasers* – SSL), de baixa potência.

O desenvolvimento da tecnologia FEL estaria a cargo da Academia Chinesa de Engenharia e Física, e resultou na ativação do dispositivo SG-1, em 1993. Por outro lado, a tecnologia COIL teria sido designada ao

Instituto Dalian de Química e Física, desde a década de 1980, conduzindo ao primeiro teste de um dispositivo com alcance de 140km e 1993.

A China parece concentrar esforços em plataformas de ataque em grandes bases terrestres, com emissores apontados para alvos em órbita terrestre baixa, isto é, com objetivo primordial antissatélite. Artigo científico de 2013 teria revelado a realização de um experimento exitoso em 2005, danificando um satélite em órbita a aproximadamente 600km, através de um laser de 50-100KW de potência posicionado na província de Xinjiang (Gao, Zhou and Wang 2013). Isto se coaduna com a estratégia de basear outros sistemas de longo alcance em terra, a exemplo de mísseis hipersônicos antinavio.

Esta estratégia, por outro lado, poderia ser indício da dificuldade chinesa para miniaturizar as estruturas de acondicionamento de elementos químicos e de geração de grande quantidade de energia, necessárias ao emprego de sistemas de energia dirigida. Isto é, poderiam se encontrar um passo aquém dos programas ALL/ABL estadunidense e A-60 russo. Apesar disso, há relatos de que em evento militar de outubro de 2009 teria sido revelado um teste bem-sucedido de aeronave quadrimotor utilizando dispositivo *laser* para atacar um satélite, com base em plataforma previamente anunciada de aparelho produzido pela *Xian Aircraft Corporation*. Especula-se que a China possa ter um programa de *laser* aerotransportado com tecnologia COIL, mas que, diferentemente dos sistemas russos e estadunidenses, voltados para emprego antimíssil, a plataforma chinesa também seria projetada primordialmente para uso antissatélite (Fisher Jr 2017).

A Índia ingressa no cenário de desenvolvimento de AED há relativamente pouco tempo, ao que parece em resposta à ameaça chinesa ao seu próprio programa espacial, que caminhou paralelamente ao esforço indiano de desenvolvimento de mísseis balísticos e de seu programa nuclear. O programa espacial da Índia teve início na década de 1960, com apoio dos EUA, França e Alemanha, principalmente na área de satélites. O programa de veículo lançador caminhou em paralelo, com o objetivo não declarado de desenvolver o sistema de míssil balístico intercontinental *Agni-V*.

A situação geoestratégica indiana é condicionada pela ameaça perene dos países vizinhos, especialmente a China e o Paquistão, com os quais já travou guerras ainda no século XX, além de constantes atritos nas faixas de fronteiras. Assim como a Índia, tanto a China como o Paquistão possuem arsenal nuclear e mísseis balísticos. É essencial aos indianos, portanto, a manutenção de sistemas tanto ofensivos quanto defensivos no campo aeroespacial, aptos a reagir contra eventuais agressões de nações confrontantes.

É neste contexto que, a partir de 2008, a Índia teria incrementado investimentos de natureza militar no setor espacial (Sarti 2015). Para isto,

o Organismo de Pesquisa e Desenvolvimento em Defesa (*Defense Research and Development Organisation – DRDO*) teria iniciado, a partir de 2014, o desenvolvimento de um sistema de armas de energia dirigida antimíssil e antissatélite. Estariam sendo exploradas a tecnologia COIL e de *laser* de fibra de alta potência (*Highpower Fiber Laser*), de uso estratégico (Bose 2014).

Em dezembro de 2017 o DRDO anunciou o teste com sucesso de uma plataforma laser de 1KW instalado sobre um caminhão, em Chitadruga, na presença do ministro da defesa, Arun Jaitley. Não é claro qual o princípio utilizado pelo dispositivo deste teste, mas há notícias de que o Centro de Ciência e Tecnologia *Laser (Laser Science & Technology Centre – LASTEC)* vinha trabalhando em projeto com as mesmas características, baseado na tecnologia COIL. O LASTEC também estaria projetando um sistema baseado na tecnologia de *laser* a gás dinâmico (GDL), mesmo princípio utilizado pelo ALL dos EUA, e pelo A-60 russo, denominado *Aditya* (Gurung 2017).

Ainda não existe previsão para a instalação de sistema equivalente para teste a bordo de aeronave. Porém, já haveria estudos para uma versão aerotransportada do sistema de micro-ondas (outra classe de armas de energia dirigida) KALI (*Kilo Ampere Linear Injector*), em uma aeronave *Ilyushin Il-76*, a mesma utilizada pelo projeto A-60 russo. Considerando-se o tamanho, o tipo de sensores para aquisição de alvos e as características de um dispositivo de energia dirigida por micro-ondas, é realista imaginar que também um sistema *laser* possa ser empregado na mesma plataforma.

Propulsão espacial a fusão nuclear

O propósito de sistemas de propulsão em naves espaciais é alterar a velocidade delas, criando um impulso superando o alto grau de arrasto gravitacional, modificando o percurso da nave orbital. A viagem tripulada que conduziu a Apollo 11 até a Lua era propulsada por compostos químicos; no entanto, estes compostos químicos não são mais suficientes para gerar o impulso necessário para conduzir as próximas viagens tripuladas até o planeta Marte. Além de exporem a tripulação a meses de radiação espacial, a propulsão química não assegura energia e velocidade necessárias para mover espaçonaves por um longo período de tempo.

A propulsão nuclear é um sistema de propulsão que tem por base a reação nuclear como fonte primária de potência, seja por fissão ou por fusão, que pode ser empregada em diversos tipos de belonave, desde submarinos e navios aeródromo até quebra-gelos e foguetes espaciais. Existem diversos modelos de propulsão nuclear, tais como propulsor de fragmento de fissão, propulsão de pulso nuclear catalisado de antimatéria, reator propulsor de núcleo gasoso, propulsão Bussard, propulsão de pulso nuclear,

propulsor de radioisótopo, propulsor elétrico-nuclear, propulsor de fusão nuclear, propulsor de fragmento de fissão, propulsor fotônico-nuclear, propulsor térmico nuclear, navegação de fissão, propulsão nuclear de água salgada, etc.

Em 1946, o matemático estadunidense Stanisław Ulam elaborou um memorando com os cálculos preliminares para desenvolver uma nave espacial gerada pela energia de explosões de diversas bombas atômicas no laboratório de Los Alamos, o qual foi denominado projeto Orion. Ulam foi um dos cientistas que participou do projeto Manhattan, produzindo as primeiras bombas nucleares, na Segunda Guerra Mundial. O objetivo deste projeto era combinar o pulso nuclear com a elevada velocidade de escape da nave espacial Orion com *meganewtons* de empuxo. A partir daí, surgiram outros sistemas experimentais de propulsão nuclear em naves espaciais, como o reator experimental soviético de fusão nuclear denominado *Tokamak*. Este reator foi inventado na década de 1950 pelos físicos nucleares soviéticos Igor Tamm e Andrei Sakharov, ambos inspirados pelo físico Oleg Lavrentiev sobre o domínio da fusão termonuclear. De acordo com C. M. Braams e P. E. Stott no livro *Nuclear Fusion: Half a Century of Magnetic Confinement Fusion Research*,

Oleg Lavrentiev, que já mostrara sua paixão em 1949, fizera posteriormente cursos de física e encontrara uma posição no Instituto de Técnicas Físicas de Kharkov. Seu esquema de confinamento eletrostático tomava a forma de um plasma, separado de um campo magnético de cúspides por uma fina camada limite. Um potencial eletrostático positivo foi imposto na cúspide do anel e nos dois pontos das cúspides por meio de eletrodos externos. Para evitar a seleção de Debye desses eletrodos, os elétrons tiveram que ser impedidos de se acumular nas regiões de potencial positivo. Embora Lavrentiev tenha alcançado alguns resultados positivos, o trabalho nas instalações do Atol no Instituto Kurchatov revelou um transporte anômalo na camada limite. Enquanto a idéia de confinamento eletrostático ressurgiu de tempos em tempos, há um grande experimento nessa linha (Braams and Stott 2002, 84).

O *Tokamak*, o qual gera um campo magnético na forma de toroide (anel), no qual é guardado o plasma³ e onde as reações de fusão nuclear ocorrem, se tornou a maior referência para todos os próximos reatores de fusão nuclear que existem. O lançamento da primeira bomba de hidrogênio, criada a partir da fusão nuclear, a partir da década de 1950, rendeu ao físico germano-estadunidense Hans Bethe (1906-2005) o Prêmio Nobel de Física de 1967. Como mencionado por Braams e Stott, o reator experimental de fusão nuclear eletrostática apresentou resultados pro-

missores e logo foram comercializados numa campanha de incentivo ao uso pacífico da energia nuclear. No final da década de 1980, o químico britânico Martin Fleischmann (1927- 2012) e o químico estadunidense Stanley Pons (1943-) publicaram um artigo intitulado e traduzido para o português *Fusão nuclear de dêuteron eletroquimicamente induzida* sobre um novo tipo de reator de fusão nuclear sustentada que ficou mais conhecida como fusão a frio. Este artigo teve enorme repercussão internacional, mas a comunidade científica em geral não foi convencida sobre os resultados positivos do reator. Apenas alguns cientistas apoiaram o trabalho de Fleischmann e Pons.

No início da década de 1990, a partir dos resultados positivos de um projeto de fusão nuclear desenvolvido em cooperação entre EUA e União Soviética, esta modalidade de reator voltou à opinião pública. O resultado desta cooperação, em 1992, foi a decisão de construir um reator termonuclear experimental internacional com base no modelo *tokamak* por meio da fusão deutério-trício em uma parceria estratégica que reuniu EUA, Rússia, Comunidade Europeia, Japão, China e Coreia do Sul. O nome deste experimento é *International Thermonuclear Experimental Reactor* (ITER).

A empresa estadunidense *Lockheed Martin's Advanced Development Programs* (ADP) anunciou em 2013 a pretensão de construir um reator de fusão nuclear denominado *Compact Fusion Reactor* (CFR), menor do que o reator do ITER. Uma das aplicabilidades deste reator é a propulsão nuclear por meio de um reator compacto para viagem espacial até o planeta Marte em menor tempo do que as viagens espaciais são realizadas atualmente. Em agosto de 2017, o engenheiro Thomas McGuire, gerente do projeto do reator de fusão compacta da ADP apresentou o plano de desenvolvimento e *status* sobre o CFR, no qual cita o caminho para a energia limpa e ilimitada: ciclos de design rápido construídos para o sistema de auto aquecimento e usinas elétricas de 100 MWe em 2020. Os resultados até o momento são promissores – alvo frio e plasma denso e estável, adequado para aquecimento com feixe neutro. Os próximos experimentos de aquecimento irão investigar transição para beta alta, modo de bainha de confinamento, subsistemas de modelagem, diagnóstico e longo prazo são boas oportunidades de colaboração e paralelismo desenvolvimento para acelerar o progresso (McGuire 2017, 7). Em matéria publicada no jornal *The Drive*, em março deste ano, foi anunciado que, em fevereiro deste mesmo ano, a *Lockheed Martin* obteve uma patente para parte do sistema de confinamento do reator de fusão. De acordo com informações sobre o McGuire, o objetivo deste projeto é ter um reator de fusão experimental em cinco anos, e dentro de dez anos produzir e comercializar reatores desta modalidade (The Drive, 2018).

Em artigo publicado por Atul Pant, pesquisador *Fellow* do *Institute for Defence Studies and Analyses* (IDSA), em Nova Déli, na Índia, intitulado *Compact Fusion: Are the Energy Equations About to Change?*, o autor diz o seguinte:

o reator de fusão compacto utilizará isótopos de hidrogênio como deutério e trítio como combustível (como em outros *tokomaks*) e uma fonte de nêutrons para a reação. O reator pesquisado tem apenas dois metros de comprimento e um metro de diâmetro (chamado de reatores compactos lineares) contra *tokamaks* que são relativamente grandes em tamanho. O conceito de contenção de plasma sendo trabalhado é novo e muito diferente dos *tokamaks*, com resultados supostamente melhores. A energia produzida no reator estaria na forma de calor, que seria aproveitado através de uma turbina como em um reator de fissão. Mas, ao contrário do caso dos reatores de fissão, os subprodutos do reator de fusão seriam o hélio e os nêutrons não radioativos. Os nêutrons seriam absorvidos por uma manta de lítio nas paredes do reator, que produziria mais trítio – encontrado apenas em raras quantidades na Terra (Pant 2018).

Em 2010, a Revista *Time* fez a seguinte pergunta ao astrofísico britânico Stephen Hawking (1942-2018): “qual descoberta científica ou avanço você gostaria de ver em sua vida?”. Em resposta, Hawking afirmou que, “*eu gostaria que a fusão nuclear se tornasse uma fonte de energia prática. Proporcionaria um suprimento inesgotável de energia, sem poluição ou aquecimento global*”. (Time 2010) Considerando a fusão nuclear como a fonte de energia das estrelas, de fato, se controlada, se constitui como uma fonte potencial de energia limpa, segura, praticamente inesgotável e de viabilidade econômica atrativa para a humanidade. A comunidade científica em geral continua dividida sobre o caráter promissor dos reatores a fusão nuclear. Os que apoiam estão confiando na reputação e nas conquistas anteriores da ADP.

Apesar do pessimismo de parte da comunidade científica, há muitas iniciativas e projetos na área de fusão nuclear em vigor. Com o apoio do cofundador da estadunidense *Microsoft*, Paul Allen, as também empresas estadunidenses *Tri Alpha Energy* e *Google* estão trabalhando em parceria para desenvolver novos algoritmos computacionais na área de engenharia da fusão nuclear.

Em abril deste ano, a parceria entre o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e a empresa estadunidense *Commonwealth Fusion Systems* recebeu o aporte de 50 milhões de dólares que para viabilizar um novo projeto de fusão nuclear baseado no modelo *tokamak* que está previsto para entrar em operação em 15 anos. Existem outros tipos de reatores

de fusão nuclear em construção no mundo que operarão com tecnologias diferentes do modelo *tokamak*, como o projeto do reator alemão *Wendelstein 7-X*, do tipo estelarator sem corrente e sem pulsos, o projeto de reator de fusão à frio da empresa estadunidense *Brilliant Light Power*, o qual operará com célula eletrolítica que usa água pura como combustível para gerar energia fundindo átomos de hidrogênio em “hidrinos”,⁴ e o projeto de reator de fusão hidrogênio-boro viabilizado graças às grandes fontes de *laser*, capazes de atingir mais de três bilhões de graus celsius,⁵ desenvolvido na Universidade de Nova Gales do Sul, na Austrália e liderado por Heinrich Hora.

Todos estes projetos mencionados também têm aplicabilidades na área espacial, particularmente na propulsão de foguetes e naves espaciais. Stephen Hawking, por exemplo, defende a exploração e os múltiplos usos do espaço sideral e o emprego de tecnologias revolucionárias para viagens de longo curso e colonizações interplanetárias. Segundo Eric Hunting, diretor de *The Millennial Project*,

os recursos da Terra são limitados, isso é um fato. Vamos sim precisar nos expandir para outros planetas. Mas a colonização do espaço não é uma coisa que vai acontecer em um período curto de tempo. Nós não temos a tecnologia para isso. É um trabalho em conjunto que vai ultrapassar gerações, mas que precisa ser iniciado agora (Correio Braziliense 2010).

Na Universidade de Washington, nos EUA, pesquisadores financiados pela NASA também estão envolvidos na construção de componentes de uma nave espacial propulsada a fusão nuclear que substituam o utilizado atualmente. Litros de combustíveis usados em foguetes equivale a um grão do material que gera o plasma, prometendo aos astronautas realizarem viagens a Marte em 30 a 90 dias. Em 2017, anunciou-se que a NASA criou uma empresa especificamente voltada para o desenvolvimento de foguetes movidos a fusão nuclear, a *Princeton Satellite Systems* (PSS). O Laboratório de Física de Plasma de Princeton e a PSS estão desenvolvendo conjuntamente um revolucionário motor de fusão nuclear: o *Direct Fusion Drive* (DFD). Este motor também será compacto e se compromete com a queima limpa, mas promete mais empregabilidade que o reator compacto da *Lockheed Martin*. Além de o DFD produzir potência e empuxo de 1 a 10 MW com alta potência específica e reduzir o tempo de viagem, amplificou a variedade de missões espaciais, como missões robóticas para planetas exteriores, missões humanas para a Lua ou Marte, missões para o espaço interestelar próximo, implantação do Telescópio James Webb, Pontos de Lagrange, deflexão de asteroide, missão às luas geladas de Júpiter, módulo

orbital e de pouso em Plutão, *Alpha Centauri*, telescópio de lente gravitacional 550 AU, potência terrestre modula e móvel, etc.

A NASA já anunciou seu novo plano de construção de base lunar denominado *Deep Space Gateway* e Elon Musk, CEO da empresa estadunidense *SpaceX*, detalhou durante o 68º Congresso Internacional de Astronáutica, na Austrália, em setembro de 2017, o aporte financeiro e o plano de construir um foguete reutilizável denominado *Big Falcon Rocket* (BFR), capaz de conduzir uma nave espacial até ao espaço transportando até 100 pessoas, deixando-a em órbita enquanto o foguete retorna à Terra.

CONCLUSÃO

A exploração geopolítica aeroespacial é um tema relativamente novo no universo acadêmico e exige uma ótica mais refinada sobre os avanços científicos, tecnológicos e de inovação. É um universo ainda em processo de construção do conhecimento que exige novas teorias geopolíticas e novos pensadores interessados nos múltiplos usos dos espaços desde o aéreo ao espacial.

Warden, por exemplo enfatizou a importância do planejamento estratégico das operações antes da realização das campanhas aéreas no teatro de operações. Embora o bombardeio estratégico – atacar o teatro inimigo fora do teatro de operações – seja a espinha dorsal do poder aéreo, tese sustentada pelos teóricos do poder aéreo clássico, como Douhet e Mitchell, as novas tecnologias, em especial as com maior precisão, têm contribuído nos debates político-estratégicos a fim de, ao invés de bombardear alvos militares, industriais e civis para degradar as forças inimigas, buscar elaborar uma teoria do poder aéreo, como Boyed e Warden têm defendido, que inviabilize a capacidade estratégica e operacional dos inimigos. As armas a *laser*, como mencionado, se enquadram como AED e despontam no cenário do poder aéreo como uma tecnologia de quarta geração que pode preencher esta lacuna teórica. A geopolítica tem significativa contribuição na definição do emprego da aviação a *laser* nos teatros de operações militares aéreas, em especial, na inviabilização da capacidade estratégica e operacional dos inimigos, reorientando costumes e órgãos normativos do Direito Internacional.

Embora a fusão nuclear esteja sendo estudada desde o período pós-Guerra Fria, apenas recentemente projetos promissores de fusão nuclear controlada estão surgindo. Aqui foram apresentados alguns destes projetos promissores que envolvem entidades públicas e privadas que operam em universidades, empresas, laboratórios, centros de pesquisas e que recebem aporte financeiro de governos, parcerias público-privadas, de associações

internacionais, empresas privadas, etc. A fusão nuclear controlada como fonte de energia limpa, segura e inesgotável tem despertado a comunidade científica para novos horizontes de oportunidades, da geração de energia à propulsão espacial.

A exemplo do físico estadunidense Robert Goddard (1882-1945) e do cosmonauta russo Konstantin Tsiolkovsky (1857-1935), entusiastas das viagens espaciais, o astrofísico estadunidense Carl Sagan (1934-1996) e Stephen Hawking, além das viagens espaciais, também defendiam e apoiavam o desenvolvimento de tecnologias revolucionárias, a exploração geopolítica do espaço sideral e a colonização interplanetária. As tecnologias de fusão nuclear expostas neste artigo têm se demonstrado cada vez mais viáveis em longo prazo no atendimento destes objetivos.

REFERÊNCIAS

Almeida, André Luiz de. 2006. *A Evolução do Poder Aeroespacial Brasileiro*. Dissertação, Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19062007-153215/publico/TESE_ANDRE_LUIZ_ALMEIDA.pdf

Araújo Neto, José Carlos de. 2011. Fundamentos da Formulação Estratégica do Programa de Reaparelhamento Naval Brasileiro de 1906. *Dossiês Militares*. Revista Mestrado em História, Vassouras, V. 13, Nº 1. Disponível em: http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v13n12011/pdf/005_Fundamentos_formulacao_estrategica.pdf

Bose, Bishwajit. 2014. "Directed Energy Weapons for the Indian Armed Forces". *Journal of Defense Studies*, vol. 8, n. 1. Disponível em: https://idsa.in/system/files/8_1_2014_DirectedEnergyWeaponsfortheArmedForces.pdf

Braams, C. M.; Sttot, P.E. 2002. *Nuclear Fusion: Half a Century of Magnetic Confinement Fusion Research*. IoP: London.

Coats, Daniel R. 2018. "Worldwide Threat Assessment of the US Intelligence Community". *Office of the Director of National Intelligence*. Washington. Disponível em: <https://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/Testimonies/2018-ATA--Unclassified-SSCI.pdf>

Feickert, Andrew. 2018. U.S. "Army Weapons-Related Directed Energy (DE) Programs". *Congressional Research Service*. Washington. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/weapons/R45098.pdf>

Fisher Jr, Richard D. 2017. "Testimony before the US-China Economic and Security" *Review Commission Hearing "China's Advanced Weapons"*. Washington. Disponível em: https://www.uscc.gov/sites/default/files/Fisher_Combined.pdf

Gao, Min-hui; Zhou, Yu-quan; Wang, Zhi-hong. 2013. "Development of Space Based Laser Weapons" *Chinese Optics*. *Changchun Institute of Optics, Fine Mechanics and Physics*. Disponível em: <http://www.chineseoptics.net.cn/CN/article/downloadArticleFile.do?attachType=PDF&id=908226>

Gurung, Shaurya Karambir. 2017. "India gets a step closer to laser weaponry as DRDO successfully tests laser system". *The Economic Times*, Mumbai.

Gutheinz, Lee. 2006. "Laser weapons: The future is now". *Laser Focus World*. 42. 60-61. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299261680_Laser_weapons_The_future_is_now

La Porta, James; Feller, Stephen. "Lockheed contracted to develop airborne laser capability". *United Press International*. Disponível em: https://www.upi.com/Defense-News/2017/11/06/Lockheed-contracted-to-develop-airborne-laser-capability/3711509992968/?utm_source=sec&utm_campaign=sl&utm_medium=1

Leithold, Ângelo Antônio. 1998. A operação Starfish-Prime. Curitiba. Revisado em Março de 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/29319717/OPERACAO-STARFISH-PRIME>>. Acesso em: 12 dez de 2018.

Lockheed Martin Now Has a Patent For Its Potentially World Changing Fusion Reactor. 2018. *The Drive*. Disponível em: <http://www.thedrive.com/the-war-zone/19652/lockheed-martin-now-has-a-patent-for-its-potentially-world-changing-fusion-reactor>.

Machry, Telmo Roberto. 2006. "O Poder Aéreo e a Estratégia da Paralisia de John Warden". *Revista da Universidade da Força Aérea*. Rio de Janeiro, 18 (21). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/83586515/O-Poder-Aereo-e-a-Estrategia-da-Paralisia-John-Warden>

Mari, Jose Maria Prats. "La Guerra de Mando y Control y la Teoria OODA LOOP". *Dial Net*. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=24&cad=rja&uact=8&ved=0CC0QFjADOBRqFQoTCPbR592y38gCFUgSkAoduv4AhQ&url=http%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F4604097.pdf&usq=AFQjCNFoSMl3A7AWtXBswc1UZKHODT5-JA&bvm=bv.105841590,d.Y2I>

Mcguire, Thomas. 2017. "Compact Fusion Reactor – CFR". *Overview, Status And Development Plan*. Disponível em: https://arpa-e.energy.gov/sites/default/files/10_MCGUIRE.pdf

Moreira, Adriano; Cardoso, Pedro (Org). 1994. *Estratégia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política.

O futuro está lá fora? 2010. *Correio Braziliense*. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2010/08/24/interna_ciencia_saude,209471/o-futuro-esta-la-fora.shtml

Pannazolo Neto, Álvaro. 2013. *As políticas de reaparelhamento da FAB: Associações entre Política Externa e Forças Armadas*. Dissertação, Mestrado, UNB. Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13367/1/2013_AlvaroPanazzoloNeto.pdf

Pant, Atul. 2018. "Compact Fusion: Are the Energy Equations About to Change?" *Institute for Defence Studies and Analyses*. Disponível em: <https://idsa.in/idsacomments/compact-fusion-are-the-energy-equations-about-to-change_apant_100118>.

Pepin, Eugène. 1959. Problemas legais do espaço. Razões por que os problemas legais referentes ao espaço e sua solução devem ser estudados sem demora. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, V. 2, N° 2. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/view/59213/57653>

Pinto, Pedro Miguel Xavier Estrada Fontes. 2003. Giulio Douhet e John Warden. Aspectos Evolutivos da Teoria do Poder Aéreo. *Revista Nação & Defesa*. N.º 106 – 2ª Série. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1372/1/NeD106_PedroMiguelXavierEstradaFontesPinto.pdf

Russia is developing advanced hypersonic weapons — ministry. 2017. *Agência Russa de Notícias*. Disponível em: <http://tass.com/defense/926145>

Sarti, Josiane Simão. 2015. "O Programa Espacial da Índia: evolução, características e implicações". *Centro de Estudos Internacionais sobre Governo*. UFRGS. http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/137170/Poster_42424.pdf?sequence=2

10 Questions for Stephen Hawking. 2010. *Time*. Disponível em: <http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,2029483,00.html>

Warden, John A. 1998. "The Air Campaign Planning for Combat". *National Defense University*. Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/warden/ward-toc.htm>

Zarubin, V.; Pol'skikh, S. D. From the history of High Energy Lasers and Laser Based Systems in USSR. *PSI*. Disponível em: <http://psi.ece.jhu.edu/~sasha/IRUSS/Engl.High.Energy.Lasers.pdf>

NOTAS

1. Naquela época, bombardeiros eram aviões militares projetados para lançar bombas sobre alvos terrestres.
2. Meios bélicos capazes de sustentar os sistemas de defesa das Forças Armadas.
3. Gás quente e ionizado.
4. Conceito criado e patenteado por Randell Mills, CEO da empresa estadunidense *Brilliant Light Power*.
5. 200 vezes mais quente do que o núcleo do Sol.

GEOPOLÍTICA E O DOMÍNIO AEROESPACIAL: DA SUPREMACIA DA AVIAÇÃO MILITAR À EXPLORAÇÃO ESPACIAL POR FUSÃO NUCLEAR

RESUMO

Este texto aborda teorias e conceitos da geopolítica que subsidiaram os vários usos do espaço, desde o poder aéreo ao espacial. Para além da corrida armamentista, a Guerra Fria também significou um período de grandes mudanças e inovações tecnológicas na área aeroespacial. Este artigo tem por objetivo demonstrar por meio de dois estudos de casos, energia dirigida e a aviação a *laser* e propulsão nuclear espacial, como estas mudanças e inovações tecnológicas ocorreram e como transformaram os estudos aeroespaciais futuros.

Palavras-chave: Geopolítica aeroespacial; Corrida tecnológica; Aviação a *laser*; Propulsão nuclear espacial.

ABSTRACT

This text approaches theories and concepts of geopolitics that subsidized the various uses of space, from air to space power. In addition to the arms race, the Cold War also meant a period of major changes and technological innovations in the aerospace industry. This paper aims to demonstrate through two case studies, directed energy and laser aviation and space nuclear propulsion, how these changes and technological innovations occurred and how they transformed the future aerospace studies.

Keywords: Aerospace geopolitics; Technological race; Laser aviation; Space nuclear propulsion.

Resenha de: Oliveira, Marcos Aurélio Guedes de; Gama Neto, Ricardo Borges; Lopes, Gills Vilar. 2016. *Relações internacionais cibernéticas (CiberRI): oportunidades e desafios para os estudos estratégicos e de segurança internacional*. Recife: Ed. da UFPE. (Coleção Defesa e Fronteiras Virtuais; 3).

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 219-223
 DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75027
 ISSN 2358-3932

 ALUYSIO ATHAYDE

Aos chamados três tradicionais espaços comuns globais – o marítimo, o aéreo e o espacial – soma-se, nas últimas décadas, o ciberespacial. Num esforço exemplar, este terceiro volume da Coleção “Defesa e Fronteiras Virtuais”, por meio de seus autores e organizadores sul-americanos, traz reflexões que buscam entrelaçar o cabedal teórico das Relações Internacionais com os estudos de Segurança e Defesa Cibernética.

Para tanto, os autores demonstram que as CiberRI não são de análise exclusiva dos especialistas de Segurança da Informação. Numa época em que “*only an expert can deal with the problem*”,¹ o especialista que permeia o imaginário geral, quando o assunto é cibernética, é aquele que domina técnicas relacionadas à encriptação, controles de acesso, protocolos digitais de segurança e barreiras contra ataques virtuais. Não retirando em absoluto a importância desse profissional da Segurança da Informação, podemos dizer, juntamente com os autores, que restringir a discussão das CiberRI a esse âmbito é *despolitizá-la*, pois retira-se as implicações quanto ao papel da Defesa das relações interestatais, do *soft* e do *hard power*, que são geradas por esse novo ambiente que é o espaço cibernético.

Olhar para as principais teorizações das Relações Internacionais para pensar o ciberespaço é fundamental para a compreensão do fenômeno. É o que se propõe a primeira parte do livro intitulada “Oportunidades e Desafios Teóricos”. O que falar do ciberespaço, algo que ainda não se sabe se é um *ambiente* ou um *universo paralelo*, em que a noção de fronteira é praticamente inexistente e para o qual os organismos internacionais ainda não conseguiram traçar parâmetros básicos dentro do Direito Internacional Público? Ambiente altamente anárquico, poderíamos dizer juntamente com os teóricos clássicos das RI.²

Aluysio Athayde – Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-Rio. Mestre em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Importantes autores da área, como o livro demonstra, já sentenciaram que a guerra cibernética é real, acontece na velocidade da luz, é global e prescinde do campo de batalha. O *Macfee Virtual Criminology Report*, citado ao longo da obra, é prova incontestada das cinco características citadas acima e, principalmente, a ideia de que a guerra cibernética já está em pleno andamento. O *report* aponta uma competição entre vários Estados, no que ele chamou de “Guerra Fria Cibernética”. Exemplo interessante dessa guerra é o *worm* Stuxnet. Considerado a primeira “arma cibernética da história”, o Stuxnet foi desenvolvido para controlar as centrífugas de enriquecimento de urânio iranianas e é considerado o primeiro *worm* que espiona e reprograma sistemas industriais. Realistas, integrantes da Escola Inglesa ou Neoliberais das RI poderiam dar conta de um fato desses? A anarquia do sistema é referência importante dentro dessas teorias e, como já citado, pode dar conta de parte do contexto atual. Mas, como falar em fronteiras e territórios nessa *topologia* do espaço virtual?

Se as RI sempre se centraram na questão da territorialidade e da função do Estado em manter as tradicionais fronteiras de mar, terra e ar, o ciberespaço traz um novo desafio a uma geopolítica clássica. Enquanto para alguns pensadores há a necessidade de uma demarcação de fronteiras para um mundo virtual que pode transbordar suas potências para o mundo real, gerando fatos políticos e até militares, para outros é preciso atentar-se para o fato do aspecto público do ciberespaço, não sendo um local que possa ser dominado pelo Estado sem o risco desse infringir direitos como o de privacidade e o de sigilo das correspondências. A possibilidade de uma *geocibernética* ainda é questão importante e indefinida.

Mesmo que a regulação desse novo espaço tenha se mostrado ainda tímida, o espaço cibernético encontra-se em crescente protagonismo. Vem se fortalecendo, então, o conceito de Guerra Centrada em Redes – *Network-Centric Warfare* –, que compreende o uso extensivo das redes de informação, elevando o ciberespaço como um novo teatro de operações.

Na segunda parte, intitulada “Oportunidades e Desafios Empíricos”, encontramos discussões centradas em acontecimentos atuais e muito importantes.

A Revolução nos Assuntos Militares (RAM), desde os anos de 1980, trouxeram transformações nas operações militares e na simbologia que permeia os conflitos atuais. Tidas como “limpas”, “precisas”, “cirúrgicas”, as ações militares atuais ganharam um *status* asséptico, contrapondo-se às ações de guerras tradicionais. Nessa transformação, as imagens introjetadas, por gerações passadas, da guerra como longas campanhas militares e com muitas baixas – imagem típica da “Síndrome do Vietnã” – tende a se dissolver em um símbolo novo de uma guerra enxuta em que passa a ser

tolerável o uso cirúrgico da violência: a banalização da violência em conflitos vistos como *tragedy-free*. Essa busca por maior eficiência dos ataques requer uma gestão precisa de informações, bem como um domínio do espaço cibernético. A eliminação da *fricção* consequente dessa eficiência, com a justificativa da crescente racionalização da guerra, não deixa o conflito mais humano. Ela desvincula os combatentes das ações diretas, enfraquecendo os conflitos morais, banalizando o ato de matar e naturalizando a condição da guerra ante a sociedade.

Outro fato atual importante é a insegurança cibernética. Ela pode ser mitigada por cooperações entre os países. Uma cultura de Segurança Cibernética, por exemplo, poderia ser alcançada através de constantes trocas de informação entre os membros da esfera cibernética das Américas. Como poderá ser visto nas argumentações dos autores, a OEA pode liderar uma cooperação entre os seus membros, bem como estimular trocas entre o setor público, a sociedade civil e os governos americanos. A Argentina vem investindo no reforço da sua Segurança da Informação e na Defesa Cibernética do país. O Brasil ainda precisa dar passos mais ousados nesse sentido, como também outros países da região. A força das potências cibernéticas, como é o caso da China, é mais que um aviso para que os países busquem traçar estratégias acertadas sobre a sua Segurança e Defesa Cibernética.

A terceira e última parte do livro, “Oportunidades e Desafios Metodológicos”, conta com um interessante glossário de termos das CiberRI e uma importante lista bibliográfica de artigos e livros acerca do tema.

“Relações Internacionais Cibernéticas” trata da temática de forma precisa e vasta, e deixa ecoar uma questão: um Estado, necessitando fortalecer sua Defesa e Estratégia no mundo atual, pode acessar informações sigilosas de seus cidadãos (assim como manipular dados públicos no ciberespaço)? Ou essa *ética da convicção* (*sensu* Weber) deve render-se a uma *ética da responsabilidade* (*idem*) para que Estados e órgãos intergovernamentais não se tornem *ciberleviatãs*?

REFERÊNCIAS

Bull, Hedley. 1977. *The anarchical society: a study of order in world politics*. New York: Columbia University Press.

Oliveira, Marcos Aurélio Guedes de; GAMA NETO, Ricardo Borges; LOPES, Gills Vilar. 2016. *Relações internacionais cibernéticas (CiberRI): oportunidades e desafios para os estudos estratégicos e de segurança internacional*. Recife: Ed. da UFPE. (Coleção Defesa e Fronteiras Virtuais; 3).

Weber, Max. 2002. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC.

Wendt, Alexander. 1999. *Social theory of international politics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

NOTAS

1. Como diz a famosa artista Laurie Anderson em sua canção “Only an expert”.
2. Cf. Bull 1977; Wendt 1999.

Seção 4

A Reconfiguração do Tabuleiro Internacional

Fundamentos da geopolítica neo-eurasianista na inserção russa no caso sírio

Fundamentals of the neo-eurasianist geopolitics in the russian insert in the Syrian case

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 227-249

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75059

ISSN 2358-3932

THAINÁ PENHA BAIMA VIANA NUNES
MAYANE BENTO SILVA

INTRODUÇÃO

Após o fim da União Soviética, a Rússia se viu diante de muitos desafios. Um deles foi a reconstrução de sua geopolítica histórica e indispensável para muitos dos atos russos ao longo dos últimos dois séculos. Motivado a isso, Vladimir Putin resgata não apenas o uso da geoestratégia, mas a fundamenta conforme a lógica eurásiana, enaltecendo seus objetivos de dar extrema importância à região da Eurásia, assim como de solidificar a identidade russa em resposta à expansão ocidental em nova ordem mundial.

A inserção russa na Síria é parte disso. Ao chamar a atenção do mundo ao estender-se sem consenso mesmo com impactos negativos cada vez maiores, o Estado sírio é apoiado pela Rússia em diversos âmbitos devido à sua importância para o país, principalmente considerando sua relevância geopolítica, justificando assim a inserção russa.

Assim, trabalha-se com a hipótese de que a inserção russa no caso sírio é uma jogada puramente geopolítica, dando-se como uma reação contra uma ordem mundial ditada eminentemente por um poder ocidental. Desta maneira, a manutenção do governo de Bashar Al-Assad é (geo)política e economicamente imprescindível para a Rússia manter a balança de poder na região. Vale pontuar que não se busca fazer um aparato detalhado da crise síria em si, mas sim das motivações russas, ou seja, o que faz com que a Rússia apoie o regime de Bashar al-Assad? Quais os objetivos que

Thainá Penha Baima Viana Nunes – Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia;

Mayane Bento Silva – Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

esta nação busca se colocando em uma posição tão sensível no sistema internacional?

A pesquisa desenvolveu-se por meio da consulta a fontes primárias e secundárias, em especial artigos científicos, dando espaço também para noticiários propícios à atualização da pesquisa com fatos recentes. Foi dada prioridade para escritores inseridos na política russa, a fim de demonstrar a visão russa da inserção, e não a ocidental.

Conclui-se que a participação russa no conflito da Síria, atuando para manutenção do governo do presidente Bashar al-Assad, é, em termos teóricos, um desdobramento da retomada do primado da geopolítica russa, definida como neo-eurasiana, e, em termos geopolíticos, é motivada pelos vínculos históricos entre Rússia e Síria, aos interesses russos de acesso ao Mar Mediterrâneo no porto de Tartus e à manutenção da balança de poder na região em face da crescente ameaça do Ocidente.

A RECONSTRUÇÃO DA GEOPOLÍTICA

A partir do século XIX, a geopolítica do sueco R. Kjellén, do inglês H. Mackinder, do general-geógrafo alemão K. Haushofer e do norte-americano A. Mahan consolidou-se como um comodismo vocabular, que como “nova ciência” serviu muito mais aos interesses dos Estados coloniais na Europa e por isso tornou-se famosa nos círculos de poder tanto na Europa fascista quanto nos ambientes militares do terceiro mundo, a exemplo da influência do determinismo alemão em Mario Travassos, Everardo Backheuser, Golbery, Meira Matos e Lysias Rodrigues no Brasil (Costa 2013).

Costa (2013) busca esclarecer as distinções entre geopolítica e geografia política a partir de uma postura crítica. Para o autor, a geopolítica representa um inquestionável empobrecimento das análises geográfico-política de Bowman, Camille Vallaux, Ratzel Hartshorne e outros e diferentemente de como Kjellén tentou posicioná-la, para Costa (2013), a geopolítica surge como um “reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em que se apropria em parte de seus postulados gerais para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço” (Costa 2013, 55).

Até os anos 1970, a geopolítica passou por uma crise considerada divisor de águas. Além da superação da sua fama como instrumento da Alemanha nazista, com o advento da globalização, o Estado nacional moderno se enfraqueceu, e, conseqüentemente, a Geopolítica se viu sem a sua principal base de estudo (Vesentini 1997; Black 2009). Somado a isso, a terceira revolução industrial, técnico-científica, e o surgimento das novas tecnologias fizeram com que a democracia avançasse de vento em popa; as

fronteiras nacionais se dissolvessem, e; novos atores surgissem para consolidar a nova ordem mundial (Vesentini 1997).

“Sob a influência da ‘geografia crítica’ francesa – em particular Yves Lacoste e seu grupo em torno da revista *Hérodote* – já se registram tentativas de ‘recuperar’ a geopolítica, emprestando-lhe caráter distinto daquele da sua ‘fase maldita’” (Costa 1992 *apud* Horta 2006, 56). Uma interpretação epistemológica mais cuidadosa revela que tanto a geografia política quanto a geopolítica produziram conhecimentos comprometidos com a dominação de povos e territórios, mas também construíram trabalhos críticos e reflexivos em relação aos Estados e suas políticas internas e externas.

Desta maneira, a partir dos anos de 1980, os movimentos de tentativa de recuperação da Geopolítica foram sentidos nos Estados Unidos e na Europa (com destaque especial para a França). O resultado dessa reestruturação é chamado de “segunda vaga’ da geopolítica”, e caracteriza como “menos ambiciosa nas pretensões científicas e mais cuidadosa com sua fundamentação epistemológica” (Fernandes 2010, 34).

A discussão é impulsionada quando se aborda o cenário da Geopolítica à época da Guerra Fria, afirmando que a incerteza das reais capacidades dos dois blocos, capitalista e socialista, trouxeram graves problemas aos analistas. Afinal, vivia-se a alteração de uma possível guerra nuclear entre ambos. Além disso, há de se considerar que essas tecnologias não foram utilizadas; logo, não havia uma maneira de medir sua real efetividade (Black 2009).

A partir dos anos 1990, com fim da Guerra Fria, a reestruturação da Geopolítica passou a ser notada com mais veemência, pois o mundo deixava de ser bipolar e passava a ser unipolar, tendo os Estados Unidos como hegemonia. A movimentação para uma nova ordem mundial trouxe sérias discussões do que deveria ser a Geopolítica dali para frente, devendo-se considerar agora não só o Estado, mas também as diversas relações e atores que surgiriam.

Principalmente após o ataque teorista de 11 de setembro vivido pelos Estados Unidos, a intenção geopolítica a partir de então era travar uma luta contra o islamismo ocidental por meio do que Bush nomeou “guerra ao terror”. Importante ressaltar, porém, que a reconstrução proposta pelos Estados Unidos e aceita pela parcela ocidental do mundo não o era pela parcela oriental, afinal, os primeiros buscariam a partir dali implementar de maneira universal o seu modelo de democracia, como nas tentativas no Iraque e no Afeganistão (Black 2009).

Essa visão foi refutada por Huntington, ao considerar que os conflitos a partir daquele momento passariam a ser entre civilizações, o que cooperaria para o declínio do Ocidente (Black 2009) e a consequente indefinição de

uma nova ordem mundial. Questões como a de civilizações e identidade se somariam a outras, como as relativas à segurança internacional, a recursos energéticos, a conflitos de caráter intraestatal e diversos outros problemas de soluções cada vez mais inalcançáveis em nível global (Bonfim 2005). Assim, tornava-se cada vez mais patente a importância das análises da relação entre poder e território concernentes aos estudos geopolíticos.

Todo esse arcabouço passou a ser fortemente considerado na Rússia pós-Guerra Fria por diversos teóricos geopolíticos. Importante destacar Aleksandr Dugin como principal influenciador da geopolítica russa atual, tendo desenvolvido uma nova territorialidade para o Estado. Desta maneira, é considerado “um comentarista polêmico com uma conta assertiva do espaço nacional e os supostos imperativos biológicos da nação” (Black 2009, 174).

RENASCENDO DAS CINZAS: A REESTRUTURAÇÃO RUSSA PÓS-GUERRA FRIA

Após o fim da União Soviética, a Rússia passou por um momento delicado em todos os âmbitos, tendo assim a Rússia perdido o *status* de grande potência e cativado o novo *status* de potência nuclear regional. Após o desmantelamento da União Soviética, a Federação teve grandes perdas. Dos dados calculáveis, considera-se que houve a perda de 50% de sua população, 40% da capacidade industrial e 30% do território (Trenin 2001), porém, muito foi perdido em essência subjetiva, sendo assim incalculável.

Desde então, houve três presidentes da Federação Russa com abordagens muito diferentes, tendo os dois últimos um alinhamento mais claro. O primeiro deles, Boris Yéltsin, esteve de 1991 a 1999 no poder. Ele assumiu em meio a uma crise geral na Rússia, proveniente do fim de seu sistema comunista. Assim, vivia-se uma crise política, cultural, econômica e principalmente identitária, o que se tornou uma grande barreira para o governo por não compreender com clareza qual posição a Rússia deveria ter a partir de então, principalmente no que tange à sua ideologia (Cidob 2010).

Tendo este cenário como plano de fundo, Yéltsin dispôs como objetivos prioritários diplomáticos a segurança do espaço que antes ocupava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o impedimento da expansão da área de influência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Porém, o que se viu foi a prática de uma política pautada exageradamente na cooperação unilateral com os Estados Unidos, haja vista a ingenuidade de seu governo. A cooperação foi assim caracterizada devido ao Ocidente (tantos os Estados Unidos como a União Europeia) utilizar dessa aproximação para enfraquecer a Rússia, ao contrário de ajudá-la (Mazat e Serrano 2012).

Essa parcela da história em que a Rússia se rende ao mundo unipolar foi chamada de “ilusão liberal”, caracterizada por “uma grave crise cultural que, no âmbito da política externa, se definia como uma subserviência às potências ocidentais, as quais seriam vistas pelas lideranças políticas como avançadas e fontes de apoio a uma Rússia bárbara e atrasada” (Blum e Jacichen 2015, 3).

A Era Putin¹ chegou para modificar todo o cenário russo. No ano de 1999, Vladimir Putin assumiu o governo como presidente interino. Eleito, assume a presidência oficialmente no ano de 2000 e se depara com uma Rússia ainda desestabilizada devido à crise geral – política, social, econômica e identitária – ocorrida nos anos 1990. Por essa razão, busca implantar uma política baseada na reestruturação russa nos mais variados âmbitos (Blum e Jacichen 2015).

Com este objetivo, Putin reformou a política externa e a economia, tendo um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7% ao ano, de 1999 a 2008. Com a significativa recuperação da economia russa, a política externa também foi reformulada, considerando sua independência ocidental e fazendo, assim, com que o maior objetivo da política externa russa pudesse ser colocado em prática: a busca da reafirmação de seu poderio como grande potência no sistema internacional.

Esse sentimento traz consigo outro ponto: para que seja exercido o poder, a Rússia precisaria, primeiramente, definir a área em que esse poder seria executado, ou seja, sua zona de influência, podendo assim exercer sua segurança estatal e maximizar o poder na região estrategicamente traçada (Adam 2011), sendo essa zona entendida por todo o espaço pós-soviético.

Isto posto, a política externa do primeiro mandato de Putin é caracterizada como multiconvencional e multipolar e afirma que “a Rússia almeja uma política externa equilibrada onde a procura de polos múltiplos visa diversificar aliados e permitir a alteração de relações privilegiadas numa constante procura de contrapeso e primazia” (Freire 2009, 12). Enquanto isso, internamente, a Rússia vivia uma estabilidade e crescimento econômico, o que ajudou a garantir aos demais âmbitos da política russa a sensação de independência e autoconfiança do novo papel que buscava a partir de então, regionalmente e globalmente, por meio da Comunidade de Estados Independentes (CEI) e da dimensão oriental.

O hiato Medvedev, de 2008 a 2012, preocupou-se, basicamente, em dar continuidade às políticas instauradas por Vladimir Putin, ainda muito influente como Primeiro Ministro. Medvedev assumiu em meio a uma queda do PIB de -7,9% devido à crise econômica de 2009, o que o levou a abrir o país para o capital estrangeiro a fim de dar chances ao desenvolvimento do setor privado. Alguns autores defendem que esta seria a principal di-

vergência entre o governo de Putin e o de Medvedev, porém, a abertura da economia russa em meio à crise não foi assim tão distante do que faria Putin se estivesse na presidência (Segrillo 2011).

Assim, pode-se afirmar que Medvedev teve como objetivo principal da política externa de seu governo “a integração da Rússia com a comunidade internacional em pé de igualdade e respeito com a OTAN e a UE, mas sem deixar de levar em conta o pragmatismo na política internacional, baseado no acatamento dos interesses nacionais da Federação Russa” (Cidob 2010, 498, tradução nossa).

O mandato de Medvedev foi visto como uma tentativa de aproximação sutil do Ocidente, tanto no que tange aos Estados Unidos, à época com o presidente Obama à frente, quanto à União Europeia, a qual aceitou concretizar acordos como a “Associação para a Modernização” que visava a superação do atraso tecnológico russo (Segrillo 2011).

O pragmatismo de Putin continuou a ser levado em consideração por Medvedev, o qual ampliou o campo de política externa para relações multilaterais, inclusive com o ocidente, como meio de estar mais próximo do “inimigo” capaz de fazer desandar seus objetivos geopolíticos, de estarem próximos da zona estratégica referente à CEI. Ao retornar ao poder como presidente da Rússia, Vladimir Putin adicionou novos objetivos à política externa, no Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2013.

GEOPOLÍTICA RUSSA NA ERA PUTIN: O NEO-EURASIANISMO

Com os novos desafios trazidos à herdeira soviética após o fim da Guerra Fria, quatro grupos se esforçaram para construir e defender maneiras de reestruturação da Federação: os pró-ocidentais, que defendem o mundo unipolar com obediência e adaptação aos ideais dos Estados Unidos, posicionamento este colocado em prática no governo Yeltsin; os liberais moderados, que utilizavam uma corrente realista a fim de desenvolver uma política externa russa distinta; os conservadores moderados, que não entendiam o fim da URSS como o fim de uma grande Rússia mas sim como a necessidade de desenvolvimento de sua influência nas regiões de seu interesse e diminuição da dependência do Ocidente, e; esquerda e direita radicais, que buscavam meios bruscos de reconstruir o *status* de grande potência da Rússia (Kerr 1995).

Apesar do esforço geral, a escola Neo-Eurasiana foi a que mais ganhou ênfase na política russa desde o início do presente século. Dentre as suas diferentes perspectivas carregadas por nomes como Evgenii Primakov, Gennadii Ziuganov e Aleksandr Dugin, entende-se que este último tem maior aplicabilidade, haja vista sua relevância para estudos geopolíticos, as-

sim como seus esforços para institucionalizar sua contribuição dentro e fora da Federação por meio da criação do Partido Eurasiano e do Movimento Eurasiano Internacional, respectivamente. (Segrillo 2013; Bassin 2015).

As variações do Eurasianismo não podem ser reduzidas a uma só por existirem em contextos políticos e agendas ideológicas muito distintas, porém, há de se considerar dois princípios comuns: “o Eurasianismo em toda parte reivindica representar uma síntese única dos princípios europeus e asiáticos, e nos dias de hoje, reivindica em todo lugar ser o legítimo herdeiro do legado ‘clássico’” (Bassin 2015, 281, tradução nossa).

O conceito é definido como “corrente ideológica e sociopolítica nascida dentro do ambiente da primeira onda de imigração russa, unificada pelo conceito de cultura russa como um fenômeno não-europeu, e apresentando uma combinação original de características ocidentais e orientais” (Dugin 2014, 17, tradução nossa). Assim, valoriza o espaço geográfico como de grande importância para a construção da história e cultura de seu povo, evitando importar quaisquer modelos de Estado existentes e criando o seu próprio.

Berryman (2012) assume que o Eurasianismo foi primeiramente invocado como uma ferramenta de manutenção do poder russo. Dugin (2014, 20), por sua vez, afirma que entre as metas do Eurasianismo estavam: manter “riqueza e prosperidade, um estado forte, uma economia eficiente, um exército poderoso e o desenvolvimento da produção” (tradução nossa). Com estes controles, o Estado russo poderia realizar seus ideais mais fortes e seus nomes importantes deveriam defender, fortalecer e preservar todo o arcabouço ideológico eurasianista.

O Neo-Eurasianismo, por sua vez, é descrito como uma corrente “que consiste no renascimento dos princípios clássicos do movimento em uma fase histórica qualitativamente nova e na transformação desses princípios em alicerces de um programa ideológico e político e de uma visão de mundo” (Dugin 2014, 30, tradução nossa). Sua versão se propôs a conservar pressupostos básicos do Eurasianismo clássico, desenvolvendo conceitos como o de civilização, da crítica à civilização romano-germânica, do fator espacial, da plataforma política, da tese de *demotia* e da tese da ideocracia (Dugin 2014). Nota-se que em nenhum momento a ênfase da necessidade russa de preservar-se da possível importação do modelo Ocidental de Estado, assim como a manutenção da rejeição do Ocidente em seus objetivos geopolíticos, é deixada de lado.

Em comum entre o Eurasianismo clássico e sua versão Neo está a definição da civilização Eurásica de acordo com seus pontos de contrastes com o Ocidente. Tendo este último apresentado atos hostis à geopolítica russa durante a história, é por isso considerado o maior desafio da corrente desde

seu nascimento clássico nos anos de 1920. Importante considerar que, neste contexto, o líder atlantista são os Estados Unidos: “os Estados Unidos estão atualmente se esforçando para consolidar sua dominação global, como indicado, e é ao mesmo tempo o imperativo geopolítico e o destino geopolítico da Rússia-Eurásia o de liderar o resto do mundo em resistência a isso” (Bassin 2015, 290, tradução nossa).

Afim de dar continuidade às contribuições de Lev Gumilev, Dugin transformou o pensamento eurasiático em ato político a partir de 1990, buscando ir muito além da ideia instaurada por Nikolai Trubetzkoy, ainda no século XIX, de que o Eurasianismo se concentrava em mostrar que a Rússia não se entendia como um território europeu, nem mesmo asiático, mas sim como eurásico, e que a isso deveria ser dado valor e importância (Dugin 2014).

Assim, Dugin sugere uma nova teoria, em que o mundo seria dividido em quatro: Eurásia, América, Euro-África e Ásia-Pacífico. Todas essas regiões seriam baseadas em princípios igualitários, assim como se reconheceriam mutuamente, sendo o mundo policêntrico para superar a ameaça de uma hegemonia estadunidense (Bassin 2015).

Ao abordar a geopolítica da Rússia contemporânea, é afirmado com veemência que a geopolítica clássica cede à geopolítica russa todo o suporte necessário para a sua formulação fundamental. Para justificar sua afirmativa, volta à geopolítica clássica, na *Heartland* de Mackinder, afim de apresentar a base telocrática da geopolítica russa, ou seja, o poder terrestre russo, construído desde o século XV (Dugin 2016a).

Desde este século, paira na geopolítica russa um objetivo principal que baseou a Federação em todos os momentos, independentemente da divergência entre eles: “a integração da *Heartland*, o fortalecimento da sua influência na zona Norte da Eurásia, a afirmação da sua identidade perante o seu adversário mais agressivo, a Europa Ocidental (...), que aceitara a iniciativa da ‘civilização do Mar’ e da talassocracia” (Dugin 2016a, 263).

Assim, há três deduções necessárias à geopolítica russa: necessidade constante de afirmação da soberania estatal; recorrentes conflitos com a civilização do Mar, e; o entendimento de que a influência russa vai muito além das fronteiras delineadas (Dugin 2016a). Há de se notar, portanto, que essas três deduções são facilmente encontradas na política externa atual da Rússia, assim como podem ser percebidas em seu período de União Soviética e anteriores.

O apoio de Yevgeny Primakov, então primeiro ministro russo, à corrente Neo-Eurasiática, deu a Dugin a oportunidade de se destacar a partir de 1999, ao se tornar assessor de Gennadiy Seleznyov, presidente da Duma Estatal, que por sua vez exigiu que os escritos geopolíticos de Dugin pas-

assem a fazer parte da educação escolar. Com a criação do Movimento Internacional Eurasiano, no ano 2000, aumentou seu *networking* ao conquistar a participação de grandes nomes, como o *vice-speaker* do Conselho Federal da Rússia Aleksandr Torshev, o assistente do presidente Aslambek Aslakhanov e o presidente do Comitê Internacional do Conselho da Federação Russa, Mikhail Mangelov (Shekhovtsov 2008).

Nos anos seguintes, tendo Putin sido eleito, a geopolítica eurasiática de Dugin passa a ser implementada lentamente, como forma de inserir a Rússia no sistema internacional, construindo um novo momento de glória dos ex-soviéticos (Sousa 2012). Paralelo a isso, Dugin consegue aumentar seu espaço de influência quando passa a fazer parte do Centro de Perícia Geopolítica, e quando Ivan Demidov, seu admirador declarado, passa a ter papel chave na política russa (Shekhovtsov 2009).

A retomada da geopolítica enquanto prática de dominação territorial, executada primordialmente pela Rússia de Putin, busca restabelecer o controle do país sobre o território eurasiático por meio da elevação da importância da cooperação com os países que fazem parte do Exterior Próximo. Assim, após o vácuo geopolítico dos governos anteriores, Putin buscou fortalecer a figura da Rússia em seu novo eixo geopolítico, buscando alianças como a realizada em conjunto com a China, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão e o Uzbequistão em 2001, a Organização para Cooperação de Xangai, construída “sobre uma lógica multipolar e orientada inequivocamente para indicar um possível formato de oposição estratégica ao mundo unipolar e à exclusiva hegemonia americana” (Dugin 2016a, 117). Prova disso é a afirmação de que houve a intensificação da internacionalização do movimento Eurasianista na região ex-soviética a partir de 2003, quando os membros da Comunidade de Estados Independentes (CEI) mostraram compartilhar dos valores Neo-Eurasianistas, fazendo com que passasse a existir bolsões do movimento Eurasianista tanto no Exterior Próximo como muito além dele:

Estruturas organizadas do Movimento Eurasianista no exterior passaram a existir no Cazaquistão, Bielorrússia, Tadjiquistão, Quirguistão, Ucrânia, Azerbaijão, Armênia, Geórgia, Bulgária, Turquia, Líbano, Itália, Alemanha, Bélgica, Grã-Bretanha, Espanha, Sérvia, Polônia, Eslováquia, Hungria, Canadá e Estados Unidos (Dugin 2014, 28, tradução nossa).

Como forma documental oficial do Estado Russo, buscou-se a Concepção de Política Externa de 2016, último documento desta natureza emitido até então. Nele pode ser notado que a Rússia não se considera um Estado pequeno, tampouco insuficientemente influente. Em sua terceira meta é afir-

mado que se busca “consolidar a posição da Federação Russa como o centro de influência no mundo atual” (Rússia 2016, 1, tradução nossa). Em outros momentos, o documento mostra que a Federação tem uma leitura da nova ordem mundial como multipolar, em que os Estados devem sempre obedecer à legalidade da Organização das Nações Unidas (ONU).

No entanto, não poderia deixar de ser pontuado um dos seus maiores inconvenientes, que é também peça chave na teoria Neo-Eurasiana. O anti-atlantismo é inserido nos documentos, ainda que de maneira discreta, como forma de oficializar discursos provenientes de casos que envolveram a Rússia e o Ocidente. Na Concepção de Política Externa de 2013, antecessora da de 2016, há a afirmação de que “a habilidade do Ocidente de dominar a economia e política do mundo continua a diminuir” (Rússia 2013, 2) paralelo ao crescimento dos países da Ásia-Pacífico.

Na Concepção de 2016, o recado se dá de forma um pouco mais objetiva e concreta:

As tentativas feitas pelas potências ocidentais para manter suas posições no mundo, inclusive impondo seu ponto de vista sobre os processos globais e conduzindo uma política para conter centros alternativos de poder, levam a uma maior instabilidade nas Relações Internacionais e crescente turbulência nos mercados globais e níveis regionais (Rússia 2016, 2, tradução nossa).

Em outro momento, sobre a Organização do Tratado Atlântico Norte (NATO, na sigla em inglês), organização que tem como “líder” os Estados Unidos:

A Federação Russa mantém sua perspectiva negativa em relação à expansão da NATO, à infraestrutura militar da Aliança se aproximando das fronteiras russas e sua crescente atividade militar nas regiões vizinhas da Rússia, considerando-as uma violação do princípio de segurança igual e indivisível e levando ao aprofundamento das antigas linhas divisórias na Europa e ao surgimento de novas (Rússia 2016, 13, tradução nossa).

Ainda sobre a parcela ocidental, agora em relação aos Estados Unidos:

A Rússia acredita que o diálogo com os EUA sobre questões bilaterais e internacionais só pode avançar de forma estável e previsível quando conduzido em pé de igualdade, com base na confiança mútua, respeito pelos interesses de cada um e não interferência nos assuntos internos de cada um. A Rússia não reconhece a política dos EUA de jurisdição extraterritorial além das fronteiras do direito internacional e encontra tentativas inaceitáveis de exercer pressão militar, política, econômica ou qualquer outra, reservando o direito de responder

com firmeza a ações hostis, incluindo o reforço da defesa nacional e tomar medidas retaliatórias ou assimétricas (Rússia 2016, 18, tradução nossa).

Desta maneira, fica mais fácil compreender em que sentido o Neo-Eurasianismo faz parte da política externa da Federação, ainda que não seja aplicada em seu completo arcabouço. Apesar disso, é evidente a contribuição da corrente de pensamento para a construção da nova Rússia pós-Guerra Fria, principalmente quando se olha para o governo de Putin.

Como nada está livre de críticas, Dugin é acusado de ser um “internacionalista travestido, devido à sua ênfase no bloco eurasiático continental no qual deve se inserir a Rússia” por muitos eslavófilos (Segrillo 2013, 57). Nesta mesma linha, o professor ucraniano Shekhovtsov (2008) busca provar em seus escritos que Dugin tem uma visão de mundo fascista, contrariando a maior parte dos autores utilizados para a produção deste artigo, que consideram as contribuições do mesmo muito relevantes para a reconstrução geopolítica da Rússia pós-soviética. Outros se juntam a ele ao discordarem da figura de Dugin:

Alan Ingram argumenta que os escritos de Dugin são caracterizados por “contradições e ofuscação que tornam seu trabalho um pouco resistente à interpretação convencional ou à sumarização coerente”. [...] Paradorn Rangsimaporn caracterizou Dugin como um “camaleão político cujas opiniões se adaptam às circunstâncias atuais” (Shekhovtsov 2008, 3).

No decorrer de seu artigo, Shekhovtsov (2008) busca provar que as ideias de renovação do Eurasianismo propostas por Dugin são um mito, assim como a Nova Ordem Eurasiana por ele proposta, pois a sugestão de Dugin exigiria a existência de um regime totalitário em que a sociedade se subordinaria totalmente à política. Em artigo posterior, o mesmo autor defende que o Neo-Eurasianismo de Dugin é nacionalista, mais especificamente parte do movimento da nova direita que passa a tomar lugar em muitos países europeus: “Dugin tem uma influência significativa sobre a opinião pública na Rússia e está empurrando-a em uma direção de direita” (Shekhovtsov 2009, 707).

Em publicação mais recente, Shekhovtsov (2017) escreve sobre a crise Ucraniana e o envolvimento da Rússia à luz do Neo-Eurasianismo. Defende que, para derrotar seus inimigos atlantistas, a Rússia buscar construir um Império Eurasiano e, como parte disso, influenciaram “a insatisfação com as autoridades ucranianas, fortaleceram o movimento separatista pró-russo no leste da Ucrânia, alimentaram as tensões étnicas e sociais, lança-

ram ações de desinformação e declararam centros políticos alternativos” (Shekhovtsov 2017, 186).

Independente da intenção de Dugin – que não é objeto deste artigo – buscou-se opiniões de vários autores para atestar a influência do autor como jornalista e comentarista político.

Portanto, o Neo-Eurasianismo implementado por Putin como base geopolítica pode ser notado em diversas reformas realizadas por Putin desde 2000, que levam à compreensão da importância da geopolítica eurásiana para a Rússia contemporânea: a reafirmação e recuperação da soberania da Rússia; a sustentação de seu território; a captura de oligarcas que atrapalhavam a evolução do Estado russo, seja exilando-os, seja encarcerando-os para pagarem por seus crimes; a comunicação autêntica com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental, de maneira imparcial, buscando sempre vencer a tentativa de estabelecimento de uma ordem ocidental universal, mesmo que isso lhe custe todo o trabalho de unir forças para lutar a favor da multipolaridade; a adaptação de uma nova política que dê novas regras às mídias nacionais russas; a revalorização da história russa; o total suporte a todo e qualquer processo que integre seu Exterior Próximo; a regulamentação partidária sem *lobbying*; e; a consolidação da Federação Russa como poderosa em recursos energéticos (Dugin, 2016).

GEOPOLÍTICA RUSSA E O CASO SÍRIO

É imprescindível, ainda, deixar aqui traços da (geo)política russa quanto ao caso sírio, principalmente ao atentarmos que a Síria é um antigo amigo e aliado histórico russo desde o ano de 1946, quando assinaram o acordo secreto, conhecido como Acordo da Amizade. Em 1950, as relações entre os países se estreitaram com o a contribuição militar e econômica da Rússia à Síria. Por conta disso, apesar de não fazer parte do território soviético, a Síria se mostrou um entusiasmado aliado do bloco comunista, o que era de grande importância para os russos devido à posição geográfica da Síria no Oriente Médio (Picolli, Machado e Monteiro 2016; Trenin 2012b).

A edificação do poder da família Assad no governo, na década de 1970, só fez florescer a boa relação entre os países. A efetivação da base naval em Tartus, cedida pela Síria à então União Soviética em 1971, de localização geoestratégica, presenteou a Rússia com o acesso ao Mar Mediterrâneo.

Apesar do breve afastamento a partir da metade da década 1970, o Tratado de Amizade e Cooperação Sírio-Soviética se concretizou no ano de 1980, assegurando os apoios efetivados no início das relações entre ambos (Picolli, Machado e Monteiro 2016). A partir de 2005, Rússia e Síria, descontentados com o posicionamento unipolar estadunidense, uniram-se

ainda mais contra o Ocidente. A Rússia, em particular, incomodava-se com a negligência dos Estados Unidos quanto ao poderio russo, deixando-a afastada de decisões globais importantes (Gama 2013).

Quando a Primavera Árabe² atingiu a Síria, em 2011, com uma série de protestos sociais espalhados por todo o país e com manifestantes violentos e violentados pelo governo sírio, a crise logo se tornou uma guerra civil, o que levou os opositores ao governo a iniciarem o processo para desligamento do então presidente Bashar al-Assad do poder (Picolli, Machado e Monteiro 2016).

Logo, a crise na Síria ocorre a partir de manifestações da população local contra o regime de Assad, cobrando reformas constitucionais recusadas pelo governante (Zahreddine 2013). Sete anos depois, o conflito continua instaurado na região e já soma às estatísticas 511 mil mortos e milhões de refugiados sírios que buscam em outros países a sobrevivência (O Globo 2018). Diversos motivos são citados quando se estuda a questão para justificar a durabilidade do conflito: armas químicas do lado dos civis e do governo, o terrorismo do Estado Islâmico e os interesses dos outros Estados envolvidos no conflito, como a Rússia.

Paralelo à guerra civil síria, o assunto borbulha no cenário internacional. Estados Unidos, países vizinhos da Síria no Oriente Médio e a própria ONU proferiram críticas sobre o conflito. A partir daí, começaram a ser aplicadas sanções à Síria, de diversas direções do mundo, principalmente da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos.

As sanções relacionavam-se principalmente com o bloqueio de contas efetivadas nos Estados Unidos de importantes nomes sírios como o próprio Bashar al-Assad e muitos de seus companheiros, assim como de fundos sírios no Banco Central Europeu. A proibição do acesso de sete pessoas ligadas a Bashar al-Assad ao bloco europeu também deve ser considerada, tal qual a implementação de algumas restrições ligadas ao comércio de metais, como o ouro. Regionalmente, houve o banimento da Síria da Liga Árabe, encabeçada pela Arábia Saudita (Paiva e Fernandes 2012).

Não demorou muito para o assunto ser debatido dentro da ONU, a fim de encontrar soluções para o conflito sírio. Em setembro de 2011 foi aprovada uma missão para investigar casos de violação de Direitos Humanos naquele país. Houve também a tentativa da aprovação de algumas resoluções no Conselho de Segurança, as quais foram duramente criticadas pela Rússia, com posterior veto (Gama 2013). Este caso ocorreu no Conselho de Segurança da ONU, relativo às propostas de resolução para intervenção no conflito sírio, encabeçadas por países como Marrocos e Arábia Saudita, por meio da Liga Árabe, assim como europeus, tais como França e Inglaterra (Paiva e Fernandes, 2012). Desta maneira, consideram-se os vetos russos

no âmbito da ONU e o apoio russo ao governo de Bashar al-Assad diretamente alinhados com os interesses geopolíticos da Rússia.

Utiliza-se, portanto, a base do pensamento Neo-Eurasianista para justificar a inserção da Federação Russa no conflito sírio. O que se mostra como o principal objetivo desta corrente pode ser considerada a principal justificativa de tal inserção. Muitos autores buscam deixar bem claro que este objetivo geopolítico se refere à luta contra a inserção de um regime ocidental na Síria (Trenin 2012a; Trenin 2012b; Khlebnikov 2011; Dugin 2016b; Trenin 2016).

Na Concepção de Política Externa da Rússia de 2016, consta:

A Rússia representa um acordo político na República Árabe da Síria e a possibilidade de o povo da Síria determinar seu futuro com base no comunicado de Genebra de 30 de junho de 2012, declarações do Grupo de Apoio Internacional da Síria e resoluções relevantes do Conselho de Segurança da ONU. A Rússia apoia a unidade, a independência e a integridade territorial da República Árabe da Síria como um Estado secular, democrático e pluralista, com todos os grupos étnicos e religiosos vivendo em paz e segurança e desfrutando de direitos e oportunidades iguais (Rússia, 2016 16, tradução nossa).

Através dos fatos ocorridos pelo menos nos últimos 15 anos, podem ser notados os objetivos que motivam a inserção o Estado Russo na Síria. O interesse econômico, questões de energia nuclear, a base naval de Tartus e a considerável razão de que 90% dos armamentos sírios são provenientes da Rússia pesam na decisão de apoio à Síria; a luta contra movimentos terroristas no Oriente Médio, a inserção de parte do contingente militar russo na Síria e a necessidade de manutenção da influência na região também devem ser aqui considerados (Khlebnikov 2011; Trenin 2016).

Devem ser notadas as três deduções imprescindíveis à geopolítica russa, explanadas no tópico anterior. Enquanto aliada principal do governo de Assad, a Rússia se mostra soberana sob suas decisões, não se sentindo pressionada pelos Estados ocidentais e levando a sério a sua posição dentro do Conselho de Segurança da ONU; o conflito contra o que é chamado de civilização do mar, neste caso, se dispõe justamente à luta contra a hegemonia ocidental, logo, contra a implementação de seu poderio na região do Oriente Médio, seja por meio da União Europeia, seja por meio da OTAN, com ênfase na Síria, assim como no Exterior Próximo da Federação Russa, e; ao mesmo tempo, prova que a sua influência vai além das suas fronteiras, mostrando que seus limites não são delineados (Dugin 2016b).



Mapa 1 – Localização da base naval russa em Tartus.

Fonte: <<http://bit.ly/2nJmNmw>>. Adaptado. Acesso em: 31 out. 2017.

Dentre os objetivos russos notáveis na Síria está a importância da base naval de Tartus. Essa permite à Rússia acesso ao leste do Mar Mediterrâneo (mapa 1), ou seja, assegura à Federação as linhas marítimas de comunicação. A presença da Rússia no Mar Mediterrâneo, assim como no Mar Negro, principalmente após a anexação da Crimeia ao seu território, faz com que a Rússia demonstre um poder latente na região, imensamente importante para a sua caminhada no rumo de se tornar novamente uma potência global:

Nota-se que o acesso ao Mediterrâneo Leste é de importância histórica para a Rússia, já que é através disto que se torna possível a ela demonstrar força, além de ser necessário para que Moscou mantenha uma postura de grande potência. O porto de Tartus é, portanto, a garantia de haver uma base na região no Mediterrâneo Leste, possibilitando à frota russa navegar e abastecer-se por ali. Esta questão configura-se, então, como um dos verdadeiros interesses russos por trás da Síria dentro do contexto de ela manter sua posição no Oriente Médio (Roberto 2012, 64).

Quanto à manutenção da influência russa na região, assim como manutenção da balança de poder regional, considera-se o fato de que Rússia e Síria sempre tiveram boas relações, sendo assim o apoio político nitidamente importante. A Rússia está em uma zona de conforto na Síria e a queda do governo de Assad significa para a primeira a possibilidade de perder

sua influência na região, assim como perder a base naval de Tartus. Sua projeção de poder seria dissipada, o que afetaria diretamente seus objetivos geopolíticos. Tal manutenção é também referente à infraestrutura energética da região, citada como imprescindível para a Rússia, uma vez que sua economia é, em grande parte, pautada no setor energético. Há de se considerar, ainda, que a Rússia é fornecedora de energia para região, assim como a localização geoestratégica da Síria, a qual possui a Arábia Saudita como vizinha, essa última concorrente russa no mesmo setor (Roberto 2012).

Mais uma vez, deve ser enfatizado o posicionamento russo a partir da percepção do Ocidente como uma ameaça à luta pelo poder de potência da Rússia no sistema internacional. Como fortalecedor deste argumento está o próprio discurso do representante oficial da Federação Russa no Conselho de Segurança, Vitaly Churkin, no qual justificou os vetos russos às resoluções contra a Síria como forma de evitar a imposição de decisões ocidentais sobre os mesmos, extrapolando os poderes dados à ONU (Gama 2013).

A Rússia é peça imprescindível para que a Síria não entre em colapso. Caso ocorresse, suas consequências não seriam sentidas apenas na Eurásia, mas principalmente na Europa, levando para seu território milhões de refugiados. Isso faria com que houvesse uma desestabilização social, o que atrapalharia as políticas russas. Portanto, a inserção russa no conflito sírio deveria ser também de interesse europeu (Dugin 2016b).

No dia 13 de abril de 2018, um novo ataque foi realizado na Síria, mas dessa vez com uma novidade: Estados Unidos, França e Reino Unido se dispuseram a assaltar a soberania do Estado após suposto uso de armas químicas pelo governo sírio contra civis. Em uma reunião de emergência no Conselho de Segurança da ONU, a Rússia tentou aprovar uma resolução para punir Estados Unidos, França e Reino Unido pela invasão da soberania síria – sem sucesso. A posição russa não fugiu do esperado, pois buscou mostrar que o problema não estava no governo sírio, mas sim nos movimentos em oposição ao mesmo, financiados pelo Ocidente. Para tanto, Vasily Nebenzia, representante russo na reunião, citou Putin ao condenar o ataque precipitado ao território sírio, afinal, o relatório solicitado aos inspetores da Organização Independente para a Proibição de Armas Químicas (OPCW) ainda não tinha sido emitido para provar (ou não) que o governo sírio não fez uso de armas químicas (BBC 2018).

Analisando este caso, considera-se que os Estados Unidos, a França e o Reino Unido iniciaram uma guerra contra a Rússia e seus aliados. Essa “guerra” é puramente geopolítica, iniciada a partir do momento que o Ocidente percebeu que estava perdendo influência no local de ataque:

Na Síria, a Rússia e seu aliado iraniano mudaram completamente o equilíbrio de poder no Oriente Médio, criando uma arquitetura da qual os atlantes simplesmente foram removidos. A Turquia hesitou e mudou-se cada vez mais para o eurasianismo. Portanto, não havia mais nada a fazer para resolver o assunto além da guerra. É a guerra dos atlantistas contra os eurásianos (Dugin 2018, tradução nossa).

Destarte, percebe-se que a Federação Russa possui uma agenda de política externa voltada para a geopolítica, considerando sua zona de influência, além de lutar diariamente de forma política com o Ocidente, no que tange aos Estados Unidos e à Europa, em suas decisões. Esse é um dos meios de a Rússia mostrar que tem capacidades de participar das decisões importantes e aumentar seu poder perante o sistema internacional, deixando de ser apenas uma potência regional e voltando ao *status* de potência global, como foi à época da URSS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição que a Federação Russa sofreu desde o fim da União Soviética, considerando que nos anos de 1990 a Rússia viveu um período de conturbação constante com a perda de grande parte do seu território geográfico, não foi apenas trágica em si, mas significava devido aos custos político-ideológicos, econômicos e geopolíticos, visto que tudo que influenciava a geopolítica da União Soviética agora caía por terra, fazendo com que os presidentes que governaram a Rússia pós-soviética tivessem que buscar e concluir novos objetivos.

O governo de Boris Yéltsin e sua tentativa constante de alinhamento com o Ocidente colocou a Rússia em uma posição delicada no sistema internacional, afinal, não era segredo que o Ocidente buscava afogar ainda mais os ex-soviéticos em crise, apesar de disfarçadamente se portarem como amigo disposto a ajudar o outro a levantar-se depois de tanta devastação. Claramente, a política de Yéltsin não ajudou na recuperação da defasada Rússia, o que trouxe Vladimir Putin ao poder ainda em 1999, como presidente interino.

Em 2000 inicia a Era Putin, traçando os objetivos geopolíticos da Rússia baseado no Neo-Eurasianismo, o qual considera que a Rússia tem que ser grande por estar no coração da Eurásia, buscando assim se reestruturar como uma potência global.

Portanto, o apoio russo ao governo Sírio de Bashar al-Assad está consistentemente baseado nos objetivos eurásianos da geopolítica russa, considerando a boa amizade histórica existente entre Rússia e Síria; a luta

contra a inserção do poder ocidental na região; a posição geoestratégica que possui o porto de Tartus para a Rússia como acesso ao leste do Mar Mediterrâneo, e; a manutenção da balança de poder na região, que influencia diretamente tanto na presença da Rússia no porto quanto no conforto por ali estar devido às questões energéticas relacionadas à vizinha Arábia Saudita.

Assim, a Rússia considera o envolvimento com a crise Síria uma oportunidade de colocar em prática alguns de seus objetivos pautados no eurasianismo, como o de diminuir o poder do ocidente, tomar o controle da zona de influência e conseguir uma saída estratégica para o mar, o que não deixa de ser uma maneira de expandir as suas fronteiras.

Por fim, conclui-se que o interesse russo no conflito sírio é primordialmente geopolítico, haja vista que sua política externa é totalmente pautada em questões que envolvem a luta contra o poderio do ocidente e o expansionismo de seu poder e zona de influência, sendo os custos para tal apenas um detalhe quando buscam seus reais objetivos.

REFERÊNCIAS

Adam, Gabriel Pessin. 2011. “A Rússia e os países da Comunidade dos Estados Independentes no início do século XXI”. In *Uma Longa Transição da Rússia: Vinte anos de transformação na Rússia*, editado por André Augusto de Miranda Pineli Alves, 40-80. Brasília: Ipea. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9014.

Bassin, Mark. 2015. “Eurasianism ‘Classical’ and ‘Neo’: The Lines of Continuity. Bassin”. https://www.researchgate.net/publication/268300768_Eurasianism_Classical_and_Neo_The_Lines_of_Continuity .

BBC. 2018. “Syria air strikes: US still ‘locked and loaded’ for new chemical attacks”, Acesso em Abr 28, 2018. <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-43771840>.

Berryman, John. 2012. “Geopolitics and Russian foreign policy”. *International Politics*. 49 (4): 530–544.

Black, Jeremy. 2009. *Geopolitics*. London: Social Affairs Union. Kindle.

Blum, Gustavo Glodes e Julia Jacichen. 2015. “Em Busca de um Lugar na Nova Ordem Mundial: a Rússia, o Espaço Pós-Soviético e o Pensamento Geopolítico Russo”. *Geographia Opportuno Tempore* 2 (1): 1-20. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/22794>.

Bonfim, Uraci Castro. 2005. “Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército”. https://www.academia.edu/3068218/CURSO_DE_POL%C3%8DTICA_ESTRAT%C3%89GIA_E_ALTA_ADMINISTRA%C3%87%C3%83O_DO_EX%C3%89RCITO.

CIDOB. 2010. “Anuario Internacional CIDOB 2010: Federación Rusa, perfil de país”. *CIDOB*. http://www.cidob.org/es/publicaciones/serie_de_publicacion/anuario_internacional_cidob/anuario_internacional_cidob_2010_federacion_rusa_perfil_de_pais.

Costa, Wanderley Messias da. 2013. *Geografia Política e Geopolítica*. 2. ed. São Paulo: USP.

Dugin, Aleksandr. 2014. *Eurasian Mission: an introduction to Neo-Eurasianism*. Budapeste: Arktos. Kindle.

Dugin, Aleksandr. 2016a. *Geopolítica da Rússia Contemporânea*. 3 v. Lisboa: Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares.

Dugin, Aleksandr. 2016b. *Why we fight in Syria*. German Center for Eurasianism Studies. <http://germancenter.net/2016/12/09/alexandr-dugin-fight-syria/>.

Dugin, Aleksandr. 2018. *Wojna: powstrzymać ją czy wygrać? Geopolitica.ru*, Abr, 15, 2018. <https://www.geopolitica.ru/pl/article/wojna-powstrzymac-ja-czy-wygrac>.

Ferabolli, Silvia. 2012. “Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe”. *Ciências & Letras* (51). <http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/viewFile/146/142>.

Fernandes, José Pedro Teixeira. 2010. “Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Pós-Moderna: entre a Ruptura e a Continuidade”. In: *Perspectivas geopolíticas: uma abordagem contemporânea*, organizado por Charles Pennaforte e Ricardo Luigi. Rio de Janeiro: CENEGRI – Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais.

Freire, Maria Raquel. 2009. “A política externa em transição: o caso da Federação Russa”. *Relações Internacionais*, (23): 75-89. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000300005&lng=pt&nrm=iso.

Gama, Isabela. 2013. “As motivações russas para sua atuação na Síria: a identidade russa em questão”. Dissertação, PUC Rio. http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=1111717_2013_Indice.html.

Horta, Célio da Cunha. 2006. “Geografia Política e Geopolítica: velhas e novas convergências”. *Revista Geographia* 8 (15).

Kerr, David. 1995. “The new Eurasianism: The rise of geopolitics in Russia’s foreign policy”. *Europe-Asia Studies* 47 (6): 977-988.

Khlebnikov, Alex. 2011. “Why is Russia standing by Syria?”. *Tel Aviv Notes*. <https://dayan.org/content/tel-aviv-notes-why-russia-standing-syria>.

Mazat, Numa e Frankling Serrano. 2011. “A Geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: Vulnerabilidade, Cooperação e Conflito”. In: *O Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI*, editado por André Alves. Brasília: Ipea. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17334.

O Globo. 2018. Em sete anos, guerra da Síria já tem mais de 511 mil mortos. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/mundo/em-sete-anos-guerra-da-siria-ja-tem-mais-de-511-mil-mortos-22479399#ixzz5EHt9eSjx>.

Paiva, Luciana e Márcia Fernandes. 2012 “Os vetos de China e Rússia no caso da Síria: interesses humanitários ou políticos?”. *Conjuntura Internacional* 3: 1-13. https://www.academia.edu/14013521/Os_vetos_de_China_e_Rússia_no_caso_da_Síria_interesses_humanitários_ou_políticos.

Piccolli, Larlecianne, Lauren Machado e Valeska Monteiro. 2016. “A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio”. *Rev. Bra. Est. Def.* 3 (1): 189-203. <https://rbed.emnuvens.com.br/rbed/article/view/63960/37927>.

Roberto, Willian. 2012. “O Papel Russo na Crise Síria e sua Decorrencia Internacional”. *Revista Perspectiva* (9): 57-72. www.seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/issue/download/2607/155#page=57.

Russia. Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation. 2013. http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_public

Russia. Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2016. http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_public

Segrillo, Ângelo. 2011. “A Diarquia Putin-Medvedev: dimensões da Política Interna e da Política Externa”. In: *Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia*, editado por André Alves André. Brasília: Ipea. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9014.

Segrillo, Angelo. 2013. "Occidentalismo, eslavofilismo e eurasionismo: intelectuais e políticos em busca da identidade russa". In: *Intelectuais e modernidades*, editado por Daniel Aarão Reis e Denis. Rio de Janeiro: FGV.

Shekhovtsov, Anton. 2008. "The Palingenetic Thrust of Russian Neo-Eurasianism: Ideas of Rebirth in Aleksandr Dugin's Worldview". *Totalitarian Movements and Political Religions* 9 (4): 491-506.

Shekhovtsov, Anton. 2009. "Aleksandr Dugin's Neo-Eurasianism: The New Right à la Russe". *Religion Compass* 3/4: 697-716.

Shekhovtsov, Anton. 2017. "Aleksandr Dugin's Neo-Eurasianism and the Russian-Ukrainian War". In: *The Politics of Eurasianism: Identity, Popular Culture and Russia's Foreign Policy*, editado por Mark Bassin e Gonzalo Pozo-Martin, 185-204. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.

Sousa, Danilo. 2012. "A Nova Geopolítica Russa e o Eurasianismo". *Revista de Geopolítica* 3 (2): 61-70.

Trenin, Dmitri. 2001. *The End of EURASIA: Russia on the Border Between Geopolitics and Globalization*. Washington DC: Carnegie Moscow Center.

Trenin, Dmitri. 2012a. "No return to the Past for Russia". *The international Spectator* 47 (3): 8-12. <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03932729.2012.711677>.

Trenin, Dmitri. 2012b. "Russia's Line in the Sand on Syria: Why Moscow Wants To Halt the Arab Spring". *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/articles/syria/2012-02-05/russias-line-sand-syria>.

Trenin, Dmitri. 2016. "Russia in the Middle East? Moscow's objectives, priorities, and policy drivers". *Carnegie Endowment for International Peace*. <http://ceip.org/2KpnmLM>.

Vesentini, José. 1997. "O apogeu e o declínio da Geopolítica". *Revista do Departamento de Geografia*, 11, 19-28. <https://doi.org/10.7154/RDG.1997.0011.0002>.

Zahreddine, Danny. 2013. "Crise na Síria (2011-2013): Uma Análise Multifatorial". *Conjuntura Austral* 4: 6-23. <http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/43387>.

NOTAS

1. Considera-se Era Putin o período de 2000 até os dias atuais, afinal, a liderança e controle do regime russo foi administrado por Putin, quer como Presidente, quer como Primeiro-Ministro, sendo assim o mandato de Medvedev considerado apenas um hiato.
2. A Primavera Árabe foi uma onda de protestos que atingiu o mundo árabe a partir do ano de 2011. A insatisfação com a economia e com os regimes não democráticos fez com que grande parte da população árabe fosse às ruas com protestos pacíficos. Tal período é assim denominado por fazer menção à “Primavera de Praga” onde muitos, guiados por Alexander Dubcek, clamaram por reformas na economia e por liberdades individuais (Ferabolli, 2012).

FUNDAMENTOS DA GEOPOLÍTICA NEO-EURASIANISTA
NA INSERÇÃO RUSSA NO CASO SÍRIO

RESUMO

A ascensão da era Putin na Rússia vincula-se diretamente à retomada do primado da geopolítica nas relações internacionais do século XXI. Face a isto, busca-se identificar, a partir da perspectiva Neo-Eurasiana, as motivações geopolíticas da inserção russa no conflito sírio em resposta às ameaças que incidem na região.

Palavras-chave: Rússia; Síria; Neo-Eurasianismo; Geopolítica.

ABSTRACT

The rise of the Putin era in Russia is directly linked to the resumption of the primacy of geopolitics in international relations in the twenty-first century. In view of this, we seek to identify, from the Neo-Eurasian perspective, the geopolitical motivations of the Russian insertion in the Syrian conflict in response to the threats that affect the region.

Palavras-chave: Russia; Syria; Neo-Eurasianism; Geopolitics.

Geopolítica e energia na região do Cáspio

Geopolitics and energy in the Caspian region

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 251-271
DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75074
ISSN 2358-3932

BRUNA BOSI MOREIRA

INTRODUÇÃO

Relativamente desconhecida, especialmente no Brasil, a região do Cáspio, pelas particularidades que a caracterizam, oferece valioso ponto de partida para a reflexão sobre o ressurgimento da geopolítica. No nível internacional, as mudanças subsequentes ao fim da Guerra Fria foram da alteração do mapa mundial à crença no “fim da história”, levando ao entendimento de que a geografia havia sido superada. Ao longo da década de 1990, porém, já havia sinais de contradições nesta interpretação e, em 2001, com o 11 de setembro e a resposta a este evento, passamos a nos deparar mais intensamente com a geografia e com todas as implicações políticas que dela advêm. Atualmente, a geopolítica tem aparecido cada vez mais em análises de relações internacionais, fato motivado pela tentativa de explicar questões como os conflitos envolvendo o Mar do Sul da China, a guerra na Síria e a maior assertividade russa – a qual, inclusive, culminou com a alteração do mapa eurasiático a partir da anexação da Criméia.

Essa linha de raciocínio leva ao entendimento de que o uso da geopolítica, enquanto abordagem para a compreensão das relações internacionais e enquanto guia para a política externa das grandes potências, acompanha os acontecimentos internacionais, ora estando em voga, ora não. No nível regional, contudo, nem sempre tem sido assim. A região do Cáspio é um dos exemplos que desafiam o entendimento de que, em algum momento, a geopolítica caiu em desuso. Pelo contrário, a região tem sido foco do pensamento geopolítico desde Mackinder até os nossos dias, tornando-se parte do que Agnew denomina de “imaginação geopolítica moderna”, um conjunto de representações geográficas, retóricas e práticas que tem pautado a política mundial.

O próprio nome pelo qual a atual conjuntura regional tem sido tratada – como o *Novo Grande Jogo*¹ – remete ao ressurgimento de antigas rivalidades nesta mesma região. Foram, por sua vez, essas rivalidades do século XIX – o Jogo original –, que consolidaram a própria Geopolítica, enquanto disciplina legitimadora do imperialismo britânico e russo daquela época.

Este artigo objetiva, pois, explicitar como a região do Cáspio está atrelada à própria geopolítica. Embora diversas sejam as características históricas e geográficas da região que explicam tal relação, a mais evidente parece estar relacionada aos recursos energéticos do Cáspio e ao interesse que estes despertam nas grandes potências, especialmente em Rússia, Estados Unidos e China. O foco deste artigo será, portanto, na geopolítica envolvendo os hidrocarbonetos da região.

Na primeira seção, a região é apresentada, a fim de situar o leitor em área geográfica relativamente desconhecida, especialmente no Brasil. Além disso, pretende-se justificar também o recorte temático, caracterizado pelo enfoque nos recursos energéticos. Na segunda parte, o foco é a discussão acerca da geopolítica, seu ressurgimento nas Relações Internacionais (RI) e sua permanente presença no Cáspio.

O ELDORADO ENERGÉTICO

Coração da Eurásia, o mar Cáspio consiste na maior porção fechada de água salgada do mundo, sendo delimitado pelas fronteiras de cinco Estados – Rússia, Cazaquistão e Turcomenistão (na Ásia Central), Azerbaijão (no Cáucaso) e Irã (no Oriente Médio). Sob comando alternado do Império Russo e da URSS, foi apenas na década de 1990 que os países da Ásia Central e do Cáucaso ganharam sua independência. Assim, especialmente durante o período da Guerra Fria, a região permaneceu inacessível ao chamado Ocidente, pois se tratava de parte territorial da superpotência inimiga. Com o advento do novo século e das profundas transformações que o acompanharam, o mundo assistiu a intenso processo de reformulação de fronteiras e de surgimento de novos países no centro da Eurásia.

Um dos resultados dessa metamorfose geopolítica foi a produção de grande euforia no Ocidente, incentivada especialmente pela expectativa de que o Cáspio seria o grande Eldorado energético, rico em petróleo e gás natural. Durante a década de 1990, estimativas extremamente otimistas sobre as reservas energéticas do Cáspio incentivaram governos e empresas a se fazerem presentes na região e chegaram a apontar a Ásia Central como potencial alternativa ao fornecimento dos países do Oriente Médio. Naquela época, a própria CIA ajudou a construir a ideia de que o Cáspio equivaleria a uma nova Arábia Saudita (Adams 2004) e, em 1998, Dick

Cheney afirmou: “não consigo pensar em um tempo em que uma região emergisse tão repentinamente para se tornar tão estrategicamente significativa quanto o Cáspio” (Cohn 2000, tradução nossa).

Essa ideia era atraente a um Ocidente pós-choques do petróleo, para o qual o conceito de segurança energética implicava a diversificação e a maximização da oferta global de energia. Aos poucos, porém, dificuldades começaram a surgir, arrefecendo as expectativas de empresas e de Estados. A profundidade e a alta pressão a que estavam submetidas muitas das reservas, além dos problemas corrosivos, característicos do tipo de petróleo da região (Akiner 2004, 9), tornavam difícil a exploração e altos os custos de produção, ainda que as reservas fossem significativas.

Além disso, a estrutura era precária e limitada, pois fora herdada da extinta URSS, na qual as rotas de transporte e distribuição de energia da região levavam exclusivamente à Rússia. Por isso, inserir o Cáspio no mercado energético global demandava investimentos custosos, necessários à descoberta de novas reservas e à construção de gasodutos e oleodutos que possibilitassem a ampliação da rede de distribuição. Assim, as dificuldades também representavam oportunidades, especialmente para os Estados Unidos e países europeus, que possuíam o *know-how* e o capital necessários para o desenvolvimento do potencial energético na região.

Energia, portanto, constituía-se como a espinha dorsal dos projetos envolvendo o Cáspio naquela época. Na realidade, desde o início da exploração das reservas em Baku, ainda nos anos 1870, e com a abertura da região ao investimento privado, a exploração do petróleo se tornou o principal elo de ligação da região com o mundo (Akiner 2004, 3). Assim, desde os primórdios da exploração do petróleo, a relevância da região tem sido historicamente atrelada a seu potencial energético, seja pelas reservas *onshore*² dos países limítrofes, seja pelas reservas *offshore*³ do mar em si.

Mesmo diante de inúmeros motivos para justificar o interesse internacional pelo mar Cáspio, a literatura acaba recorrendo quase sempre à energia como fator principal, o que surpreende quando se confrontam as estatísticas. Porém, para que seja possível analisar os dados com rigor metodológico, cabe, antes, esclarecer o que significam os termos (i) Mar Cáspio, (ii) bacia do Mar Cáspio e (iii) região do Mar Cáspio ou da bacia do Mar Cáspio.

O primeiro refere-se à porção de água amplamente conhecida como mar, mas que em realidade é um lago. As estatísticas energéticas referentes a ele são, por isso, apenas de recursos *offshore*. O segundo, embora utilizado no singular, refere-se a um conjunto de quatro bacias que englobam o Mar Cáspio em si, partes dos cinco Estados limítrofes e ainda uma pequena parcela do Uzbequistão. Já quando se fala em região, extrapolam-se os limi-

tes geológicos da bacia, podendo incluir-se na análise os países limítrofes em sua totalidade, ou seja, não apenas as partes de seus territórios que se localizam sob a bacia. Essa distinção é importante quando se analisam as estatísticas, pois estas variam muito conforme se inclua ou não os países em sua totalidade ou apenas as parcelas territoriais especificamente localizadas na bacia.

A Rússia, por exemplo, possui apenas uma pequena faixa de seu vasto território sobre a bacia. No entanto, as reservas do país em sua totalidade o colocam dentre os principais detentores, produtores e exportadores de hidrocarbonetos do mundo. O mesmo vale para o Irã em termos de reservas.⁴ Ademais, ao falar do Cáspio enquanto região, pode-se ampliar a abrangência desta para além dos países limítrofes, incluindo também outros Estados da Ásia Central e do Cáucaso, como o próprio Uzbequistão já citado, Quirquistão, Tajiquistão, Geórgia e Armênia.

Por termos energia como ponto de partida para explicar uma dinâmica mais ampla, considera-se necessário ir além dos limites geológicos da bacia e, portanto, incluir os dados dos cinco países limítrofes e do Uzbequistão⁵ em sua totalidade. Essa escolha se justifica porque não se trata de um estudo geológico das reservas energéticas da bacia em si, mas sim da dinâmica política e de segurança que está relacionada à capacidade energética dos países da região. A natureza do trabalho e seus objetivos exigem, portanto, essa delimitação mais ampla.⁶

A *U.S. Energy Information Agency* (EIA 2013) estima que, entre reservas provadas e prováveis, a capacidade do Mar Cáspio, isto é, reservas *offshore*, seja de 19,6 bilhões de barris de petróleo (BB) e de 292 trilhões de pés cúbicos (Tcf) de gás natural. Colocando-se essa informação em perspectiva, a Arábia Saudita sozinha possui uma reserva de petróleo comprovada de 268 BB e apenas o Catar possui uma reserva comprovada de gás natural de 872 Tcf (EIA 2015). Portanto, olhar somente para o mar Cáspio em si não é suficiente para justificar o grande frenesi criado em relação a seus recursos. Essa incongruência entre o que mostram os dados e o que se anunciava como grande alternativa energética nos anos 1990 fica ainda mais evidenciada quando se tem em conta que esses números referentes ao mar Cáspio dizem respeito não apenas às reservas provadas, mas também às prováveis.

De fato, o elemento “prováveis” é fundamental para compreender a expectativa criada em torno das reservas do mar Cáspio, pois diversos fatores dificultavam – e, ainda que em menor grau, continuam dificultando – que se soubesse mais precisamente sua real capacidade. Um dos entraves foi a falta de um status legal, o qual permaneceu sem resolução até agosto de 2018. Até a década de 1990, havia apenas dois países delimitando essa porção aquífera – Rússia/URSS e Irã, os quais estabeleceram um regime

de condomínio, ou seja, de uso e soberania conjunta. Com a formação dos novos Estados, estes não aceitaram o modelo de condomínio, o qual desagradava também as empresas interessadas em explorar os recursos do Cáspio. A partir daí instaurou-se longo debate sobre como a delimitação de zonas exploratórias deveria ocorrer.

Não obstante os avanços (ainda em 2003, por exemplo, Rússia, Cazaquistão e Azerbaijão assinaram um acordo delimitando suas fronteiras marítimas no Cáspio), ainda havia questões a serem resolvidas. Um dos principais pontos de divergência vinha do Irã, que insistia que os cinco Estados deveriam ter controle sobre a mesma porcentagem do mar, o que resultaria em 20% para cada país, contra os 12% que caberiam ao Irã caso a divisão fosse proporcional (Kucera 2014).

Importante avanço na resolução desta questão ocorreu em 2014, durante o *IV Caspian Summit*, no qual os países conseguiram acordar sobre a delimitação de áreas marinhas, fundo do mar, recursos do subsolo e as regras e princípios de navegação e pesca. Também ficou decidido que a maior parte do mar Cáspio permanece de uso comum dos cinco Estados (Yakovenko 2014). Esse foi o ponto de partida para que um rascunho da convenção intitulada “*Convention on the Legal Status of the Caspian Sea*” fosse feito. Em maio de 2018, um encontro de ministros do exterior em Astana preparou a pauta para o *V Caspian Summit* (Republic of Kazakhstan 2018), que ocorreu em agosto do mesmo ano, também no Cazaquistão. Nessa ocasião, a Convenção foi finalmente assinada pelos cinco Estados que margeiam o lago.

A falta de definição a respeito do *status* legal do Cáspio foi, até agora, um fator limitador de sua exploração e do desenvolvimento de infraestrutura, contribuindo para a expectativa internacional do *potencial* da região, ou seja, das reservas prováveis, o que inclui não apenas a existência de recursos em si mas também a viabilidade de sua exploração. Assim, ainda que os custos de produção fossem mais altos que no Golfo Pérsico, as projeções do potencial energético do Cáspio estimulavam a continuidade dos investimentos, pois havia também a expectativa de que a tecnologia poderia diminuir esses custos. Ainda hoje, as estimativas sobre a quantidade de petróleo e gás impulsionam os investidores e se aplicam também às reservas *onshore* da bacia, visto que os especialistas acreditam que apenas uma parte do total das reservas tenha de fato sido encontrada (Kubicek 2013, 172). Em relação aos recursos totais dos seis países, tem-se de, acordo com a Tabela 1, a seguir:

Tabela 1
Reservas provadas *onshore* dos países da região do Cáspio

		Rússia	Cazaquistão	Uzbequistão	Turcomenistão	Irã	Azerbaijão	Total
Capacidade	Petróleo (BB)	80	30	0,6	0,6	158	7	276,2
	Gás (Tcf)	1688	85	65	265	1201	35	3339

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados de 2015 da *U.S. Energy Information Agency*.

Em sua totalidade, essas reservas são bastante significativas, especialmente se considerarmos a baixa produtividade da região, o que aponta para seu potencial futuro. Referindo-se ao petróleo, Klare (2002, 85) afirma que o mais notório é que a produção no Cáspio tende a aumentar nos próximos anos, enquanto a tendência em outras áreas é de diminuição. Kubicek (2013, 172) argumenta no mesmo sentido, ao afirmar que, embora as alusões ao Cáspio como um novo Golfo Pérsico possam ter sido exageradas, é preciso ter em conta que as reservas potenciais de petróleo da região são maiores que as reservas da Venezuela, Nigéria, Líbia e Noruega juntas e que, portanto, o que está em questão é sim uma grande contribuição ao mercado energético mundial.

Não obstante, ainda que o potencial energético da área seja fundamental para explicar o interesse internacional despertado pelo Cáspio, ele não é suficiente para justificar a motivação das grandes potências em atuar na região. Afinal, a importância da região ganha dimensão global também por outros fatores além da questão energética. A instabilidade política dos países recém-criados, o potencial aprofundamento do fundamentalismo islâmico na região, o tráfico de drogas, a falta de infraestrutura, os potenciais conflitos étnicos, a falta de governança entre os próprios Estados locais com relação à bacia e os regimes políticos desses Estados também contribuíram para que o Cáspio entrasse na agenda de segurança internacional.

Pode-se, é claro, observar que o interesse Ocidental em energia faz com que se priorizem algumas zonas de instabilidade enquanto foco de preocupação, em detrimento de outras. Afinal, não eram poucas as áreas de instabilidade no mundo nos anos 1990; porém, para os EUA e seus aliados era importante garantir que as potências locais, especialmente Rússia e Irã, não bloqueassem seu acesso às reservas do Cáspio. Nas palavras de Grygiel (2006, 30, tradução nossa), por serem desigualmente distribuídos, “os recursos fazem algumas regiões estrategicamente mais vulneráveis que outras. [...] o que acontece nessas e para essas regiões tem um impacto nas vidas de outros Estados, que conseqüentemente vão prestar mais atenção, militarmente ou diplomaticamente, a elas”.

Assim, a dinâmica regional está em grande medida pautada pela atuação de potências externas. Contudo, isso não significa caracterizar a região como um grande vácuo. Pelo contrário, os países locais inclusive se aproveitam da disputa entre as grandes potências para barganhar a favor de seus próprios interesses, influenciando, portanto, e até mesmo direcionando, a dinâmica da região:

As relações entre os cinco [países] litorâneos do Cáspio são marcadas por constantes mudanças e alianças temporárias de Estados para ganhar apoio para algumas demandas e bloquear outras. A razão central para essa situação são as diferenças nos interesses e nas providências tomadas por atores externos (Naumkin 2001, 135, tradução nossa).

Além disso, embora delimitado apenas pelos cinco países, a compreensão do Cáspio exige que se observe seu entorno. Justamente por ser fechado, para escoar a produção de hidrocarbonetos é preciso passar por terra, o que envolve um complexo emaranhado de gasodutos e relações políticas que ligam os Estados desta região. Além da questão energética, uma delimitação mais ampliada da região ajuda a compreender a importância geopolítica do Cáspio, pois a área se encontra em local privilegiado do globo, ao conectar Europa, Ásia e Oriente Médio.

Dessa forma, considerando-se as características da região apresentadas até aqui, um estudo da geopolítica parece necessário para compreender a região assim como, de certa forma, a região parece ser importante para o entendimento da evolução histórica da própria Geopolítica enquanto disciplina. Esse será o foco de discussão da próxima seção.

A GEOPOLÍTICA E O CÁSPIO

Carregada de controvérsias, a Geopolítica parece ter ressurgido recentemente enquanto abordagem para explicar os principais focos de tensão das relações internacionais contemporâneas, embora muitas vezes não haja consenso sequer sobre o que o termo significa.⁷ O enfoque geopolítico passou as últimas décadas em segundo plano, ofuscado pelas ideias de multipolaridade e de interdependência que ganharam destaque a partir dos anos 1990, quando a chamada Nova Ordem Mundial foi inaugurada. A abordagem, intensamente utilizada até o período da Guerra Fria, se tornou praticamente obsoleta diante dos avanços em termos de cooperação e de governança globais alcançados nas últimas décadas, bem como à predominância das questões de natureza econômica nas relações internacionais.

Não obstante, se seu retorno às RI em geral é recente, na região do Cáspio essa abordagem nunca deixou de imperar enquanto fator explicativo

para a dinâmica regional. Por isso, embora à primeira vista não pareça relevante recuperar pensadores a serviço do imperialismo do início do século XX – ou seja, recuperar um contexto de uma época específica –, uma observação mais cuidadosa de influentes autores contemporâneos aponta para o quanto a *policy* ainda é fortemente influenciada por aquelas ideias, ainda que revestidas de maior cuidado para evitar cair em armadilhas morais.

Além da influência e apelo que a Geopolítica possui para governantes, estudá-la academicamente também se reveste de particular importância no caso dos recursos energéticos do Cáspio. O fato de estarem parte *offshore* e parte em países sem acesso a mar faz com que a viabilidade comercial dos hidrocarbonetos da região, especialmente o gás natural, dependa de oleodutos e gasodutos. O problema é que esses dutos passam por territórios externos aos dos países detentores dos recursos, formando uma complexa rede, cujas implicações políticas têm sido desde muito tempo centrais para compreender a dinâmica regional. Assim, não surpreende que a Geopolítica continue sendo basilar em trabalhos acadêmicos recentes⁸ e mesmo em *policy papers* de importantes *think tanks*,⁹ que possuem marcada influência em governos.

Mas para falarmos em ressurgimento é preciso que compreendamos primeiramente em que momento e contexto essa abordagem teria sido abandonada. Para Kaplan (2013), a ilusão de que a geografia não importava mais, podendo ser superada, veio com a queda do muro de Berlim, cujo significado simbólico foi reforçado pelo grande idealismo da época que levava até mesmo a crer no “fim da História”, conforme defendido por Fukuyama.

A tese de Kaplan (2013) é a de que estamos vivendo a “vingança da geografia”, ciclo subsequente ao da derrota da geografia, que teria marcado a primeira década do pós-Guerra Fria. Assim, o 11 de setembro de 2001 e os acontecimentos que o sucederam teriam, pois, despertado novamente a consciência dos limites impostos pela geografia:

Fomos devolvidos, assim, aos princípios mais fundamentais da existência humana, em que, no lugar do aperfeiçoamento contínuo do mundo que havíamos antes vislumbrado, o que aceitamos foi o embaite seguinte pela sobrevivência e, por associação, as severas limitações com que a geografia nos onerou em lugares como a Mesopotâmia e o Afeganistão (Kaplan 2013, 30).

Dessa forma, retomar a Geopolítica como abordagem explicativa para entender a dinâmica envolvendo os recursos da região não significa concordar com seus expoentes clássicos, intimamente ligados às políticas imperialistas dos Estados a que serviam, muito menos tomá-la como fator determinante do destino do Cáspio. A intenção de compreender o significado

da abordagem se deve ao fato de que esta, desde o início do século passado até os dias atuais, tem sido recorrente nos trabalhos sobre a região. Assim, o primeiro passo nesse esforço é compreender o significado do termo.

Embora não tenha sido o primeiro a utilizar a palavra “geopolítica”,¹⁰ o britânico Halford Mackinder foi o grande impulsionador dessa abordagem, e suas ideias ajudaram a justificar o interesse e o avanço dos Impérios Britânico e Russo na Eurásia na virada do século XIX para o XX – o Grande Jogo original. Sua ideia central era a de que o *heartland* eurasiático – composto pela Ásia Central – compreenderia a região pivô do mundo e, por isso, seu controle seria fundamental para comandar o globo (Mackinder 1904; 1919).

Outro expoente da geopolítica clássica é Nicholas Spykman, que também focou parte de sua obra na região da Eurásia. No entanto, para este acadêmico, o centro do poder mundial não estava no *heartland* mas sim em sua periferia, que ele chamou de *rimland* – espécie de zona intermediária entre o poder terrestre e o marítimo. Spykman compreendia o *rimland* como a periferia do *heartland* mackinderiano, ou seja, seu entorno, o qual seria fundamental por sua característica marítima. Para Kaplan (2013, 98), ambos estão, em essência, se referindo à mesma tese, pois, para Mackinder, o *heartland* seria fundamental para conquistar o *rimland*, cujo poder marítimo seria basilar para dominar o mundo.

Ainda que sejam resultado de um contexto histórico específico, esses conceitos continuam sendo empregados por autores contemporâneos, muitos dos quais exercem importantes cargos em *think tanks* influentes e mesmo em governos, especialmente nos EUA, onde a relação da *policy* com a Academia é significativa.¹¹ Dessa forma, essas teses clássicas, por mais inadequadas que soem, parecem fazer parte do que Agnew (2003) conceitua como “imaginação geopolítica moderna”, composta por teorias e práticas da política mundial:

Essa imaginação geopolítica tem por longo tempo enquadrado a política mundial em termos de um abrangente contexto global no qual Estados competem por poder fora de suas fronteiras, ganham controle (formalmente e informalmente) sobre regiões menos modernas (e seus recursos) e ultrapassam outros grandes Estados em uma busca mundial por primazia global (Agnew 2003, 1, tradução nossa).

Brzezinski (1997), por exemplo – que foi conselheiro de segurança nacional do governo de Jimmy Carter entre 1977 e 1981 – escrevendo já na segunda metade da década de 1990 em um contexto pós-Guerra Fria, parece alimentar essa “imaginação”, ao desenvolver seu pensamento à moda dos clássicos. Em seu *The Grand Chessboard*, Brzezinski entende a Eurásia

como o prêmio geopolítico central para os EUA. Para ele, que foi um dos grandes formuladores da política externa norte-americana, a primazia global de Washington dependia da preponderância do país na região, a qual considera “geopoliticamente axial” (1997, 31, tradução nossa).

Claramente retomando conceitos mackinderianos do início do século passado,¹² Brzezinski afirma que “um simples olhar para o mapa também sugere que o controle da Eurásia ocasionaria quase automaticamente a subordinação da África, tornando o Hemisfério Ocidental e a Oceania geopoliticamente periféricos ao continente central do mundo” (1997, 31, tradução nossa). Se, em um primeiro momento, pode parecer que suas ideias estão presas ao passado, vale ressaltar que, em 2007, Obama afirmou em discurso que Brzezinski era “um de nossos mais destacados acadêmicos” e “um de nossos mais destacados pensadores” (Obama 2007).

Assim, também pautado pela concepção geopolítica do mundo, Brzezinski (1997) entende que os assuntos mundiais ainda são dominados pela competição baseada no território, o que torna a posição geográfica o ponto de partida para a definição de prioridades do Estado. Dessa forma, para o autor, “[...] quanto maior for seu poder militar, econômico e político, maior será o raio, além de seus vizinhos imediatos, dos interesses geopolíticos vitais, da influência e do envolvimento daquele Estado” (Brzezinski 1997, 38, tradução nossa). Essas ideias, portanto, continuam ocupando a imaginação geopolítica moderna, a qual, segundo Agnew (2003), ainda domina a condução da política mundial, servindo à significação e à racionalização de práticas das elites políticas. Compreender seu significado parece, pois, fundamental.

Para Kaplan (2013, 62), a geopolítica é o “[...] estudo do ambiente externo com que cada Estado se depara ao traçar sua própria estratégia – ambiente que envolve a presença de outros Estados, também lutando pela sobrevivência e por vantagens”. Assim, na concepção deste autor, a geopolítica está intimamente relacionada à política externa e ao interesse nacional dos Estados além de suas fronteiras. Foi com esse mesmo entendimento que, segundo Brzezinski (1997, 37, tradução nossa), Napoleão teria dito que “conhecer a geografia de uma nação era conhecer sua política externa”.

Klare explica o contexto competitivo envolvendo grandes potências e a região do Cáspio também em termos da geopolítica. O autor compreende o conceito com sendo “a rivalidade entre potências desejosas de controlar territórios, recursos naturais, acidentes geográficos vitais [...] e outros pontos econômica ou militarmente privilegiados” (Klare 2006, 223, tradução nossa).

Mais contemporâneo e, de certa forma, mais crítico das abordagens clássicas tradicionais, Agnew (2003, 1), assim como Kaplan, se utiliza do

11 de setembro como marco temporal. Para o autor, a partir dessa data temos um quadro em que os EUA e seus adversários participam de um jogo global por controle e influência, fruto também da “imaginação geopolítica moderna”.

Segundo Agnew, o termo geopolítica tem sido utilizado para tratar do estudo das representações geográficas, retóricas e práticas que sustentam a política mundial. O autor parte do ressurgimento do conceito e de seus variados usos atuais para propor ao termo um significado mais específico: “exame das suposições, designações e entendimentos geográficos que entram na elaboração da política mundial” a fim de compreender “como sucedeu que as perspectivas de um Estado em relação a outros eram vistas em relação às condições globais, que eram vistas como impondo limites e definindo possibilidades para o sucesso de um Estado na arena global” (Agnew 2003, 5, tradução nossa).

Entrando no campo mais específico da energia, Fuser (2013, 87) afirma que há duas lógicas concomitantes que explicam a importância do petróleo, uma econômica e outra estratégica. Enquanto a primeira refere-se ao recurso como insumo e envolve investimentos relacionados ao marco econômico-financeiro liberal, a segunda pauta-se por sua escassez e má distribuição, além de ser uma fonte não renovável e fundamental para a segurança e bem-estar estatal.

Essa última lógica pode ser ampliada também para o gás natural, cuja dimensão estratégica parece ter peso ainda maior do que o petróleo quando se considera a alta regionalização de seus mercados, e o fato de que este recurso ainda não é uma *commodity*. Como consequência, o gás natural não se integra ao raciocínio frequentemente aplicado ao petróleo, de que o mercado é força reguladora suficientemente capaz de relativizar o aspecto geopolítico e dirimir o caráter conflitivo envolvendo esse recurso. A ideia de que o mercado se sobrepõe à política quando se trata de recursos energéticos faz parte de um discurso dominante do *mainstream* acadêmico e do *establishment* político-econômico liberal. Porém, o argumento encontra maiores limitações no caso do gás natural, em comparação com o mercado de petróleo.

Nesse sentido, a rede de gasodutos e as rotas de transporte energético por eles configuradas é parte essencial do Novo Grande Jogo, pois é através desse cenário que as potências aqui estudadas estão buscando consolidar seus interesses, sejam eles concorrentes ou cooperativos entre si. O Quadro 1 representa um esforço de mapear os principais gasodutos da região, apresentando as implicações geopolíticas de cada um.

Quadro 1
Principais gasodutos da Eurásia

Gasoduto	Ano	Descrição	Implicações geopolíticas
BTC	Concluído em 2006	Leva petróleo de Baku, no Mar Cáspio, até Ceyhan, passando por Tbilisi	Leva petróleo do Cáspio aos mercados Ocidentais sem passar por Rússia ou Irã. Por isso, é considerado uma vitória dos EUA e seus aliados
BTE ou Southern Gas Corridor	2006	Paralelo ao BTC, que leva gás natural de Shah Deniz a Erzurum	Mesmos objetivos do BTC, porém em relação ao gás natural. Também os EUA saíram em vantagem, enfraquecendo a Rússia, que controlava a distribuição de gás
Nabucco	Negociações em 2002/ encerrado em 2013	Gás da Turquia à Áustria, passando por Bulgária, Romênia e Hungria	Projeto incentivado pelos EUA, parte da UE e rival do South Stream. Sua suspensão pode ser vista como uma vitória dos interesses da Rússia
South Stream	Construção começou em 2012/ suspensa em 2014	Transporte de gás natural da Rússia para a Bulgária através do Mar Negro e, posteriormente, para a Áustria	Projeto russo concorrente do Nabucco. Evita países intermediários, como Ucrânia, e aumenta a dependência dos países da Ásia Central de Moscou. A própria Rússia, porém, suspendeu o projeto após as sanções subsequentes à anexação da Crimeia
Nord Stream	Primeira linha inaugurada em 2011 e a segunda, em 2012	Transporte de gás natural de Vyborg (Rússia) para Greifswald (Alemanha)	Tentativa da Rússia de evitar países de trânsito, como a Ucrânia. Aumenta a dependência europeia do gás russo. A Alemanha aliou-se completamente à Rússia neste projeto, gerando desconfiância dos demais países europeus, que temem uma Alemanha energeticamente autônoma em relação à UE e, portanto, menos empenhada em resolver novas crises de fornecimento russo ao bloco via Ucrânia. Ou seja, em um possível conflito com a Rússia, a Alemanha teria menos incentivos para enfrentar Moscou, devido a seu abastecimento privilegiado via Nord Stream

Gasoduto	Ano	Descrição	Implicações geopolíticas
Blue Stream	Inaugurado em 2003/ planejado desde fim da década de 1990	Leva gás natural da Rússia diretamente à Turquia	Também evita os países de trânsito e aumenta a dependência dos países centro-asiáticos da Rússia
Trans-Caspian Pipeline	Ideia iniciada na década de 1990/ projeto foi arquivado em 2000	Ligaria o Turcomenistão ao Azerbaijão, passando por baixo do Mar Cáspio, com o objetivo de se conectar ao BTE, levando gás turcomeno à Europa	Tentativa de diminuir a dependência dos países da Ásia Central dos dutos controlados pela Rússia e de reduzir a dependência Ocidental do gás russo. Moscou é seu maior opositor. O arquivamento do gasoduto em 2000 e a dificuldade de sua retomada ilustram a influência russa. Um dos entraves para seu avanço foram as disputas territoriais na bacia do Cáspio que, ao mesmo tempo em que dificultam sua exploração, também contribuem para que a Rússia afaste tanto quanto possível projetos ocidentais que diminuam sua influência na Eurásia
Caspian Pipeline Consortium (CPC)	Inaugurado em 2001	Transporta petróleo de Tengiz para Novorossiisk, no Mar Negro	Vitória política dos EUA que, através da Chevron, conseguiu negociar o CPC. O oleoduto fortalece a presença norte-americana na região

Fonte: Elaborado pela autora.

A importância geopolítica da região também é ressaltada por Klare (2002, 49), para quem o Cáspio é parte do que o autor conceitua como “triângulo estratégico”, cujas outras duas pontas seriam o Golfo Pérsico e o Mar do Sul da China. Segundo o autor, neste triângulo estariam as maiores reservas de petróleo do mundo, inúmeras disputas territoriais e interesses de segurança conflitantes de Estados poderosos. Este último fator está especialmente relacionado com a atuação de Rússia, EUA e China no Cáspio.

Rússia e Estados Unidos foram os dois primeiros atores do suposto Novo Grande Jogo. Com sua liderança historicamente consolidada na região, a Rússia possui uma relação muito próxima com os países do Cáspio. Esse relacionamento inclui a grande dependência de Moscou a que ficaram submetidos os Estados recém-soberanos em termos econômicos e de

infraestrutura, porém envolve igualmente aspectos culturais e históricos, cuja origem encontra-se ainda no Império Russo.

A região da bacia do Mar Cáspio é parte do que a Rússia considera como seu Exterior Próximo, ou seja, uma zona de influência fundamental para a manutenção de seus interesses vitais. Além disso, Moscou precisa dos hidrocarbonetos provenientes dos países vizinhos para cumprir seus contratos de exportação de recursos energéticos, uma vez que a Rússia é um importante *player* nesse mercado global. Sua posição no contexto energético mundial é considerada estratégica para os dirigentes do Kremlin, pois lhe confere poder de barganha em outras questões da agenda internacional e traz vantagens ao país em termos de hierarquia global de poder. Assim, o lugar ocupado pela Rússia nesse contexto, tanto como produtora quanto como exportadora de hidrocarbonetos, ajuda a compreender a importância da região para a manutenção da posição russa no cenário energético e político internacional.

O primeiro e principal país a representar ameaça à influência russa na região foram os EUA, ator para quem segurança energética, política externa e grande estratégia estão intimamente atrelados, estando inclusive relacionados à própria defesa nacional, posicionando-se como preocupação prioritária e condicionando a política externa estadunidense. Assim, nos anos 1990, Washington viu na Ásia Central a possibilidade de integrar as recém-independentes economias locais ao mercado global de energia.

No entanto, essa estratégia esbarra na configuração das rotas de transporte regionais, as quais ainda dependem da Rússia. Por isso, o interesse de Washington na região precisa também ser analisado a partir de uma perspectiva ampliada para além da questão energética, pois a relevância do Cáspio na estratégia norte-americana relaciona-se com o objetivo maior de conter a projeção do poder russo, através da quebra de seu domínio logístico e da incorporação dos atores locais na ordem liberal.

Mais recentemente, a China também passou a ocupar espaço na Ásia Central. O fato de o país ter passado de exportador a um dos maiores importadores de recursos energéticos do mundo levou Pequim à necessidade de fazer parte do jogo geopolítico envolvendo as principais regiões produtoras. Seu objetivo estratégico central nesse contexto é diversificar suas fontes de energia para diminuir a dependência em relação às rotas marítimas controladas militarmente pelos EUA. Foi também com esse intuito que a China anunciou a construção de uma Nova Rota da Seda, projeto que envolve uma série de iniciativas de integração econômica que buscam ligar o leste asiático à Europa, passando, portanto, fundamentalmente pela Ásia Central.

É neste contexto que o país se volta ao Cáspio para diversificar seu fornecimento de energia. Sua presença na região tem se consolidado através

do estabelecimento de acordos militares e investimentos locais e sua entrada no Jogo sinaliza ainda mais potencialidades para a região, que, além de ser importante fornecedora para a Europa, agora conta com as oportunidades trazidas pela crescente demanda asiática.

Um argumento frequentemente utilizado para explicar a presença destas potências na região é o de que um vácuo de poder – por conta da suposta fragilidade dos países da bacia – propiciaria oportunidade para a atuação externa. Brzezinski (1997) ilustra este argumento ao afirmar que a Eurásia, a exemplo da Europa, também possui seus Bálcãs. Estes eurasiáticos, porém, seriam diferenciados dos europeus por serem um vácuo de poder. O argumento é que, além de suas entidades políticas serem instáveis, elas convidam à intrusão de potências mais poderosas, em um cenário em que cada uma se oporá à dominação da região por outra. Essa ideia de vácuo de poder traçada pelo estrategista norte-americano na segunda metade da década de 1990 precisa, porém, ser problematizada, pois parte do ponto de vista das grandes potências. É importante que se deixe claro que, embora não seja o foco desta pesquisa, há fatores internos que pautam a busca pelos distintos interesses nacionais das repúblicas locais – países que não podem ser tratados como um mero espaço ou território.

Parte importante da imaginação geopolítica moderna de Agnew (2003, 74) é a obsessão com ganhos relativos através da competição entre Estados. Por isso, a busca pela primazia permanece importante na condução da política mundial:

Assim como as principais ideologias políticas fornecem o quadro competitivo para a competição política dentro de Estados, a imaginação geopolítica tem fornecido o quadro de referência para organizar atividades de Estado além deles. Lugares próximos e distantes podem ser classificados e relacionados à hierarquia de Estados: onde estão os principais competidores? Onde estão as melhores possibilidades para aprimorar a posição competitiva? Onde estão os principais desafios à hierarquia estabelecida? (Agnew 2003, 75, tradução nossa).

Focando nosso olhar no nível regional, encontramos também a competição pela primazia em termos hierárquicos de forma semelhante ao que Agnew nos apresenta. Há ali um claro encontro de interesses, muitas vezes sobrepostos, entre a potência hegemônica – EUA – e duas das principais revisionistas da estrutura do poder mundial – Rússia e China.

Nesse sentido, Labban (2009) argumenta que a atual política e estratégia dos EUA, e também da Rússia e da China, na região são dirigidas por realidades geopolíticas imediatas. O autor explica que a rivalidade geopolítica na Ásia Central hoje faz parte de um processo de eliminação de

entidades geográficas que ameaçam a expansão do capitalismo – áreas alvo da expansão militar norte-americana.

Que a integração desses territórios, interstícios e espaços tenha tomado uma forma crescentemente militar não traduz necessariamente o processo em uma rivalidade geopolítica clássica baseada em Mackinder. Também não é o caso, no entanto, que a rivalidade geopolítica tenha se tornado algo do passado, substituída por formas mais benignas de competição geoeconômica e de relações multilaterais e cooperativas (Labban 2009, 3, tradução nossa).

Assim, para explicar a dinâmica política na Ásia Central no período pós-Guerra Fria, Labban (2009) propõe a ideia de *hybrid geopolitics*, na qual a expansão militar na região não opõe estratégias de controle territorial – com o objetivo de assegurar o acesso a hidrocarbonetos, de contenção da Rússia, ou como parte da guerra ao terror – a estratégias de integração geoeconômica e cooperação multilateral, pois ambas fazem parte de um mesmo processo híbrido:

[...] [O] espaço geopolítico contemporâneo é irreduzível a mapas divididos em círculos concêntricos, centrados em um lugar privilegiado pelos fatos objetivos da geologia e da geografia física. Em vez disso, é um espaço estruturado pela fusão de conjuntos de processos aparentemente opostos de exclusão e de contenção, através da expansão econômica, militar, ideológica sobreposta por processos de integração através dos mesmos processos de expansão. Este espaço geopolítico híbrido está repleto de tensões e contradições, algumas das quais são resolvidas através de mudanças a partir de um processo para outro, dependendo da conveniência política do momento e das relações inconstantes entre os competidores, em vez das propriedades físicas inerentes de determinadas regiões. (Labban 2009, 3, tradução nossa)

Compreender, portanto, a força de atração que a geopolítica exerce sobre governos e pesquisadores, especialmente quando se trata do Cáspio, é fundamental para entender as motivações que levam estas três potências – Rússia, EUA e China – a atuar na região. Esses incentivos resultam, muitas vezes, em interesses sobrepostos, configurando um ambiente conflitivo. Não obstante, esse padrão se mescla com o da cooperação, especialmente no que se refere a alianças para contrabalancear o poder do *hegemon* – muito à semelhança da “geopolítica híbrida” de Labban.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender os motivos que atrelam o estudo da dinâmica que envolve a região do Cáspio à Geopolítica – abordagem que, em virtude de sua própria história, muitas vezes é malvista como marco teórico científico. Procuramos mostrar, contudo, que as características da região – especialmente no que se refere aos seus recursos energéticos – e a forma como os interesses das grandes potências têm, historicamente, se encontrado na região fazem da geopolítica ferramenta essencial para compreender o Cáspio.

O ressurgimento da geopolítica nas RI tem, muitas vezes, resultado em um uso banal do termo, seja na mídia ou mesmo na Academia. É preciso, contudo, recuperar a história dessa abordagem e compreender a polissemia que o conceito abarca. Neste esforço, a região do Cáspio, historicamente atrelada à Geopolítica desde os clássicos até os nossos dias, oferece ponto de partida importante. Ademais, é uma região na qual falar em ressurgimento é ilusório, uma vez que a geografia nunca deixou de desafiar os países locais.

O recorte temático em torno dos hidrocarbonetos da região evidencia ainda mais a presença da geopolítica e a dificuldade de superá-la mesmo com avanços em termos de cooperação regional e desenvolvimento de tecnologia. Da mesma forma como a história da Geopolítica está relacionada à região, também os recursos energéticos têm sido historicamente definidores da relação da região com o mundo, desde as primeiras descobertas de petróleo em Baku no século XIX até o emaranhado de gasodutos que ligam a região à Europa nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- Adams, Terence. 2004. Caspian energy development. In: Akiner, Shirin. *The Caspian Politics, energy and security*. New York: Routledge, 79-94.
- Agnew, John. 2003. *Geopolitics: re-visioning world politics*. 2. ed. Nova Iorque: Routledge.
- Akiner, Shirin. 2004. Caspian intersections: contextual introduction. In: AKINER, Shirin. *The Caspian Politics, energy and security*. Nova Iorque: Routledge, 2-12.
- Brzezinski, Zbigniew. 1997. *The Grand Chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives*. Nova Iorque: Basic Books.

Cohn, Marjorie. 2000. "Cheney's 'Black Gold': Oil Interests May Drive U.S. Foreign Policy". Disponível em: <http://articles.chicagotribune.com/2000-08-10/news/0008100507_1_caspian-oil-caspian-sea-gas-journal>. Acesso em: 15 out. 2016.

Cooley, Alexander. 2012. *Great Games, Local Rules: The New Great Power Contest in Central Asia*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Dekmejian, R. Hrair e Hovann H Simonian. 2003. *Troubled Waters: The Geopolitics of the Caspian Region*. Nova Iorque: I.B. Tauris & Co Ltd.

EIA (Energy Information Agency). 2013. *Overview of oil and natural gas in the Caspian Sea region*. Disponível em: <<http://www.eia.gov/beta/international/regions-topics.cfm?RegionTopicID=CSR>>. Acesso em: 14 set. 2016.

EIA (Energy Information Agency). 2015. *International Rankings*. Disponível em: <<http://www.eia.gov/beta/international/?src=-f3>>. Acesso em: 14 set. 2016.

Fuser, Igor. 2013. *Energia e Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva.

Grygiel, Jakub J. 2006. *Great powers and geopolitical change*. JHU Press.

Kaplan, Robert D. 2013. *A Vingança da Geografia: A construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Klare, Michael. 2002. *Resource Wars: the new landscape of global conflict*. Nova Iorque: Owl Books.

Klare, Michael. 2006. *Sangre y Petróleo: Peligros y consecuencias de la dependencia del crudo*. Barcelona: Ediciones Úrano.

Klare, Michael. 2008. *Rising Powers, Shrinking Planet: How scarce energy is creating a new world order*. Oxford: Oneworld.

Kubicek, Paul. 2013. "Energy politics and geopolitical competition in the Caspian Basin." *Journal Of Eurasian Studies*, [s.l.], 4 (2): 171-180.

Kucera, Joshua. 2014. *After Summit, Caspian Sea Questions Linger*. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/10/after-summit-caspian-sea-questions-linger/>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

Labban, Mazen. 2009. "The Struggle for the Heartland: Hybrid Geopolitics in the Transcaspian." *Geopolitics*, [s.l.], v. 14, n. 1, p.1-25, 13.

Mackinder, Halford J. 1904. "The Geographical Pivot of History." *The Geographical Journal*, [s.l.], 23 (4): 421-437.

Mackinder, Halford J. 1919. *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*. Nova Iorque: Henry Holt And Company.

Milne, David. 2010. "America's 'intellectual' diplomacy." *International Affairs*, [s.l.], 86 (1): 49-68.

Naumkin, Vitaly. 2001. Russia's national security interests in the Caspian region. In: Chufirin, Gennady (Ed.). *The Security of the Caspian Sea Region*. New York: Oxford University Press, 119-135.

Newman, Sheila (Ed.). 2008. *The Final Energy Crisis*. 2. ed. Londres: Pluto Press.

Obama. [Discurso]. 2007. Obama: I've learned an immense amount from Dr. Brzezinski. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AS1ETEhOT-I>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

Republic of Kazakhstan. 2018. *COMMUNIQUE of the 51st Meeting of the Special Working Group on the Development of the Convention on the Legal Status of the Caspian Sea at the Level of Deputy Foreign Ministers of the Caspian Littoral States*. Disponível em: <<http://mfa.gov.kz/en/content-view/kommunike-51-go-zasedania-specialnoj-rabocej-gruppy-po-razrabotke-konvencii-o-pravovom-statuse-kaspijskogo-mora-na-urovne-zamestitelej-ministrov-inostrannyh-del-prikaspijskih-gosudarstv>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

Teixeira, Tatiana. 2009. "A Influência dos Think Tanks no Governo Bush e no Início da Era Obama." In: II Simpósio De Pós-Graduação Em Relações Internacionais Do Programa "San Tiago Dantas" (Unesp, Unicamp E Puc/Sp), 2., São Paulo. *Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas" (Unesp, Unicamp e PUC/SP)*. São Paulo: PPGRI San Tiago Dantas, 1-19. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2009/tatiana_teixeira.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2016.

Van Apeldoorn, Bastiaan e Naná De Graaff. 2016. *American Grand Strategy and Corporate Elite Networks: The Open Door since the end of the Cold War*. Nova Iorque: Routledge.

Yakovenko, Alexander. 2014. *Caspian Summit: Successful cooperation in 'oasis of peace'*. Disponível em: <<https://www.rt.com/op-edge/193960-caspian-summit-sea-asia/>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

Zabortseva, Yelena Nikolayevna. 2012. "From the forgotten region to the great game region: On the development of geopolitics in Central Asia." *Journal Of Eurasian Studies*, [s.l.], 3 (2): 168-176, jul.

NOTAS

1. Termo utilizado para descrever a rivalidade entre grandes potências na região, especialmente entre Rússia, Estados Unidos e China.
2. Recursos que se situam em terra.
3. Recursos localizados no mar.
4. Tanto a produção quanto a exportação de seus recursos estavam prejudicadas em virtude das sanções econômicas aplicadas ao país pelo Ocidente, por conta de seu controverso programa nuclear.
5. Apesar de não ser um Estado limítrofe do mar Cáspio, o Uzbequistão possui maior parcela de território sob a bacia do que seu vizinho Turcomenistão. Segundo a EIA (2013), boa parte de seus recursos energéticos estão geologicamente localizados sob a bacia, porém menos de 1% da produção do país vem dessas reservas. Opta-se por incluí-lo como parte do que aqui se delimita como região do Cáspio, pois essa conjuntura reforça o argumento de que um dos elementos de atratividade internacional do Cáspio é justamente seu potencial, pois muitas reservas ainda se encontram inexploradas.
6. Convencionou-se neste trabalho que, quando a denominação “Cáspio” vier desacompanhada de mar, bacia ou região, o termo estará se referindo à região, conforme delimitado nesta seção.
7. Isso porque muitas vezes há confusão conceitual entre “geopolítica”, “geoestratégia” e “geografia política”. Ademais, mesmo o termo “geopolítica” remete a abordagens não apenas diferentes entre si, mas até mesmo opostas, já que o conceito adquire significados distintos se interpretado de acordo com a Geopolítica Clássica (composta por autores como Mackinder, Spykman e Mahan), a Geopolítica Crítica (sob forte influência marxista, especialmente após a publicação da obra “Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra”, de Yves Lacoste, em 1976) ou sob a ótica da Geopolítica Contemporânea (com autores como John Agnew).
8. Como em Dekmejian e Simonian 2003; Newman 2008; Cooley 2012; Klare 2002, 2006, 2008; Zabortseva 2012.
9. Como exemplo, pode-se citar a influente empresa de inteligência norte-americana Stratfor, que possui foco explicitamente geopolítico. Dentre seus membros estão George Friedman, fundador da empresa, e Robert D. Kaplan, autor de “A Vingança da Geografia: A construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica”.
10. O termo foi cunhado em 1899 pelo sueco Rudolf Kjellén.
11. Sobre este assunto, ver Van Apeldoorn e De Graaff 2016; Milne 2010; Teixeira 2009.
12. Mackinder cunhou o conceito de Ilha Mundial, que seria a soma do continente Eurasiático com o Africano. A ideia de Brzezinski segue essa mesma linha.

GEOPOLÍTICA E ENERGIA NA REGIÃO DO CÁSPIO

RESUMO

O artigo trata da relação entre a Geopolítica e a região do Cáspio, com enfoque em seus recursos energéticos. Com este fim, o trabalho problematiza a ideia do retorno da geopolítica, buscando evidenciar como, na região, a abordagem sempre imperou, tanto como lente analítica quanto como *framework* para a política das grandes potências.

Palavras-chave: Geopolítica; Energia; Eurásia; Cáspio.

ABSTRACT

The article assesses the relation between Geopolitics and the Caspian region, with emphasis on its energy resources. To that end, the article problematizes the idea of the return of geopolitics, by indicating that, in the region, the approach has always been dominant, both as an analytical lens and a framework for great power politics.

Keywords: Geopolitics; Energy; Eurasia; Caspian.

Segurança alimentar russa: estratégia de autonomia para uma estrutura internacional de incertezas

Russian food security: an autonomy strategy for an uncertain international structure

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 273-294

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75064

ISSN 2358-3932

THIAGO LIMA
ATOS DIAS

INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar de uma nação é geralmente associada à debilidade do Estado e à instabilidade social (Patel e McMichael 2009). Não é de se estranhar, portanto, que os governos que busquem estabilidade, segurança e desenvolvimento deem alto grau de importância a essa questão. A Rússia contemporânea não parece fugir a esta tendência. Desde o início do século XXI, a preocupação do país com relação à segurança alimentar interna tem crescido significativamente.

A literatura aponta que três fatores principais (apresentados aqui sem ordem de importância) podem ter alavancado o cuidado do governo russo com relação ao tema. O primeiro foram as crises dos anos 2000, sobretudo a alimentar. Atenta à vulnerabilidade do país frente ao mercado internacional de alimentos, Moscou passou a intensificar políticas de proteção e desenvolvimento da produção agrícola interna no intuito de reduzir a necessidade de se importar alimentos.

O segundo e o terceiro fatores se referem ao tenso contexto geopolítico russo, marcado inclusive por disputas territoriais militarizadas em casos como os da Ossétia do Sul, Geórgia, Ucrânia e Crimeia, bem como pela hostilidade do Ocidente, liderado pelos EUA. As sanções impostas por grandes potências ocidentais contra a Rússia, em 2014, por causa das investidas do país na Crimeia e em regiões separatistas da Ucrânia, parecem ter sido relevantes para a cristalização da percepção de estado de cerco a

Thiago Lima – Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Atos Dias – Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

que o país se sente vulnerável. Como resposta, Moscou embargou a importação de uma série de alimentos oriundos de países do Ocidente. A princípio, essas proibições poderiam ser vistas como mero exercício retaliatório. Contudo, um exame mais profundo indica que elas também respondem a dinâmicas domésticas. Neste âmbito, os fatores dois e três podem ser reconhecidos. O segundo entende as proibições como uma jogada política nacional para demonstrar força, reforçar a percepção de inimigos exteriores, acirrar o nacionalismo e favorecer interesses empresariais associados ao Kremlin. O terceiro compreende os bloqueios como oportunidades para aplicar um protecionismo capaz de sustentar uma política estratégica de longo-prazo de substituição de importações, com vistas a criar um forte setor agroalimentar, inclusive com perspectiva de aumentar exportações.

De imediato, é importante salientar que o projeto de segurança alimentar alavancado pelo governo russo carrega em si uma visão bastante distinta a respeito do entendimento mais conformado em nível internacional do que seja segurança alimentar e nutricional. Este está mais ligado à garantia adequada do acesso físico, econômico e social à alimentação adequada para uma vida saudável, inclusive via mercados internacionais. *Acesso* – e não *produção* ou *autossuficiência* – é a palavra-chave. De maneira oposta, o projeto russo almeja atender à demanda nacional por alimentos a partir da intensificação da produção interna, pois considera que depender do acesso a fornecedores estrangeiros cria uma vulnerabilidade indesejável.

A partir do exame do projeto russo de segurança alimentar – centrado na autonomia agrícola interna e na redução das importações de alimentos – o artigo argumenta que a “Doutrina Russa” é uma expressão da busca do Kremlin por redução das vulnerabilidades econômicas do país em um contexto geopolítico que lhe é inóspito, bem como de uma reinserção econômica internacional mais soberana (menos sujeita a decisões estrangeiras) e mais favorável à sua projeção de poder.¹ Ao buscar esses objetivos por meio da instalação de complexos agroindustriais, a estratégia da Rússia não parece ser inovadora e sim ser uma versão algo similar das estratégias aplicadas por agropotências como União Europeia e Brasil, em que a introdução de sofisticados métodos industriais de produção agrícola geram uma quantidade de excedentes que, ao final, precisarão ser exportados.

O método de pesquisa consistiu primordialmente na revisão bibliográfica e no exame de documentos, de dados de produção e comércio. Este texto está organizado da seguinte forma: na seção “Doutrina Russa e a segurança nacional” são examinados documentos que expressam a política de segurança alimentar russa. Na seção “Poder agroalimentar: variável fundamental para as grandes potências?” exploramos a importância do fator produção agrícola/alimentar para o poder de uma nação. Analisamos,

na seção “Segurança alimentar para além do limite da racionalidade econômica”, se a política atual de segurança alimentar russa é realmente peculiar frente às definições internacionais do termo. Nas considerações finais, apresentamos conjecturas derivadas desse movimento russo. Se confirmada a proposta russa de maior autonomia agroalimentar, o Brasil poderá enfrentar dificuldades para acessar um importante mercado de exportação.

DOUTRINA RUSSA E A SEGURANÇA NACIONAL

O péssimo desempenho econômico da Rússia nos anos 1990 e a desestruturação produtiva no processo de transição para o capitalismo chegou a tal ponto que foi preciso receber ajuda alimentar humanitária do Ocidente para evitar a catástrofe da fome. A vulnerabilidade do Estado russo estava amplamente exposta em um dos elementos mais simples e fundamentais do poder nacional: o abastecimento alimentar. Assim, no começo dos anos 2000, a coalizão de forças que assumiu o governo buscou eliminar o hiato entre a segurança alimentar e a soberania nacional (Malle 2016; Connolly e Hanson 2016). Como resultado, a Doutrina de Segurança Alimentar da Federação Russa (DR) foi publicada em 2010 e a Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa (ESNFR) em 31 de dezembro de 2015. Esses documentos devem ser analisados em conjunto.

A ESNFR afirma estar fundamentada em uma inseparável interconexão de dependência entre a segurança nacional russa e o desenvolvimento socioeconômico do país. (ESNFR 2015). Essa relação fica clara quando o documento argumenta que garantir segurança nacional significa proteger os indivíduos, a sociedade e o Estado das ameaças internas e externas. Essas ameaças não se referem apenas à soberania, independência e integridade territoriais. Relacionam-se, também, à garantia de qualidade de vida decente, dos direitos e liberdades constitucionais dos cidadãos e ao desenvolvimento socioeconômico sustentável. Portanto, em visão ampla, o documento considera que a segurança nacional russa abarca diversos tipos de segurança. Isto é, para além da defesa territorial resguardada no poder militar, o documento toma em consideração questões, econômicas, ambientais, energéticas e de transporte, por exemplo (ESNFR 2015).

Para garantir a segurança nacional, o documento afirma que é preciso desenvolver capacidades que permitam reforçar seu papel num mundo policêntrico em formação (*idem*, 2.7), inclusive diante das medidas econômicas restritivas tomadas contra a Rússia por um certo número de países, principalmente os Estados Unidos e seus aliados, que visam manter sua dominância nas questões mundiais (*idem*, 2.12). Na construção desse mundo policêntrico, a ESNFR reconhece a tendência de aumento da ins-

tabilidade regional e global (*idem*, 2.13), bem como o papel importante da força nas relações internacionais (*idem*, 2.14). Neste contexto, destaca que o poder militar é fundamental para defender-se da crescente ameaça da OTAN (*idem*, 2.15). No que toca à segurança alimentar, o documento reconhece que o problema está se tornando mais complexo, compondo, com outros fatores socioeconômicos, a visão prospectiva de crescente instabilidade (*idem*, 2.23).

Neste cenário turbulento – segue o documento –, os Estados estão assumindo cada vez mais responsabilidade pelos assuntos em nível regional. De maneira específica, o comércio regional e outros acordos econômicos estão se tornando um dos mais importantes meios de proteção contra fenômenos de crise. A ESNFR aponta, por exemplo, que existe um interesse crescente na utilização de moedas regionais (*idem*, 2.25). Isto significa que a confiança na ideia de mercados globais e de uma ordem internacional liberal como ambiente natural para prosperar se torna demasiadamente arriscada.

Assim, para garantir a segurança nacional, o documento assegura que a Rússia está concentrando esforços no fortalecimento da unidade nacional, por meio da estabilidade social, dos acordos interétnicos e da tolerância religiosa, e, mais do que isso, eliminando desequilíbrios estruturais e modernizando a economia (*idem*, 2.26). Desenvolver boas relações de cooperação internacional também é importante e a opção militar, obviamente, não é descartada quando as opções não-violentas estiverem esgotadas.

Reconhecemos que diversos elementos textuais são polêmicos, especialmente aqueles que tocam nas questões sociais e cívicas, e não temos pretensão de analisá-los aqui. Nosso objetivo é perscrutar a questão do abastecimento alimentar. Assim, no rol de interesses estratégicos nacionais de longo-prazo para a plena garantia da segurança nacional, a segurança alimentar (*idem*, 54) está contemplada nas seguintes diretrizes:

- Alcançar a *independência alimentar* da Federação Russa;
- Acelerar o *desenvolvimento e a modernização dos complexos agroindustriais* e pesqueiros, da indústria alimentícia e da infraestrutura do mercado interno;
- Aumentar a eficácia do *apoio estatal aos produtores agrícolas de commodities* e ampliar seu acesso ao mercado para a venda de produtos;
- Desenvolver pecuária, seleção e desenvolvimento de sementes, aquicultura (criação de peixes), formar *reservas federais suficientes* de sementes de plantas agrícolas (incluindo estoques de reserva de sementes) e desenvolver a produção de rações mistas, e de suplementos e pré-misturas de proteínas, vitaminas e minerais e de produtos veterinários (animais);

- Aumentar a fertilidade do solo e prevenção do esgotamento e da redução de área de terras agrícolas e pastagens
- *Impedir a circulação descontrolada de organismos geneticamente modificados* desenvolvidos para serem dispersos no meio ambiente e de produtos obtidos através da utilização desses organismos ou que os contenham
- Melhorar o sistema de regulamentação técnica, a higiene e a fiscalização fitossanitária, e o monitoramento no domínio da inocuidade dos produtos alimentares para a saúde humana;
- Formar cientistas e especialistas altamente qualificados no domínio da agricultura (idem, 54).

Os destaques em itálico acima já estavam de alguma maneira contemplados na DR. Elaborada primeiramente em 2008 e publicada em janeiro de 2010, ela reverbera tensões conjunturais decorrentes das crises alimentar, climática, energética e financeira de 2007/2008, bem como catalisam tendências iniciadas no começo dos anos 2000 (Vassilieva e Smith 2010; Malle 2016; Connolly e Hanson 2016; Wegren et al. 2017). O documento foi elaborado no contexto da então *National Security Strategy of the Russian Federation until 2020* de maio de 2009, e tem o objetivo de contribuir para a transformação da Federação Russa em uma potência mundial num cenário de multipolaridade (*apud* Vassilieva e Smith 2010).

A contribuição estratégica da segurança alimentar russa é abastecer a população do país com produtos agrícolas, pesqueiros e alimentícios seguros. A estabilidade da produção nacional, bem como a disponibilidade de reservas e estoques necessários, é fundamental para o alcance da meta de segurança alimentar russa (*apud* Vassilieva e Smith 2010). Em curtas palavras: independência agroalimentar via modernização de complexos agroindustriais e formação de estoques. Como abordaremos adiante, tanto o incentivo a um alto grau de autossuficiência quanto a formação de estoques nacionais são políticas que desafiam os ditames da ordem econômica internacional contemporânea. No mínimo, a DR demonstra que o Kremlin não está disposto a permitir que a inserção internacional da Rússia se dê na condição de dependência da importação de alimentos. Claramente, o incômodo com a dependência das importações está associado à perspectiva de crescente tensionamento da geopolítica global e ao risco inaceitável de incorrer em desabastecimento por estrangulamento externo.

A ESNFR (2015) define independência alimentar como sendo “Produção doméstica sustentável de produtos alimentícios em quantidades não inferiores aos limiares estabelecidos como sua parcela das commodities domésticas relevantes”. Entre outras, essas medidas/referências referem-se

aos seguintes percentuais de produção nacional do consumo de certos grupos alimentares: grãos, 95%; açúcar, 80%; óleo vegetal, 80%; carne e produtos derivados 85%; leite e laticínios, 90%; pescado, 80%; batatas, 95%; sal comestível, 85%. Não à toa, são esses os principais componentes da base da dieta alimentar russa.

Wegren et al (2017) afirmam que em 2015 essas metas foram revisadas para cima e a nova proposta passou a ser tornar a Rússia um fornecedor global de alimentos. De fato, já há alguns anos têm sido frequentes as reportagens sobre a ascensão meteórica da Rússia como uma agropotência exportadora (Sputnik 2018b). Assim, é importante frisar que a independência alimentar não significa fechar-se às importações e que a participação na Organização Mundial de Comércio, aliás, é vista como uma possibilidade para fortalecer a segurança alimentar. Para o Kremlin, a busca por um determinado grau de autossuficiência não é sinônimo de enclausuramento, mas sim de excesso de oferta. É nesse sentido que a ESNFR (2015, 62) estabelece como princípio fundamental “implementar a substituição racional de importações, reduzindo a dependência crítica de tecnologias estrangeiras e de produtos industriais, e acelerar o desenvolvimento do complexo agroindustrial e da indústria farmacêutica”, assim como “criar reservas estratégicas de recursos minerais e de matérias-primas suficientes para garantir as necessidades de mobilização da Federação Russa e as exigências da economia do país a longo prazo”. Por fim, a Estratégia enfatiza a importância de se reavivar e cultivar a identidade nacional. A alimentação a partir de gêneros locais é, certamente, crucial para isso. Dito de outro ângulo, a incorporação de hábitos alimentares “globalizados”, quando baseados em insumos e métodos que não são reproduzíveis internamente, aumenta a vulnerabilidade do país ao fornecimento estrangeiro.

PODER AGROALIMENTAR: VARIÁVEL FUNDAMENTAL PARA AS GRANDES POTÊNCIAS?

É necessário desmistificar a ideia (por vezes defendida no âmbito acadêmico) de que a produção agrícola em larga escala está majoritariamente atrelada a países em desenvolvimento ou de menor desenvolvimento relativo do sistema internacional. A ideia de que países ricos são responsáveis pela produção de bens manufaturados e de alto valor agregado, e que aos países periféricos cabe a oferta internacional de produtos primários (dentre os quais *commodities* agrícolas), não condiz com a realidade econômica e geopolítica internacional desde o século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (McMichael 2013). Não é a produção de bens primários a característica responsável pelo menor desenvolvimento de países no siste-

ma internacional, e os dados relativos ao comércio internacional demonstram isso.

Se atentarmos para os cinco grãos mais consumidos em todo o mundo, temos que: a China domina a produção de arroz e de trigo, os EUA são responsáveis pela maior parte da produção de milho e de sorgo e a Rússia lidera a produção de cevada. Se tomarmos a União Europeia como produtor único, a entidade encabeça a produção de cevada e de trigo (USDA 2017).

Mais do que isso, considerando a escala dos cinco maiores exportadores agrícolas de 2015, visualizamos que a União Europeia se coloca na liderança, e é seguida por EUA, Brasil, China e Canadá. É interessante notar também que, no mesmo ano, grandes economias estavam também presentes na lista dos maiores importadores de produtos agrícolas, como: União Europeia, China, EUA, Japão, Canadá, Índia, México e Rússia (esta última ocupando o nono lugar) (WTO 2017).

Os dados supracitados mostram, a princípio, que grandes economias figuram entre os dominantes no comércio internacional de produtos agroalimentares em termos de produção, importação e exportação. A atividade em questão ocupa, portanto, um lugar de importância nas agendas de economia e comércio internacional desses Estados.

Mas, para além desse aspecto transacional mais imediato, bem como dos efeitos multiplicadores indiretos que gravitam em torno da indústria da agroexportação, intrinsecamente ligados aos interesses de poderosas corporações (McMichael 2013; Lima 2012), a importância dada por países ricos à produção agrícola em larga escala também possui um caráter político extremamente importante (Patel e McMichael 2009; Paarlberg 2010).

Primeiramente, há de se considerar que o suprimento agroalimentar inadequado impacta o sistema político, podendo afetar a ordem pública interna. De certo modo, a greve de caminhoneiros de 2018 mostrou ao público brasileiro os riscos de uma crise de desabastecimento prolongada. Alimentar o povo é uma fonte de legitimidade para o Estado. “Toda vez que, no curso da história, a segurança alimentar foi gravemente afetada, a incapacidade de restabelecê-la foi seguida, mais cedo ou mais tarde, de sérios distúrbios sociais” (Alencar 2001, 139). Os eventos da Primavera Árabe são exemplos recentes de grande expressão.² Bassou (2016) aponta que os países poupados pela revolta foram ou aqueles que garantiram o abastecimento alimentar interno com receitas oriundas do petróleo, ou que tinham uma política agrícola bem estabelecida. Não é preciso, no entanto, ir a tais extremos para se entender a importância de um suprimento adequado – quer dizer, abundante, de acordo com os hábitos culturais, e de preços baixos. A inflação de alimentos em si já é motivo para se questionar os políticos no poder e abrir janelas de contestação. Portanto, se parece

improvável que um bloqueio internacional seja capaz de esfaimar a Rússia, os governantes russos precisam impedir que um descontentamento sobre esse aspecto basilar da vida – a alimentação – emerja e mine seu projeto nacionalista de reinserção internacional ESNFR (2015, 2.11).

Seria exagero apontar a produção alimentar como uma ferramenta de *hard power*? Dentre as doze potências com maiores índices de *hard power* (EUA, China, Índia, Rússia, Japão, Brasil, Alemanha, França, Canadá, Reino Unido, Austrália e Itália), apenas três dessas (Japão, Reino Unido e Itália) não estão incluídas no quadro dos 11 maiores produtores agrícolas, provavelmente por limitações geográficas.³ Concordamos com Bassou (2016, 4) que, “se a agricultura não pode, sozinha, assegurar a inserção adequada de um Estado internacionalmente, permanece o fato de que a imagem do poder é inconsistente com a dependência em termos de segurança alimentar”. Em outros termos, isso significa dizer que, embora a agricultura não seja uma variável suficiente que ateste o poder de uma nação, ela pode ser, no entanto, um componente bastante relevante.

Essa conjunção entre atividade agrícola, política internacional e segurança nacional já era bastante clara aos olhos de Morgenthau (2003), sobretudo no que diz respeito à questão alimentar. O realista argumentou que os alimentos são o mais elementar dentre os recursos naturais que constituem o poder de uma nação. “Um país que seja autossuficiente, ou quase, em comida já conta com uma grande vantagem inicial sobre qualquer outro que, para não se exaurir de inanição, tenha de importar os alimentos que não produz” (*idem*, 220). A escassez de alimentos, portanto, representa uma fraqueza no campo da política internacional, uma vez que submete países às transações do mercado internacional, onde atores diversos atuam na tomada de decisão e os resultados dessas interações se caracterizam por um alto nível de volatilidade. Em outras palavras, a autossuficiência alimentar garante uma atuação política internacional mais ativa e “constitui um elemento relativamente estável na formação do poder nacional” (Morgenthau 2003, 222). Os países com menor desenvolvimento relativo, por exemplo, “vivem continuamente sob a ameaça da fome e da realidade da subnutrição, sem poderem contar com a maioria dos outros recursos que costumam integrar o poder nacional”; eles “se limitam a esperar que a generosidade internacional os ajude a sobreviver até a próxima crise de fome” (*idem*, 222).

Embora possa aparentar, essa ligação entre agricultura e o nível de poder e segurança de uma nação não é “fetiche de realista”. Keohane e Nye (2012), (institucionalistas neoliberais das Relações Internacionais) explicam que a interdependência pode configurar-se como um recurso de poder entre os atores internacionais. A interdependência na política mundial

“refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries” (*idem*, 7). Isso significa dizer que as decisões tomadas por um certo país podem impactar de alguma forma os demais. Esse cenário faz com que não apenas assuntos militares sejam valorizados nas relações estratégicas entre países, e a questão agrícola/alimentar não escapa dessa lógica. Os autores em questão esclarecem esse argumento ao citar o seguinte exemplo:

Consideremos o comércio de produtos agrícolas entre os Estados Unidos e a União Soviética de 1972 a 1975. Inicialmente, a economia americana era altamente sensível às compras soviéticas de grãos: os preços dos grãos aumentaram dramaticamente nos Estados Unidos. A União Soviética também era sensível à disponibilidade de excedentes americanos, já que sua ausência poderia ter implicações políticas e econômicas internas. As assimetrias de vulnerabilidade, no entanto, correram fortemente a favor dos Estados Unidos, já que suas alternativas à venda de grãos à URSS (como o armazenamento do governo, preços domésticos mais baixos e fornecer mais ajuda alimentar no exterior) eram mais atraentes do que a alternativa soviética básica à compra de grãos dos Estados Unidos (abate de gado e redução do consumo de carne). Assim, enquanto o governo dos Estados Unidos pudesse reter o controle coerente da política – isto é, contanto que os grupos de interesse com uma participação no comércio não controlassem a política – o comércio agrícola poderia ser usado como uma ferramenta de barganha política com a União Soviética (Keohane e Nye 2012, 13).

Assim, pode-se considerar que a interdependência entre os países na questão alimentar, somada a suas assimetrias quanto à capacidade de produção agrícola, abre espaço para que uns possuam a habilidade de exercer poder sobre outros quando houverem vulnerabilidades e sensibilidades a serem exploradas (Keohane e Nye, 2012). Ter uma boa capacidade endógena de produzir alimentos é uma precaução não desprezível. Outra precaução seria diversificar fornecedores.

Não se pode exagerar, no entanto, a eficácia dos alimentos como recurso de poder nas relações entre grandes potências. Discutimos esse ponto em outro artigo (Lima 2014; Lima e Dias 2016). É certo que, em situações de guerra geral, como nas mundiais, a capacidade de suprir os aliados não é algo trivial. Por outro lado, a ajuda alimentar pode contribuir para compor o *soft power* na relação com pequenas potências. Sua recusa (ou embargo) poderia exercer pressão concreta, como *hard power*, sobre Estados débeis. Durante a Guerra Fria, por exemplo, muitos dos alimentos subvencionados pelos EUA eram usados para custear alojamento militar e equipamen-

tos de defesa no exterior. Essas operações seriam uma forma de vincular-se indiretamente os alimentos aos instrumentos de *hard power*. Mesmo assim, a eficácia pode ser limitada se outros Estados resolverem suprir os alimentos negados, ou seja, é uma tática que demanda colaboração por parte dos países exportadores. Ainda no caso do embargo ao fornecimento, duas limitações domésticas são prováveis: é de se esperar que surja oposição ao próprio embargo tanto por parte do público afeito aos Direitos Humanos, que não tolera a tática de esfaimar o estrangeiro, principalmente porque sabe que as elites governantes não sofrerão com a carestia, quanto dos exportadores, que perdem mercado consumidor para concorrentes.⁴

De todo modo, a capacidade de suprir suas próprias necessidades parece ser o papel mais importante que a produção agroalimentar pode desempenhar na composição do poder nacional. A grave crise alimentar global de 2007/2008 demonstrou mais uma vez que confiar o abastecimento nacional ao mercado internacional não é isento de riscos, pois quando o preço dos alimentos começou a disparar, países exportadores restringiram suas próprias exportações para evitar desabastecimento ou inflação nacionais, o que agravou o problema daqueles dependentes de importações (Lima e Leite 2016; McMichael 2013). E isso porque a crise ocorreu num contexto em que não havia tensões geopolíticas ameaçando as rotas de suprimento oceânicas.

Assim, desde um ponto de vista mais realista das relações internacionais, os Estados devem buscar minimizar suas vulnerabilidades, dependendo o menos possível – conforme as possibilidades concretas de cada realidade em particular, levando-se em conta as capacidades econômicas, o contingente demográfico, as dotações geográficas, etc. – das decisões de produção e fornecimento de estrangeiros. Estáveis hoje, elas podem se tornar instáveis amanhã. Aos estadistas e elites prudentes, cabe administrar a incerteza e precaver o Estado. Recorde-se que esse foi o caminho seguido pela enfraquecida Europa Ocidental (hoje União Europeia) no processo de independência de seus impérios ultramarinos: ao perder o controle formal sobre as decisões de produção e comercialização daqueles territórios, bem como a capacidade de defender autonomamente a marinha mercante nos oceanos, os europeus, fustigados pela fome durante as Guerras, constituíram uma Política Agrícola Comum que mudou o perfil daquela região do globo, tornando-a relativamente autossuficiente na produção de alimentos básicos e com excesso de oferta para alguns gêneros elementares como trigo e laticínios. Esta transição, efetuada para acomodar as potências daquela região à sua nova posição na hierarquia geopolítica, ocorreu seguindo o modelo estadunidense dos Complexos Agroindustriais e contou com apoio do Plano Marshall (Veiga 2007; McMichael 2013).

Muitos Estados, no entanto, não possuem capacidade de aumentar sua produção doméstica e buscam diminuir os riscos do abastecimento via fornecimento estrangeiro por meio de diversas estratégias internacionais, que vão desde a compra no mercado de futuros, passando pela cooperação técnica que visa ampliar as áreas de cultivo no exterior, até a compra de fazendas com a finalidade de exportar diretamente para o mercado-mãe (Moyo et al. 2012; McMichael 2013). Esse é um tema complexo e não temos condições de abordá-lo aqui. Basta indicar que países como Japão, Coreia do Sul, China e Arábia Saudita, entre outros, fazem parte desse processo chamado por alguns de “estrangeirização de terras” (Lima e Leite 2016). Embora essa estratégia possa de fato aumentar a diversidade de fornecedores, não se pode esquecer – mais uma vez – os embargos impostos à exportação de grãos justamente em meio à crise de 2007/2008. A própria Rússia embargou suas exportações de trigo em 2008 e 2010!

Bem-dotada territorialmente e com vastas áreas ociosas, a Rússia tem sido apontada como um alvo/receptora de investimentos estrangeiros no processo global de *land grabbing*. Contudo, nem o governo nem a maioria da população parecem se opor a esse movimento. Do ponto de vista do Estado, o investimento estrangeiro parece compor com a estratégia de ampliação nacional da produção. Não é estranho, portanto, que a Rússia tenha interesse em alavancar a sua produção agrícola para se defender das vulnerabilidades decorrentes do fornecimento via mercado internacional num contexto geopolítico que lhe é crescentemente tenso. Ademais, a perspectiva de aumento da demanda chinesa, ainda mais no contexto de estreitamento da parceria estratégica entre ambos, configura importante incentivo para o desenvolvimento de capacidade agroexportadora.

Como coloca Bassou (2016), esse tipo de estratégia russa internaliza o princípio de que a dependência impede o desfrute do poder. Uma lembrança dos anos 1990 ilustra o ponto para a Rússia: devido a uma grave quebra de safra em 1998 – a pior desde os anos 1950 –, EUA e União Europeia forneceram ajuda alimentar aos russos até 2000 para impedir uma séria crise de fome. Na gestão do desabastecimento, o governo impediu que determinadas regiões vendessem alimentos para outras dentro do país, bem como aplicou embargos às exportações. Além da quebra episódica de safra, a pobreza e a queda na produção agrícola, como resultado da transição para o modelo capitalista, agravaram a situação (Wegren et al. 2017). Em outras palavras, a população e o Estado careciam de renda e de estoques num momento de produção nacional insuficiente, colocando a líder URSS de outrora na condição de receptora de ajuda alimentar do Ocidente.

Putin assumiu o poder em 2000 e, desde então, fortalecer a produção agrícola se tornou um imperativo (Wegren et al. 2017). Em seu concei-

to de “soberania econômica”, o setor agroalimentar foi considerado uma prioridade em termos de segurança nacional, juntamente com a segurança energética, informacional e militar (ESNFR, 2015).⁵

Como a Doutrina tem sido implementada na prática? Qual o grau de seriedade que é possível conferir a ela? Malle (2016) e Connolly e Hanson (2016) discutiram as dificuldades estruturais de se aplicar a doutrina de substituição de importações, especialmente num cenário de dificuldades econômicas, mas são unânimes em afirmar que se trata de um projeto sério e prioritário. Na mesma direção, Wegren et al (2017, 7) apontam que, para atingir os objetivos da segurança alimentar, o orçamento federal mais do que duplicou de 2010 a 2015, saltando de 120 para 237 bilhões em rublos nominais. Para 2018, a expectativa é que sejam liberados 272 bilhões de rublos, o que corresponde a 15 bilhões de reais. Recursos públicos têm subsidiado a compra de gado de corte e vacas leiteiras de *pedigree*. Há também subsídios diretos à produção de leite, além do apoio do mais alto nível para a pecuária em geral, inclusive com o objetivo de desenvolvimento de capacidade exportadora. Há subsídios para a compra de máquinas agrícolas, sementes de alta qualidade, fertilizante mineral, pesticidas, assim como para o transporte de grãos via ferrovia. Serviços financeiros como seguro de safras e empréstimos de curto (um ano) e longo prazo (oito anos) têm sido subvencionados para incentivar melhorias de capital e aquisições de novos equipamentos ou gado. “Em suma, as declarações políticas sobre a obtenção da segurança alimentar não são meramente retórica política. Os líderes russos estão dedicando recursos significativos para o seu objetivo”, concluem Wegren et al (2017, 7).

Alguns impactos dessa estratégia já são quantificáveis, segundo dados do Ministério da Agricultura da Rússia (Sputnik 2018b; 2018a). A importação de alimentos caiu de 35% para menos 20% do total consumido pelo país entre 2013 e 2017. Nos últimos três anos, as importações de açúcar, carne e queijo foram reduzidas em 73%, 36% e 29%, respectivamente, enquanto a produção nacional adquiriu capacidade de suplantar a importação de frangos e suínos. As exportações de legumes e azeite subiram 40% e a de peixe bateu o recorde histórico. No que se refere aos grãos, importante base da alimentação mundial, a Rússia detém hoje 22% das exportações mundiais de trigo, a frente da União Europeia e dos EUA, com 14% e 13%, respectivamente. A atual liderança russa no mercado de trigo decorre de uma série de fatores dinâmicos, como dificuldades climáticas para produção em fornecedores tradicionais, efeitos positivos do aquecimento global no território russo, mas também da abertura de novos mercados. Inclui-se, entre eles, o brasileiro, que estava fechado há 9 anos por desavenças fitossanitárias (Nenakhova 2018). As exportações de outros grãos, com a cevada, também

têm crescido. Em suma, para Yevgeny Akhpashev, diretor do Departamento Industrial de Alimentos e Processamento, “A política de substituição das importações provou que vale em uma série de setores. Falando sobre a produção agrícola, podemos dizer que somos autossuficientes. Esperamos que o crescimento das exportações dobre até 2025” (Sputnik 2018a). Entre os fatores que contribuíram para o aumento da produção e das exportações estão as sanções e as retaliações trocadas entre o país e o Ocidente, que acabaram abrindo espaço no mercado doméstico e incentivando o setor agroindustrial russo a adquirir capacidade de exportação.

O imenso território russo parece ter em andamento um projeto de transformar-se em uma plataforma capaz de gerar receita a partir das exportações de alimentos. Isso pode gerar pelo menos dois tipos de benefícios indiretos. Primeiro, configura uma espécie de seguro nacional para os momentos de queda no preço do petróleo, quando diminui a capacidade de custear importações. Segundo, por que o país se torna capaz de mobilizar o excedente de alimentos como ferramenta diplomática. A Rússia pode, por exemplo, oferecer ajuda alimentar (na forma de doação ou de vendas subsidiadas) a aliados, papel este que tem sido dominado pelo Ocidente, principalmente pelos Estados Unidos, no período pós-Guerra Fria (Clapp 2012). Isto é, além de ajuda humanitária, o país pode também oferecer transações comerciais alimentares mais vantajosas a seus aliados, como no caso do acordo fechado com a Venezuela, no qual a Rússia pretende suprir todo o trigo que antes era comprado do Canadá e dos Estados Unidos. A crise alimentar na Venezuela é sabidamente um dos principais elementos desestabilizadores do país e que contribui para o enfraquecimento da legitimidade do governo de Maduro. Não à toa, a mídia estatal venezuelana divulgou o acordo como sendo uma ajuda russa no contexto da “guerra econômica” que tem sido imposta pelos opositores do governo (Reuters 2018; Telesur 2017).

SEGURANÇA ALIMENTAR PARA ALÉM DO LIMITE DA RACIONALIDADE ECONÔMICA

O conceito sobre segurança alimentar dificilmente é consensual. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) reconheceu isso ao afirmar que “a segurança alimentar é um conceito flexível, conforme se observa nas muitas tentativas de definição para fins da pesquisa ou de políticas públicas. Até uma década atrás, havia cerca de 200 definições em escritos publicados”. Por isso, continua a FAO, “sempre que o conceito é introduzido no título de um estudo ou de seus objetivos, é necessário olhar atentamente para identificar a definição explícita ou implícita” (FAO 2003, 25).

A definição mais recente comumente aceita refere-se àquela negociada durante a Cúpula Mundial sobre Alimentação em 1996, e carrega a preocupação com a garantia do *acesso* aos alimentos. A definição declara que “A segurança alimentar, nos níveis individual, doméstico, nacional, regional e global, é alcançada quando todas as pessoas têm, de forma ininterrupta, acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendem às suas necessidades e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”. (FAO 1996).

Por outro lado, a insegurança alimentar ocorre quando os indivíduos não possuem adequado *acesso* físico, social ou econômico à alimentação (FAO 2003). Ao se enfatizar a questão do acesso – e não a produção, por exemplo –, o conceito proposto está indicando como diretriz aos países que suas políticas públicas alimentares tenham como alicerce o fornecimento via mercados (Maluf 2007; Paarlberg 2010). Em outros termos, a ideia é a seguinte: no mundo há alimentos suficientes para todos. Se os indivíduos tiverem renda e os mercados estiverem abertos, o problema estará solucionado. Com um mercado aberto, a fome é questão de renda, e não de alimento.

É tomando essas definições mais comumente aceitas pela comunidade internacional que Wegren et al. (2017) afirmam não haver ameaça ao nível de segurança alimentar da Rússia, uma vez que a população possui, em geral, renda per capita suficiente para complementar sua demanda alimentar via mercado internacional. Ao mesmo tempo, o mercado internacional contaria com oferta suficiente para atender à demanda russa. Por isso, a agenda de segurança alimentar seria, na verdade, usada majoritariamente pelo governo para fins de política doméstica e de favorecimento de grupos econômicos aliados. Em outras palavras, as políticas adotadas pelo governo russo não refletiriam seu real nível de insegurança alimentar e seriam manipuladas com o objetivo de promover interesses estatais de natureza política e favorecimentos empresariais.

Embora o conceito supracitado seja o mais divulgado e aceito internacionalmente, inclusive por divulgação da FAO (ressonando interesses dos países agroexportadores e das grandes corporações do agronegócio), há um forte movimento internacional que o questiona e defende, alternativamente, a ideia de soberania alimentar. Este conceito enfatiza a legitimidade e o dever de se recorrer aos instrumentos do Estado para aplicar uma política de produção e abastecimento a partir do que a sociedade considerar seu ideal de alimentação – e isso normalmente inclui favorecer a produção doméstica, de gêneros nativos e locais, enfatizando os pequenos produtores e os métodos ecologicamente corretos; a administração de preços e a regulação da oferta, inclusive a proveniente do exterior. Esta é

uma noção que “vem sendo trabalhada e difundida principalmente pelos movimentos sociais” como resposta “à perda de capacidade de os Estados nacionais formularem política agrícolas e alimentares no contexto de progressiva internacionalização da economia” (Maluf 2007, 22; McKeon 2015). De acordo com o que foi apresentado a partir do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (realizado no ano de 2001 em Cuba), os povos nacionais teriam o direito de definir suas políticas e estratégias produtivas – baseando-se na pequena e média produção sustentável e respeitando seus aspectos culturais – com vistas a garantir o acesso aos alimentos por parte da população (*idem*).

Podemos dizer, com isso, que o conceito de soberania alimentar surge como uma resposta política à predominância da importância do mercado como via solucionadora dos problemas de falta de acesso a alimentos por parte da população mundial. Embora o comércio internacional, atualmente bastante marcado pela agilidade dos transportes e da informação, possa garantir a satisfação alimentar das populações demandantes, muitas vezes esse acesso pode ser prejudicado devido às volatilidades deste comércio. A crise alimentar dos anos 2000 exemplifica bem como o mercado internacional está vulnerável a falhas em garantir o abastecimento alimentar internacional. O que queremos aqui demonstrar é que o conceito de segurança alimentar é um conceito historicamente usado como ferramenta política para atender a interesses políticos e econômicos (McMichael 2013).

A Doutrina Russa não se enquadra nem na definição da FAO de segurança alimentar, nem na de soberania alimentar dos movimentos sociais. O que se observa no caso da Rússia é a opção de reduzir sua vulnerabilidade por meio de uma reestruturação econômica calcada na implementação de Complexos Agroindustriais via processo de substituição de importações (Zeilanov e Terentev 2015; Malle 2016). É uma estratégia que se vale profundamente da capacidade indutora do Estado (e que possui semelhanças com a aplicada pelo Brasil pelos governos militares), visando a larga escala e o ganho de capacidade de exportação. Trata-se de garantir o mínimo produzindo em excesso. Ademais, as orientações neoliberais preconizam, desde os anos 1980, a privatização de estoques públicos de alimentos como forma de reduzir custos no orçamento. Os pacotes de ajuste estrutural do FMI tiveram papel relevante na desarticulação dos estoques públicos de alimentos em países em desenvolvimento endividados desde os anos 1990. O resultado dessa política foi o aumento da vulnerabilidade desses países aos choques domésticos e internacionais de oferta e de preço (Clapp 2012). A Doutrina Russa, ao buscar criar estoques de alimentos e sementes, vai na contramão da atual ordem econômica internacional. A opção por este caminho demonstra o objetivo de reduzir vulnerabilidades decorrentes do

fornecimento estrangeiro de alimentos, opção esta que se torna mais racional conforme aumentam as tensões geopolíticas com o Ocidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentamos em outro artigo (Lima 2012) que uma estratégia dos países desenvolvidos (e não desenvolvidos, como o Brasil) para garantir sua segurança alimentar é desenvolver complexos agroindustriais que produzem em excesso e que, por isso, são dependentes da intervenção estatal (principalmente na forma de subsídios) e das exportações. O caso em tela sugere que a Rússia busca seguir o mesmo caminho para adquirir ganho em escala e consolidar-se como grande agropotência. Malle (2016, 117) corrobora com essa conclusão, ao afirmar que “os altos subsídios agrícolas mantidos pelos EUA e pela UE durante décadas, apesar das recomendações da OMC, também fornecem segurança alimentar. Após décadas de dependência alimentar, a Rússia parece estar se alinhando com a prática das potências mundiais”. Vejamos, à guisa de considerações finais, algumas vantagens aparentes desse modelo.

Aumentar a produtividade e a escala domésticas, de modo a poder acompanhar a acirrada competição internacional, é uma maneira razoavelmente eficiente de se manter seguro quanto ao abastecimento físico agroalimentar. A grande oferta permite evitar pressões populares e da indústria de transformação por comida/insumos mais baratos em um contexto de mercado global de commodities, e de um sistema multilateral de comércio que pressiona pela diminuição das barreiras comerciais.

A instalação de complexos agroindustriais competitivos demanda investimentos em insumos sofisticados de engenharia, química, biotecnologia, etc. Assim, a meta de aumentar produção agroalimentar por esta via traz, intrinsecamente, a oportunidade do desenvolvimento (ou ao menos a instalação de fábricas e laboratórios, inclusive via investimento estrangeiro direto) de equipamentos e insumos de alta tecnologia. Ao privilegiar a indústria e os laboratórios nacionais, a Doutrina Russa pode ganhar o apoio político desses grupos de interesse. Adicionalmente, cabe lembrar que em caso de necessidade os parques produtivos agroindustriais podem ser úteis para a produção bélica.

É provável que, se bem-sucedido, o impulso capitalista dos complexos agroindustriais gere excedentes exportáveis. Essas exportações podem contribuir para a receita nacional e para arrecadar dólares. A proximidade com os mercados importadores dinâmicos da Ásia, sobretudo Índia e China, pode se tornar uma vantagem competitiva desde que a logística seja bem desenvolvida. A perspectiva de exportação, portanto, pode im-

pulsionar também o investimento em infraestrutura em direção ao leste. Isso contribuiria para o esforço de diminuir a dependência das relações econômicas com a Europa.

Ademais, as receitas das agroexportações poderiam contribuir para aliviar o problema cambial russo. Como a economia russa é muito dependente das exportações de petróleo, o rublo tende a flutuar conforme essas receitas. Quando o preço do petróleo aumenta, a moeda se aprecia; quando cai, se deprecia. O problema da depreciação do rublo, para a questão alimentar, é que ele impacta a inflação de alimentos. No entanto, se o país aumentar sua capacidade agroexportadora, ele tenderá a exportar ainda mais em momentos de depreciação cambial, o que poderá exercer uma contratendência com algum impacto sobre o equilíbrio do câmbio.

O problema surge quando o câmbio está apreciado – e isso nos leva a elencar, especulativamente, algumas desvantagens do modelo. É que as importações se barateiam e as *commodities* russas encarecem. Se a qualidade não for competitiva, a tendência é de superoferta doméstica, derrubando preços e infundindo prejuízos em cadeia para os complexos agroindustriais. A solução adotada pelos países desenvolvidos nesse caso é a prática de subsídios de exportação e, em menor medida, a doação humanitária de alimentos (que, se bem manuseada, pode aumentar o *soft power*). Os subsídios tendem a pesar no orçamento e receber ataques políticos tendo, por isso, efeitos colaterais negativos.

A produção de *commodities* de exportação é dominada pelo oligopólio de grandes corporações privadas e cabe indagar se a estratégia russa seria capaz de criar suas próprias corporações, ou se seus complexos agroindustriais seriam inseridos nas estratégias globais dessas multinacionais, abrindo flancos para sua influência econômico-política que podem contrariar os preceitos da segurança alimentar russa.

Os complexos agroindustriais normalmente não prezam pela sustentabilidade, o que contrariaria a própria ESNFR (2015, 63). São ancorados na larga produção de monoculturas intensivas em insumos químicos. Isso traz consequências negativas para o meio ambiente que vão desde a poluição até a eliminação da diversidade biológica. Eles também tendem a eliminar empregos rurais, concentrar terras e gerar deslocamento de populações.

Enfim, em que medida uma instalação exitosa de modernos complexos agroindustriais na Rússia permitirá uma reinserção internacional em termos que lhe são preferíveis é uma questão em aberto. A Doutrina Russa parte da leitura de que a tendência de instabilidade geopolítica pode agravar-se, modificando os parâmetros das relações econômicas internacionais e, particularmente, do modelo majoritariamente vigente de segurança alimentar (conforme definição da FAO, 1996). Na perspectiva do Brasil, é

mister estar atento a esses movimentos, pois a Rússia é importante destino de exportações e, eventualmente, pode vir a se tornar mais um competidor internacional.

REFERÊNCIAS

- Alencar, Álvaro Gurgel de. 2001. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, 44 (1), 137-144, jan./jun.
- Bassou, Abdelhak. 2016. The importance of agricultural policy in terms of security, defense and sovereignty. *OCP Policy Center*. Policy Brief, Rabat, maio.
- Clapp, Jenifer. 2012. *Hunger in the Balance: the new politics of international food aid*. London: Cornell University Press.
- Connolly, Richard e Philip Hanson. 2016. Import Substitution and Economic Sovereignty in Russia. *Research paper – Chatham House*. Russia and Eurasia Programme. The Royal Institute of International Affairs, Chatham House, jun.
- ESNFR (Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa). 2015. *The Russian Federation's National Security Strategy*, 31 dez. Disponível em: <<http://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/2016/Russian-National-Security-Strategy-31Dec2015.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 1996. *Rome Declaration on World Food Security*. Roma, 13-17 nov. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613e/w3613e00.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 2003. *Trade Reforms and Food Security: conceptualizing the linkages*. Roma. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-y4671e.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- Keohane, Robert O. e Joseph S. Nye. 2012. *Power and Interdependence*. Nova York: Longman. 368p.
- Lima, Thiago. 2012. Agricultural protectionism in developed countries as a State interest. *Brazilian Journal of International Relations*, 1 (2): 60-84.
- Lima, Thiago. 2014. Alimentos: um recurso de poder nas Relações Internacionais? Um exame a partir da experiência histórica dos EUA. *Caderno CEDEC*, 118: 1-24.
- Lima, Thiago e Atos Dias. 2016. A ajuda alimentar internacional dos EUA: política externa, interesses econômicos e assistência humanitária. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*. João Pessoa, 1 (1): 189-211.

- Lima, Thiago; Alexandre C. C. Leite. 2016. Estrangeirização de terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea? *Monções*, 5 (9): 121-151.
- Malle, Silvana. 2016. Economic Sovereignty: an agenda for Militant Russia. *Russian Journal of Economics*, Amsterdam, 2: 111-128.
- Maluf, Renato. S. J. 2007. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis: Vozes. 174p.
- McKeon, Norah. 2015. *Food Security Governance: Empowering communities, regulating corporations*. Londres: Routledge.
- McMichael, Philip. 2013. *Food regimes and agrarian questions*. Halifax e Winnipeg: Fernwood Publishing. 196p.
- Moyo, Sam, Paris Yeros e Praveen Jha. 2012. Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 1 (2): 181-203.
- Morgenthau, Hans J. 2003. *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1.093p.
- Nenakhova, Ekaterina. 2018. Brasil abre mercado para trigo russo, pondo fim à “luta” requisitória de 9 anos. *Sputnik*. 26 de abril. Disponível em: <<https://sptnkne.ws/hvEb>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- Paarlberg, Robert. 2010. *Food Politics. What everyone needs to know*. Oxford University Press. 280p.
- Patel, Raj e Philip McMichael. 2009. A political economy of the food riot. *Review: a journal of the Fernand Braudel Center*, 31 (1): 9-35.
- Reuters. 2018. Russian state trader to supply 300,000 T of wheat to Venezuela in 2017/18. 27 de junho. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/russia-venezuela-wheat/russian-state-trader-to-supply-300000-t-of-wheat-to-venezuela-in-2017-18-idUSL8N1JO4OP>>. Acesso em: 29 set. 2018.
- Sputnik. 2018^a. Exportações de alimentos da Rússia podem duplicar até 2025 graças a sanções internacionais. 12 de março. Disponível em: <<https://sptnkne.ws/gWHk>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- Sputnik. 2018^b. “Exportações russas de cereais estão crescendo a níveis recorde. A Sputnik explica como a Rússia está se tornando o maior fornecedor de alimentos”. 30 de abril. Disponível em: <<https://sptnkne.ws/hxdh>>. Acesso em: 28 set. 2018.

Telesur. 2017. Russia Helps Venezuela Fight Opposition's "Economic War". 5 de junho. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/english/news/Russia-Helps-Venezuela-Fight-Food-Blackmail-by-Imperialist-States-20170605-0023.html>>. Acesso em: 29 set. 2018.

USDA (United States Department of Agriculture). 2017. *Production, Supply and Distribution Online (PSD Online)*, Washington. Disponível em: <<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/home>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

Vassilieva, Yelena e Mary Ellen Smith. 2010. Food Security Doctrine adopted. *GAIN Report Number: RS1008*. USDA, Foreign Agricultural Service. 02 nov.

Veiga, José Eli da. 2007. *O desenvolvimento agrícola: Uma visão histórica*. São Paulo: Edusp. 234p.

Wegren, Stephen K., Alexander M. Nikulin e Irina Trotsuk. 2017. The Russian Variant of Food Security. *Problems of Post-Communism*. 64 (1): 47-62.

WTO (World Trade Organization). 2017. *Documents, data and resources*, Genebra. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/res_e.htm>. Acesso em: 17 abr. 2017.

Zeilanov, Isa e Aleksei Terentev. 2015. Principals of food security in modern Russia: political-economic aspect of the strategy. *European Political and Law Discourse*. 2 (2): 221-224.

Ziegler, Jean. 2013. *Destruição em massa: geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez. 336p.

NOTAS

1. Malle (2016) aborda como a ideia de “soberania econômica”, pronunciada por Putin pela primeira vez em 2015, pode traduzir o intuito do projeto de substituição de importações. Em 2017, a Rússia forneceu ajuda alimentar à Venezuela para auxiliar o governo de Maduro a estabilizar o país.
2. Bassou (2016, 1) chama a atenção para o fato de que, quando recentemente a China propôs a aquisição do grupo agroquímico Syngenta, alguns senadores norte-americanos pediram ao Departamento do Tesouro que estudasse a iniciativa chinesa para detectar “*potential consequences for US national security and the American food system*”. A Syngenta está entre o grupo das dez maiores sociedades que controlam um terço do mercado mundial de sementes e 80% do mercado mundial de pesticidas (Ziegler 2013).
3. Para medir o nível de *hard power* dos Estados, Bassou (2016) considerou o percentual médio da participação de cada país nas seguintes variáveis: população mundial, PIB mundial, financiamento dado à ONU, despesas militares mundiais e superfície mundial.
4. Outra limitação do uso da negação de alimentos como recurso de poder é que o “estrangulamento” poderá levar o Estado a buscar alternativas que diminuam sua vulnerabilidade. No caso russo, embora o estrangulamento ocidental não tenha vindo no setor agrícola, o movimento parece ter catalisado a Doutrina de Segurança Alimentar por demonstrar os riscos de se depender do internacional. Ao invés de buscar ampliar a rede de fornecedores estrangeiros, o Kremlin buscou desenvolver a produção doméstica por meio da agroindustrialização.
5. Paradoxalmente, como apontaremos nas considerações finais, a estratégia calcada na instalação de complexos agroindustriais provavelmente acabará por criar um outro tipo de dependência do mercado internacional: a necessidade de exportar excedentes.

SEGURANÇA ALIMENTAR RUSSA: ESTRATÉGIA DE AUTONOMIA
PARA UMA ESTRUTURA INTERNACIONAL DE INCERTEZAS

RESUMO

A insegurança alimentar está atrelada à debilidade do Estado e à instabilidade social. A Rússia contemporânea não parece fugir a esta tendência. Dentre os fatores que podem ter alavancado uma maior preocupação do governo russo em garantir a segurança alimentar estão: as crises dos anos 2000 (sobretudo a alimentar), que expôs a instabilidade do mercado internacional de alimentos; e as sanções impostas pelos governos ocidentais em retaliação às investidas geopolíticas da Rússia no seu entorno. Este artigo – a partir de uma revisão bibliográfica, análise de dados econômicos e exame documental – procurou entender como se dá a estratégia de segurança alimentar da Rússia, intitulada “Doutrina Russa”. Ficou perceptível que a “Doutrina Russa” é uma expressão da busca do Kremlin por redução das vulnerabilidades econômicas do país em um contexto geopolítico que lhe é inóspito, bem como de uma reinserção econômica internacional mais soberana e mais favorável à sua projeção de poder.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Doutrina Russa; Geopolítica russa; Poder agroalimentar; Segurança nacional.

ABSTRACT

Food insecurity is linked to weakness of the State and social instability. Contemporary Russia does not seem to scape this tendency. Among the factors that may have stimulated the preoccupation of the Russian government with ensuring of food security are: the crisis of the 2000s (mainly the food crisis) that exposed the instability of the international food trade; and the sanctions imposed by western governments in retaliation to Russian geopolitics in the region. This article – based on a literature review, analysis of economic data and documentary examination – sought to understand the Russia's food security strategy entitled “Russian Doctrine”. It became clear that “Russian Doctrine” is an expression of Kremlin's goal of reducing the economic vulnerabilities in an inhospitable geopolitical context. It is also an initiative to allow a more sovereign participation in the international economy as well as the Russian projection of power.

Keywords: Food Security; Russian Doctrine; Russian Geopolitics; Agrifood Power; National Security.

Recebido em 03/05/2018. Aceito para publicação em 06/12/2018.

Resenha de: Stavridis, James. 2017. *Sea Power. The History and Geopolitics of the World's Oceans*. New York: Penguin Press.

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, nº 1, jan./jun. 2018, p. 295-299

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75077

ISSN 2358-3932

FLÁVIO ROCHA OLIVEIRA

Nessa obra o Almirante James Stavridis apresenta uma visão dos interesses dos EUA no século XXI, empregando uma abordagem centrada na geopolítica dos oceanos.

Stavridis comandou o *U.S. Southern Command* (2006-2009), e foi *NATO SACEUR* (*Supreme Allied Commander Europe*), de 2009 a 2013; e atualmente é *Dean* na prestigiosa *The Fletcher School of Law and Diplomacy*.

A perspectiva marítima é a dos Estados Unidos da América. A filiação intelectual explícita é com Alfred T. Mahan, concebido nos círculos da geopolítica clássica como o teórico do poder marítimo – e também visto como o “evangelista do poder naval estadunidense”.

Os primeiros capítulos explicam a importância de oceanos e mares no relacionamento entre os povos, e como foram – e são – importantes para os interesses dos EUA. É discutido como a atuação americana foi motivada por oportunidade política, expansão comercial e competição geopolítica, resultando em conflitos e alianças. Exemplos são a guerra contra o Japão entre 1941 e 1945 (Segunda Guerra Mundial) e a rivalidade naval com a URSS.

Há um capítulo dedicado ao Mar do Sul da China. É notável a perspectiva que o autor traz: a região tem “importância econômica e estratégica de natureza histórica”. Foi uma zona de disputa entre a China e seus vizinhos desde o século XV, pelo menos. Seu controle foi obtido de maneira sangrenta pelo Japão no início do século XX, mas contestado por outras potências, especialmente os EUA. Após a Segunda Guerra Mundial, o controle naval é mantido por Washington. O crescimento econômico chinês, que começa nos anos 90, inicialmente não afeta esse controle. Porém, tal situação começa a mudar a partir de 2010 (aproximadamente) quando Beijing torna-se mais assertiva na região e começa a expandir a sua esquadra, adicionando mais capacidades militares às suas reivindicações.

O autor trata de questões mais contemporâneas da geopolítica marítima, como o aquecimento global e seus efeitos no Oceano Ártico, e a diplomacia naval que executou enquanto *SACEUR* para lidar com a pirataria

na Somália. A maneira como as tecnologias afetam as opções geopolíticas dos Estados é ressaltada. Exemplos discutidos são a maneira como *drones* permitem um aumento da vigilância sobre grandes espaços marítimos e a importância do componente cibernético na tomada de decisão de líderes políticos e militares.

No capítulo final há uma reflexão sobre a estratégia naval americana para o século XXI, baseada em Mahan. Segundo Stavridis, as ideias de Mahan tinham três componentes principais a serem observados pelos EUA: *produção*, em termos da necessidade do comércio internacional como fonte de riqueza; *uma frota mercante e militar* para explorar recursos propiciados pelo mar, como o próprio comércio; e *colônias ou alianças*, que formariam uma rede de bases para facilitar a projeção do poder marítimo. A função do poder naval seria “conter nações que fossem poderosas em termos territoriais, mas que, por algum motivo, não pudessem desenvolver um poderio marítimo próprio.”

Atualizando Mahan para o século XXI, Stavridis defende uma estratégia de supremacia marítima. O comércio estadunidense fornece a razão econômica para tal atitude. Ele advoga a manutenção de investimentos no dispositivo naval, procurando manter 350 navios como um número para lidar com China e Rússia. Ele preocupa-se com a atividade russa no Mediterrâneo e no Mar Negro, com o apoio efetivo de Moscou ao governo Assad na Guerra Civil Síria e a anexação da Crimeia, tendo na esquadra um elemento central. No caso chinês, defende enfaticamente a presença naval estadunidense no Pacífico, passando pelo Mar do Sul da China, e uma atuação maior no Índico. Os aliados Japão e Austrália devem ser reforçados, pois fornecem uma rede de bases. E, nesse sentido, sugere a necessidade do *cortejamento* de países que não são aliados formais, mas que têm interesses comuns em conter a China, caso da Índia e do Vietnã.

Contudo, há problemas na obra que serão notados por um público internacional. O livro preconiza uma estratégia marítima feita para garantir os interesses dos EUA num contexto de reemergência da competição entre grandes potências, no caso com a Rússia e a China. Apesar do tom comedido, fica claro que a atualização das ideias *mahanianas* é uma justificativa para a manutenção da hegemonia norte-americana. As consequências das intervenções militares estadunidenses merecem pouca atenção. Quando discute a Líbia, não é feita nenhuma menção ao papel que Washington teve na derrubada da ditadura de Khadafi, e na subsequente situação de caos e instabilidade regional que ajudou a produzir a crise dos refugiados na Europa.

Stavridis discute o perigo do terrorismo, em especial o do Estado Islâmico (EI). Em nenhum momento aborda o fato de que o EI surgiu e se

fortaleceu como uma consequência da invasão americana e da destruição do Iraque. Tampouco é considerado o papel que a aliada Arábia Saudita teve em minar o governo Assad, ajudando indiretamente o grupo terrorista na Síria, algo explorado numa literatura acadêmica (Brands e Fever 2017) e jornalística (Reynolds 2014; Hussain 2015).

Stavridis explica a recriação da IV Esquadra quando comandava o *U.S. Southern Command*. Ele precisava requisitar constantemente forças navais para o comandante da *Atlantic Fleet*, o que gerava problemas operacionais. Para superar esse entrave, atuou politicamente e conseguiu criar a IV Esquadra, pequena mas simbolicamente importante. No livro, Stavridis opta pela via mais fácil e só menciona as preocupações expressadas por setores à esquerda na América Latina, limitando-se a relatar que fez várias visitas aos países da região, explicando que a missão da nova esquadra seria, principalmente, voltada para questões humanitárias e de combate ao narcotráfico. Não considera a preocupação causada no governo brasileiro, tendo o presidente Lula declarado que discutiria a reativação da IV Esquadra com Barack Obama.¹

A escolha de Mahan não é isenta de problemas. A sua concepção era centrada quase que exclusivamente em operações navais que visavam engajar esquadras inimigas numa batalha decisiva, uma espécie de fim em si mesmo. Coube a outro pensador naval, Julian S. Cobert, produzir o contraponto a essa concepção: um dos objetivos centrais do domínio dos mares durante uma guerra seria garantir, ao país que obtivesse essa condição, a capacidade de transportar tropas e recursos para um teatro de operações terrestre, e garantir, com isso, a vitória dentro do território inimigo (Cobert 2004). A ausência do contraponto *cobertiano* chama a atenção, pois Stavridis tem consciência de que os EUA dependem de suas forças navais para travar guerras terrestres em pontos nevrálgicos da Eurásia.

A obra de James Stavridis é uma excelente opção de leitura para os interessados no cenário internacional contemporâneo *numa perspectiva da geopolítica marítima estadunidense*. Tem-se uma abordagem que considera a centralidade dos oceanos no planejamento de defesa dos EUA, discutem-se os elementos permanentes da geografia física de maneira não-determinista e não perde-se de vista o papel que a tecnologia tem em transformar as realidades geopolíticas. E há passagens autobiográficas, em que o autor relata a dimensão humana da realidade do planejamento estratégico no Pentágono.

A partir das discussões levantadas nesse livro, tem-se uma ideia das possibilidades que tem os EUA de exercer o seu poder a partir da sua supremacia naval.

REFERÊNCIAS

Mahan, Alfred T. 2011. *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783*. New York: Amazon Digital Services LLC. Kindle

Brands, Hal e Peter Fever. 2017. “Was The Rise of ISIS Inevitable?”. *Survival*, 59 (3): 7-54. <https://doi.org/10.1080/00396338.2017.1325595>

Cobert, Julian S. 2004. *Principles of Maritime Strategy*. Dover: Dover Publications.

Flores, Mário Cesar. 2008. “O Tumulto da IV Frota”. *Poder Naval*, August 08. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2008/08/27/o-tumulto-da-iv-frota/>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

Hussain, Dilly. 2015. “ISIS: The ‘unintended consequences’ of the US-led war on Iraq”. *Foreign Policy Journal*, March 23. Disponível em: <https://www.foreignpolicyjournal.com/2015/03/23/isis-the-unintended-consequences-of-the-us-led-war-on-iraq/>>. Acesso em: 27 jul. 2018..

Reynolds, Ben. 2014. “Iran Didn’t Create ISIS; We Did”. *The Diplomat*, August 31. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2014/08/iran-didnt-create-isis-we-did/>>. Acesso em: 27 jul. 2018..

Warth, Anne. 2009. “Lula diz que é necessário discutir Quarta Frota com EUA”. *Agência Estado*, July 30. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-diz-que-e-necessario-discutir-quarta-frota-com-eua,411046>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

NOTA

1. Merece atenção a análise de Mário Cesar Flores. Segundo ele, para funcionar, a nova esquadra dependeria de navios destacados das esquadras do Atlântico e do Pacífico, carecendo de unidades navais próprias. A novidade da IV Esquadra estaria no fato de ela se constituir numa estrutura naval apta a apoiar o *US Southern Command.*, e que forneceria capacidade de avaliação e planejamento para atividades marítimas.

Seção 5

O Contexto Geopolítico Sul-Americano

A Institucionalização no Complexo Regional de Segurança Sul-Americano: uma comparação entre quatro períodos históricos

The institutionalization in the South American Regional Security Complex: a comparison between four historical periods

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 303-327

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75083

ISSN 2358-3932

THALES LEONARDO DE CARVALHO
ANDRÉA LUIZA FONTES RESENDE DE SOUZA

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos dois séculos, puderam ser observadas diversas mudanças nas dinâmicas regionais relacionadas à segurança na América do Sul. Ao tratar de um Complexo Regional de Segurança (CRS) Sul-Americano, Buzan e Waever (2003) notam, por exemplo, alterações entre o período da Guerra Fria e aquele que sucederia seu fim. Essas diferenças não estariam situadas apenas no plano global, mas também nas dinâmicas inter-regionais, regionais e domésticas, pertinentes aos Estados sul-americanos.

No entanto, poucos são os trabalhos que tentam investigar o papel dessas mudanças na institucionalização regional, no que diz respeito à segurança.¹ É nessa lacuna que este artigo pretende se inserir, visando demonstrar se e como as identidades e interações relacionadas à segurança e defesa entre os países sul-americanos, desde sua independência, se refletiram em alguma institucionalização nesse sentido.

Para tanto, nos propomos a comparar as dinâmicas regionais relacionadas à segurança em quatro períodos diferentes, visando identificar o eventual surgimento de instituições formais em cada um deles. O primeiro vai do momento de independência das colônias sul-americanas ao início do século

Thales Leonardo de Carvalho – Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Andréa Luiza Fontes Resende de Souza – Doutoranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

XX. O segundo período compreende a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. O terceiro abrange o período de redemocratização à “Era Neoliberal” e o último período compreende os anos 2000 e a “Virada à Esquerda” sul-americana. Essa separação se deu pensando nas possibilidades de análise das variáveis independentes, tendo em vista que as mesmas apresentam variações em cada um desses períodos, como será demonstrado.

Nesse sentido, elencamos 6 variáveis independentes que podem ter interferido nessa eventual institucionalização. Elas estão divididas em quatro níveis de análise: global, inter-regional, regional; e doméstico.² No nível global, temos como variável as relações entre países sul-americanos e potências globais – mais precisamente a identificação de potências externas à região que influenciaram as dinâmicas regionais sul-americanas –, enquanto no nível inter-regional serão analisadas as relações no âmbito do Atlântico Sul. Já no nível regional, serão estudados possíveis efeitos das relações entre os países sul-americanos nos períodos analisados, incluídas aqui as concepções existentes entre eles sobre integração regional. Outra variável é a percepção de ameaças não-estatais na região, como o crime organizado transnacional e o terrorismo. Por fim, no nível doméstico temos, em primeiro lugar, o tipo de regime dos membros sul-americanos dessas instituições. Para tanto, será utilizada a classificação de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), que os divide em “Democráticos”, “Semidemocráticos” e “Autoritários”.³ A última variável independente consistirá nos itens securitizados em nível doméstico por parte desses países nos diferentes períodos, tais como guerras civis e separatismo.

A variável dependente deste trabalho é a institucionalização regional relacionada à segurança. Para tanto, estipulamos três possibilidades: ausência de institucionalização formal; institucionalização baseada em tratados, regimes e convenções; e formação de organizações internacionais (OIs). Assim, demonstraremos como se apresentavam as variáveis independentes em cada um desses períodos e como as mesmas podem ter influenciado na institucionalização.

Para a construção do argumento pretendido, este trabalho se dividirá em duas partes. Na primeira, procuraremos prover o arcabouço teórico em que será realizada a análise, expondo a teoria dos Complexos Regionais de Segurança, visando entender melhor o papel das dinâmicas regionais de segurança. Apresentaremos também o construtivismo estrutural, objetivando prover um melhor entendimento sobre o papel das identidades e da interação entre os atores para a construção das relações entre eles; e o institucionalismo sociológico, visando entender como essas dinâmicas podem interferir na institucionalização regional relacionada à segurança. Propomos, aqui, que a junção dessas três teorias, a partir de uma análise

baseada em quatro níveis, poderia trazer-nos explicações mais palatáveis em relação ao objeto de estudo. Em seguida, passaremos à comparação dos diferentes períodos, iniciando pela época de independência e consolidação dos Estados Americanos, passando pela Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, pela redemocratização e a “Era Neoliberal” e, finalmente, chegando à “Virada à Esquerda”. Após isso, procederemos à análise do desenho das organizações internacionais citadas.

A CONSTRUÇÃO DE INSTITUIÇÕES EM MEIO ÀS DINÂMICAS REGIONAIS DE SEGURANÇA: OS CRS E O INSTITUCIONALISMO SOCIOLÓGICO

A teoria dos complexos regionais de segurança (CRS) ganhou força após o final da Guerra Fria. Nesse contexto, Buzan, Waever e Wilde (1998) e Buzan e Waever (2003) destacaram a tendência à regionalização das dinâmicas relacionadas à segurança, tendo em vista que não existiam mais duas superpotências polarizando essas questões. Isso levaria, sobretudo, à uma possibilidade de redução da penetração ou do *overlay*.⁴

Ganharam força, então, os CRS, entendidos como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, que são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros” (Buzan, Waever e Wilde 1998, 12, tradução nossa). Vale ressaltar que deve haver, também, uma proximidade geográfica entre essas unidades. Nesse sentido, a securitização consiste em um processo em que, através da retórica e da construção intersubjetiva, os atores conferem a um determinado fato/elemento um significado de ameaça, tendo em vista suas vulnerabilidades, de modo que podem ir além das regras existentes (e inclusive quebrá-las) para lidar com esses elementos. Essas ameaças não seriam necessariamente militares, mas poderiam estar relacionadas a qualquer outra área (Buzan, Waever e Wilde 1998; Guzzini 2003).

Buzan e Waever (2003) e Stewart-Ingersoll e Frazier (2012) propõem divisões dos CRS ao redor do mundo. Apesar de diferenças em relação a outras partes do globo, os autores veem dois complexos nas Américas: um na América do Norte (embora incluam os países da América Central e do Caribe) e outro na América do Sul. Buzan e Waever (2003) destacam ainda a existência dois subcomplexos em meio ao CRS sul-americano: o Norte Andino, que envolve a Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Venezuela; e o Cone Sul, que inclui a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Portanto, em meio às relações construídas entre os atores, o poder, principalmente material, viria a definir a polaridade existente dentro dos CRS.

Esses complexos poderiam ter um ou mais polos (sendo eles Estados ou instituições), que poderiam ser potências regionais ou externas que pratiquem *overlay* ou não terem polos (Buzan e Waever 2003; Stewart-Ingersoll e Frazier 2012).

Outro elemento que deve ser levado em conta para o entendimento dos mesmos é a construção social das relações entre atores. É nesse ponto que o Construtivismo Estrutural, cujo principal autor é Alexander Wendt (1992; 1999), colabora na construção de nosso *framework* teórico, ao prover-nos elementos para o entendimento dessas relações. Assim como a securitização, a anarquia do Sistema Internacional (e as relações nos CRS) também são construídas através das interações entre os membros desses sistemas (Wendt 1992). Nesse sentido, as ações dos atores seriam norteadas, em parte, pela razão, mas também por suas identidades, crenças e valores. Nesse sentido, as interações entre eles poderiam levar a três tipos de percepções mútuas:

- A rivalidade entre os atores que se percebem como inimigos, levando a relações mais conflituosas. Wendt (1999) vê essa relação como hobbesiana, enquanto Buzan e Waever (2003) classificam os CRS desse tipo como “formações conflituosas”.
- Já o segundo não vê os outros atores necessariamente como aliados, mas também não os vê como inimigos. As ameaças existem, mas os atores reconhecem que podem coexistir e, eventualmente, cooperar. Esse tipo de relação é visto como lockeano por Wendt, enquanto Buzan e Waever (2003) denominam como “regimes de segurança” os CRS em que esse tipo de relação existe.
- Por fim, existem as “comunidades de segurança”, como denominadas por Buzan e Waever (2003), em que predominam relações vistas como kantianas por Wendt (1999). Nesses casos, os atores não percebem ameaças entre si e tendem a se associar e cooperar.

Logo, as interações entre os atores, baseadas em suas identidades, constroem a estrutura do sistema social em que os mesmos estão inseridos; ao longo do tempo, essa mesma estrutura seria capaz de interferir nas identidades dos atores, em um ciclo contínuo. Essas interações geram também as instituições, vistas por Wendt (1992, p. 399, tradução nossa) como “conjuntos relativamente estáveis ou estrutura de identidades e interesses”. Visão parecida nos é apresentada por Hall e Taylor (2003), ao tratar sobre o institucionalismo sociológico. Assim, as instituições tornam-se um reflexo das identidades e culturas de seus membros. Essas instituições são formais ou informais, e não teriam apenas um caráter cooperativo, poden-

do ser também conflituais – como, por exemplo, a busca pela sobrevivência (autoajuda) em um sistema hobbesiano (Wendt 1992; Johnston 2001; Bernstein 2002).

As instituições, uma vez constituídas pelas interações entre os atores, teriam também a capacidade de afetar os comportamentos e, até mesmo, as identidades dos mesmos – assim como a dualidade da estrutura. Para sobreviver, no entanto, elas deveriam conseguir acompanhar as mudanças nas identidades de seus membros. Sua própria legitimidade estaria ligada a isso, visto que, quanto mais conseguissem refletir as culturas e identidades de seus atores, mais dotada de legitimidade elas seriam (Wendt 1992; Johnston 2001; Bernstein 2002).

Sendo assim, as próprias instituições regionais relacionadas à segurança seriam frutos das identidades dos atores em meio a um CRS. Essas identidades tendem a se alterar ao longo do tempo, em função de diversos fatores, seja no nível global, inter-regional, regional ou doméstico. É com base nesse *framework* analítico que pretendemos mostrar como as identidades regionais relacionadas à segurança no CRS sul-americano se refletiram em diferentes arranjos institucionais ao longo de diversos períodos.

DINÂMICAS DE SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL

Partiremos agora à exposição sobre as dinâmicas de segurança na América Latina em diferentes períodos. Neste tópico serão explorados os possíveis impactos das seis variáveis independentes elencadas, em quatro diferentes níveis de análise, sobre a eventual institucionalização regional relacionada à segurança. Os períodos expostos serão divididos em: da independência dos países sul-americanos até os anos 1930; Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria; a redemocratização e a “Era Neoliberal”; e a “Virada à esquerda”. Como poderá ser percebido, essa separação deu-se em função de alterações nas variáveis explicativas em cada um desses períodos. A partir disso, procuraremos demonstrar o papel dos fatores elencados no surgimento das referidas instituições.

Da independência ao início do século XX: a ausência de institucionalização em âmbito regional relacionada à segurança

Os países sul-americanos foram tornando-se independentes, em sua maioria, ao longo do século XIX e, neste período, as grandes potências europeias disputavam a influência sobre a região. No entanto, em 1823, o então presidente estadunidense, James Monroe, idealizou que os Estados de todas as Américas não deveriam mais estar suscetíveis ao imperialis-

mo europeu. Na prática, isso serviu mais como um imperativo moral, tendo em vista que os EUA não possuíam poder suficiente (principalmente militar, marítimo) para confrontar as nações europeias, principalmente o Reino Unido, que tinha a maior influência sobre a região à época. Logo os Estados Unidos foram ganhando força na região e, cada vez mais, reduzindo a influência europeia na região. A América seria um continente para os americanos; mais especificamente para os estadunidenses (Buzan e Waever 2003; Kacowicz 1998).

Esse entendimento é importante para explicar a influência e a dominação cada vez maior dos EUA sobre a América Latina como um todo. Essa ideia ganhou força com a doutrina do *big stick*, de Theodore Roosevelt, entre 1900 e 1915. De forma resumida, essa concepção se refere ao fato de que os EUA deveriam intervir nas dinâmicas de segurança latino-americanas, reforçando sua presença e reduzindo a de outras potências, utilizando, inclusive, da força militar. Nesse contexto, as intervenções armadas dos estadunidenses na região tornaram-se cada vez mais comuns; os objetivos, no entanto, não eram altruístas, mas sim ligados aos interesses econômicos e geopolíticos dos EUA (Buzan e Waever 2003; Abdul-hak 2013). O intervencionismo direto estadunidense em assuntos dos países latino-americanos, com a política do *big stick*, duraria até os anos 1930, quando Franklin Roosevelt optou por uma dominação através da ajuda/cooperação econômica, em detrimento do uso da força física (Smith 1996).

Essa relação entre as grandes potências se refletiu, também, no Atlântico Sul. Durante parte do século XIX, o Reino Unido possuía forte presença na região, com seus territórios ultramarinos sul-atlânticos. Com a construção do Canal de Suez, em 1869, essa importância viria a diminuir muito, tendo em vista o estabelecimento de uma nova rota comercial, alternativa ao Atlântico. Isso levou a um afastamento das grandes potências das dinâmicas da região (que já era periférica em detrimento a outras rotas marítimas), junto a um certo desinteresse, também, dos países sul-americanos pela área; à época, a maior parte dos territórios africanos ainda eram colônias. No início do século XX, com o *big stick*, os EUA aumentaram sua presença na região, enquanto os países sul-americanos como o Brasil e a Argentina careciam de uma política naval para aumentar o controle da região sul-atlântica (Penha 2011; Silva 2014).

Enquanto nos níveis global e inter-regional o contexto era de crescente penetração dos EUA sobre as dinâmicas que envolviam os países latino-americanos, no âmbito regional o século XIX foi marcado por diversas controvérsias e conflitos interestatais na busca por expansão e consolidação dos territórios dos países recém-formados (Kacowicz 1998); Buzan e Waever (2003) percebem pelo menos 3 conflitos importantes nesse período.

do, como as guerras do Paraguai e do Pacífico. Isso ocorreu pois as fronteiras desses países eram mal definidas durante o período colonial e assim se mantiveram após a obtenção da independência desses atores. Junto a isso, no âmbito doméstico, os novos Estados conviveram com instabilidade e guerra civis durante os processos de *statebuilding* (Buzan e Waever, 2003).

Apesar do caráter aparentemente pacífico que a diplomacia conferia à América Latina no início do século XX, ainda houve guerras entre países da região, como a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, nos anos 1930, por motivos territoriais. Nesse sentido, Kacowicz (2003) vê um contexto de paz negativa⁵ na região. O contexto conflituoso era marcado ainda pelas intervenções estadunidenses no subcontinente, sob a doutrina do *big stick*. Para Buzan e Waever (2003), a região consistia em uma formação conflituosa durante a maior parte desse período.

Ainda no início do século XX, após o estabelecimento e a consolidação, em alguma medida, desses novos Estados, o que se começou a ver foi uma integração das economias locais às mundiais e o triunfo de ideias liberais, apoiadas ora pelo Reino Unido, ora pelos Estados Unidos. As oligarquias ganharam cada vez mais força e, à medida que os impérios foram se tornando repúblicas, foram mantendo-se como elite política nos países da região – segundo Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), entre 1900 e 1939, apenas a Argentina e o Uruguai tiveram períodos democráticos, enquanto os demais países da região viviam sob regimes autoritários ou semidemocráticos. As relações entre os países foram se construindo e consolidando, junto à emergência de um balanço de poder entre Brasil e Argentina, mas levando em conta também Chile e Peru (Kacowicz 1998; Buzan e Waever 2003). Por fim, a Grande Depressão de 1929 levou também a crises econômicas nos países da região. Somadas à insatisfação com a dominação das oligarquias, esses fatores levaram a golpes militares em alguns países latino-americanos e à chegada ao poder de alguns líderes populistas, como Getúlio Vargas, no Brasil (Kacowicz 1998).

Logo, vê-se que, em âmbito regional e doméstico, esse período foi marcado pela construção dos Estados – e, segundo Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), com a tendência a regimes autoritários ou pouco democráticos – e das relações entre os atores regionais, com forte penetração estadunidense, tanto nas dinâmicas de segurança sul-americanas quanto naquelas do Atlântico Sul. Essa penetração, no entanto, não buscava a pacificação da região, mas focava na expansão da influência estadunidense no subcontinente a qualquer custo. Somando isso aos processos de *statebuilding* e às fronteiras mal definidas, o que se pode inferir é que, durante o século XIX, a América do Sul poderia ser vista até mesmo como uma “formação conflituosa”, caracterizada por relações hobbesianas

entre seus países. Nesse processo, para além dos conflitos interestatais, a securitização relacionada a grupos não-estatais a nível doméstico passava pelos atores (guerrilhas) envolvidos nas guerras civis e, em âmbito regional, pelo eventual *spillover* desses conflitos. Em meio a esse ambiente, não houve iniciativas institucionais formais relacionadas à segurança na região. O fraco interesse dos EUA de se engajarem no desenvolvimento da região e/ou em iniciativas multilaterais também colaborou para ausência dessa institucionalização.

Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria: sob a esfera de influência dos EUA

Com o início da Segunda Guerra Mundial, os EUA intensificaram suas iniciativas na região, visando manter sua esfera de influência e afastar, principalmente, a Alemanha nazista (JID 2018). Já desde 1933, com a chegada de Franklin Delano Roosevelt ao poder, o país havia substituído a doutrina do *big stick* pela Política de Boa Vizinhança. Assim, ao invés da força militar, os estadunidenses passaram a utilizar da diplomacia, do diálogo e da cooperação na construção das relações com os países latinos e sul-americanos (Abdul-Hak 2013).

Nesse contexto, tendo em vista a ameaça nazista e o ambiente de cooperação que vinha sendo construído com a Política de Boa Vizinhança, em 1942 foi criada, por iniciativa estadunidense, a primeira instituição das Américas com o objetivo de lidar com temas militares: a Junta Interamericana de Defesa (JID). Foi-se tentando desenvolver cada vez mais uma concepção de uma América unida (sob a liderança dos EUA) e, ao longo do tempo, surgiu a ideia de que um ataque a um país da região representaria um ataque a todos os Estados americanos, que culminaria no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947. Já em 1948, foi celebrado o Pacto de Bogotá, que buscava mecanismos de resolução pacífica de conflitos na região da América do Sul. No mesmo ano, foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), que incluiria, no momento, todos os países da região. Em 1962, foi criado o Colégio Interamericano de Defesa, visando treinamentos e doutrinação conjuntos aos oficiais das forças armadas da região; que, na prática, viriam a refletir os valores estadunidenses, servindo como mais um instrumento de difusão de tais valores. Essas instituições viriam a formar o Sistema Militar Interamericano – SMI (Abdul-hak 2013; Martins Filho 1999; Fuccille 2014). Ainda em relação aos regimes de segurança pan-americanos, em 1967 seria assinado o Tratado de Tlatelolco, firmando o compromisso entre todos os países da América Latina e do Caribe de fazer da região uma zona livre de armas nucleares (Abdul-hak 2013).

Nesse período, o único mecanismo que disponibilizaria um espaço para o debate e coordenação de políticas de segurança e defesa na região era a JID. Até mesmo o TIAR que, teoricamente, buscava esse objetivo, não implementou estruturas que possibilitaram essa coordenação, ficando esta a cargo de acordos bilaterais, normalmente envolvendo os EUA (Penha 2011).

É importante notar a influência dos EUA sobre o SMI. No caso da JID, por exemplo, até o final da década de 1990 o presidente da instituição deveria ser, necessariamente, um militar estadunidense (JID 2018). Além disso, autores como Martins Filho (1999) e Abdul-Hak (2013) percebem a forte penetração de ideais estadunidenses nessas instituições, algo evidenciado, por exemplo, pela adoção da securitização da ameaça comunista durante a Guerra Fria, pauta defendida pelos Estados Unidos. Além disso, Meek (1975) percebeu que os EUA conseguiram a aprovação das resoluções que lhes eram mais importantes à época, obtendo sempre um número de apoiadores referente, no mínimo, à maioria qualificada dos votos na instituição.

Além do uso de instituições regionais para difundir sua política anti-comunista, os Estados Unidos viriam ainda a intervir na esfera doméstica dos países da região (Teixeira 2012; Martins Filho 1999). Quando governos que aparentavam tendências esquerdistas chegaram ao poder, os estadunidenses apoiaram golpes militares nesses países. No caso brasileiro, por exemplo, o então presidente João Goulart foi derrubado em 1964, dando início a duas décadas de governos militares. Assim, embora tenham sido vistos alguns regimes democráticos na região durante parte dos anos 1950 e 1960, golpes militares se sucederam nos países que tinham algum nível de mobilização da esquerda, levando a ditaduras que visavam a deter a expansão do comunismo na região, no contexto da Operação Condor, desempenhada pelos EUA. Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) destacam que, no período da Guerra Fria, a maior parte dos países latino e sul-americanos contaram com governos autoritários. Nesse sentido, é possível dizer que houve grande ligação entre os níveis global, regional e doméstico de análise. A penetração estadunidense chegou aos demais níveis, com a influência no Atlântico Sul, a formação de instituições regionais (SMI) e o apoio à chegada de ditaduras ao poder para deter o avanço comunista na região. O discurso dos EUA de securitização do comunismo acabou, também, chegando aos níveis regional e doméstico, levando à securitização do comunismo e seus apoiadores, dentre eles as guerrilhas comunistas.

Em nível regional, as relações continuaram sendo caracterizadas por uma “paz negativa”, com a contínua existência de controvérsias entre os atores. As ditaduras militares à época não fizeram grandes esforços para construir confiança na região. No entanto, a ação estadunidense e algum nível de confiança construída entre essas ditaduras levou a uma redução

no número de conflitos intrarregionais. De forma geral, a relação entre os países sul-americanos progredia, chegando a uma cultura lockeana nessas interações (Kacowicz 1998; Buzan e Waever 2003).

No nível inter-regional, durante a Segunda Guerra, o Atlântico Sul se tornou alvo de *u-boats* alemães que naufragaram navios mercantes que passavam pela região. Logo, os EUA criaram a Quarta Esquadra do Atlântico Sul buscando exercer maior presença na região. Após a guerra, no entanto, a importância geoestratégica do Atlântico Sul diminuiu, levando também a uma redução do interesse dos EUA. Isso abriu margem para que Estados sul-atlânticos como a Argentina, África do Sul e Brasil buscassem o protagonismo na região – sem contestar, no entanto, a hegemonia estadunidense. Com a expansão da influência da URSS no continente africano na década de 1960, a região sul-atlântica voltou a fazer parte dos cálculos estratégicos dos Estados Unidos (Penna Filho 2003; Penha 2011; Souza 2017).

Além das iniciativas pan-americanas lideradas pelos EUA, uma incipiente integração regional parecia surgir. Houve tentativas de criação de instituições que visavam à integração comercial como: a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), surgida na década de 1960, e que viria a se expandir e se tornar a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio (ALADI) em 1980. A efetividade dessas iniciativas é discutível quando considerado o caráter protecionista e pouco industrializado dos países.

Enquanto isso, no Atlântico Sul, entre as décadas de 1950 e 1960, os países sul-americanos começaram a tentar promover iniciativas para além das interamericanas, iniciando uma mobilização para a criação de uma instituição de segurança coletiva. Em 1956 houve uma tentativa frustrada de criação de um pacto militar entre Argentina, Brasil e Uruguai. Já em 1969 foi proposta pela África do Sul a criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS). Destaca-se que, mesmo sendo uma iniciativa de países do sul global, a OTAS teve apoio dos Estados Unidos. Os EUA acreditavam que, se a iniciativa partisse de um Estado-protagonista da região, haveria maiores chances de aceite pelos Estados sul-atlânticos. Ademais, a proposta era estabelecer uma instituição nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ou seja, uma aliança militar. A intenção real era criar uma espécie de contenção que barrasse a influência soviética sobre a região sul-atlântica; percebe-se assim, mais uma vez, a influência exercida pelos EUA nas relações sul-sul.

A iniciativa da OTAS, no entanto, não prosperou. Entre outros motivos está o fato de tentarem incluir um número muito grande de Estados, inclusive externos à região como a Austrália e a Nova Zelândia. A discrepante

participação de países extra regionais e o desinteresse do governo brasileiro em firmar o pacto levou a um desinteresse coletivo em continuar as negociações. Nem mesmo os Estados Unidos, que estavam por trás da iniciativa, continuaram a estimular as negociações (Penna Filho 2003; Penha 2011).

A proposta da OTAS surgiu novamente em maio 1981, mas com a Guerra das Malvinas, em 1982, as relações entre os potenciais membros da OTAS se estremeceram. Enquanto a Argentina buscava sua consolidação enquanto potência militar na América do Sul, tanto a África do Sul quanto os Estados Unidos apoiaram o Reino Unido no conflito. No mesmo período, as relações entre Brasil e África do Sul esfriaram, em função do programa nuclear sul-africano e do regime do *apartheid*. O Brasil viria a se aproximar da Nigéria, que fazia coro a um Atlântico Sul desmilitarizado. Nesse sentido, a iniciativa da OTAS foi, de uma vez por todas, esquecida (Penha 2011).

Conclui-se que o período compreendido entre a Segunda Guerra e a Guerra Fria foi caracterizado pela ampliação da penetração estadunidense no CRS sul-americano, desta vez com a Operação Condor e a Política de Boa Vizinhança, além da forte influência naquelas relacionadas ao Atlântico Sul. Com essa penetração e a emergência de uma cultura lockeana nas relações entre os países sul-americanos, com níveis decrescentes de rivalidade entre si, vê-se o surgimento do Sistema Militar Interamericano, ancorado no papel estadunidense de “protetor” da região. Houve, ainda, a tentativa de criação da OTAS, além do surgimento de alguma institucionalização relacionada ao comércio regional. Essa institucionalização teria sido possibilitada pela mudança de um ambiente hobbesiano para outro lockeano na região, permitindo o diálogo e o desenvolvimento de cooperação entre os países sul-americanos – junto à atuação dos Estados Unidos, como *pay-master* desse processo.

Da redemocratização à “Era Neoliberal”

Com o fim da Guerra Fria, viu-se também um declínio no interesse dos Estados Unidos em influenciar diversas regiões do mundo; inclusive a América do Sul. A ordem liberal já havia vencido (Fukuyama 1992). Nesse contexto, os EUA não precisariam mais despender muitos recursos para manter sua influência na região.⁶ A maior interferência estadunidense em assuntos de segurança, nesse sentido, estaria relacionada à securitização do narcotráfico, com o discurso de “Guerra às Drogas”. Essa interferência se daria mais fortemente na região andina, com foco na Colômbia (Buzan e Waever 2003). Assim, durante esse período, os países sul-americanos continuariam mais próximos aos EUA, mesmo que a potência tenha se empe-

nhado menos nas relações com esses atores. A OEA e o SMI continuariam a ser as únicas instituições formais a lidarem com os temas de segurança e defesa na região.

Ainda nesse contexto, as ditaduras militares na região já não se faziam necessárias, abrindo espaço para a promoção de democracias. Assim, os países sul-americanos que haviam passado por esses governos autoritários foram se redemocratizando; Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) destacam que, nos anos 1990, a grande maioria dos Estados da região possuíam regimes democráticos.

Foram surgindo novas oportunidades de interações entre os países, tanto em âmbito regional como no Atlântico-Sul. Essas oportunidades levaram à possibilidade de formação de novas instituições. O Brasil, em meio à sua transição para a democracia, buscou consolidar seu papel como *regional player*. Por sua vez, a aproximação entre brasileiros e africanos fazia parte da política externa brasileira desde 1975, visando a expandir as relações no âmbito sul-sul (Penha 2011; Teixeira 2012). Em meio a esse processo, o Brasil lançou uma iniciativa para a criação de uma instituição que fomentasse a cooperação em segurança entre os dois lados do Atlântico Sul. Assim, em 1986, foi aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Além de promover a cooperação, a estabilidade e a paz, a Zona tem como princípios a desmilitarização e a não-intervenção de potências estrangeiras. Assim, a ZOPACAS uniu o Brasil, a Argentina e o Uruguai em um arranjo de segurança coletiva juntamente com 21 países africanos (Penha 2011, 2012; Penna Filho 2003; Silva 2014).

A ZOPACAS iniciou suas atividades em 1990, porém, as iniciativas neoliberais propostas pelos governos sul-americanos durante a década de 1990, principalmente o Brasil, causaram um afastamento das relações com a África, causando uma estagnação da ZOPACAS. Logo, o papel do Brasil como *regional player* das relações sul-atlânticas foi fundamental tanto para o crescimento quanto para o declínio das relações no âmbito da instituição (Penha 2011; 2012).

No âmbito regional, as relações entre os países sul-americanos se intensificaram. Assim, em meio à prevalência dos ideais liberais no mundo no pós-Guerra Fria, ganhou força a ideia de consolidação da interdependência (principalmente econômica) entre os países da região. Surgia assim uma nova forma de integração, que ficou conhecida como “regionalismo aberto”, baseada na “interdependência nascida de acordos especiais de caráter preferencial e conduzida basicamente por sinais do mercado resultantes da liberalização comercial em geral” (CEPAL 1994, tradução nossa). A integração regional se daria, basicamente, através do comércio entre os países

sul-americanos, bem como da integração comercial dos mesmos ao resto do mundo, em bloco.

Neste contexto, tentou-se criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que não lograria sucesso. A falta de acordo entre as partes e o fraco interesse estadunidense na iniciativa estariam entre as causas desse insucesso. Os EUA, assim, acabariam optando por acordos bilaterais com os países sul-americanos. (Teixeira 2012). O Pacto Andino viria a se tornar a Comunidade Andina de Nações (CAN), visando estreitar as relações comerciais entre seus membros, na parte norte da América do Sul. Enquanto isso, na parte sul, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado, objetivando o estreitamento das relações comerciais entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em meio ao regionalismo aberto, ganhou força também a ideia de que a integração comercial levaria a uma região ainda mais pacífica, tendo em vista as interações cada vez maiores e a interdependência crescente entre os países da região e a possibilidade de *spillover* para outras áreas. Ainda assim, a cooperação militar entre os países ainda era majoritariamente bilateral, carecendo de uma instituição regional de defesa que gerasse integração e coordenação multilateral de políticas de defesa (Silva 2014).

Embora essa integração comercial tivesse o potencial de reduzir a probabilidade de conflitos interestatais, ganharam destaque nesse contexto as ameaças não-estatais. Embora as guerrilhas relacionadas ao socialismo tenham perdido espaço, o crime organizado passou a ser uma das principais fontes de insegurança na região, passando a serem securitizados tanto no nível regional quanto doméstico. Para além de delitos como o tráfico de armas e de seres humanos, o narcotráfico receberia cada vez mais destaque, com a mencionada influência do discurso de “Guerra às drogas” dos Estados Unidos. Além disso, pautas relacionadas aos indígenas e raciais foram ganhando cada vez mais força na região. O desenvolvimento social também passou a ganhar espaço, mas não tanto quanto receberia no período seguinte. (Buzan e Waever 2003). É interessante notar como os problemas domésticos possuem ligações próximas com a securitização regional na América do Sul, em função da grande possibilidade de *spillover*.

Assim, durante esse período, o que se viu foi a manutenção de uma cultura lockeana nas relações entre os países da região, mas com um eventual incremento na confiança entre eles, através da crescente interdependência econômica. Junto a isso, reduziu-se muito a penetração dos EUA no CRS sul-americano. Nesse período, o que se viu foi a tentativa de criação da ZOPACAS, que acabou por não alcançar níveis destacáveis de institucionalização, tendo em vista a falta de interesse de seus membros e, principalmente, do Brasil. Assim, as instituições regionais capazes de lidar com

temas de segurança e defesa ainda estavam relacionadas ao SMI, com a interferência estadunidense. A institucionalização formal sul-americana se deu, na verdade, através da formação (ou ao menos a tentativa) de organizações ligadas ao comércio, como o Mercosul e a CAN que, como se pensava à época, deveriam levar a um *spillover* para a segurança e a defesa na região.

Os anos 2000 e a “Virada à Esquerda” na região: o surgimento da UNASUL e do CDS

Na década de 2000, percebe-se um declínio ainda maior do interesse dos EUA em relação à América do Sul. Com os atentados de 11 de setembro de 2001, os países latino-americanos não possuiriam grande importância no contexto da “Guerra ao Terror”, principal agenda do discurso securitizador estadunidense nos anos 2000. Essa securitização chegaria apenas à Colômbia, atribuindo a organizações ligadas ao narcotráfico, como as FARC, o significado de terroristas, dando continuidade à ajuda dos EUA ao país. (Buzan e Waever 2003). Enquanto isso, a China conseguiu cada vez mais influência na região, baseada, principalmente, no poder econômico e comercial. Os chineses estreitaram as relações com os países latino-americanos, tornando-se um *player* cada vez mais importante; embora não tenham apresentado ainda influência direta nas dinâmicas relacionadas à segurança. É notória também a aproximação da Rússia em relação a alguns países da região (Stewart-Ingersoll e Frazier; 2012).

Percebe-se também que o Atlântico Sul voltou a ganhar relevância nas políticas das grandes potências. Além da China se tornar o principal parceiro comercial na América do Sul e na África, muito em razão dos recursos naturais africanos, os EUA criaram o Comando da África (AFRICOM) em 2007, e reativaram a Quarta Esquadra em 2008.⁷ As relações entre os países dos dois lados do Atlântico do Sul também se intensificaram com a maior ênfase dada pelos governos da região à cooperação Sul-Sul. Neste contexto, a ZOPACAS seria revitalizada por dois planos, o Plano de Ação de Luanda de 2007 e o de Montevidéu de 2013. Em suma, as iniciativas pretendiam aumentar o escopo da cooperação na zona para áreas como meio ambiente, cooperação econômica, ações anti-tráfico de drogas e armas, *peacebuilding*, entre outras, incentivando cada vez mais as ações conjuntas. A efetividade dos planos, no entanto, é discutível, de modo que se pode dizer que a Zona nunca alcançou níveis destacáveis de institucionalização (Penha 2011; 2012; Amorim 2013; Caldas 2013).

Nesse período, as principais mudanças ocorreram nos níveis doméstico e regional. Nos anos 2000, como visto por Mainwaring e Pérez-Liñán

(2013), a maioria dos países sul-americanos tiveram regimes democráticos por, pelo menos, dois anos. A democracia, aliada a fatores como a insatisfação com a tentativa de implementação de modelos neoliberais e a influência dos EUA na região, possibilitaria uma “Virada à esquerda” na região. Além de mudanças nas políticas domésticas e externas dos países sul-americanos, houve uma reconfiguração na percepção em torno da integração regional. Na visão desses governos de esquerda e centro-esquerda, a integração não deveria se restringir a aspectos comerciais e econômicos, mas deveria se expandir para todas as áreas, sejam as políticas sociais, infraestruturais, ambientais, de segurança e de defesa, entre outras. Além disso, passou-se a adotar uma retórica que visava a cada vez mais contestar a hegemonia e a influência dos Estados Unidos na região (Veiga e Rios 2007; Gratius 2012; Riggirozzi 2012).

Cabe ressaltar que, nesse contexto, houve pelo menos dois tipos de esquerda na região: uma mais institucionalizada, moderada e menos crítica à sociedade capitalista, mais adaptada ao “jogo democrático”, representada pelo Partido dos Trabalhadores (Brasil), Partido Socialista (Chile) e Frente Ampla (Uruguai); a outra, mais radical e menos institucionalizada, crítica do sistema capitalista e da influência dos EUA, representada pelo Movimento V República/Partido Socialista Unido da Venezuela (Venezuela), Aliança PAIS (Equador) e Movimento ao Socialismo (Bolívia) (Silva 2011; Levitsky e Roberts 2011). O segundo tipo de esquerda será tratado aqui sob a alcunha de “bolivarianismo”.

Com isso, o que se viu foram mudanças institucionais, bem como a criação de outras novas instituições. O Mercosul, por exemplo, outrora concebido como um bloco comercial, recebeu estruturas relacionadas às políticas sociais e redução de assimetrias. Até mesmo o SMI passou por mudanças, como a chegada de militares de outros países (que não os EUA) à presidência da JID e a inclusão desta ao organograma da OEA (JID 2018). Foram fundadas, também, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) – que, nas palavras do presidente equatoriano, Rafael Correa, consistiria em um “Consenso sem Washington” – e a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA). Não será delongada a descrição dessas instituições por não irem ao encontro do propósito deste trabalho. Surgiu também, nesse contexto, a União de Nações Sul-Americanas.

No âmbito da UNASUL, no mesmo ano de sua criação (2008), um cenário de crise quase levou a um conflito bélico na região. Na tentativa de atingir um dos líderes das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), o governo colombiano efetuou um ataque aéreo em uma região de mata, no sudoeste do país. O ataque, no entanto, acabou por ocorrer em

território equatoriano, na região de Angostura, sem qualquer autorização do governo local. Essa violação à soberania do Equador levou a um cenário de crise, agravado ainda mais por fatores ideológicos: a Colômbia, apoiada pelos Estados Unidos, havia violado um direito de um país “bolivariano”, fortemente crítico aos EUA e apoiado pela Venezuela, vista por diversos atores com apoiadora das FARC (Abdul-hak 2013; Fuccille 2014).

Nesse contexto, não havia órgãos regionais (sul-americanos) capazes de atuar nessa crise. A OEA foi acionada para atuar nesse sentido, mas sem grande legitimidade, tendo em vista a influência estadunidense na organização. O que se percebeu foi a necessidade de um órgão sul-americano que fosse capaz de lidar com um problema entre países sul-americanos. Mais do que isso, para o governo brasileiro, a existência de uma estrutura que permitisse a cooperação de políticas de segurança e defesa na região, bem como o intercâmbio de informações, poderia ter evitado a emergência dessa crise. Cabe mencionar que já havia ocorrido encontros de Ministros da Defesa sul-americanos desde 2006, demonstrando possibilidades em torno desses intercâmbios (Abdul-Hak 2013).

Neste contexto, Fuccille e Rezende (2014) percebem mudanças nas dinâmicas regionais relacionadas à segurança, caracterizadas pelos seguintes pontos:

- (1) a possibilidade de transbordamento das novas ameaças a outros países, como o narcotráfico colombiano para o Brasil e a contenda envolvendo Colômbia, Equador e Venezuela pela morte do número dois das FARC, Raúl Reyes; (2) os conflitos sub-regionais, como os contenciosos envolvendo Peru e Equador, Bolívia e Chile, entre outros; (3) os movimentos autóctones difundindo um sentimento separatista, como ilustram Bolívia e Paraguai; [...] (5) evitar uma corrida armamentista na região, com a adoção crescente de medidas de confiança mútua; (6) solidificar o Atlântico Sul como uma área de paz, livre de armas nucleares [...]; (7) impedir a materialização de uma política estratégica de segurança hemisférica definida a partir dos Estados Unidos para o subcontinente (Fuccille e Rezende 2014, 88).

Os autores partem de uma ótica brasileira, tendo em vista que o país buscava cada vez mais o papel de líder regional, objetivando frear o bolivarianismo na região. Assim, depois de muitas negociações e resistência, principalmente da Colômbia, foi criado, sob a liderança do brasileira, o Conselho de Defesa Sul-Americano, a primeira instituição sul-americana a lidar com assuntos de segurança e defesa sem a atuação direta dos EUA. Foi criado, ainda no âmbito da instituição, um conselho para lidar com o problema das drogas e outro para lidar com os crimes internacionais; sua

eficácia, no entanto, tem sido discutida, sendo vista como praticamente nula por alguns autores, ao contrário do CDS (Carvalho 2018; Fuccille 2018).

O que se vê neste contexto é o declínio da influência dos EUA na região, que passou também a ser contestada pelos países sul-americanos, enquanto a China ganhou cada vez mais espaço, assim como a Rússia, em alguma medida. Junto a isso, a ênfase dos governos de esquerda nas relações com países do sul global levou à aproximação no âmbito do Atlântico Sul, assim como à tentativa de revitalização da ZOPACAS. Em nível regional, a securitização no CRS sul-americano passou a focar, principalmente, em ameaças não-estatais, como o narcotráfico. O desenvolvimento social também ganhou cada vez mais espaço, sendo aderido aos discursos em fóruns globais relacionados à segurança, como visto por Carvalho (2018). Nas relações interestatais, o que se viu foi a manutenção de uma cultura lockeana, com níveis de confiança ainda maiores do que os anteriores. Por fim, em meio às democracias e governos de esquerda democraticamente eleitos na região, pareceu-se tentar cada vez mais a criação de uma identidade sul-americana comum, chegando até mesmo a abrir a possibilidade de evolução de uma cultura lockeana para uma kantiana no longo prazo. Nesse contexto, foi criada a primeira instituição sul-americana capaz de lidar com temas de segurança e defesa: o CDS, no âmbito da UNASUL. Vale dizer que esse processo pode estar sendo interrompido com a chegada de governos com tendências à centro-direita na região, principalmente com a suspensão da participação dos mesmos na UNASUL (Paraguassu 2018); não discutiremos aqui, no entanto, as causas dessa saída. Por fim, o quadro abaixo sumariza a presença das variáveis em cada um dos contextos analisados, bem como a institucionalização nesses períodos.

Quadro 1
Apresentação das variáveis em cada período

Nível de Análise	Variável	Da independência ao início do século xx	Segunda guerra mundial e guerra fria	Redemocratização e “era neoliberal”	“Virada à esquerda”
Global	Relações com grandes superpotências	Inicialmente Reino Unido; aproximação posterior com os EUA. Penetração estadunidense nas dinâmicas da região, com o <i>big stick</i> no século XX.	Proximidade com os EUA. Penetração estadunidense nas dinâmicas regionais, com a Política de Boa Vizinhança.	Queda do interesse estadunidense sobre a região. Porém, mantida a maior proximidade com os EUA.	Menor atuação dos EUA e aproximação com China e Rússia/Sul Global.
Inter-regional	Relações no Atlântico Sul	Inicialmente penetração britânica e depois estadunidense.	Influenciadas pelos EUA.	Aproximação entre os países banhados pelo Oceano Atlântico.	Ênfase na cooperação sul-sul.
Regional	Relações entre países da região	Cultura hobbesiana.	Cultura lockeana.	Cultura lockeana.	Cultura lockeana.
	Securitização de atores não-estatais	Possibilidade de <i>spillover</i> de guerras civis.	Securitização das guerrilhas comunistas.	Crime organizado.	Crime organizado (principalmente narcotráfico). Desenvolvimento social.
Doméstico	Regimes	Autoritários e semidemocráticos.	Autoritários e semidemocráticos.	Democráticos.	Democráticos.
	Securitização doméstica	Guerras civis e instabilidades provenientes de processo de <i>statebuilding</i>	Securitização das guerrilhas comunistas.	Crime organizado.	Movimentos autôctones. Crime organizado.
RESULTADO	Institucionalização formal	Nenhuma.	Sistema Militar Interamericano. Tentativa mal sucedida de criação da OTAS.	ZOPACAS. Foco em instituições comerciais e na possibilidade de <i>spillover</i> para segurança e defesa.	Adaptações em instituições existentes. UNASUL e seus conselhos, como o CDS.

Fonte: Elaborado pelos autores.

CONCLUSÃO

Como pudemos observar, é razoavelmente clara a explicação da institucionalização sul-americana em assuntos relacionados à segurança e defesa a partir da ótica dos CRS, aliada ao construtivismo e ao institucionalismo sociológico. A presença de uma cultura lockeana de relações entre os países surgiu como uma condição necessária para essa institucionalização. Além disso, no início, os EUA assumiram papel crucial nesse processo – algo que, ao longo do tempo, foi se tornando cada vez mais desnecessário. O contexto de cada período refletiu-se claramente na institucionalização regional.

Durante o século XIX, as interações conflituosas entre os países da região e a ausência de engajamento estadunidense na construção da cooperação na região resultaram na ausência de mecanismos institucionais ligados à segurança na região. Já durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, foi desenvolvida uma cultura de coexistência entre os Estados sul-americanos, a despeito de algumas rivalidades. Junto a isso, os EUA passaram a incentivar a cooperação regional em assuntos de segurança (quando fosse de seu interesse) e a ditar a agenda de segurança regional. Nesse sentido, os estadunidenses foram os *paymasters* da formação do SMI e, de forma indireta, da tentativa de criação da OTAS, que acabaria frustrada.

Com a redemocratização e a tentativa de implementação de modelos neoliberais na região, os Estados Unidos ainda exerciam influência sobre os países sul-americanos, mas engajavam-se cada vez menos nas dinâmicas locais. Com a redução da presença dos mesmos e de outras potências externas, surgiram organizações regionais focadas no comércio, que poderiam vir a construir uma cultura mais pacífica na região, como o Mercosul e a ZOPACAS, no âmbito do Atlântico Sul. Nesse contexto, a América do Sul deveria tornar-se mais segura por meio do aumento da interdependência entre seus países, filosofia que levou à criação, por exemplo, do Mercosul.

Por fim, com a chegada ao poder dos governos de esquerda e centro-esquerda na região, o regionalismo sul-americano passou a focar na integração em áreas como segurança e defesa e na rejeição à hegemonia e influência estadunidenses na região. Somando isso à confiança já previamente construída e a um maior desinteresse dos EUA pela região, viu-se pavimentado o caminho para a construção da UNASUL e do CDS. O foco desses governos nas relações sul-sul levaram, ainda, à tentativa de revitalização da ZOPACAS, que acabou, de fato, estagnada até os dias atuais. Aliás, atualmente, com o aparente fim da “Virada à esquerda” na região, o que já se pode perceber é que essa institucionalização começa a tomar outros rumos, em um contexto em que o último encontro do CDS ocorreu no final de 2016, e que grande parte dos governantes que não são de esquerda na

região suspenderam sua participação no Conselho. A identidade regional parece alterar-se de novamente, trazendo algumas incertezas sobre o futuro dessa institucionalização.

REFERÊNCIAS

Abdul-Hak, Ana Patrícia. 2013. *O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 280p.

Amorim, Sérgio Gonçalves de. 2013. “Perspectivas Brasileiras na Convergência entre o SIBIN e a ZOPACAS”. *Austral* 2 (4): 11-31, jul./dez.

Bernstein, Steven. 2002. “International institutions and the framing of domestic policies: the Kyoto Protocol and Canada’s response to climate change”. *Policy sciences* 35: 203-236.

Brasil. 1952. Presidência da República. Decreto nº 30.544, de 14 de fevereiro de 1952. Promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro.

Buzan, Barry e Ole Waever. 2003. *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press.

Buzan, Barry, Ole Waever and Jaap de Wilde. 1998. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner.

Caldas, Aderson de Oliveira. 2013. *Zopacas e o Brasil: O discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul*. 41 f. Artigo (Especialização) – Especialização em Relações Internacionais. Brasília: Universidade de Brasília.

Carvalho, Thales Leonardo. 2018. *A “Virada à Esquerda” e as políticas de defesa e políticas externas relacionadas à segurança na América Latina: um estudo comparativo de 16 mandatos presidenciais*. 121p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. 1994. *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe. La integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*, (LC/G.1801-SES.25/4). Santiago, 28 jan.

Finnermore, Martha. 1996. “Norms, culture, and World Politics: insights from sociology’s institutionalism”. *International Organization* 50 (2): 325-347.

Fuccille, Alexandre. 2014. Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): balanço e perspectivas. In: *IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política* Brasília, 4-7 ago.

Fuccille, Alexandre. 2018. Brasil e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): um balanço de uma década de sua existência. In: *XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Curitiba, 31 jul.-3 ago.

Fuccille, Alexandre e Lucas Rezende. 2013. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. *Contexto Internacional*, 35 (1): 77-104, jan./jun. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292013000100003>.

Fukuyama, Francis. 1992. *O fim da história e o último homem*. Tradução: Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco.

Galtung, Johan. 1969. "Violence, peace and peace research". *Journal of peace research*, 6 (3): 167-191.

Gibbs, Denis Richard. 2011. *MacKinder meets Buzan: A Geopolitical Extension to Security Complex Theory with an Emphasis on the Polar Regions*. 417 f. Tese (Doutorado) – Programme of Political Science, The University of Waikato, New Zealand.

Gratius, Susanne. 2012. The rise of latin american regionalism: the same old thing? *IDEAS Foundation*, Madri.

Guzzini, Stefano. 2003. "Il costruttivismo e il ruolo delle istituzioni nelle relazioni internazionali". *Rassegna italiana di sociologia*, 2: 215-236, Apri/Giugno.

Hall, Peter e Rosemary Taylor. 2003. "As três versões do neoinstitucionalismo". *Lua nova*, 58:193-223. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>.

Johnston, Alastair. 2001. "Treating international institutions as social environments". *International Studies Quarterly*, 45 (4): 487-515, Dec.

JID. Junta Interamericana de Defesa. 2018. *Historical overview*. Disponível em: <<http://www.jid.org/quienes-somos/resena-historica-de-la-sede-de-la-jid>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Kacowicz, Arie. 1998. *Zones of Peace in the Third World: South America and West Africa in Comparative Perspective*. Nova York: State University of New York Press.

Levitsky, Steven; Roberts, Kenneth. 2011. Democracy, development and the left. In: Levitsky, Steven; Roberts, Kenneth (eds.). *The resurgence of Latin American left*. Baltimore: The John Hopkins University Press.

Mainwaring, Scott e Aníbal Pérez-Liñán. 2013. *Democracy and dictatorships in Latin America: emergence, survival and fall*. Cambridge: Cambridge University Press.

Martins Filho, João Roberto. 1999. “Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a Contra-insurreição”. *Revista de Sociologia e Política*, 12: 67-82.

Meek, George. 1975. “U.S. influence in the Organization of American States”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 17 (3): 311-325.

Monteiro, Licio Caetano do Rego. 2017. “Geopolítica da Segurança na América do Sul: o papel do Brasil e os dilemas de uma região em transição”. *L'espace politique*, 1 (31).

OEA. Organização dos Estados Americanos. *Carta da Organização dos Estados Americanos*. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm>. Acesso em: 24 abr. 2018.

Paraguassu, Lisandra. 2018. Brasil e outros 5 países suspendem participação na UNASUL. In: *Reuters*, 20 abr. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN1HR2MH-OBRTTP>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

Penha, Eli Alves. 2011. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA.

Penha, Eli Alves. 2012. A fronteira oriental brasileira e os desafios da segurança regional no Atlântico Sul. *Revista da Escola de Guerra Naval*, 18 (1): 113-134.

Penna Filho, Pio. 2003. Regionalismo Segurança e Cooperação : o Atlântico Sul como espaço de possibilidades entre o Cone Sul e a África Austral. *Anais eletrônicos... XXVII ANPOCS*, Caxambu.

Riggirozzi, Pía. 2012. *Regionalism through social policy and policy action: rescaling responsibilities and rights*. *Economy and Society*, 43 (3): 432-454.

Silva, Fabrício Pereira. 2010. Até onde vai a “onda rosa”? *Análise de Conjuntura OPISA*, n.2.

Silva, Antonio Ruy de Almeida. 2014. O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi. *O Brasil e a segurança em seu entorno estratégico*. Brasília: IPEA.

Smith, Peter H. 1996. *Talons of the Eagle: Dynamics of US-Latin American Relations*, New York; Oxford: Oxford University Press.

Souza, Andrea Luiza Fontes Resende de. 2017. *As Forças Navais dos Estados Unidos no Atlântico Sul: Um estudo de caso sobre a Quarta Esquadra*. 195 f. Dissertação

(Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Stewart-Ingersoll, Robert e Derrick Frazier. 2012. *Regional Powers and Security Orders: A Theoretical Framework*. London: Routledge.

Teixeira, Carlos Gustavo Poggio. 2012. *Brazil, The United States, and the South American Subsystem: Regional Politics and the Absent Empire*. Maryland: Lexington Books.

Veiga, Pedro da Motta e Sandra P. Rios. 2007. “O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas”. *CEPAL Serie Comercio Internacional*, 82, Julio.

Wendt, Alexander. 1992. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, 46 (2): 391-425, Spring.

Wendt, Alexander. 1999. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

NOTAS

1. Um dos esforços mais notórios nesse sentido é o de Fuccille e Rezende (2014), ao tentarem apreender lições sobre o papel do Brasil nesse contexto, junto à emergência de um Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).
2. Os níveis de análise foram baseados na obra de Buzan e Waever (2003).
3. Semidemocracias são aqui entendidas a partir dos critérios de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), como países em que há violações parciais de algum (uns) dos princípios elencados: eleição do chefe de governo e da legislatura em eleições competitivas e justas; inclusão da maior parte da população adulta, com um sufrágio quase universal para essas pessoas; proteção dos direitos civis e políticos, como liberdade de imprensa, expressão e organização; e reais condições de governar por parte das autoridades eleitas. Quando há uma violação completa desses princípios, o governo é considerado autoritário.
4. O *overlay* constitui, basicamente, a interferência de uma grande ou superpotência de modo a alterar ou até mesmo suprimir as dinâmicas locais de segurança, conectando-as às dinâmicas globais. A penetração também caracterizaria tal interferência, mas sem a polarização das dinâmicas locais por parte dessas potências (Buzan e Waever 2003).
5. A paz negativa é entendida aqui como a ausência de conflitos em um contexto em que as controvérsias entre os atores do sistema ainda não foram resolvidas, com grandes possibilidades de ocorrência de um novo conflito (Galtung 1969).
6. Os EUA continuaram a monitorar a região através, por exemplo, do Comando Militar do Sul (Monteiro 2017).
7. A Quarta Esquadra do Atlântico Sul dos Estados Unidos foi criada em 1943 e desativada em 1950, sendo reativada em 2008 (Souza 2017).

A INSTITUCIONALIZAÇÃO NO COMPLEXO REGIONAL
DE SEGURANÇA SUL-AMERICANO: UMA COMPARAÇÃO
ENTRE QUATRO PERÍODOS HISTÓRICOS

RESUMO

O artigo pretende apresentar evidências sobre a consolidação das identidades e interações relacionadas à segurança entre os atores sul-americanos na forma de instituições regionais. Recorremos à comparação das dinâmicas regionais em diferentes períodos, em quatro diferentes níveis de análise, visando a entender como as mesmas interferiram nessa institucionalização.

Palavras-Chave: Complexos Regionais de Segurança; Instituições; América do Sul; Atlântico Sul.

ABSTRACT

The article aims to show evidence of the consolidation of identities and interactions related to security among South American actors through regional institutions. We compare regional dynamics in different periods, using four levels of analysis, intending to understand how they affect this institutionalization.

Keywords: Regional Security Complexes; Institutions; South America; South Atlantic.

América do Sul: infraestruturas em regiões periféricas e tendências atuais

South America: infrastructures in peripheral regions and current trends

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, n° 1, jan./jun. 2018, p. 329-361

DOI: 10.26792/RBED.v5n1.2018.75047

ISSN 2358-3932

ALDOMAR ARNALDO RÜCKERT
CAMILO PEREIRA CARNEIRO

INTRODUÇÃO

O presente artigo¹ apresenta uma análise de políticas territoriais direcionadas para infraestruturas de conexão em processos de integração sul-americana. Para tanto aborda-se três perspectivas relacionadas a este processo, principalmente a partir da criação da União Sul-Americana de Nações – Unasul: 1. o projeto da América do Sul como uma região geopolítica e suas assimetrias internas; 2. possíveis repercussões territoriais de projetos de redes de circulação em regiões periféricas; e, por fim 3. uma indagação sobre quais são os rumos atuais da integração sul-americana.

Na primeira perspectiva procura-se caracterizar os diversos regionalismos na América do Sul e o recente projeto da construção de uma região geopolítica. Ressaltam-se na região as assimetrias socioeconômico-territoriais entre os países, principalmente entre Brasil e seus vizinhos. Na segunda perspectiva procura-se responder com três estudos de caso de que maneira alguns projetos de infraestruturas de conexão, a maioria pertencente a projetos da Unasul/Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – Cosiplan têm repercutido em regiões periféricas na Argentina, Bolívia e Região das Guianas.²

Por fim, na terceira e última perspectiva apresenta-se elementos para caracterizar os rumos atuais da proposta da América do Sul como uma região geopolítica e das infraestruturas de conexão, fortemente condicio-

Aldomar Arnaldo Rückert – Doutorado em Ciências: Geografia Humana – pela Universidade de São Paulo.

Camilo Pereira Carneiro – Professor Doutor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

nados à crise mundial pós-2008 e pelo governo Temer, que assumiu a presidência do Brasil através de um golpe parlamentar em 2016.

Nos três casos escolhidos, na Bolívia, na Argentina e na Região das Guianas procurou-se evidenciar exemplos de regiões diferenciadas entre si quanto às suas localizações em espaços naturais distintos: as Guianas na floresta Amazônica oriental, a região de Cuyo na Diagonal Desértica na pré-cordilheira dos Andes na província de San Juan, Argentina e o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure – Tipnis – na transição Andes / floresta amazônica entre os departamentos de Cochabamba e Beni na Bolívia. Os três casos escolhidos têm como pontos em comum não apenas as baixas dinâmica econômica e densidade demográfica, mas também a sua localização em *espaços periféricos* distantes dos grandes centros urbanos e dos principais corredores de circulação.

Além disso, os casos escolhidos são significativos em si mesmos, visto que no exemplo do Corredor Bioceânico Porto Alegre (Brasil) – Coquimbo (Chile) a Ruta Nacional 150 (no Eixo Mercosul-Chile da IIRSA-Cosiplan), na Província de San Juan (Argentina), é muito significativa por tratar-se do último elo de ligação a completar-se antes do início dos trabalhos de construção do túnel Água Negra nos Andes. O caso de Tipnis, na Bolívia, por sua vez, reflete a reação das comunidades tradicionais na defesa de seus direitos territoriais e contra a construção de uma rodovia que poderá cruzar o território indígena. Já o caso de rodovias precárias no Planalto das Guianas e o baixo investimento recebido até o momento podem refletir o isolamento entre os Estados nacionais na região além das próprias características da região que é ocupada, predominantemente, no litoral, estando o interior amazônico relativamente isolado e com deficiências de infraestruturas. A abertura extraoficial (uma iniciativa dos prefeitos de Oiapoque e Saint-Georges, sem a presença dos presidentes dos países) para o trânsito de veículos apenas entre as duas cidades, da ponte internacional Brasil-Guiana Francesa, por exemplo, sobre o rio Oiapoque, no ano de 2017, pouco contribui para alterar o cenário de isolamento entre os Estados nacionais da região, visto as várias restrições, por exemplo, que a França metropolitana impõe à entrada de brasileiros na Guiana Francesa.

Analisar políticas territoriais através dos usos políticos do território – como projeções de poder e controle territorial (Sanchez 1992)⁹ – em processos integracionistas através de redes de circulação – infraestruturas de conexão supranacional – permite-nos focar como agem conjuntos de atores territoriais e como estas ações podem repercutir territorialmente. Além disso, trata-se de conhecer as estratégias e os recursos que cada ator ou conjunto de atores, em suas diversas escalas de poder e gestão, mobilizam para atingir seus objetivos (Raffestin 1993; Rosière 2007). Os usos

políticos do território e ações públicas territoriais de Estados nacionais, governos regionais, da UNASUL e da IIRSA-Cosiplan, através de diferentes escalas de poder e gestão compartilhadas entre diferentes níveis de governos podem – ou não – estar associados a repercussões territoriais que, por sua vez, podem se constituir como novas questões para análise territorial. Para tanto, adota-se uma perspectiva de que o *espaço geográfico é descontínuo* o que se revela significativo na América do Sul.

No cenário sul-americano, as *regiões periféricas* (em oposição às regiões e pontos nodais centrais via de regra localizadas nas regiões costeiras) podem ser compreendidas como *fraturas e discontinuidades, com fortes desigualdades territoriais* em cenários nacionais e supranacionais, com baixas densidades de capital, populacionais, técnicas e informacionais e com pouca fluidez nas circulações, o que foi definido por Santos e Silveira (2003) como *espaços opacos*. As *localizações distantes de regiões periféricas* em processos de integração supranacionais tendem a ser relativizadas (o espaço se torna relativo quando as distâncias podem diminuir pelo aumento da fluidez da circulação) com a implantação e/ou melhorias de novas redes de circulação – quando houver investimentos – principalmente em *regiões fronteiriças*. Importante ter em conta que o processo de criação de fluidez, como lembram Santos e Silveira (2003) é *seletivo e não-igualitário*, pois as regiões onde se situam produções destinadas à exportação e ao comércio distante têm prioridade nesses equipamentos da infraestrutura estratégica.

Em regiões fronteiriças, quando coexistem médias ou altas densidades de capital, técnicas e populacionais em ambos os lados dos Estados nacionais há a possibilidade de surgirem processos de transfronteirização, isto é, articulações e conexões supranacionais que podem abranger desde a vida cotidiana das populações até a implantação de infraestruturas que possibilitam as conexões transfronteiriças. Este é o caso do Eixo Mercosul-Chile, onde estes indicadores coexistem com uma vida de relações transfronteiriças intensas. Por outro lado, onde as regiões fronteiriças são *espaços opacos e distantes* dos centros políticos ou econômicos, a fluidez para o interno e externo pode inexistir, tendendo para situações de *periferias extremas desconectadas* de processos de integração e transfronteirização. Este é o caso da rodovia projetada para passar através de Tipnis, localizada em uma região interiorana entre os departamentos de Cochabamba e Beni, Bolívia, bem como da Região das Guianas, vasta região com povoamento litorâneo e infraestruturas interiores precárias.

A Unasul, ao incorporar a IIRSA-Cosiplan ao seu leque de ações em escala sul-americana, em 2011, apontou para multiescalaridade dos processos de integração. Com cita Scheibe (2013) a IIRSA é um conjunto de ferramentas com incidência em múltiplas escalas. Dietz (2008), por sua

vez, já havia identificado a complexidade do “entrelaçamento” das diversas escalas de poder e gestão envolvidas em projetos da terceira ponte Brasil-Argentina da então IIRSA, as escalas supranacionais representadas pelas áreas de abrangência da Iniciativa e também do MERCOSUL, escalas nacionais (Brasil e Argentina), regional transfronteiriça de federações econômicas de comércio e fóruns políticos regionais conjuntos bem como as escalas subnacionais (estados e províncias ou departamentos) e a local/regional com as cidades gêmeas, por exemplo. Estes “entrelaçamentos” das diversas escalas de poder e gestão estão presentes, em medidas diversas, em projetos de integração física estimulados e apoiados pelo Cosiplan.

O desenvolvimento deste artigo contou com sucessivas abordagens ao problema de pesquisa em várias etapas de investigação durante o projeto em curso “Transfronteirizações na América do Sul” após 2014.⁴ Foram realizados trabalhos de campo em duas das três regiões mencionadas neste período na Diagonal Desértica sul-americana na região de Cuyo, Argentina, províncias de Mendoza e San Juan, bem como na Região das Guianas, entre Macapá (Amapá, Brasil), Paramaribo (Georgetown e Lethem) e Bonfim e Boa Vista (Roraima, Brasil). As explorações de campo consistiram em observações das infraestruturas nessas regiões com registros fotográficos e documentais bem como através de entrevistas semiestruturadas com moradores dessas regiões. Já o caso de Tipnis foi observado somente através de informações em fontes secundárias.

Seguem os três tópicos que procuram aprofundar as perspectivas de análise. Em primeiro lugar aborda-se o projeto da América do Sul como uma região geopolítica na transição do velho regionalismo (1950-1970), do regionalismo aberto (anos 1990) ao regionalismo pós-neoliberal (2000). Procura-se também caracterizar neste primeiro tópico as assimetrias territoriais entre o Brasil e os países vizinhos, suas fraturas e descontinuidades. Em segundo lugar procura-se trazer algumas observações de como projetos de infraestruturas de conexão podem repercutir em regiões periféricas através de três exemplos já citados: na Bolívia, na Argentina e na Região das Guianas. Por fim, seguem considerações sobre os rumos atuais da integração sul-americana e das infraestruturas de conexão, cenário onde percebe-se, atualmente, uma relativa ausência de continuidade do ideário da América do Sul como uma *região geopolítica*.

O PROJETO DA AMÉRICA DO SUL COMO UMA REGIÃO GEOPOLÍTICA

O projeto da América do Sul como uma região geopolítica pode ser compreendido como uma inovação territorial no subcontinente, uma das mais importantes após o fim da Guerra Fria. No âmbito do ideário da América do Sul como uma região geopolítica, “isto é, uma entidade política transnacional dotada de unidade mínima e arcabouço institucional baseados em princípios e macro objetivos comuns nas relações internacionais” (Costa 2009) encontra-se em vários países do subcontinente nos anos 2000, uma nova política externa de vários governos populares⁵ ou progressistas especialmente com a expressiva liderança do governo Lula da Silva, do Brasil, que passou a ocupar grande destaque no cenário geopolítico da região continental.

Após as formulações da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL através do velho regionalismo (anos 1950-1970) e do regionalismo aberto alinhado ao Consenso de Washington (anos 1990) seguiu-se a formulação do regionalismo pós-neoliberal sul-americano pelos governos populares com ações diplomáticas que resultaram na criação da CASA – Comunidade Sul-Americana de Nações, em 2004, em Cuzco, Peru. Posteriormente rebatizada, a CASA foi transformada na União Sul-Americana de Nações – Unasul (23 de maio de 2008, Brasília) definida como um espaço multilateral de coordenação política, um instrumento de governança regional, englobando a ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, a CAN – Comunidade Andina –, o Mercosul e a Aliança do Pacífico (ver mapa 1).

Com importante foco na busca pela redução das assimetrias regionais, no alinhamento com os países em condições socioeconômicas relativamente semelhantes no BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e nas novas relações Sul-Sul, a Unasul avançou rumo a mudanças nas concepções geopolíticas da América do Sul. Passou-se a reconhecer a importância do comércio, mas agregaram-se fatores estratégicos como segurança, solução de conflitos, defesa dos direitos humanos, vigência da democracia, desenvolvimento socioeconômico, proteção ao meio ambiente e integração física e energética. Ressalte-se, porém, que a região se caracteriza por profundas assimetrias territoriais que passaram a constar no ideário do Cosiplan sob o tema do desenvolvimento regional, visto que o cenário regional é muito complexo e acumula séculos de desigualdades socioterritoriais. Porém, o próprio projeto do Cosiplan depende de investimentos que podem demorar a ocorrer, tendo em vista o cenário de crise global pós-2008.



Mapa 1 – América do Sul: um projeto de região geopolítica.

As assimetrias territoriais entre Brasil e América do Sul: fraturas e descontinuidades

A região América do Sul é, no plano interno, um território fortemente assimétrico, caracterizado por fraturas e descontinuidades socioeconômicas. A riqueza produtiva agrícola e industrial e as melhores condições de vida da população concentram-se nas regiões litorâneas, as regiões *core*, enquanto que baixos indicadores de PIB e de IDH encontram-se dispersos por vastas regiões periféricas interioranas.

Dados do Banco Mundial para 2016 atestam as grandes disparidades dos valores do Produto Interno Bruto entre o Brasil e seus vizinhos.⁶ A Bolívia, por exemplo, é um dos países mais pobres da América do Sul, com IDH médio de 0,674 (2015), juntamente com o Paraguai (IDH médio de 0,693, 2015). Em 2014, 45% da população da Bolívia (que totalizava 10.631.490 habitantes) encontrava-se abaixo da linha de pobreza (Index Mundi). As assimetrias entre Bolívia e Brasil revelam-se, igualmente, nos fluxos migratórios: um expressivo crescimento do número de cidadãos bolivianos que emigraram – quase 150.000, segundo dados da Polícia Federal brasileira – para o Brasil num curto período de seis anos, entre 2008 e 2014 (Uebel 2015).

No plano do comércio intrarregional, dados da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI – demonstram que as exportações do Brasil para os países da América do Sul no período 2002-2016 aumentaram seis vezes, tendo passado de US\$ 7,4 bilhões para US\$ 45,2 bilhões em 2011, sendo Argentina, Chile e Venezuela os principais países importadores. As principais importações pelo Brasil do conjunto dos países vizinhos, por sua vez, cresceram pouco mais de duas vezes entre 2002 e 2016, passando de US\$ 8,09 bilhões em 2002 para US\$ 19,43 bilhões em 2016, sendo que Argentina, Chile e Bolívia são os países que mais exportam para o Brasil.

Os fluxos de cargas rodoviárias de exportação/importação entre o Brasil e os países vizinhos pelo modal rodoviário concentram-se na região transfronteiriça da Bacia do Prata/Eixo Mercosul-Chile que apresenta uma malha complexa de infraestrutura, no núcleo geoeconômico que se caracteriza como uma diagonal que se estende do sudeste e sul do Brasil (estados industrializados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), sul do Paraguai e província de Buenos Aires, alongando-se ao centro da Argentina, Chile até o Pacífico. O percentual de estradas não pavimentadas na América do Sul é de aproximadamente 50%, o que faz com que o transporte terrestre eleve o custo comercial (Bown et al, 2017).

As principais conexões viárias internacionais do Brasil concentram-se na Bacia do Prata – são 23 cidades gêmeas com Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai – sendo 32 ao longo de todas as fronteiras internacionais do país com os vizinhos. Cabem às cidades gêmeas de Uruguaiana (BR)/Paso de los Libres (ARG), Foz do Iguaçu (BR)/Ciudad del Este (PY) e São Borja (BR)/Santo Tomé (AR) os principais volumes de tráfego de cargas nos sentidos de exportação / importação. O volume atingiu 374.710 caminhões registrados pela Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI) junto à Receita Federal do Brasil no ano de 2016, correspondendo a 68% do total de 547.081 caminhões registrados em 16 cidades gêmeas na Bacia do Prata que possuem postos de alfândegas.

REPERCUSSÕES DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURAS DE CONEXÃO EM REGIÕES PERIFÉRICAS: TRÊS ESTUDOS DE CASO

Dentre os projetos de infraestruturas de conexão (a maioria pertencente à carteira de projetos do Cosiplan e à Agenda de Projetos Prioritários de Integração – API⁷ ou a eles relacionados) apresenta-se três casos de infraestruturas de conexão em regiões periféricas: a) o projeto da rodovia Villa Tunari – San Ignacio de Mojos, através do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore, Tipnis, Bolívia; b) a Ruta Nacional 150, no Corredor Bioceânico Porto Alegre (BR) e Coquimbo (CH) e c) projetos de melhorias de estradas e pontes que interligam o Brasil, a Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana na Região das Guianas e Floresta Amazônica, no Eixo Escudo das Guianas.

Os três casos de infraestruturas de conexão em regiões periféricas escolhidos para esta investigação refletem objetivos de pesquisas em curso em regiões fronteiriças e/ou transfronteiriças na Bacia do Prata e regiões adjacentes, bem como na Região das Guianas na Amazônia Oriental, procurando-se refletir sobre as distintas dinâmicas de processos de integração no norte e no centro-sul da América do Sul. O projeto da rodovia Villa Tunari – San Ignacio de Mojos, através do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore, Tipnis, Bolívia – que localiza-se em região interiorana na floresta Amazônica, em posição intermediária entre os eixos Peru-Bolívia-Brasil e o Interoceânico Central, entre os departamentos de Cochabamba e Beni. Já a Ruta Nacional 150, no Corredor Bioceânico Porto Alegre (BR) e Coquimbo (CH) – Eixo Mercosul-Chile, que se localiza na região geográfica desértica de Cuyo e Sierras Pampeanas na Província de San Juan, Argentina, região tradicionalmente isolada que, recentemente, passou a interligar-se entre os pré-Andes e o Pampa Úmido, o Litoral e o Norte Argentino. Por fim, a rodovia Transguianense, no Eixo do Escudo

das Guianas que se localiza em região periférica na Amazônia, onde a infraestrutura precária entre o estado do Amapá (BR), a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana, a Venezuela e os estados de Roraima e Amazonas (BR) reflete as ainda baixas densidades de interligações na porção da Amazônia oriental.

Como explicitado na Introdução, os casos aqui apresentados são importantes em si mesmos, tendo em vista se tratarem de regiões localizadas em espaços distantes e pouco conhecidos do “mundo exterior” na América do Sul. Mesmo que cada um dos casos seja diferente eles refletem, em seu conjunto, de certo modo, o *status* de transformações ou de imobilismos territoriais em relação aos projetos da IIRSA-Cosiplan. Tratados de forma conjunta, os três casos não apenas trazem realidades territoriais pouco estudadas como ilustram preocupações concernentes à necessidade de projetos de infraestrutura viária não apenas serem estradas que produzem “efeitos-corredor” mas que possam induzir transformações socioterritoriais importantes nos “grotões” da América do Sul. Neste sentido, entendemos que as três regiões, casos de estudos, fornecem informações preciosas para entender-se o que pode e o que não pode estar ocorrendo na região da América do Sul a partir de projetos de infraestrutura.

A rodovia Villa Tunari – San Ignacio de Mojos

Apesar de a Bolívia constar em sexto lugar quanto ao número de projetos do Cosiplan, o seu território é perpassado por cinco Eixos: Andino, Capricórnio, Hidrovia Paraguai-Paraná, Interoceânico Central e Peru-Brasil-Bolívia, o que o caracteriza como um centro de coesão e dispersão de fluxos em escala continental (Pfrimer 2011). A participação de empreiteiras brasileiras com financiamentos do banco público brasileiro BNDES previstos durante os anos 2000, como OAS e Odebrecht em obras do Cosiplan ou relacionadas aos eixos de integração provocou fortes reações anti-imperialistas contra sua presença no caso da rodovia Villa Tunari – San Ignacio de Mojos nos departamentos de Beni e Cochabamba. O caso de Tipnis traz para o cenário da análise territorial a presença da tensão e do conflito envolvendo não apenas a escala do Estado da Bolívia e os atores indígenas locais, fortemente organizados, bem como o capital estatal do Brasil (via BNDES) e as empresas empreiteiras brasileiras. O conflito caracteriza relações de poder entre escalas de poder em que os indígenas e suas organizações tem resistido a projetos de integração física de rodovias.

O conflito da construção da rodovia Villa Tunari – San Ignacio de Mojos que poderá atravessar o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore, Tipnis, com 1,2 milhão de hectares, localizado nos depart-

tamentos de Beni e Cochabamba (ver mapa 2), é um caso exemplar do sentimento popular anti-imperialista brasileiro e da não aceitação de projetos do Cosiplan e obras relacionadas pelas populações locais. Após vários conflitos em 2011, durante a 8ª Marcha Indígena a La Paz, seguiram os cancelamentos dos contratos com a construtora brasileira OAS e do financiamento de exportação de bens e serviços do BNDES, após denúncias de organizações da sociedade civil junto ao banco sobre diversas irregularidades ambientais e violações de direitos territoriais indígenas (Fonseca, Mota 2013; Conectas 2015). A foto 1 retrata o portal de entrada da Bolívia na cidade de Puerto Quijarro, a partir de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

Apesar das concessões de Evo Morales aos movimentos indígenas, as obras da rodovia foram retomadas por empresas bolivianas em 2013 em trechos fora do território Tipnis. Em 2015, uma unidade de engenheiros militares da Bolívia e da Venezuela deu continuidade às obras em segmentos fora do parque (Carwil 2015). Afirmou Morales sobre a estrada: “Em primeiro lugar ela vai liberar o departamento de Beni. Em segundo lugar haverá uma maior integração entre os departamentos, estamos convencidos disto, trata-se de projetos macro nesta região” (Ariñez 2015). A retomada das obras passou a ser contestada novamente pela Sub-Central dos Povos Indígenas de Tipnis. As mulheres indígenas rechaçaram de forma categórica a construção da rodovia, declarando estado de emergência e mobilização contínua contra a afronta permanente do governo da Bolívia (Pronunciamento Público 2017). Embora o governo de Evo Morales, mesmo com forte apoio de movimentos sociais indígenas, tenha adotado um enfoque pragmático para procurar conectar regiões periféricas a eixos principais de circulação, a resistência indígena demonstrou que este projeto – e mesmo a pauta da integração sul-americana – não faz sentido para estes povos tradicionais.

O Corredor Bioceânico Porto Alegre (Brasil) – Coquimbo (Chile) no Eixo Mercosul-Chile

O Eixo Mercosul-Chile articula o sudeste e sul do Brasil aos países vizinhos prolongando-se a Santiago do Chile através do Passo dos Libertadores nos Andes (ou Passo Cristo Redentor), entre a Província de Mendoza-AR e a Província Los Andes – IV Região do Chile. O Passo está em uso desde 1980 e se caracteriza por intensos fluxos de transportes de cargas – um importante indicador de transfronteirizações e fluidez territorial – que interligam o mercado brasileiro aos portos do Chile.



Foto 1 – Portal de entrada na cidade de Puerto Quijarro, extremo-leste do Departamento de Santa Cruz, Bolívia, junto à fronteira com o Brasil.

Foto: Aldomar A. Rückert, 2015.

O Corredor Bioceânico Central Porto Alegre (BR) – Coquimbo (CH), (ver mapas 1 e 2) configura uma linha quase reta de 2.472 km que atravessa a Diagonal Desértica sul-americana, na região geográfica de Cuyo (que significa “país de areia”) e Sierras Pampeanas, na Pré-Cordilheira dos Andes. Nesta região estão situados a Ruta Nacional 150⁸ (ver foto 2) e os parques naturais de Ischigualasto (Vale de La Luna) e Talampaya a 158 km das cidades de La Rioja, 330 km de San Juan e a 470 km de Mendoza.

A Ruta 150 é uma via cênica que cruza a Serra de Vale Fértil, um subsistema das Sierras Pampeanas, com seis túneis e com uma engenharia complexa. Por um lado, a via permitirá vincular os núcleos produtivos das regiões argentinas do Pampa Úmido, o Litoral e o Norte Argentino e, futuramente, com o porto de águas profundas de Coquimbo, na IV Região do Chile, possibilitando um novo caminho para o intercâmbio comercial com os países da bacia Ásia-Pacífico (Ruta Nacional 150), além de articular-se com a Ruta Nacional 40, rodovia estrutural que percorre a Argentina de sul a norte, da extrema Patagônia à fronteira com a Bolívia.

Encontros entre comitivas de empresários chilenos e do Brasil têm se repetido para tratar dos interesses do empresariado de ambos os países em baratear custos de logística nas exportações para a Ásia e no comércio entre os dois países. (Sistema Fiergs 2015). As ações de associações de empresários brasileiros, argentinos e chilenos no que diz respeito a demandar as obras do Corredor Bioceânico Central Porto Alegre (BR) – Coquimbo (CH) demonstram com clareza a participação civil de capitais privados e seus interesses neste novo caminho terrestre. Além disso, suas ações de demandas junto aos órgãos dos governos nacionais demonstram, com grande clareza, a multidimensionalidade de atores e suas diversas escalas de poder. Um verdadeiro “entrelaçamento” de atores e ações em três países revela o adensamento não apenas da indústria, comércio e serviços na região núcleo do Mercosul, mas também a capacidade de mobilização política de atores privados em diversas escalas de poder.

Com a construção da obra monumental Túnel Água Negra⁹ deverá se concluir o novo Corredor Bioceânico Porto Alegre (RS, Brasil) – Coquimbo (Chile), que interligará as regiões agrícolas e industriais do sudeste e do sul do Brasil com o Oceano Pacífico, encurtando caminhos para a exportação de soja, carne e ferro, por exemplo, para o mercado asiático e para a entrada de automóveis e produtos eletrônicos provenientes da Ásia. A médio e longo prazos pode-se prever que venha a ocorrer uma relativa abertura da região periférica de Cuyo e Sierras Pampeanas e a ligação mais intensa dos parques naturais aos fluxos comerciais e turísticos argentinos, brasileiros e chilenos.

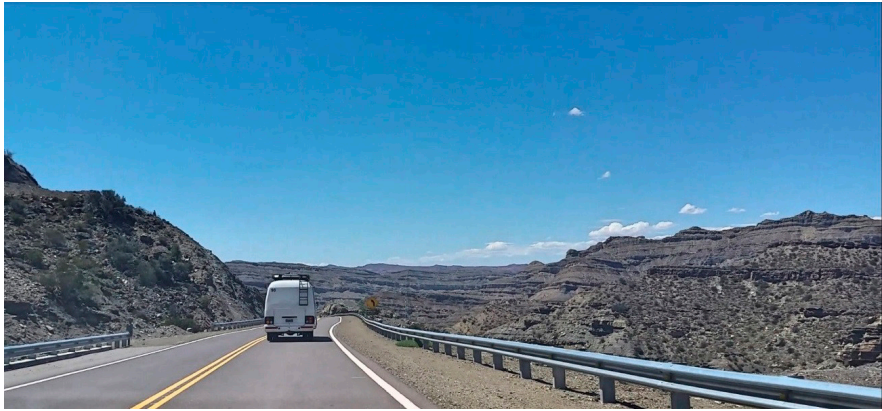


Foto 2 – Trecho da Ruta Nacional 150, entre o Parque Nacional Talampaya (Província de La Rioja, ARG) e San José de Jachal (Província de San Juan, ARG).

Foto: Aldomar A. Rückert, 2017.

O Eixo das Guianas na Região das Guianas

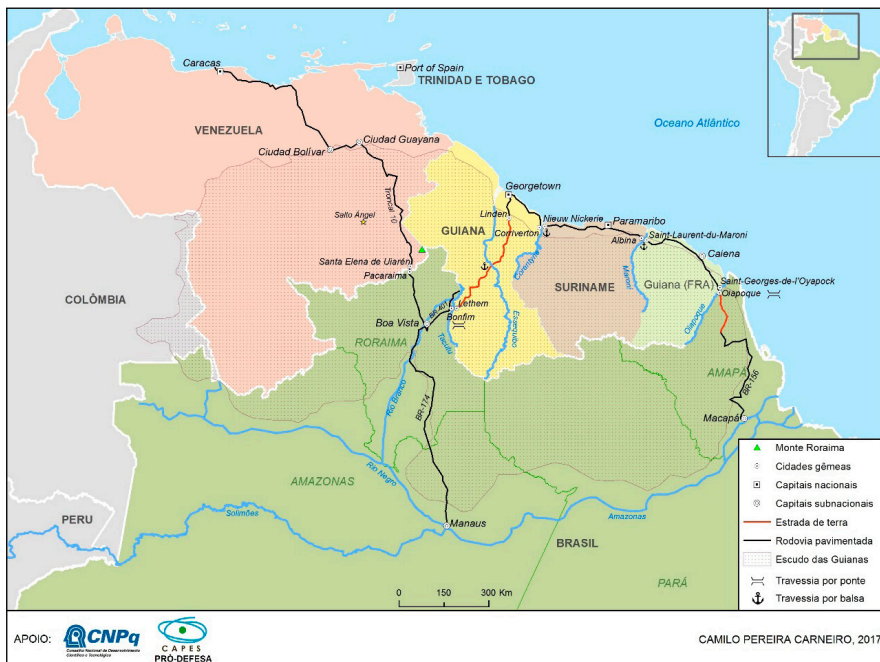
A Região das Guianas corresponde a uma região periférica na Amazônia. Parte desse isolamento se explica pela estratégia do governo brasileiro de manter a região Norte do país relativamente desprovida de conexões terrestres. Porto (2010, 139) entende que a Amazônia segue sendo tratada como periférica pelo governo federal do Brasil, bem como pelas elites locais. Na Região das Guianas, processos de transfronteirização encontram-se em estágios embrionários, tendo em vista os vastos espaços ocupados por florestas, as grandes distâncias entre as cidades e povoados e o pequeno volume de circulação de mercadorias e pessoas pelo interior amazônico, restritos quase que ao movimento de mineradores, via de regra ilegais. Além destes aspectos, deve-se ressaltar, a região das Guianas pode revelar-se um laboratório de observações de ações de diversos atores em múltiplas escalas, como já demonstrado por Silva e Rückert (2009) e Silva (2014). A baixa densidade de organizações de atores civis, de forma diferente do centro-sul do Brasil e do Mercosul, faz com que os atores principais sejam os governos nacionais e seus exércitos, os governos do Estado do Amapá e da coletividade territorial da Guiana Francesa e, com menor importância, os governos locais das cidades do Oiapoque e de Saint-George na Guiana Francesa. Isto é, predominam as relações entre Estados nacionais e seus níveis de governo subnacionais.

Até o presente, apenas três rodovias brasileiras (BR-156, BR-174 e BR-401) conectam a área correspondente à calha norte do rio Amazonas

aos países vizinhos (ver mapa 3). A ausência de infraestruturas de transporte terrestre e a presença de grandes áreas de preservação (como a savana de Rupununi, uma planície de savana na Guiana, na região de Upper Takutu-Upper Essequibo, parques nacionais como o do Monte Roraima, terras indígenas como a Raposa Serra do Sol, etc.) são fatores que dificultam enormemente o trânsito de pessoas e mercadorias na região, mas que, ao mesmo tempo, servem de defesa contra uma eventual invasão por parte de um país inimigo. De acordo com o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, “[...] o reconhecimento das terras indígenas e a criação de unidades de conservação atuam no sentido de estabilizar o povoamento e dificultar a entrada de frentes pioneiras internas e externas” (Brasil 2009, 35).

No que tange à Guiana Francesa, Silva (2014) destaca que, apesar de se tratar de um Departamento-região de ultramar francês, em função de seu isolamento, a concentração demográfica (a população ocupa essencialmente o litoral) e da forte dependência em relação à França metropolitana, o território apresenta problemas e deficiências semelhantes aos dos países sul-americanos. Apesar dos recursos obtidos em virtude do Centro Espacial de Korou (da Agência Espacial Europeia), as taxas de desemprego são altas e é grande o peso do setor primário na economia (pesca e madeira).

Apesar do contexto geopolítico pouco favorável e da pequena importância econômica da região (que poderia ser completamente alterada em caso de um aumento significativo dos preços do petróleo no mercado internacional), há projetos do Cosiplan para a Região das Guianas por serem implementados que, na quase totalidade, contemplam obras do setor de transportes, merecendo destaque um conjunto de pontes e rodovias que, juntos, formariam a rodovia Transguianense. A inauguração da ponte sobre o rio Takutu (no limite internacional entre Bonfim, Roraima-Brasil e Lethem, República Cooperativa da Guiana), em 2009, e o atraso de mais de 6 anos na abertura extraoficial da ponte internacional Amapá-Guiana Francesa – concluída em 2011 e inaugurada em 2017 – são alguns exemplos de obras concluídas, mas que não alteram significativamente o cenário macrorregional de infraestruturas precárias.



Mapa 3 – Eixo do Escudo das Guianas no Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela.

A rodovia BR-156, no Estado do Amapá, obra federal do Brasil mais antiga ainda em andamento, teve início na década de 1940, e que em 2017 ainda possuía um trecho de pouco mais de 100 km sem pavimentação. Desde 2000, as obras da IIRSA-Cosiplan vinham sendo executadas pelas grandes empreiteiras brasileiras, que contavam com o financiamento do BNDES. A partir de 2014, essas empreiteiras foram impactadas pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal do Brasil, que revelou esquemas de corrupção em licitações e de desvio de verbas públicas dos quais faziam parte as maiores empreiteiras do Brasil.

Uma vez retomados os investimentos nas obras da IIRSA-Cosiplan numa conjuntura mais favorável para a Região das Guianas, a região poderia sentir os impactos da conexão entre espaços com baixas densidades de capital, baixa densidade populacional e de meios técnicos, além da alteração na fluidez da circulação. No trajeto entre Georgetown, a capital da República Cooperativa da Guiana, e a cidade de Lethem, na fronteira com o Brasil, por exemplo, grande parte da rodovia (aproximadamente 300 km) não é asfaltada (ver foto 3).¹⁰ Além disso, a viagem é dificultada

pelos poucos horários de funcionamento da balsa que faz a travessia do rio Essequibo, o que ocorre apenas duas vezes ao dia (a cada 12 horas). O percurso, que no período de poucas chuvas dura em média 24 horas, em função das condições da estrada, é realizado por meio de *vans*, que transportam em seu interior, junto com os passageiros, mercadorias de todo tipo (material de construção, alimentos e até galões de gasolina), o que torna a viagem muito perigosa, desconfortável e cansativa.



Foto 3 – Barreira de fiscalização da polícia guianense na rodovia Georgetown – Lethem (Guiana) – Bonfim (Roraima, Brasil).
Foto: Camilo Pereira Carneiro, 2013.

Além das obras futuras previstas, cabe destacar a necessidade da homogeneização das diferentes legislações entre os países. A União Europeia, por exemplo, não permite a circulação de veículos que poluam mais do que o estabelecido pelas normas do Regulamento (CE) nº 715/2007.¹¹ Ainda que a questão das divergências entre as legislações venha a ser dirimida, é importante ressaltar que uma eventual retomada dos projetos de infraestrutura na Região das Guianas poderia gerar impactos positivos, mas também negativos. De um lado, as obras de conexão viária serviriam como fator impulsionador do turismo ecológico nos parques nacionais da Região das Guianas, que têm no Monte Roraima (tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana) e no Salto Ángel (Venezuela) seus grandes atrativos.

Contudo, a facilidade de movimentação também poderia trazer impactos negativos ao potencializar atividades criminosas, propiciando a entrada de garimpeiros clandestinos e o comércio e transporte de drogas na região.

QUAIS SÃO OS RUMOS ATUAIS DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA?

Neste último tópico apresentam-se considerações sobre os rumos atuais da integração sul-americana e das infraestruturas de conexão, cenário onde há, atualmente, uma verdadeira ausência de continuidade do ideário da América do Sul como uma região geopolítica. Pode-se mesmo afirmar que ela é pouco visível na Unasul e nas tendências políticas de governos que têm feito opções por medidas ortodoxas de contenção de investimentos e voltadas para o mercado por vias privatizantes.

Vários projetos de integração política, econômica e de infraestruturas de articulação viária e energética na América do Sul encontram-se fortemente condicionados à crise mundial pós-2008, mais notadamente a partir dos anos 2011-2012 e à própria ausência de uma política externa do Brasil para a região no governo Michel Temer. Os *anos dourados* das economias exportadoras e dos avanços da integração sul-americana chegaram ao fim com o ambiente recessivo da economia mundial; o golpe de Estado no Paraguai em 2012, com a deposição de Fernando Lugo, o que já indicou o início do retrocesso dos governos progressistas e da integração da região; a morte de Hugo Chávez, em 2013; a crise política em que se encontra a Venezuela e sua atual suspensão do Mercosul; a retomada de programas neoliberais por governos que se sucedem pós-2015 na Argentina, com a eleição de Mauricio Macri; e a deposição, por meio de golpe parlamentar, de Dilma Rousseff no Brasil, principalmente.

Estudo recente da organização Global South demonstra que a economia mundial ainda não se recuperou dos efeitos da crise financeira que iniciou há quase uma década atrás (Akyüz, Yu III 2017). A crise moveu-se numa terceira onda para várias economias emergentes após haver-se movido dos Estados Unidos para a Europa. As principais economias emergentes que eram esperadas tornar-se locomotivas globais (BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) alguns anos atrás, agora são vistas como parte do problema, gerando impulsos deflacionários para a economia mundial. Como afirma Conde (2017), China e Índia enfrentam dificuldades concernentes a suas taxas de crescimento e o Brasil está em colapso, onde agitações violentas têm acontecido, com a população exigindo mudanças dos rumos econômicos e políticos.

O governo de Michel Temer, então vice-presidente de Dilma Rousseff (2011-2016), e que a sucedeu em seu segundo governo a partir de maio

de 2016, por meio de um golpe parlamentar,, mudou as diretrizes políticas eleitas democraticamente em 2014, de linhas desenvolvimentistas com ampla inserção social e redistribuição de renda, optou-se pela associação com os grandes bancos e indústrias, promovendo programas neoliberais e privatistas com reformas econômicas recessivas. O economista José Serra, de orientação político-ideológica neoliberal, ao assumir como Ministro das Relações Exteriores em 2016 (demitiu-se em 2017) mudou a agenda diplomática do Brasil para a América do Sul. Além de severo crítico dos governos populares no país e nos países vizinhos (mudando o princípio da não intervenção nos assuntos internos de outros Estados), as ações ministeriais voltaram-se contra o projeto do Brasil aspirar a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; a própria participação brasileira e da Venezuela no Mercosul, tendo agido para suspender o país por tempo indeterminado, alegando descumprimento de obrigações de tratados e normas técnicas (Spektor 2017). Além disso, mudou-se a prioridade da política brasileira de diversificar as relações do Brasil com todos os Estados e, finalmente, com a tentativa de alinhar o país com a política externa norte-americana em todos os temas, sem colocar acima de tudo os interesses brasileiros (Lírio 2017).

O atual governo brasileiro não possui mais um projeto de desenvolvimento para a América do Sul e tampouco uma política externa ativa enquanto que a China avança com investimentos sobre a região. Houve ausência brasileira na mediação do processo de paz da Colômbia, enquanto que Suriname, Guiana, Bolívia, Equador e Venezuela (quase a metade da América do Sul) são, hoje, estranhos à política externa do país. A recente decisão, no mês de abril de 2018, do Brasil e de mais cinco países (Argentina, Paraguai, Colômbia, Chile e Peru) de suspender sua participação na Unasul (Istoé 2018) corrobora a inexistência nestes países de uma política externa para a América do Sul. Os seis países emitiram comunicado conjunto alegando que não estavam mais dadas as condições para adotar decisões no âmbito da Unasul, visto que a organização se encontra sem um secretário geral desde janeiro de 2017, enquanto que o chefe de fato, o colombiano Yuri Chillán demitiu-se em 31 de julho de 2018. No entanto, Macri, na Argentina, já havia planejado uma mudança radical na política exterior do país desde que assumira em dezembro de 2015, focando o Mercosul como prioridade. As divergências ideológicas dos governos atuais de Brasil e Argentina, principalmente, com o governo de Maduro, são a razão do afastamento destes países da organização (Dapelo 2018).

Enquanto se aprofundam as divergências dos governos em torno da Unasul, os EUA avançam gradualmente sua influência sobre o Paraguai, Suriname, Colômbia e Argentina com cooperações ou a presença de bases

militares, tornando a região uma arena de disputas comerciais e políticas com a China, enquanto que a Aliança do Pacífico – Colômbia, Peru, Chile e **México** – se fortalece (Kalout 2017). Além disso, estes países deram os primeiros passos rumo à criação de um fundo comum para financiamento de infraestrutura, além de passar a contar com Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Cingapura em acordos que contemplam a livre circulação de bens e serviços, além de facilidades para a mobilidade dos cidadãos (Manetto 2017).

Neste contexto de incertezas sobre os rumos políticos da Unasul, vozes de oposição a criticam, afirmando que a organização perdeu sua razão de ser, devendo-se acabar com ela de uma forma ordenada “o mais rapidamente possível” (Montoya 2017). A atuação anti-hegemônica aos interesses dos EUA dos governos de esquerda na região nos anos 2000, além de projetos extra-regionais como os BRICS, enfrenta uma contrarreação com a definição do Atlântico Sul como espaço estratégico de relevância crescente para os EUA no contexto de iniciativas para conter o poder sino-indiano-brasileiro na América do Sul e África (Pecequillo 2016).

Analisando-se os resultados obtidos pela então denominada IIRSA ao final dos anos 2000, Padula (2014) afirma que as ações governamentais haviam se concentrado em pequenos projetos de transporte e deixando de lado a possibilidade de levar à frente projetos estruturados, tendo o próprio BID emitido parecer neste sentido. Afirma o Relatório do BID, reconhecendo o surgimento do empoderamento dos países sul-americanos em meados dos anos 2000, que os esforços realizados pelo Cosiplan não haviam sido suficientes para melhorar os índices de qualidade e disponibilidade de infraestrutura e nem para conseguir uma melhora na competitividade da região sul-americana. “Por um lado, a posição da região na ordem mundial de qualidade da infraestrutura tem piorado, e por outro, a lacuna entre o volume de comércio externo e o *stock* de infraestruturas de integração tem-se ampliado” (Banco 2008). No mesmo sentido de críticas ao Cosiplan, estudo da Confederação Nacional da Indústria – CNI – aponta que a queda da participação da região no comércio exterior brasileiro nos dois últimos decênios deve-se, entre outros fatores, à má qualidade da infraestrutura (Confederação 2015).

Em que pesem as críticas aos projetos do Cosiplan, há estudos que apontam crescimento do comércio internacional após 2011, com a conclusão de rodovias internacionais como a Rodovia do Pacífico, também conhecida como Rodovia Interoceânica, estrada binacional Brasil-Peru, que liga o noroeste do Brasil ao litoral sul do Peru, através do estado brasileiro do Acre. Embora o comércio entre os dois países continue mais expressivo pelos transportes aéreo e marítimo, houve aumento de 3% nas exporta-

ções brasileiras e 5% nas peruanas somente através deste modal rodoviário (Interoceânica 2017).

As críticas aos governos que criaram a Unasul, as instabilidades políticas na região e as denúncias de corrupção de ex-autoridades governamentais trazem novos complicadores para o futuro da organização, ao menos no que diz respeito à participação de empreiteiras brasileiras em obras de infraestrutura promovidas pelo Cosiplan. As denúncias e processos têm-se estendido a vários países, dentre eles Equador, Peru, Argentina, México, República Dominicana, Panamá, Colômbia e Venezuela (Barrocal 2017, Benites 2017). No Peru, o fim da participação da empreiteira brasileira Odebrecht em dois projetos de infraestrutura – a Rodovia Interoceânica que liga o Brasil ao Peru e a represa Chavinomochia III – e as acusações contra ex-presidentes e ex-ministros levaram o ex-presidente Kuczynski a afirmar que não há como negar que o caso Odebrecht “é um freio para a economia” (Fowks 2017). A recente prisão do ex-presidente Ollanta Humala, acusado de lavagem de dinheiro em doações feitas pelo grupo brasileiro Odebrecht em suas campanhas presidenciais de 2006 e 2011 (Humala exerceu o mandato entre julho de 2011 e julho de 2016) (Tola 2017) confirma o cenário de complicações políticas e jurídicas para os projetos de integração da infraestrutura sul-americana, ao menos no que diz respeito à participação de empreiteiras brasileiras em projetos da carteira da Cosiplan. Já Kuczynski renunciou ao governo do Peru no fim do mês de março de 2018 para não ser cassado pelo Congresso peruano devido aos envolvimento em escândalos de corrupção com a construtora brasileira Odebrecht.

Em consonância com a retomada do alinhamento do Brasil com a política externa norte-americana, o atual governo brasileiro está novamente em negociação, após Lula cancelar a proposta do governo anterior de Fernando H. Cardoso, para ceder o usufruto da base militar de Alcântara (no estado do Maranhão, na região Nordeste do Brasil) para o governo norte-americano lançar satélites, com riscos que a área venha a ser utilizada para o lançamento de ogivas nucleares. Além disto, o governo brasileiro firmou, em março de 2017, acordo de parceria tecnológica com os EUA para incentivar a indústria nacional de defesa. O acordo, diz a nota da agência de notícias financeiras Bloomberg, é o “último sinal duma mudança na política externa” na maior economia da América Latina após o fim de mais de uma década de governos de esquerda com o impeachment da Presidente Dilma Rousseff (Adghirni 2017). Em novembro de 2017 ocorreu a Operação *Amazon Log* Brasil e Estados Unidos na tríplice fronteira entre Peru, Brasil e Colômbia. O exército dos EUA teria participado do exercício militar multinacional de simulação de ações de ajuda huma-

nitária, segundo o general Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, comandante logístico do Exército brasileiro (Nascimento 2017). Em contraposição, a ala nacionalista do Exército brasileiro considerou a presença dos norte-americanos na região estratégica da tríplice fronteira um crime de lesa-pátria (Melo 2017). Além disto, a recente visita do vice-presidente norte-americano Mike Pence nos dias 26 e 27 de junho a Brasília e Manaus com preocupações aparentemente humanitárias com a crise dos refugiados venezuelanos indica claramente a pressão do governo de Donald Trump para que o governo brasileiro aumente o isolamento da Venezuela na América do Sul (Sampaio 2018).

Neste cenário de crise e incertezas na América do Sul é sintomática a recente publicação do Banco Mundial anunciando a renovação do regionalismo aberto, opção neoliberal dos anos 90, com propostas para toda a América Latina, enfatizando que os ganhos potenciais de toda a região podem ser atingidos combinando-se reformas estruturais e futura liberalização do comércio com o resto do mundo (Bown et al. 2017). Diz o estudo do Banco que ainda há espaço para mais acordos preferenciais, especialmente entre América do Sul e Central e a América do Norte.

Evidencia-se que o Banco Mundial volta a ocupar espaço como conselheiro de governos que se sucedem aos progressistas dos anos 2000 com opções preferenciais por privatizações, medidas econômicas ortodoxas e alianças com o poder hegemônico norte-americano. O banco volta a sugerir medidas já experimentadas na América Latina na década de 1990, que redundaram em aprofundamento das crises econômicas e recessões com altíssimos custos sociais. A América do Sul está frente a uma encruzilhada com prenúncios de graves retrocessos políticos que tenderão a perpetuar seus problemas crônicos.

CONCLUSÃO

Abordar políticas territoriais em processos de integração na escala sul-americana constitui-se num grande desafio para a Geografia Política e a Geopolítica. A região-continente ou região geopolítica América do Sul apresenta grandes assimetrias internas, o que dificulta sobremaneira as observações, a análise territorial e as previsões de possíveis transformações. Possíveis relações entre políticas públicas e suas repercussões territoriais configuram uma questão de investigação ainda relativamente recente no cenário sul-americano, muito embora haja vários esforços para se compreender os processos de integração das infraestruturas da IIRSA-Cosiplan.

A começar pela dificuldade da ausência de uniformidade de dados secundários nacionais, a análise territorial encontra ainda pouco respaldo na

literatura especializada, salvo os estudos com abordagens regionais focados em escalas subnacionais e/ou, eventualmente, transfronteiriças. O desafio da análise territorial em escala supranacional sul-americana implica numa visão de conjunto da região-continente, com a utilização de dados nacionais (ainda não uniformes entre os Estados) e de cartografias temáticas que possam demonstrar tanto algumas homogeneidades e heterogeneidades como as profundas assimetrias e fraturas territoriais. A abordagem multiescalar das ações de múltiplos atores, no entanto, tem se mostrado um campo fértil para a interpretação de transformações territoriais que ultrapassem as fronteiras nacionais ainda que este tipo de investigação se encontre de forma embrionária.

A perspectiva dos regionalismos recebeu na América do Sul nos anos 2000, inegavelmente, um conjunto de políticas progressistas que ampliaram e aprofundaram os objetivos do velho regionalismo e do regionalismo aberto. O projeto da América do Sul como uma região geopolítica na escala macro da Unasul introduziu, provavelmente, após o fim da Guerra Fria, pela primeira vez no subcontinente, não apenas o resgate dos ideais integracionistas do século XIX, mas também uma verdadeira inovação político-territorial com características institucionais direcionadas ao exercício da contra-hegemonia norte-americana e à coesão política interna.

A transformação da IIRSA – um instrumento direcionado à integração física de mercados, direcionado por visões politicamente conservadoras atreladas ao predomínio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – em Cosiplan apontou, de forma inovadora, para políticas territoriais em escala sul-americana direcionadas não apenas aos elos de ligação física entre os Estados nacionais, mas também a entendimentos de que investimentos provindos de diversas escalas de poder e gestão poderiam mudar os usos políticos e econômicos do território sul-americano, tanto de regiões desenvolvidas quanto das periféricas e subdesenvolvidas. Pretendeu-se que o planejamento do Cosiplan pudesse, de alguma forma, contribuir para a diminuição de assimetrias e fraturas territoriais. A perspectiva das assimetrias remeteu à indagação sobre em que medida ocorrem transformações em regiões periféricas – o que ainda é questão em aberto à investigação.

O exame dos três casos empíricos revelou-se fortemente elucidativo do que pode e o que não pode ser uma região periférica no interior da América do Sul. As observações de campo em duas regiões, em Cuyo, Argentina e na Região das Guianas, possibilitou percorrer grandes distâncias rodoviárias para descobrir conteúdos que são pouco conhecidos, mesmo por geógrafos, como é o caso dos parques naturais de Talampaya e Ischigualasto, ao lado da Ruta Nacional 150 na região pé-andina, bem como no interior amazônico da Guiana Francesa, Suriname e República Cooperativa da Guiana.

Não foi intenção do autor, neste artigo, apontar uma metodologia de identificação de regiões periféricas na América do Sul. Esta, com certeza, se tornará uma outra demanda para a análise territorial em breve. Entretanto, a partir de projetos de infraestrutura foi possível aproximar-se de algumas regiões definidas geograficamente com é o caso de Cuyo, na Argentina. O caso boliviano, por sua vez, é importante não apenas por evidenciar as contradições e discrepâncias do processo de integração sul-americano, mas também por evidenciar que atores territoriais locais e regionais deveriam fazer parte da agenda da integração. Entretanto, estes atores, como o estudo de caso evidenciou, vêm sendo desprezados por atores hegemônicos que representam interesses e poderes nacionais e/ou supranacionais.

Já o estudo de caso na Região das Guianas, reconhecidamente uma macrorregião extensa e complexa, só muito recentemente abordada na literatura geográfica brasileira, mostrou o quanto regiões periféricas podem estar em descompasso com a agenda supranacional da IIRSA-Cosiplan. Enquanto o Eixo Mercosul-Chile, por meio do estudo de caso da Corredor Bioceânico Porto Alegre – Coquimbo e da Ruta Nacional 150, exemplificou o *arco geoeconômico* entre o sudeste e o sul do Brasil, o centro da Argentina e os portos do Pacífico no Chile, com importantes processos de mudança de usos políticos e econômicos do território e de processos de transfronteirização, o Eixo do Escudo das Guianas demonstra o quanto o isolamento geográfico – pelas distâncias e pela presença da Floresta Amazônica – ainda é imperativo e determinante em processos de decisão governamentais e supranacionais. Talvez não seja demasiado concluir que algumas repercussões territoriais da IIRSA-Cosiplan na Região das Guianas sejam praticamente nulas, resguardando-se, principalmente, duas pontes internacionais concluídas (pontes sobre o rio Oiapoque entre o estado do Amapá-BR e a Guiana Francesa, e sobre o rio Takutu, entre o estado de Roraima-BR e a República Cooperativa da Guiana) e instalação de linhas de fibra ótica entre Caracas-Venezuela e o norte do Brasil.

A rigor, poder-se-ia afirmar que há mais espaços opacos e regiões periféricas na América do Sul do que regiões que tenham recebido de bancos e governos nacionais estímulos para alterar os perfis geoeconômicos do vasto interior empobrecido. A tendência atual é destes governos voltarem a seguir os preceitos do Consenso de Washington, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e do Banco Mundial com programas neoliberais e privatistas. O Brasil, país que vinha liderando o processo integracionista na região, atualmente ausenta-se da política externa e da Unasul. Além disso, as denúncias de corrupção generalizada em obras de infraestruturas de conexão praticamente têm inviabilizado muitos projetos que

vinham sendo financiados pelo BNDES, com a exportação de serviços de empresas brasileiras.

Não bastasse o retorno ao neoliberalismo de vários governos da região, a preconização da renovação do regionalismo aberto pelo Banco Mundial é um anúncio do rápido retorno da América do Sul à condição de satélite na órbita de influência norte-americana. Às regiões periféricas poderá restar o destino da continuidade do estado de isolamento e de miséria de uma população que tradicionalmente são os deserdados da terra sul-americana.

A fluidez territorial almejada deverá, em grande medida, talvez ainda ser um dos principais desafios, visto que as fraturas entre os Estados-nação, principalmente entre o Brasil e seus vizinhos, continuarão existindo, visto se tratar de situações crônicas seculares. A infraestrutura estratégica vertida para o exterior deverá continuar a constar na pauta da integração de mercados para aproximar a região-continente dos mercados da Bacia do Pacífico. Já a macrorregião transfronteiriça da Bacia do Prata, por sua vez, continuará a ser a mais importante da América do Sul, visto o grande número de cidades gêmeas e de permeabilidades entre Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, enquanto regiões como a Região das Guianas continuarão como uma espécie de utopia da integração sul-americana, permanecendo mais próxima da região do Caribe não apenas pelo fator distância mas também por sua identidade territorial. Somente a conjuntura econômica internacional dirá se grandes empresas, dentre elas as chinesas, farão investimentos como o da construção do túnel de Água Negra, nos Andes, provavelmente a obra mais importante da Agenda de Projetos Prioritários de Integração do Cosiplan.

REFERÊNCIAS

ABTI. Associação Brasileira de Transportadores Internacionais. <http://www.abti.com.br/>. Acesso em: agosto de 2017.

Adghirni, Samy. 2017. *U.S. Military Agreement With Brazil to Prompt Joint Defense Deal*. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-03-23/u-s-military-agreement-with-brazil-to-prompt-joint-defense-deal>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

Akyüz, Yılmaz; Yu III, Vicente P. 2017. *The financial crisis and the global south: impact and prospect*. Genève: South Centre Research Paper76. Disponível em: <https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2017/05/RP76_The-Financial-Crisis-and-the-Global-South-Impact-and-Prospect_EN.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

ALADI – Associação Latino-americana de Integração. *Sistema de informação de Comércio Exterior* – Estatísticas por item tarifário de um país. Disponível em: <http://consultawebv2.aladi.org/sicoexV2/jsf/comercio_exterior_item_arancelario.seam>. Acesso em: fev 2017.

Ariñez, Rubén. 2015. Evo anuncia que la carretera que atraviesa el TIPNIS “se realiza”. *La Razon Nacional*. 05 jun. 2015. Disponível em: <http://www.la-razon.com/nacional/Evo-carretera-atraviesa-TIPNIS-realiza_0_2283971614.html>. Acesso em: 15 mar. 2016.

Banco Inter-Americano de Desarrollo. 2008. *Evaluación de la Acción del BID en la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA)*. Washington, D.C., Abril de 2008. P. V. Disponível em: <<http://services.iadb.org/wmsfiles/products/Publications/1524534.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

Barrocal, André. 2017. Delação da Odebrecht nos EUA sacode a América Latina. *Carta Capital*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/delacao-da-odebrecht-nos-eua-sacode-a-america-latina>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

Benites, Afonso. 2017. Brasil começa a enviar delação da Odebrecht a 8 países da região. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/02/politica/1496438612_350750.html>. Acesso em: 05 jul. 2017.

Bown, Chad P. et alii. 2017. *Better Neighbors. Toward a Renewal of Economic Integration in Latin America*. Washington, World Bank Group. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25736>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

Brasil e mais cinco países suspendem participação na Unasul. 2018. *Istoé*. 22 abr. 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/brasil-e-mais-cinco-paises-suspendem-participacao-na-unasul/>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

Brasil. 2009. *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDDF*. Brasília: Ministério da Integração Nacional.

Carwil B-J. 2015. Bolivian-Venezuelan Military construction team begins work on TIPNIS highway. *Carwil without Borders*. Disponível em: <<https://woborders.blog/2015/06/29/bolivian-venezuelan-military-construction-team-begins-work-on-Tipnis-highway/>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

Chabrol, Denis. 2018. Construction of Linden-Lethem road to begin this year. *Demerarawaves*. 12 July 2018. Disponível em: <<http://demerarawaves.com/2018/07/12/construction-of-linden-lethem-road-to-begin-this-year/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Conde, Philippe. 2017. Les BIC : entre émergence et crise de croissance. *Diploweb*. 28 janvier 2017. Disponível em: <<http://www.diploweb.com/Les-BIC-entre-emergence-et-crise.html>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

Conectas. Direitos Humanos. 2015. *Denúncia da Sociedade Civil ao BNDES por sua participação no Projeto de Rodovia Villa Tunari-San Ignacio de Moxos (Bolívia)*. São Paulo – La Paz – Londres, 20 out. 2015. Disponível em: <http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Conectas_GW_Cedla%20-%20Denuncia%20Ouvidoria%20BNDES%20-%20Villa%20Tunari-%20San%20Ignacio%20Moxos_20_10_2015.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

Confederação Nacional da Indústria – CNI. 2015. *Desafios para a integração logística na América do Sul*. Brasília: Confederação Nacional da Indústria / Armando Castelar, 2015. Disponível em: <http://static-cms-si.s3.amazonaws.com/legacy/app/conteudo_18/2016/03/02/10642/0203-EstudoDesafiosparaaIntegracLogsticadaAmericadoSul.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

Cosiplan. 2016. *Cartera 2016_web.pdf*. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/IIRSA/informe-de-la-cartera-de-proyectos-del-COSIPLAN-2016.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018

Cosiplan. API. 2016. *Agenda de projetos prioritários de integração*. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/api_agenda_de_projetos_port.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

Cosiplan. 2017. *Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración 2017*. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/IIRSA/informe-de-la-cartera-de-proyectos-del-cosiplan-2017.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Costa, Wanderley M. da. 2009. O Brasil e a América do sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. *Confins* [Online], 7. Posto online em 31 out. 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6107>>. Acesso em: 06 set. 2017.

Dapelo, Santiago. 2018. La Argentina y otros cinco países abandonan la Unasur. *La Nacion*. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/2127623-la-argentina-y-otros-cinco-paises-abandonan-la-unasur2018>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

Dietz, Circe I. 2008. *Cenários contemporâneos da Fronteira Brasil-Argentina: infraestruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de cooperação/integração transfronteiriça*. Porto Alegre: POSGEA/UFRGS. 238 f. (Dissertação de Mestrado).

Ebitan. *Prequalificación*. Disponível em: <<http://www.ebitan.org/index.php>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Fonseca, Bruno; Mota, Jessica. 2013. Pan-amazônia à Brasileira. *Amazônia*. 23/nov/2013. Disponível em: <<http://amazonia.org.br/2013/11/pan-amaz%C3%B4nia-%C3%A0-brasileira/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

Fowks, Jacqueline. 2017. Kuczynski: “Não há como negar que o caso Odebrecht é um freio para a economia”. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/10/internacional/1489108861_588085.html>. Acesso em: 02 jul. 2017.

Index Mundi. *Bolívia*. Historical Data Graphs per Year Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=21&c=bl&l=en>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

Interoceânica permitiu crescimento do comércio entre Brasil e Peru. 2017. *Jornal da USP*. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/interoceânica-permitiu-crescimento-do-comércio-entre-brasil-e-peru/>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

Jimenez, Georgina. 2011. La carretera. ¿A quién beneficia. Villa Tunari-San Ignacio de Moxos. *Petropress*, 27 nov. 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/3292142/La_carretera_Villa_Tunari_San_Ignacio_de_Moxos_A_qui%C3%A9n_beneficia.petropress>. Acesso em: 02 mar. 2017.

ISTOÉ. Brasil e mais cinco países suspendem participação na Unasul. 22/04/2018. Disponível em: <<https://istoec.com.br/brasil-e-mais-cinco-paises-suspendem-participacao-na-unasul/>>. Acesso em: 13/03/2019.

Kalout, Hussein. 2017. *Ausência de estratégia para América do Sul compromete ambições do Brasil*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/hussein-kalout/2017/01/1852198-brasil-precisa-reformular-uma-estrategia-para-a-america-do-sul.shtml>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

Lírio, Sérgio. 2017. “A passagem de José Serra pelo Itamaraty foi desastrosa”. *Carta Capital*. 17 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/a-passagem-de-jose-serra-pelo-itamaraty-foi-desastrosa>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

Manetto, Francesco. 2017. Aliança do Pacífico incorpora mais quatro países. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/01/internacional/1498863536_644235.html>. Acesso em: 30 jul. 2017.

Martinez, Paola. 2013. Bolivia frente a la IIRSA-Cosiplan? *Entre el extractivismo y la integración?* Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131016053606/Informe.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

Melo, Liana. 2017. Militares americanos na Amazônia causam discórdia no Exército brasileiro. *Projeto #Colabora*. 21 jul. 2017. Disponível em: <<http://projetcocolabora.com.br/florestas/gringos-de-farda-na-amazonia-amazonlog/>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

Montoya, Rodrigo B. 2017. Darle sepultura a Unasur. *El Colombiano*. Disponível em: <<http://www.elcolombiano.com/opinion/columnistas/darle-sepultura-a-unasur-AL6728020>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

Nascimento, Luciano. 2017. EUA participam como observadores de exercício militar na Amazônia. *EBC Agência Brasil*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/eua-participam-como-observadores-de-exercicio-militar-na-amazonia>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

Padula, Raphael. 2014. Da IIRSA à Cosiplan da UNASUL: a integração de infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança. In: NETO, Walter A. D. (org.). *O Brasil e as novas dimensões da integração regional*. Rio de Janeiro: IPEA, 291-351. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_novas_dimensoes.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2017.

Pecequillo, Cristina S. 2016. O reposicionamento estratégico dos Estados Unidos na América do Sul. In: Passos, Rodrigo D. F.; Fuccille, Alexandre (orgs). *Visões do Sul: crise e transformações do sistema internacional*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 229-246. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/visoos-do-sul_vol.1-ebook.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

Pfrimer, Matheus H. 2011. *Heartland* Sul-americano? Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, no. 29: 131-144, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74192>>. Acesso em: out. 2016.

Pronunciamento Público de la Sub-Central de Mujeres Indigenas del Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Secure Tipnis. 2017. *Sub central de pueblos indígenas*. Trinidad, 04 mar. 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/341667117/Subcentral-Mujeres-de-TIPNIS-Pronunciamiento-3-Marzo-2017#fullscreen&from_embed>. Acesso em: 12 mai. 2017.

Porto, Jadson L. R. 2010. A condição periférico-estratégica da Amazônia Setentrional: a inserção do Amapá no Platô das Guianas In: Jadson L. R. Porto e Durbens M. Nascimento (orgs.). *Interações fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades*. Rio de Janeiro: Publit, 139-160.

Raffestin, Claude. 1993. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.

Rosière, Stéphane. 2007. *Géographie politique & Géopolitique*. Une grammaire de l'espace politique. 2^e édition. Paris: Ellipses Édition.

Ruta Nacional 150: una de las mas complejas del pais. 2013. *Revista Vial*. Disponível em: <<http://revistavial.com/index.php/publicaciones/2013/revista-94/item/1833-ruta-nacional-150-una-de-las-mas-complejas-del-pais>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Sampaio, Cristiane. 2018. Em visita ao Brasil, vice-presidente dos EUA busca aumentar a ofensiva contra Venezuela. *Brasil de Fato*. Brasília, 28 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/28/em-visita-ao-brasil-vice-presidente-dos-eua-busca-aumentar-ofensiva-contra-venezuela/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Sanchez, Eugeni. 1992. *Geografía Política*. Madrid: Editorial Síntesis.

Santos, Milton; Silveira, María Laura. 2003. *O Brasil*. Território e sociedade no início do século XXI. 5. ed., Rio de Janeiro: Record.

Scheibe, Eduarda F. 2013. *Integração física e integração regional: a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) como instrumento multiescalar de integração*. Porto Alegre: POSGEA/UFRGS. 164 f. (Dissertação de Mestrado).

Silva, Gutemberg de V. 2014. *Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local*. Macapá: Editora da Unifap.

Silva, Gutemberg de V.; Rückert, Aldomar A. 2009. A fronteira Brasil-França, *Confins* [Online], 7. Posto online em 31 out. 2009. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/6040>; DOI : 10.4000/confins.6040>. Acesso em: 26 nov. 2018.

Sistema Fiergs. *Corredor Bioceânico Central ampliará logística para escoamento dos produtos gaúchos*. Disponível em: <<http://www.fiergs.org.br/pt-br/noticia/corredor-bioceanico-central-ampliara-logistica-para-escoamento-dos-produtos-gauchos>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

Spektor, Matias. 2017. Estilo ativista de José Serra enfrentou obstáculos. *Folha de São Paulo*. Ed. 24 fev. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2017/02/1861565-estilo-ativista-de-jose-sera-enfrentou-obstaculos.shtml>>. Acesso em: 12 mai. 2017

Tola, Raúl. 2017. Ex-presidente do Peru Ollanta Humala é preso por corrupção no caso Odebrecht. *El País*. 14 jul. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/14/internacional/1500001602_001817.html>. Acesso em: 25 jul. 2017.

Uebel, Roberto G. 2015. Fronteras e inmigración contemporánea en Brasil: el caso de la inmigración boliviana. *Mundi Migratio*s. 3, n° 2, 92-111. Disponível em: <www.anuarioceimi.uh.cu/index.php/MMig/article/download/.../25>. Acesso em: 12 ago. 2017.

World Bank. 2017. *GDP (current US\$)*. All countries and Economies. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

NOTAS

1. Este artigo contou com o apoio de recursos dos projetos de pesquisa “Políticas territoriais comparadas União Europeia-América do Sul” (CNPq) e “Transfronterizações na América do Sul. Dinâmicas territoriais, desenvolvimento regional, integração e defesa nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil” (CAPES-Pró-Defesa). Foram desenvolvidas observações de campo pelos autores na região de Cuyo na Argentina e na Região das Guianas entre 2013 e 2017. A primeira versão do artigo, com o título “Quelle intégration de l’Amérique du Sud? Les infrastructures de liaison des régions périphériques et les tendances”, foi publicada em francês no periódico online “Diploweb.com: Géopolitique, stratégie, relations internationales et cartes” no dia 25 fevereiro de 2018, e encontra-se disponível em: <https://www.diploweb.com/Quelle-integration-de-l-Amerique-du-Sud-Les-infrastructures-de-liaison-des-regions-peripheriques-et.html>.
2. Adota-se *Região das Guianas* para Amapá (BR), Guiana Francesa e Guiana, norte do Estado do Pará e Roraima (BR). Já *Eixo do Escudo das Guianas* é adotado pela IIRSA-Cosiplan para nomear o conjunto de obras previstas para a região.
3. “A política territorial se configura pelo conjunto de abordagens estratégicas, a médio e longo prazo, assim como pelas correspondentes formulações de atuação dirigidas a intervir sobre o território, a fim de que assumam as formas que sejam adequadas ao conjunto dos interesses que controlam o poder político”. (Sanchez 1992, 72).
4. Seminários e ateliês de cartografia temática foram desenvolvidos pelos grupos de pesquisa LABETER – Laboratório Estado e Território. Gestão, regiões e fronteiras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e OBFRON – Observatório das Fronteiras, da Universidade Federal do Amapá, respectivamente em Porto Alegre (RS) e Macapá (AP) entre 2014 e 2018.
5. Governos populares liderados por Lula da Silva no Brasil, Néstor Kirchner na Argentina, Tabaré Vázquez no Uruguai, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Fernando Lugo no Paraguai e Hugo Chavez na Venezuela.
6. De acordo com os dados do Banco Mundial de 2016, os maiores contrastes do PIB estão entre o Brasil (US\$ 1,7 trilhões), a região dos Andes – como o Equador (US\$ 97,8 bilhões) e a Região das Guianas –, onde localizam-se os menores valores da América do Sul – na Guiana (US\$ 3,4 bilhões) e no Suriname (US\$ 3,6 bilhões). Já na Bacia do Prata os valores do PIB elevam-se na Argentina (US\$ 545,8 bilhões) e declinam no Paraguai (US\$ 27,4 bilhões) e no Uruguai (US\$ 52,4 bilhões) (World Bank).

7. O Cosiplan adotou a regionalização dos projetos da IIRSA, em 9 Eixos de Integração e Desenvolvimento: Amazonas, Andino, Capricórnio, Sul, Escudo das Guianas, Hidrovia Paraná-Paraguai, Interoceânico, Mercosul-Chile e Peru-Bolívia-Brasil.
8. A Ruta Nacional 150 com 389,5 km é uma obra da Carteira de Projetos do Cosiplan, no grupo 4 Coquimbo-Região Centro Argentina – Paysandú, do Eixo Mercosul-Chile, construída com fundos do tesouro argentino, concluída em 2015.
9. O projeto do Túnel Água Negra que consta dentre os 31 projetos da Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) da IIRSA-Cosiplan visa consolidar uma rede de conectividade física com alcance regional. Ele consiste na construção de um túnel de 13,9 km no Andes na fronteira entre Argentina e Chile, que funcionará com como uma passagem alternativa ao Sistema Cristo Redentor. Conforme os termos do Cosiplan, devido à sua localização geográfica, conforma um importante eixo de integração regional que fortalece as conexões desde a zona central da Argentina até a área de influência do Porto de Coquimbo no Chile (Cosiplan, 2017, p. 155). A obra está prevista em US\$ 1,6 bilhão de dólares. A divulgação dos resultados de pré-qualificação para contratação de empresas para o projeto executivo, prevista para novembro de 2017, encontra-se, atualmente, postergada pela Entidade Binacional Túnel Água Negra (Ebitan).
10. O trecho rodoviário Boa Vista – Bonfim (BR 401, Roraima, Brasil) – Lethem – Linden – Georgetown (República Cooperativa da Guiana) é outro dos 31 projetos estruturados da Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) da IIRSA-Cosiplan, pois se trata da única conexão viária entre os dois países. O asfaltamento previsto entre Lethem e Linden está orçado em US\$ 250 milhões, com data estimada de finalização para outubro de 2022. (Cosiplan, 2017, p. 138). Informações recentes apontam reuniões entre representantes dos governos da Guiana e do Brasil para preparar o projeto das obras que poderão iniciar ainda em 2018, com financiamento do Reino Unido, BID e China. (Chabrol 2018).
11. Regulamento (CE) n.º 715/2007, relativo à homologação dos veículos a motor no que diz respeito às emissões dos veículos ligeiros de passageiros e comerciais (Euro 5 e Euro 6).

AMÉRICA DO SUL: INFRAESTRUTURAS
EM REGIÕES PERIFÉRICAS E TENDÊNCIAS ATUAIS

RESUMO

O artigo examina o regionalismo pós-neoliberal dos anos 2000 e o projeto sul-americano de uma região geopolítica e suas assimetrias internas; possíveis repercussões territoriais de projetos de redes de circulação em regiões periféricas e algumas tendências atuais da proposta como região geopolítica e das infraestruturas de conexão.

Palavras-chave: Políticas territoriais; América do Sul; Infraestruturas; Regiões periféricas.

ABSTRACT

The article deals with the post-neoliberal regionalism of the 2000s and the South American project of a geopolitical region and its internal asymmetries; possible territorial repercussions of circulation network projects in peripheral regions and current trends of the proposal as a geopolitical region and the connection infrastructures.

Keywords: Territorial policies; South America; Infrastructures; Peripheral regions.

Diretrizes para Autores

1. Os artigos e ensaios devem conter aproximadamente 45 mil caracteres (sem espaços) e as resenhas de livros devem conter cerca de 6 mil caracteres (sem espaços) e se referir a obras publicadas há, pelo menos, quatro anos. São aceitas publicações em português, espanhol e inglês. Ao menos um dos autores deve ter a titulação mínima de mestre.

2. Os textos submetidos à RBED devem estar formatados em espaço simples, fonte de 12 pontos, com uso do itálico para ênfases e aspas apenas para citações. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto e devem ser sintéticas. URLs para referências devem ser informadas com as datas de acesso, e sempre ao final do texto, nas referências completas, jamais nas notas de rodapé.

3. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago Manual of Style versão de 2017 (Autor ano, página), referenciando a literatura citada ao final do texto; no caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada. O guia completo pode ser encontrado em: http://www.chicagomanualofstyle.org/tools_citationguide/citation-guide-2.html

Exemplos:

- Livros:

Grazer, Brian, and Charles Fishman. 2015. *A Curious Mind: The Secret to a Bigger Life*. New York: Simon & Schuster.

Smith, Zadie. 2016. *Swing Time*. New York: Penguin Press.

No corpo do texto:

(Grazer and Fishman 2015)

(Smith 2016, 315–16)

- Artigos:

Keng, Shao-Hsun, Chun-Hung Lin, and Peter F. Orazem. 2017. "Expanding College Access in Taiwan, 1978–2014: Effects on Graduate Quality and Income Inequality." *Journal of Human Capital* 11, no. 1 (Spring): 1–34. <https://doi.org/10.1086/690235>.

LaSalle, Peter. 2017. "Conundrum: A Story about Reading." *New England Review* 38 (1): 95–109. Project MUSE.

Satterfield, Susan. 2016. "Livy and the *Pax Deum*." *Classical Philology* 111, no. 2 (April): 165–76.

No corpo do texto:

(Keng, Lin, and Orazem 2017, 9–10)

(LaSalle 2017)

(Satterfield 2016, 170)

- Capítulos de livros editados:

Bay, Rachael A., Noah Rose, Rowan Barrett, Louis Bernatchez, Cameron K. Ghalambor, Jesse R. Lasky, Rachel B. Brem, Stephen R. Palumbi, and Peter Ralph. 2017. "Predicting Responses to Contemporary Environmental Change Using Evolutionary Response Architectures." *American Naturalist* 189, no. 5 (May): 463–73. <https://doi.org/10.1086/691233>.

No corpo do texto:

(Bay et al. 2017, 465)

- E-books:

Austen, Jane. 2007. *Pride and Prejudice*. New York: Penguin Classics. Kindle.

Borel, Brooke. 2016. *The Chicago Guide to Fact-Checking*. Chicago: University of Chicago Press. ProQuest Ebrary.

No corpo do texto:

(Austen 2007, chap. 3)

(Borel 2016, 92)

4. Os textos submetidos à RBED devem dispor de títulos concisos (máximo de 80 caracteres, com espaço) no idioma em que a submissão for escrita (português, espanhol ou inglês) e em inglês. No caso da submissão ser em inglês, o segundo idioma deverá ser o português.

5. Os textos submetidos à RBED devem vir acompanhados de 4 palavras-chave e de resumo com até 50 palavras no idioma em que a submissão for escrita (português, espanhol ou inglês) e em inglês. No caso da submissão ser em inglês, o segundo idioma deverá ser o português.

6. As submissões não devem conter o nome do autor ou quaisquer referências a este, a fim de possibilitar a avaliação cega pelos pares. Atentem para a remoção do autor do arquivo antes da submissão dos originais para ava-

liação (WORD / Propriedades do Arquivo / Autoria).

7. Os autores que tiverem sua proposição aprovada devem declarar que cedem os direitos autorais à Revista Brasileira de Estudos da Defesa (RBED), podendo esta incluir o trabalho publicado em bases de dados públicas e privadas, no Brasil e no exterior. Devem ainda declarar que são o os únicos responsáveis pelo conteúdo do texto e que o mesmo não contém nada que possa ser considerado ilegal ou difamatório de terceiros.

8. As submissões em desacordo com as Instruções aos Autores não serão admitidas para avaliação e seus propositores serão devidamente comunicados.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.

2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF que não ultrapassam 2MB.

3. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.

4. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.

5. Ao menos um dos autores possui a titulação de mestre.

6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

1) Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

2) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

3) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja O Efeito do Acesso Livre).

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.